

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**LIVIA SCHEINER COSTA**

**NOBILITAÇÃO, PARENTESCO E REDES DE PODER NO CENTRO SUL DA  
AMÉRICA PORTUGUESA: PAULO FERNANDES VIANA E FRANCISCO  
ALBERTO RUBIM (CC.1750-1821)**

**VITÓRIA  
2020**

LIVIA SCHEINER COSTA

**NOBILITAÇÃO, PARENTESCO E REDES DE PODER NO CENTRO SUL DA  
AMÉRICA PORTUGUESA: PAULO FERNANDES VIANA  
E FRANCISCO ALBERTO RUBIM (CC.1750-1821)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia M. S. Merlo

VITÓRIA

2020

LIVIA SCHEINER COSTA

**NOBILITAÇÃO, PARENTESCO E REDES DE PODER NO CENTRO SUL DA  
AMÉRICA PORTUGUESA: PAULO FERNANDES VIANA E FRANCISCO  
ALBERTO RUBIM (cc.1750-1821)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História Social das Relações Políticas, do Centro  
de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade  
Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em 28 de dezembro de 2020.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Maria da Silva Merlo  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar  
Universidade Federal de Uberlândia  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Jurandir Malerba  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Membro Interno

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

C837n Costa, Livia Scheiner, 1972-  
Nobilitação, parentesco e redes de poder no centro sul da América Portuguesa : Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim (cc.1750-1821) / Livia Scheiner Costa. - 2020. 239 f. : il.

Orientador: Patrícia Maria da Silva Merlo.  
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Capitania do Espírito Santo. 2. Redes de poder. 3. Trajetórias pessoais. 4. Estudos sobre elites. 5. Império luso brasileiro. I. Merlo, Patrícia Maria da Silva. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

Para Laura.

Dos encontros e redes entre Portugal e Brasil, nasceste.

Cultive-os na escrita de tua própria história!

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da produção deste trabalho, tive a oportunidade de resgatar minha própria trajetória, adicionando capítulos decisivos em minha biografia. Toda escrita também é, em grande medida, escrita de si. Deixo minha gratidão registrada aos que, de muitas maneiras, contribuíram para essa conquista.

À minha família, casa ampliada, porto seguro para onde sempre retorno nos dias de bom ou de mau tempo.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Patrícia Merlo, por sempre me conduzir por mares cada vez mais distantes e profundos, na academia como na vida.

Ao Programa de Pós Graduação em História da UFES, por acolher esta investigação e possibilitar desenvolvê-la com toda a tranquilidade e cuidado, mesmo em meio às turbulências do nosso tempo.

Aos queridos assistentes de pesquisa, Ariane Guimarães, Rebeca Bopp, Lucas Onorato, Júlio Silva, tripulação atenta ao tempo e às viradas do vento. Aqui ou no além-mar, sua ajuda no acesso às fontes e na organização do material foi imprescindível.

À Thiara Bernardo, pela cessão de parte da documentação aqui utilizada, e a Ronney Dutra, que desenvolveu o banco de dados. Suas contribuições foram bússolas importantes nessa travessia

Ao Colégio Pedro II, representado pelos meus colegas historiadores dos *Campi* Centro e São Cristóvão III. Oficiais graduados nesses mares, souberam entender e acolher este momento de reflexão e muito trabalho, dividindo comigo o manejo das velas.

Aos profissionais de saúde que com escuta atenta me cuidaram durante todo o percurso e sem os quais as febres desses mares já me teriam vencido.

Aos membros do grupo de pesquisa *Modernidade Ibérica*, companheiros de patente, parceiros nas leituras, nas trocas acadêmicas e nas sociabilidades de convés.

*Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!*

*(...)*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.*

*(Mar Português – Fernando Pessoa)*

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os vínculos pessoais como uma dimensão específica da construção das redes de poder no Centro Sul da América Portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 20 do século XIX. Para tanto, tomamos como objeto de estudo as trajetórias pessoais e políticas do primeiro intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, e de seu primo, Francisco Alberto Rubim, governador da Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819. Por meio desses personagens, demonstramos de que forma os vínculos familiares, bem como estratégias de nobilitação relacionadas a outras relações pessoais, participaram da movimentação de determinados setores das elites políticas da região recortada, em meio às iniciativas governamentais de viabilização do *novo Império luso-brasileiro*. Em termos metodológicos, utilizamos os estudos de trajetórias, aliados à prosopografia, isto é, a construção de biografias coletivas. Ilustramos estratégias de mobilidade social e de reprodução de redes a partir de casos concretos, avaliando variáveis como a consanguinidade e o parentesco por afinidade, vistos no correr das gerações, e as relações informais estabelecidas fora do eixo familiar, tais como a amizade e a participação em eventos de interesse comum. Por meio de uma ampla tipologia de fontes, entre as quais se encontram os registros paroquiais, a correspondência política, a cartografia histórica, as atribuições de patentes, títulos e graus de formação náutica (Rubim) e jurídica (Viana), delineamos as múltiplas conexões e formas de relação, verificando percursos e indicadores de estratégias, em meio às opções de matrimônio e às escolhas de carreira. O fio condutor foi, portanto, a relativa estabilidade dos laços, diante da imprevisibilidade das forças sociais.

**Palavras-chave:** Capitania do Espírito Santo, Redes de poder, Trajetórias pessoais, Estudos sobre elites, Império luso-brasileiro.



## ABSTRACT

This work seeks to analyze personal ties as a specific dimension of the construction of power networks in the region known as the Centre-South of the Portuguese America, between the second half of the 18<sup>th</sup> century and the first twenty years of the 19<sup>th</sup> century. To this end, we took as object of study, the personal and political trajectories of Paulo Fernandes Viana, the first police intendant of Rio de Janeiro, and his cousin, Francisco Alberto Rubim, governor of the Captaincy of Espírito Santo between 1812 and 1819. Through these characters we demonstrate how family bonds, as well as nobility strategies related to other personal relationships, participated in the movement of certain sectors of political elites from the Center-South region, in the midst of government initiatives to make the *new Portuguese-Brazilian Empire* viable. As for the methodology, we use trajectory studies combined with prosopography, that is, the construction of collective biographies. We illustrate strategies for social mobility and network reproduction based on specific cases, evaluating variables such as consanguinity and ritual kinship, seen throughout generations, and the informal relationships established outside the family axis, such as friendship and participation in events of common interest. Through a wide typology of sources, including parish records, political correspondence, historical cartography and documents on the attribution of patents, titles and degrees of nautical (Rubim) and legal (Viana) training, we have designed the multiple connections and forms of relationship, checking paths and indicators of strategies, in the midst of marriage options and career choices. The guiding principle was, therefore, the relative stability of ties, given the unpredictability of social forces.

**Keywords:** Captaincy of Espírito Santo, Power networks, Personal trajectories, Elite studies, Portuguese-Brazilian Empire.

## RÉSUMÉ

Cette recherche vise à analyser les liens personnels comme dimension spécifique de la construction de réseaux de pouvoir dans la région dénommée Centre Sud de l'Amérique Portugaise, entre la seconde moitié du XVIIIe et les vingt premières années du XIXe siècle. Dans cette intention, nous avons choisi comme objet d'étude les trajectoires personnelles et politiques de Paulo Fernandes Viana, le premier Lieutenant de Police de Rio de Janeiro et de son cousin, Francisco Alberto Rubim, gouverneur de la Capitainerie d'Espírito Santo entre 1812 et 1819. À travers ces personnages, nous montrons comment les liens familiaux, ainsi que les stratégies d'anoblissement liées à d'autres relations personnelles, ont participé au déplacement de certains secteurs des élites politiques de la région étudiée au cours des initiatives gouvernementales pour la viabilisation du *nouvel Empire luso-brésilien*. En tant que méthodologies d'investigation, nous utilisons des études de trajectoires combinées à la prosopographie, c'est-à-dire la construction de biographies collectives. Nous illustrons des stratégies de mobilité sociale et de reproduction de réseaux basés sur des cas concrets, en évaluant des variables telles que la consanguinité et la parenté rituelle, vus au fil des générations et les relations informelles établies en dehors de l'axe familial, comme l'amitié et la participation à des événements d'intérêt commun. Au travers d'une ample typologie de sources, notamment les registres paroissiaux, la correspondance politique, la cartographie historique et les documents sur l'attribution des titres, diplômes et brevets de formation nautique (Rubim) et juridique (Viana), nous délinéons les multiples connexions et formes de relations en révélant les parcours et les indicateurs de stratégies parmi les options de mariage et les choix de carrière. Le fils conducteur réside donc dans la relative stabilité des liens face à l'imprévisibilité des forces sociales.

**Mots clés:** Capitainerie d'Espírito Santo, Réseaux de pouvoir, Trajectoires personnelles, Études sur les élites, Empire luso-brésilien.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico Da Marinha

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BCM – Biblioteca Central Da Marinha

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CL – Catálogo

CU – Conselho Ultramarino

Cx – Caixa

D – Documento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

MÇ - Maço

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Correspondência entre os governadores da Capitania do Espírito Santo e os poderes do reino: distribuição por assunto em números absolutos e percentuais .....	66
<b>Tabela 2</b> Estrutura do curso matemático da Academia Real de Marinha de acordo com a Lei de 5 de agosto de 1770.....	155
<b>Tabela 3</b> Correspondência entre o governador Francisco Alberto Rubim e os poderes do reino: distribuição por assunto em números absolutos e percentuais .....	204
<b>Tabela 4</b> Ocupações identificadas entre os beneficentes da construção do hospital da Misericórdia .....	193

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quantidade de embarcações que aportaram no porto do Rio de Janeiro e sua respectiva origem, 1813 .....	48
Figura 2 – Quantidade de embarcações que aportaram no porto do Rio de Janeiro e sua respectiva origem, 181 .....	49
Figura 3 – A população do Brasil no final do século XVIII.....	72
Figura 4 – Família Carneiro Leão – séculos XVIII a XIX.....	84
Figura 5 – Malha parental dos Maciel da Costa – séculos XVII-XVIII.....	92
Figura 6 – Mapa da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, segundo informações de Monsenhor Pizarro.....	93
Figura 7 – Família Carneiro Viana - séculos XVIII e XIX.....	105
Figura 8 – Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes.....	113
Figura 9 – Parentesco entre Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim.....	138
Figura 10 – Família Rubim (séculos XVIII-XIX).....	142

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
I. 1. Redes de Poder e governabilidade do Império: historiografia e marcos teóricos.....	18
I. 2. Tecendo as redes: proposta metodológica.....	28
I. 3. Sobre as fontes de pesquisa, sua organização e tratamento.....	34
I. 4. Desenho da investigação.....	37
CAPÍTULO 1 - A SUPERFÍCIE DAS REDES: RECONFIGURAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS NO CENTRO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA.....	39
1.1 A tessitura espaço temporal das redes e o projeto do novo império.....	39
1.2 Dimensões da centralidade da Capitania do Rio de Janeiro e de suas elites políticas.....	45
1.3 Espaços em relação, redes em expansão: o lugar do Espírito Santo no século XIX.....	59
CAPÍTULO 2 - PAULO FERNANDES VIANA E OS CARNEIRO LEÃO: NEGÓCIOS E POLÍTICA.....	82
2.1 Os Carneiro Leão: formação, ramificações e base territorial na América lusa.....	82
2.2 Paulo Fernandes Viana: origens e trajetória de um burocrata lusoamericano.....	98
2.3. Campos dos Goitacazes: domínios de um território de fronteira.....	111
CAPÍTULO 3 - FRANCISCO ALBERTO RUBIM: TRAJETÓRIA PESSOAL E CARREIRA MILITAR.....	122
3.1. Dados biográficos: histórias de família e conexões atlânticas.....	122
3.1.1. Rubim e a historiografia capixaba.....	123

3.1.2. Genealogia e rotas familiares.....	127
3.1.3. Relações parentais e redes mercantis: aspectos do enraizamento de interesses proprietários no Centro Sul.....	131
3.2. Formação e carreira de um homem do <i>mar português</i> .....	144
3.2.1. O quadro europeu moderno: Luzes e conhecimento náutico.....	144
3.2.2. Formação náutica e reforma da Marinha no contexto do Portugal do Setecentos.....	149
3.2.3. Trajetória de um oficial de Marinha a serviço do reino.....	156
3.2.3.1. Sobre identidades, posições e conjunturas.....	156
3.2.3.2. A conjuntura das guerras napoleônicas e a difícil ascensão nos circuitos militares.....	158
3.2.3.3.A corte no Brasil: aproximações e rupturas.....	164
CAPÍTULO 4 - TRAJETÓRIAS E INTERSEÇÕES: RUBIM, VIANA E O ESPÍRITO SANTO.....	169
4.1. Francisco Alberto Rubim e Paulo Fernandes Viana: identidades, assimetrias.....	169
4.2. Ações governativas e aproximações com os proprietários locais.....	184
4.2.1. Projetos para a capital.....	184
4.2.2. Povoações, estradas, quartéis, fronteiras: o domínio do interior.....	200
CONCLUSÃO.....	214
REFERÊNCIAS.....	220

## INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 1810, o Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, remeteu uma solicitação ao Oficial Maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em favor de seu parente, o capitão de Fragata Francisco Alberto Rubim. No documento, Viana mostrou-se enfático ao pedir agilidade no processo de licença, protocolado pelo militar no ano de 1808 (AHU-CL-CU-017, cx. 253 doc 17217). A licença, requisitada com soldo, tinha por finalidade a liberação de Rubim, que àquela altura servia no Rio de Janeiro, para ir a Lisboa e realizar os trâmites necessários à condução de sua família para a corte, sediada, então, na cidade.

No documento, o Intendente alegava que o afastamento pedido por Rubim já havia sido concedido pelo Príncipe Regente, mas que o capitão ainda não podia gozá-lo, uma vez que, diante da reorganização daquela secretaria na nova corte, a mesma estava demorando muito a ser expedida, o que vinha causando transtornos ao militar e a sua família. Ao intervir por Francisco Rubim, Paulo Fernandes Viana procurava usar seu prestígio e autoridade em favor do funcionário, argumentando que:

O registo incluso é de um sujeito casado com uma prima de minha mulher a quem ela e eu desejamos muito obséquio. Parece-me sem razão por que ele não goze a sua licença registrada, se he desejo, [e] que não privasse o seu soldo, e isso já se tem praticado com muitos outros de graça. [...]. Sendo Oficial casado [...] e ter um filho vêsse necessitado a não perder nada [...]. (AHU\_ACL\_CU\_035, cx. 19, doc. 1512)

Dizia o intendente que estava certo de alcançar do secretário as providências necessárias ao deferimento do pedido de Rubim, prometendo ao Oficial Maior retribuição quando preciso, pois já estava “costumado aos seus favores, visto que me fica sempre entre os bons” e que sendo funcionário “vigoroso capaz e justo nos seus trabalhos [...] desejarei ajuda-lo” (AHU\_ACL\_CU\_035, cx. 19, doc. 1512).



Pelo conteúdo da correspondência, notamos que o parentesco entre os sujeitos citados – evidenciado pela menção às respectivas esposas, que eram primas -, sublinha os termos em que o pedido é feito. O desembargador Viana se refere ao capitão Rubim como alguém por quem ele nutre apreço e oferece referências seu a respeito, usando o seu prestígio pessoal na tentativa de liberação do benefício. Por outro lado, apesar da proximidade com tão alto nome da burocracia régia, observa-se que, àquela altura, Francisco Alberto Rubim envergava uma patente mediana na hierarquia militar – colocando-se entre os oficiais subalternos e os oficiais gerais – e, a julgar pelo alegado no documento, contava apenas com seu soldo como principal fonte de renda para a manutenção da família. Necessitava, pois, que a pretendida licença não apenas fosse liberada, mas que seus vencimentos fossem garantidos.

Em 1812, portanto apenas dois anos após a referida solicitação, o mesmo Rubim estaria assumindo o governo da Capitania do Espírito Santo, de onde sairia em 1819 para governar a Capitania do Ceará Grande. No Ceará, enfrentaria as convulsões políticas advindas da convocação das Cortes em Lisboa e os desdobramentos do *Vintismo* entre as elites cearenses. Durante o período em que governou o Espírito Santo, uma série de medidas foram subsidiadas pela Intendência da Polícia, dentre as quais, o assentamento de casais de açorianos na Vila de Viana, cujo nome era uma homenagem ao desembargador do Paço. Por este breve relato parece-nos que, em pouco tempo, Francisco Alberto Rubim passou por uma significativa ascensão, observada de perto por Paulo Fernandes Viana.

Estes são apenas alguns fios de histórias de vidas que se cruzam. Dois administradores da coroa, parentes por afinidade, atuando em projetos comuns em meio às vicissitudes do mundo colonial luso. Movimentavam-se em um universo institucional organizado em torno da concepção corporativa da sociedade e do poder, na qual a monarquia assumia a função de cabeça do corpo político. Em meio a essa configuração, recentemente sedimentada na historiografia luso-brasileira por

uma série de importantes trabalhos empíricos<sup>1</sup>, como veremos adiante, pactos e negociações entre as concomitantes – e por vezes, concorrentes - esferas de poder viabilizavam a governabilidade de um império pluricontinental, mas também os negócios e interesses privados das elites que circulavam por essa configuração.

Contribuindo para a unidade do mundo colonial luso, a liberalidade na concessão de mercês engendrava, ao longo do tempo, as reciprocidades entre os quadros da elite, cuja principal fonte de renda, contudo, vinha o comércio marítimo. Negócios no ultramar, cargos, títulos, patentes militares e retribuições sustentavam e enredavam os homens que compunham o quadro político-administrativo da coroa e as elites locais. Estas últimas, por sua vez, frequentemente foram responsáveis por adaptações e rearranjos nas práticas e representações que envolviam o governo das conquistas, adequando-as às realidades em que agiam e forjando, assim, noções de pertencimento à configuração imperial.

Esse é o cenário onde se movimentam os personagens aqui elencados. Contudo, embora próximos, *cúmplices* por algum tempo na faina governativa em nome do rei, em prol da manutenção da unidade do Império luso, viveram, por assim dizer, assimétricas e aparentes contradições ao longo de suas trajetórias. Viana, nascido no Rio de Janeiro, era originário de família ligada aos negócios atlânticos. Formou-se em Direito em Coimbra, ocupando cargos nas altas esferas de poder na colônia, desde o século XVIII. Encerrou sua carreira em meio aos desgostos causados pelo rearranjo das forças políticas causadas pela Revolução do Porto. Rubim, nascido em Lisboa, galgou os postos da Marinha, fazendo carreira desde as patentes subalternas. Sua vida, enredada nas guerras marítimas, tangencia também a lucrativa navegação mercantil. Encontra, contudo, com os caminhos da nobilitação em meio aos serviços prestados e às aproximações com os círculos do poder.

O trabalho ora apresentado é o resultado de uma investigação sobre a tessitura de vínculos familiares como dimensão específica da construção das redes de poder no

---

<sup>1</sup> Destaque-se, desde já, a fundamental contribuição de António Manuel Hespanha, em *Às vésperas do Leviathan* (1994), no que elabora o conceito de monarquia corporativa, a partir da profunda análise das instituições e práticas políticas do Portugal moderno.

Centro Sul da América Portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 1820. Nosso objeto de estudo foram as trajetórias pessoais e políticas do primeiro Intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana e de seu *primo*, o Governador da Capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim. Traçamos com objetivo analisar os vínculos pessoais como uma dimensão específica da construção das redes de poder no Centro Sul da América Portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 20 do século XIX. Para tanto, propusemo-nos a reconstituir as trajetórias dos atores em tela, de maneira cruzada, por meio da prosopografia, em diálogo com outras ferramentas metodológicas.

Assim, reconhecendo que, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 20 do século XIX, o *bando* dos Carneiro Leão ampliou seu domínio sobre homens e terras no Centro Sul, expandindo seus negócios e seu prestígio, por meio do recrutamento de outros grupos de elite locais, partimos da hipótese de que os vínculos de família e as afinidades, estabelecidos ao longo da sucessiva ocupação de postos em carreiras de Estado, operaram como estratégias de constituição e/ou fortalecimento de redes políticas, por meio das quais os grupos de poder capixabas se aproximaram progressivamente de setores das elites políticas que atuavam no Rio de Janeiro transformado em corte.

### **I.1 Família, elites, redes de poder e governabilidade do Império: historiografia e marcos teóricos**

A historiografia luso-brasileira vem apontando, já há algum tempo, para a importância de se compreender a experiência da relação entre o reino e suas conquistas, a partir da organização de redes de poder e de negócios forjadas na reprodução das hierarquias sociais herdadas do Antigo Regime ibérico. Sob tal perspectiva cunhou-se, entre uma parcela significativa de nossos historiadores, a expressão *Antigo Regime nos trópicos*. Consagrada entre os anos 1990 e 2000,

essa forma de se conceber as relações entre o centro do sistema atlântico luso e suas periferias foi demarcada com a publicação de coletâneas de trabalhos<sup>2</sup> dedicados a compreender as dinâmicas políticas imperiais.

Em suma – e por oposição aos modelos explicativos clássicos sobre o funcionamento do Brasil colonial<sup>3</sup>, - a produção desses historiadores demonstrou que um conjunto de padrões de relacionamento de tipo antigo esteve presente na base do colonialismo luso. Esses padrões teriam originado formações sociais rigidamente hierarquizadas, em cujo topo se encontravam diferentes grupos de elite, disputando oportunidades de prestígio e de renda, pautados no domínio sobre pessoas e terras. Em resumo, no dizer do historiador João Fragoso,

Deter o controle sobre o governo da República significava pertencer ao grupo social com chances de dominar a sociedade. [...]

Outra derivação deste quadro foi a formação de uma economia cujo funcionamento não era ditado apenas pela oferta e pela procura, mas também pela política. A Câmara, os ofícios da cúria e as mercês, em geral, criavam para seus titulares possibilidades de acumulação de riquezas à margem da produção e do comércio (FRAGOSO, 2003, pp. 15 e 16).

Um delineamento recente dessa historiografia veio a acrescentar às reflexões um novo conceito que, segundo os autores, ainda se encontra em construção: o de *monarquia pluricontinental*. Segundo este conceito, para o entendimento da configuração política do Império português, pelo menos até meados do século XVIII, deve-se levar em consideração a unicidade entre o reino e suas conquistas, das

---

<sup>2</sup> Em que pesem os trabalhos individuais deste grupo de historiadores, publicados como teses e/ou artigos científicos em periódicos de referência no cenário acadêmico ibero-americano, destacamos a importância da coletânea organizada por FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA (2001), onde tais posições aparecem configuradas em um mosaico de trabalhos e tendências que buscaram envolver, de maneira integrada, aspectos do mundo colonial português, matizados pelas configurações de Antigo Regime. Aproximadamente uma década depois, outra coletânea, em muitos sentidos reavaliando a primeira, propôs-se a aprofundar o tema da dinâmica das redes socioculturais, políticas e econômicas que conformaram o império colonial português. (Cf. FRAGOSO & GOUVÊA, 2010).

<sup>3</sup> Para um balanço das divergências entre os modelos explicativos sobre a sociedade colonial, assentados na matriz do *sentido da colonização*, proposta por Caio Pradro Jr, e a produção que enfatiza a compreensão da economia colonial como parte do sistema atlântico português, consultar FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 15-31.

quais o Estado e a nobreza obtinham rendas. Ou seja, monarquia e nobreza “... tinham na periferia o seu sustento [...], garantido pelo comércio, tendo por base produtiva, principalmente a partir do XVIII, a escravidão africana na América.” (FRAGOSO, 2017, p. 52).

Mas, se este foi o quadro geral dentro do qual a sociedade colonial se formou e se reproduziu, houve, obviamente, conjunturas e situações sociais específicas. Durante a extensa temporalidade que vai do século XVI ao XIX, esses foram momentos que ora contribuíram para solidificar, ora para dar novos significados às noções de pacto e de soberania entre as elites coloniais e o reino (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001, p. 287 e 288). Com relação ao momento que nos ocupa, entre a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX delineiam-se significativas inflexões tanto políticas quanto econômicas na região abordada, como veremos mais detidamente adiante.

Por ora, basta ressaltar que, ao observarmos sob o prisma macropolítico, o período estudado é um momento de redefinição dos vínculos imperiais no mundo luso-brasileiro, com destaque para o Centro Sul da América portuguesa. Em Portugal, como resultado de uma leitura muito própria do ideário da Ilustração, o surto reformista que se iniciara com Pombal e tivera continuidade no plano de reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, preconizava a recuperação econômica do Estado, a partir de uma utilização racional e científica do potencial de sua mais lucrativa porção: a América lusa. Expressão da progressiva virada da política colonial portuguesa para o Atlântico sul, entre os séculos XVII e XVIII, e do destaque alcançado pelo Brasil como núcleo do complexo atlântico, o projeto do *novo* Império português pautava-se pelas noções de unidade e complementaridade entre o reino e sua mais importante conquista<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A noção de Império luso-brasileiro, bem como seu conteúdo discursivo, incluindo-se aí o chamado à participação conjugada de intelectuais e políticos brasileiros e portugueses na concepção de tal projeto já foi amplamente explorada, não nos cabendo aqui retomá-la de forma sistemática. Cf. MAXWELL (1973); SILVA (1986) e LYRA (1994).

O esforço de aprofundamento da união entre metrópole e colônia envolvia, por um lado, a arregimentação de sujeitos oriundos das elites econômicas, políticas e intelectuais luso-brasileiras, dentre os quais vários brasileiros de nascimento, aos quadros de governança. Durante o período estudado, a construção da governabilidade daquele Império pluricontinental foi pautada num maior cuidado com a nomeação de administradores régios, preferindo-se aqueles que, ao longo de suas trajetórias, houvessem acumulado larga experiência, prestígio e fidelidade na prestação de serviços, galgando posições nos diversos enclaves do complexo atlântico (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001, p. 310).

Com relação ao Brasil, conforme demonstrado por autores como SALLES DE OLIVEIRA (1999) e FRAGOSO & FLORENTINO (1993), esse investimento na aproximação – e, mesmo, na colaboração entre a colônia e a metrópole, fatores subjacentes à ideia de uma configuração *imperial* -, oferece oportunidades de fortalecimento dos elos entre os grupos de poder do reino e os da conquista. Incentivados pelo governo central, membros das elites procuraram incrementar seus negócios, beneficiando-se do acesso a determinados privilégios, como as isenções tarifárias e a exclusividade para o beneficiamento de produtos agrícolas.

Por sua vez, vassallos de além-mar, ligados ao universo da produção do saber, participavam dos circuitos europeus de trocas de conhecimentos. Ao promover a investigação sobre o território e suas potencialidades, o Estado subsidiava esses estudiosos e suas viagens. Como contrapartida dos títulos e mercês, recebidos, intelectuais e cientistas luso-brasileiros compartilhavam com a coroa seus conhecimentos, empregados na gestão dos recursos coloniais disponíveis. Promoviam-se, assim, os vínculos entre “mundos separados”, o centro e as periferias (RAMINELLI, 2008b, p. 20-21).

No período abordado, nossa historiografia tem acentuado a existência de alianças entre o capital mercantil e as elites burocráticas, apontando para a expressiva presença de proprietários e negociantes de origem portuguesa atuando com autonomia no mercado atlântico a partir do Centro Sul. Esses homens procuravam se inserir nos postos da administração, transformando-os em lugares privilegiados

de gestão dos seus interesses privados. Em suma, o que se observa é o seguinte quadro:

Na capitania do Rio de Janeiro verificou-se, nessa época, tanto o enriquecimento de negociantes atacadistas quanto a constituição de um grupo de proprietários e comerciantes cujas bases de sustentação encontravam-se na exploração da lavoura mercantil no Recôncavo da Guanabara e em Goitacazes e na comercialização de gêneros destinados ao mercado interno e à exportação. [...]

Para conquistar favores e influência junto à administração colonial, negociantes, donos de engenhos e proprietários da capitania procuravam estabelecer vínculos pessoais e mercantis com magistrados e funcionários metropolitanos. Assim, procediam tanto homens enriquecidos, como Brás Carneiro Leão e membros das famílias tradicionais fluminenses, quanto comerciantes e proprietários do Recôncavo e de Goitacazes. (SALLES DE OLIVEIRA, 1999, pp. 65-66)

Este parece ter sido o modo de atuação do núcleo familiar do primeiro intendente da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana, membro de importante família da elite mercantil fluminense, cuja base territorial se estendia pelos latifúndios de Campos dos Goitacazes.

Mais ao norte, na Capitania do Espírito Santo, vamos encontrar um território colonial submetido a lógicas semelhantes às de outras regiões coloniais, contudo em escala reduzida, como atestam os mais recentes trabalhos a respeito do século XIX capixaba. A atual geração de historiadores espírito-santenses<sup>5</sup> vem trazendo a público resultados de reconhecida consistência e inovação com relação às questões-chave do período. Esses estudos, no seu conjunto, apontam para um importante delineamento geral com relação à história do Espírito Santo: ainda que contada como uma das capitanias de menor expressão, seus mecanismos econômico-sociais e políticos sempre funcionaram em consonância com o restante da sociedade colonial e imperial. Esta foi uma importante mudança de rumos em relação à tradição historiográfica local, dedicada aos modelos explicativos amplos e

---

<sup>5</sup> Cf. p. ex., CAMPOS, 2003; MERLO, 2008; CARVALHO, 2008; GOULARTE, 2015.

aos grandes eventos econômicos<sup>6</sup> da região, como o surto cafeeiro de meados do século XIX ou os projetos industriais do XX.

Neste sentido, de acordo com Patrícia Merlo, por exemplo, o século XIX introduziu um novo momento de repactuação entre as elites locais e a administração régia. Os governadores nomeados durante esse período<sup>7</sup> - dentre eles, Francisco Alberto Rubim - seriam protagonistas de novos acordos entre o poder central e as elites locais, iniciando a progressiva integração da capitania aos objetivos traçados pelo projeto imperial:

Esse processo marcou o fim do isolamento capixaba, principalmente por meio da abertura de novos caminhos e vias oficiais rumo ao interior, com seus respectivos fiscos e quartéis, como forma de evitar os ditos “descaminhos”, sobretudo aqueles dominados pela ação de contrabandistas e invasores. Nesse contexto, inscreve-se o projeto de abertura de vias de comunicação com Minas Gerais - sobretudo pelo Rio Doce – o povoamento da região interiorana e a construção de quartéis estratégicos, além da criação de um corpo burocrático encarregado de controlar a política local. (MERLO, 2008, pp. 29-30)

Portanto, à luz da atual historiografia, estamos a tratar neste trabalho não apenas de nomes e ações isoladas, mas da movimentação, em inícios do século XIX, de membros de grupos políticos que começaram a se delinear pelo menos em meados do XVIII. Ou, na definição do historiador João Fragoso, de *bandos* por meio dos quais se organizavam as oligarquias coloniais (FRAGOSO, 2003).

---

<sup>6</sup> Cf. p. ex. ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1982. OLIVEIRA, 2008b. Essa tradição sempre enfatizou não apenas o isolamento e a pobreza capixabas frente às regiões coloniais de notória prosperidade (tais como Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro). Na mesma direção, também reproduziu a lógica do colonizador, cuja ideia de suficiência e lucratividade tinha como parâmetros as atividades relacionadas à agro exportação, desconsiderando que os movimentos internos à colônia contribuíam e dialogavam de maneira significativa com os mecanismos de manutenção do sistema a nível macro

<sup>7</sup> Silva Pontes (1800-1804); Manoel Tovar (1804-1811); Francisco Rubim (1812-1819) e Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos (1820-1824), este último assumindo em plena agitação política da independência, momento de redefinições políticas na história da capitania, desde então transformada em província.



Neste ponto, é preciso esclarecer o que estamos chamando de elites, no âmbito deste trabalho<sup>8</sup>. Embora cercado de imprecisões e, por isso mesmo, muitas vezes criticado entre os estudiosos da história, a noção de elite envolve, segundo Flávio Heinz, “[...] os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros [...]” (HEINZ, 2006, p. 8). Nesta investigação, tratamos, prioritariamente, de atores pertencentes às elites burocráticas luso-brasileiras: lideranças administrativas, militares, eclesiásticas e intelectuais.

Obviamente, aqui se faz necessário o olhar sob diferentes escalas de observação. A força política, econômica e simbólica membros da elite administrativa ligada às esferas da corte e aos negócios *de grosso* do mercado atlântico é assimétrica, diante de uma elite local capixaba. Contudo, a percepção de que certos atores desfrutavam de condições diferenciadas nas regiões onde viviam é comum também aos moradores de distinção na Capitania do Espírito Santo. Em outras palavras, esses últimos, ainda que em escala reduzida de fortuna e de prestígio, também se constituem em “[...] un groupe minoritaire occupant la place supérieure dans la société et s’arrogeant le droit de régler les affaires communes du fait de leur naissance, de leurs mérites, de leur culture ou de leur richesse [...]” (BUSINO, 1992, p. 4).

Os estudos sobre as elites lusas e suas estratégias de ação têm sido bastante fecundos em demonstrar que, através da gestão de suas famílias e negócios, estas constroem redes de poder e espaços de negociação<sup>9</sup>. Tornaram possível ainda perceber disputas e alianças em torno de interesses antagônicos. Conclui-se, portanto, que, assim como acontece com o conceito de *redes políticas*, tecidas em meio aos poderes concorrentes de uma *monarquia pluricontinental*, o atual estado das investigações acerca das *elites* no Antigo Regime português emerge do reexame sobre o problema da centralização política do reino na Modernidade.

---

<sup>8</sup> Uma coletânea de textos sobre as apropriações, problemas metodológicos e trabalhos sobre elites pode ser encontrada em HEINZ, 2006.

<sup>9</sup> Para uma síntese dos estudos de elite no Antigo Regime ibérico, com ênfase nos poderes locais, consultar MONTEIRO, 2003, p. 38.

Neste sentido, como nos mostra Nuno Monteiro, a tônica dos trabalhos tem recaído cada vez menos em análises sobre a progressiva concentração do poder político, o acúmulo de capital e o monopólio da força militar – e cujo fim seria necessariamente o Estado-nação tal como o conhecemos. De maneira geral, os trabalhos recentes vêm operando a partir de um paradigma epistemológico que insiste em demonstrar as peculiaridades próprias das instituições de Antigo Regime, demarcando suas diferenças em relação aos Estados contemporâneos e concebendo-as como componentes de sistemas políticos estáveis (MONTEIRO, 2003, p. 20-21).

O revisionismo do caráter absoluto e racional do poder político na Modernidade é, em grande parte, tributário da obra de António Manuel Hespanha e das compilações de pesquisas informadas por esse quadro teórico, organizadas pelo autor (HESPANHA, 1993; 1994). Em parceria com Ângela Xavier (HESPANHA & XAVIER, 1993, p. 391), o mesmo aponta para a capilaridade e a força das redes clientelares, presentes numa estrutura política polissinodal, informada por uma *economia da graça*, herdada das elites do Reino, estendendo-se assim aos domínios ultramarinos. Essas redes resultavam, por sua vez, na articulação entre o exercício governativo central e os poderes locais - com destaque para o proeminente papel que as câmaras desempenharam como espaço privilegiado de representação e de nobilitação<sup>10</sup> dos setores sociais locais.

Ao questionar a já estabelecida visão de uma centralização política monolítica do Estado Moderno, Hespanha aponta para o modo como os poderes periféricos (tais como as câmaras, as cúrias e os poderes senhoriais) procuraram se beneficiar das lacunas do poder central, fossem estas de natureza doutrinária ou institucional, conquistando assim espaços de autonomia. Em um movimento progressivo, uma

---

<sup>10</sup> Sob o mesmo viés revisionista que discute o real alcance das políticas de centralização do Estado Moderno, multiplicaram-se trabalhos que demonstram a significativa expressão dos poderes locais, com destaque para as Câmaras e a dinâmica de ocupação dos seus ofícios por todo o Império luso, onde, muito provavelmente, encontraremos conexões com os sujeitos da presente análise. Contudo, esta ainda é uma inferência nesse estágio inicial da investigação. Para um panorama mais amplo do tema, cf. FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001, pp. 189-211.

série de outros trabalhos<sup>11</sup> influenciados pelas conclusões desse autor procuraram mostrar, de maneira empírica, aspectos do jogo de equilíbrios entre os poderes no Portugal Moderno.

Esta visão atomizada do poder político no Antigo Regime português refletiu-se na produção historiográfica brasileira que, em consonância com referenciais teórico-metodológicos europeus e norte-americanos<sup>12</sup>, mostrou que as relações entre o Reino e suas colônias foram além do sentido de mera exploração econômica e do domínio inflexível. Sob esse novo viés, entende-se que a governabilidade das sociedades coloniais foi construída tendo em conta uma ampla margem de negociação, originada dos valores e práticas da sociedade portuguesa de Antigo Regime.

Com relação ao nosso objeto, essa perspectiva se apresenta bastante fecunda. Lançar luz ao comportamento dos homens que administravam o Império, e ao espaço de negociação de que dispunham em seu relacionamento com os poderes locais, possibilita um estudo mais fecundo do potencial de acordos e aproximações entre os grupos de elite e contribui para a caracterização de sua constituição, de suas práticas e representações de poder.

A conformação de espaços políticos a partir de articulações de cunho privado, característica marcante da natureza do exercício do poder nos domínios do Império português, leva-nos a examinar o encadeamento de relações assimétricas, pautadas na reciprocidade típica de uma *economia do dom*, segundo a qual, de acordo com a definição de Xavier e Hespanha (1993), o prestígio de uma pessoa construía-se sobre a sua capacidade de dispensar benefícios e, de igual modo, de retribuir os benefícios recebidos, criando-se, assim, *amizades* (laços políticos) e redes de

---

<sup>11</sup> Destacam-se as contribuições de HESPANHA (1995); MONTEIRO (1998); SUBTIL (1996); CARDIM (1998); CUNHA (2000); OLIVAL (2000) e XAVIER e HESPANHA (1993).

<sup>12</sup> Citam-se especialmente as apropriações da noção de “sistemas mundiais”, de I. Wallerstein (1974), do modelo “centro-periferia”, de E. Shills (1992) e o conceito de “autoridades negociadas”, de J. P. Greene (1994). Com relação à discussão sobre a constituição política da modernidade nos Estados ibéricos, cf. CLAVERO, 1981, ALBADEJO, 1984; e SCHAUB, 1995.

relações sociais - denominadas pelos autores de redes clientelares - subjacentes a toda a estrutura político-institucional.

Sob esse ponto de vista, o conceito anterior se amplia, atingindo o que Maria de Fátima Gouvêa chamou, no âmbito das relações de clientela entre as altas autoridades administrativas da América lusa, de *redes governativas*. Estas eram formadas a partir de indivíduos

[...] articulados na defesa de determinadas estratégias políticas e mercantis, constituindo-se em grupos que atuavam de modo mais direto no campo da governação, mas que através desta, agiam em defesa dos interesses mais gerais de redes mais amplas, redes imperiais. (FRAGOSO & GOUVÊA, 2010, p. 401)

No Brasil, nas duas últimas décadas, o volume de trabalhos sobre as elites políticas e suas redes cresceu de maneira significativa, a partir das apropriações teóricas apontadas<sup>13</sup>. A partir do que já foi dito até aqui, resta-nos apenas delinear a importância da família na constituição dessas redes de poder. Traçando uma análise do conceito à luz dos estudos sobre a sociedade colonial na América portuguesa, Sheila Faria sublinha a [...] vital importância que a família exerceu na montagem e funcionamento das atividades econômicas coloniais, em particular aquelas ligadas ao mundo agrário (FARIA, 1998, p. 21). Contudo, adverte que, nas sociedades de tipo antigo, o conceito de família transcende os laços de sangue, como sugerem os padrões familiares atuais (FARIA, 1998, p. 21; 39-45<sup>14</sup>). E reafirma a importância do

---

<sup>13</sup> Dentre os trabalhos, podemos destacar o dossiê *Do Império de Portugal ao Império do Brasil*, publicado na Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, de 1998, que reuniu artigos de grandes pesquisadores do tema já citados em nosso projeto. Destacamos também o dossiê *Política e governabilidade: diálogos com a obra de Maria de Fátima Silva Gouvêa* publicado pela Revista Tempo (UFF) em 2009. Complementa o debate o recente dossiê *Revisitando a América Portuguesa: Redes de Poder, Sociabilidades e Trajetórias* publicado pela Revista Historien (UFPE), em 2014. Cabe destacar que existe hoje um número crescente de dissertações e teses que tocam a temática, contudo, não há aqui espaço para maiores incursões.

<sup>14</sup> Para um balanço sobre os aspectos ligados à história da família no Brasil, tais como o patriarcalismo, questões de legitimidade e de herança, o matrimônio e a família escrava, tomando como estudo de caso a região de Campos dos Goitacazes, cf. FARIA, 1998.

pertencimento a determinado núcleo familiar como fator determinante para as trajetórias de vida de homens e mulheres naquele período:

É pela e para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se e convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consanguinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação, incluindo relações rituais. (FARIA, 1998, p. 21)

Essa linha de reflexão foi fundamental no estudo das trajetórias de nossos atores. A partir de suas tramas familiares, foi possível perceber como estes teciam seus destinos, seus próprios espaços de ação, entre as redes pelas quais se moviam. Conectando-se a discussão proposta pela autora e as histórias de vida dos dois personagens aqui investigados - homens de ampla circulação entre os quadros da administração portuguesa no ultramar – foi possível apreender o modo como construía e/ou adaptavam *fortes* sentimentos (vínculos) de parentesco e amizade às *frouxas* e *incertas* circunstâncias dos circuitos de relações por onde transitavam.

## **I.2 Tecendo as redes: proposta metodológica**

O exame do comportamento das elites sob a ótica das redes de poder nos levou a adotar o *estudo de trajetórias* como metodologia de investigação. Contudo, enquanto tecíamos os percursos de vida e carreira dos atores investigados, esta recomposição biográfica nos apresentou a uma gama de outros sujeitos, com os quais suas vidas se cruzaram. Assim, assumimos a *propopografia* como ferramenta de trabalho. Entendemos, de acordo com Lawrence Stone, que esta ferramenta permite um estudo coletivo das vidas dos personagens aqui tratados, percebendo

suas características comuns e atacando dois problemas também aqui recortados: a origem da ação política (revelando-se os interesses e as conexões entre os sujeitos) e as questões atinentes à mobilidade social, por meio da investigação de suas origens familiares e das oportunidades de mudança de status (STONE, 2011, p. 115-116). Sobre esta composição, aqui vão alguns comentários.

Primeiramente, é preciso reconhecer que o enfoque biográfico, tem gerado alguma polêmica no campo das ciências humanas, de maneira geral. Tradicionais entre os historiadores<sup>15</sup> - mas não menos controversos- os estudos das histórias de vida encontraram, a partir dos anos 1970, na sociologia de Daniel Bertaux seu principal meio de divulgação. Viriam, por outro lado, a sofrer vários questionamentos quanto às suas reais possibilidades de objetivação como metodologia investigativa. Isto porque, seguindo a proposta de Bertaux, os cientistas adeptos daquela tendência se negavam a cruzar os relatos de vida dos sujeitos pesquisados com outras informações documentais externas a esses mesmos relatos<sup>16</sup>.

Em reação a tal postura, a partir dos anos 1980, seguindo as críticas apontadas por Pierre Bourdieu, pesquisadores de diversos campos buscaram redimensionar os usos da perspectiva biográfica. A principal convicção desses estudiosos residia no fato de que, para a análise social, as histórias de vida só ganhariam significado à luz de uma leitura relacional. Essa leitura deveria buscar compreender os dados biográficos no interior da matriz objetiva de experiências sociais que lhe dão sentido. Sugerindo resolver a questão pelo uso da noção de estudos de trajetórias, Bourdieu afirma:

L'analyse critique des [ces] processus sociaux [...] conduit à construire la notion de *trajectoire* comme série des positions successivement occupées par un même agent (ou un même groupe) dans un espace lui-même en devenir et soumis à d'incessantes transformations. Essayer de comprendre une vie comme une série unique et à soi suffisante d'événements successifs

---

15 A respeito dos usos da biografia e seus modelos históricos, destacando-se as possibilidades narrativas desses estudos, cf. LORIGA, 1998, p. 225-249.

16 Um panorama do debate acadêmico em torno do uso da metodologia das histórias de vida no campo da sociologia pode ser encontrado em GUÉRIOS, 2011.

sans autre lien que l'association à un «sujet» dont la constance n'est sans doute que celle d'un nom propre, est à peu près aussi absurde que d'essayer de rendre raison d'un trajet dans le métro sans prendre en compte la structure du réseau, c'est-à-dire la matrice des relations objectives entre les différentes stations. (BOURDIEU, 1986, p. 71)

A crítica de Bourdieu foi, mais tarde, matizada por outros conteúdos que também apontavam para a necessidade de se buscar, no mesmo conjunto de relações sociais, o cotejo com outras experiências individuais, através das quais pudessem ser extraídos os significados sociais dos eventos.

Uma segunda colocação diz respeito à documentação. Como recomenda Flávio Heinz (HEINZ, 2006, p. 11-12), para este estudo de trajetórias foi importante não apenas selecionar as fontes, mas, sobretudo, *construir os dados* a partir uma elaboração de eventos significativos que permitisse certa padronização da informação, possibilitando cruzamentos. Neste sentido, foram observados e coletados conjuntos documentais capazes de expor os pontos de contato entre os atores e a dinâmica do recrutamento de novos sujeitos, na construção da tessitura da superfície da rede, bem como sua expressão no território analisado.

Assim, em meio aos papéis coligidos, privilegiamos aquelas fontes que fizessem referência a momentos onde, direta ou indiretamente, nossos dois principais atores se encontravam, de alguma forma, simultaneamente presentes: passagens do mundo mercantil atlântico e da administração da Capitania do Espírito Santo no período: a construção do Hospital da Misericórdia, em Vitória, a abertura da estrada do Rubim, via de comunicação da Capitania do Espírito Santo com a de Minas Gerais, e a fundação da colônia de açorianos. Os três eventos elencados fizeram parte das ações de governança levadas a cabo por Francisco Rubim com o incentivo de Paulo Fernandes Viana. Assim, foram objetos dos registros da correspondência política, bem como das memórias desses sujeitos.

No tratamento das fontes, empreendemos um esforço de reconstrução das redes de relações objetivas dos sujeitos analisados, perseguindo indícios de vínculos familiares e de relações pessoais. Procuramos desvendar como estes se utilizavam

dos critérios de pertencimento estabelecidos e, para tanto, consideramos, em meio aos eventos analisados, as ações empreendidas por esses sujeitos que podem ser entendidas como estratégias para a arregimentação de outros ao grupo.

No cruzamento das trajetórias individuais dialogamos também a partir da perspectiva da antropologia de Fredrik Barth. Cabe-nos adiantar aqui alguns dos aportes que orientaram a nossa análise. Em sua inovadora abordagem sobre a teoria da ação social, o antropólogo norueguês nos ajuda a perceber os eventos e atos das vidas dos personagens como categorias diversas:

O primeiro refere-se ao aspecto externo do comportamento, aos dados objetivos e mensuráveis [...]. O segundo, ao significado intencional e interpretado do comportamento, o seu significado para pessoas conscientes, com conjuntos específicos de crenças e de experiências. Um evento é um ato em virtude de ser intencional e interpretável. (BARTH, 2000, p. 173)

A partir dos eventos enunciados, buscamos conferir sentido às estratégias e escolhas dos sujeitos, tomadas a partir das experiências vividas naquela realidade concreta, entretanto, sem termos a pretensão de considerar que estas experiências e padrões são determinantes para as escolhas ou que tais escolhas sejam sempre conscientes e controláveis. Assim, procuramos perceber, em que medida os atos tomados constituíram-se em estratégias - bem sucedidas ou não - de ascensão nobilitação e de formação de grupos, no interior dos padrões de nobilitação de Antigo Regime. Entendemos, por outro lado, que as ações dos sujeitos são executadas levando-se em conta não apenas os valores presentes nos seus sistemas sociais, mas também uma grande margem de limitação e imprevisibilidade:

Estas constatações, porém, forçam-nos a reconhecer que vivemos nossas vidas com uma consciência e um horizonte que não abrangem a totalidade da sociedade, das instituições e das forças que nos atingem. De alguma maneira, os vários horizontes limitados das pessoas se ligam e se sobrepõem produzindo um mundo maior que o agregado de suas respectivas práxis gera, mas que ninguém consegue visualizar. (BARTH, 2000, p. 137)



Deste modo, ao traçarmos biografias coletivas, analisando e produzindo escrita biográfica, é imprescindível considerar que o produto da investigação tenderá, não raro, a fugir da linearidade, abraçando as incoerências e idiossincrasias próprias da experiência social. Se de fato precisamos remeter o sujeito à sua matriz social, recortando contextos, estes figuram mais como demarcações dos espaços de possibilidades do sujeito do que como fronteiras de normatividade, dentro das quais as especificidades dos destinos individuais devem permanecer embotadas, como nos adverte Sabina Loriga (1998, p. 247). Tal procedimento nos permitiu, de igual modo, verificar como os indivíduos ingressam em determinadas redes de relações, ampliando-as no tempo. Essa reflexão nos remete, por sua vez, à discussão entre o individual e o coletivo, o geral e o particular, no interior da análise histórica.

Ao tratar das trajetórias individuais e das estratégias de inserção e/ou tessitura de grupos políticos, adotamos a micro-história como procedimento analítico. Este se apresenta como opção mais adequada não apenas por se tratar de uma abordagem de sujeitos individuais - portanto, num dado sentido, uma análise em menor escala - mas, sobretudo, pela possibilidade de se articularem diferentes dimensões no campo dos relacionamentos travados pelos sujeitos em questão: local, regional, *imperial*.

Em outras palavras, não temos aqui a perspectiva de uma análise documental microscópica em um estudo intensivo do material documental (LEVI 1992, p. 136), mas uma análise em escala reduzida, partido de histórias de vida individuais, vistas de maneira articulada, que, no seu bojo, atinge problemáticas mais amplas. Na reconstrução das trajetórias singulares dos personagens aqui propostos, importa-nos observar os postos galgados em suas carreiras políticas, os laços de amizade e de parentesco, as parcerias nos negócios, suas relações com os *outros* (os conflitos, tensões e negociações) e suas tentativas de se manterem nas esferas de decisão. Acompanhando Jacques Revel, acreditamos que

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens - e

com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. (REVEL, 1998, p. 21)

Por fim, apenas um comentário sobre a escrita dessas histórias. Ao longo da narrativa biográfica que realizamos aqui, percebemos que, de acordo com Alexandre Avelar, era praticamente impossível enquadrar os indivíduos em “esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos”. O autor nos adverte sobre a necessidade de abandonarmos a expectativa simplória de que uma vida humana é marcada por regularidades e linearidades, o que com frequência limita o pesquisador que, assim, se pretende a buscar essas características nas trajetórias dos personagens biografados. Acatada a advertência, assumimos um relato que possibilitou apreendê-los em meio às suas diversas “identidades, referências e locais” (AVELAR, 2012, p. 72).

Ao longo da narrativa, tomamos a liberdade de utilizar, por analogia, conceitos específicos da *análise de redes sociais*. Esses conceitos apresentaram a vantagem de evidenciar as posições e o comportamento dos sujeitos pesquisados nas redes das quais participavam. É bom que fique claro que, a rigor, não estamos aqui utilizando todos os aportes da *análise de redes sociais*, pois se trata de um método matemático, cujo resultado pode ser, inclusive, demonstrado graficamente. Na impossibilidade de compormos as matrizes de relações exigidas, por falta de documentação serial para o estudo, baseamo-nos, contudo, em alguns dos conceitos nele utilizados, como ferramentas narrativas usadas para descrevermos, de maneira figurada, as relações observadas.

Desta forma, de acordo com a conceituação de WASSERMAN & FAUST (1999), baseamo-nos na imagem de uma rede social como um conjunto de atores e suas relações. Os atores podem ser concebidos como indivíduos, mas também como corporações ou comunidades. As relações são definidas como um conjunto de elos relacionais e, por sua vez, os elos são as conexões estabelecidas entre os atores, que podem apresentar maior ou menor força (densidade). Para os propósitos da presente investigação, tornou-se fundamental conhecer, a partir das histórias de vida

dos atores envolvidos, os pontos de contato (nós) estabelecidos, e os relacionamentos (elos) entre eles.

Assim, mais do que uma história do *nome próprio*, com nos adverte Bourdieu, buscaremos articular esses aspectos a processos de escala mais ampla: os jogos do poder no Centro Sul da América portuguesa, na virada do século XVIII para o XIX.

### **I.3 Sobre as fontes de pesquisa, sua organização e tratamento**

Esta pesquisa contou com uma multiplicidade de fontes, heterogêneas em sua natureza, tratadas principalmente de forma qualitativa, segundo o método histórico (análise heurística a partir das críticas externa e interna aos documentos). Pequenas amostras quantitativas foram também utilizadas, quando foi possível devido à natureza das fontes e necessário para elucidar questões pontuais da análise. Estas duas abordagens aparecem articuladas para ampliar as construções de sentido demonstradas nos resultados da investigação.

De início, em coerência com a proposta metodológica, foi fundamental definir as origens e ocupações dos nossos protagonistas e seus coadjuvantes: rastrear os nós e as linhas de atuação presentes em suas redes de relações; após, verificamos mudanças de posição no interior das redes. O levantamento de informações biográficas e a reconstrução passo a passo das trajetórias, individualmente e de maneira cruzada nos deixou, em pouco tempo, também *enredadas* em meio a uma multiplicidade de nomes, famílias, lugares, tempos, acontecimentos. Neste ponto, recorreremos ao uso da tecnologia. Consultamos bases de dados genealógicos já acessíveis on-line, tais como Geneall.net ([geneall.net/pt/](http://geneall.net/pt/)) e Arqnet ([arqnet.acinet.pt/](http://arqnet.acinet.pt/)). A primeira é administrada e referenciada pela Biblioteca de Genealogia de Portugal e a segunda acessa diretamente documentação cartorária, e, buscando-se pelos sobrenomes, podemos ter a referência à mesma. Para a seleção e organização do material, construímos um banco de dados, onde os documentos foram agrupados em bases menores, por categorias. As informações ali

presentes foram, então, fragmentadas em eventos, ganhando marcadores específicos como *natureza do evento*, *data*, *local*, *sujeito*, *papel do sujeito* e ainda um campo livre para *comentários*.

Assim, numa primeira etapa da pesquisa, trabalhamos, de fato, na produção de *metafontes* (HEINZ, 2006, p. 12), uma vez que buscamos certa padronização de dados de fontes diversas. Este trabalho deu-se, em grande medida anteriormente à própria análise das mesmas. A produção de dados, de maneira estruturada, permitiu, depois, reagrupá-los, em termos de recorrências dos agentes em determinados eventos e dos papéis desempenhados por estes, dando acesso a possibilidades de interpretações acerca dos sentidos dos seus atos, dialogando assim com a obra de Barth, como mencionamos. Para tanto, foi necessária a integração de todo o sistema a uma ferramenta de busca, por meio da qual os filtros escolhidos permitiam, com os mesmos documentos, obter resultados informativos diversos, auxiliando o rápido acesso aos dados empíricos, em par com a visualização de referências arquivísticas e bibliográficas a respeito, bem como demais informações por nós agregadas.

Quanto aos documentos coligidos, um dos conjuntos diz respeito à *escrita de si* – ou *escrita autorreferencial* - dos personagens principais. As memórias deixadas por Paulo Fernandes Viana (VIANA, 1892) e por Francisco Alberto Rubim (RUBIM, 2003), se encontram publicadas e não têm propriamente um sentido de relato privado, como um diário pessoal, por exemplo. Foram escritas para prestar contas sobre seu desempenho nas funções governativas. De qualquer forma, apresentam como estas funções estavam enredadas às suas próprias vidas. Os episódios destacados em seus relatos foram tomados como atos de memória que refletem escolhas e identidades dos sujeitos, mas também apontam para aspectos excepcionais de suas experiências sociais (GOMES, 2004, p. 10-13).

Outro *corpus* diz respeito às *comunicações políticas*. Aqui, temos basicamente os registros da correspondência da Polícia da Corte durante a administração Viana, entre os anos 1808-1821, depositados no ANRJ, e cartas do intendente, que se encontram entre os documentos históricos da BNRJ, além da correspondência do

Governador Rubim, depositada no APEES e encontrada também nos arquivos do IHGB, bem como os fundos do Arquivo Histórico Ultramarino, acessados pela plataforma *Resgate*. Nesses conjuntos, encontramos os diálogos entre o poder central (secretários e tribunais régios), e os poderes e indivíduos estabelecidos localmente, seja no reino ou na colônia. Neste sentido, o recente projeto capitaneado por João Fragoso e Nuno Monteiro (FRAGOSO & MONTEIRO, 2017), que aborda as comunicações políticas no Império português foi de fundamental importância para ampliar nossos horizontes de análise sobre esse tipo de documentação.

Um terceiro grupo de documentos diz respeito aos relatos de viajantes e aos cronistas do período, que nos fornecem, em conjunto, importantes fragmentos sobre o universo da política e da expansão dos negócios, no período analisado. Tais documentos trazem pormenores sobre a ocupação das terras no Recôncavo da Guanabara, em Campos dos Goitacazes e no Espírito Santo, bem como sobre os comportamentos no mundo dos negócios e da política, na Praça do Rio de Janeiro. Este é o caso, por exemplo, do naturalista francês August de Saint-Hilaire, que percorreu todo o Centro Sul do Brasil entre 1816-1822, fornecendo vasta informação sobre o Espírito Santo, que visitou em 1818, durante o governo de Francisco Rubim. Ou ainda o príncipe renano Maximilian, de Wied Neuwied que, com sua comitiva, estudou a natureza e os costumes dos povos, deixando relatos sobre as terras capixabas. Quanto aos cronistas, fazemos referência ao Monsenhor Pizarro e Araújo em *Memórias Históricas do Rio de Janeiro, e das Províncias Anexadas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil* (1820). Com relação à Capitania do Espírito Santo, destacamos a obra de outro religioso, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, *O Espírito Santo em princípios do século XIX*. Retratando os anos entre 1812 e 1819, período do governo de Rubim, o autor apresenta um panorama da capitania.

E, por fim, mas não menos importante, acompanhamos toda a carreira de Francisco Alberto Rubim a partir dos seus assentos na Marinha Portuguesa, reunidos no fundo *Rubim* (BCM-AHM, Cx 773), guardados no Arquivo Histórico da Marinha (Lisboa).

## I.4 Desenho da investigação

Definido, portanto, o estado da questão em termos historiográficos e teóricos, além do percurso metodológico, resta-nos mostrar uma perspectiva dos capítulos que se seguem.

No primeiro capítulo, apresentamos um quadro geral do Centro Sul da América portuguesa, entre a segunda metade do século XVIII e os anos 1820. Consideramos os impactos do projeto ilustrado de Império luso-brasileiro para a macrorregião analisada, tendo em vista o reposicionamento da Capitania do Espírito Santo na geopolítica imperial, com implicações no conhecimento do território, na retomada da abertura de vias de comunicação com o interior e na atração das elites locais ao projeto do poder central. Assim, por meio das *análises das comunicações políticas*, mapearemos processos de territorialização relacionados à formação de grupos políticos.

Em seguida, apresentaremos, nos capítulos 2 e 3, respectivamente, as trajetórias pessoais e governativas de Francisco Alberto Rubim e de Paulo Fernandes Viana, apontando suas respectivas origens familiares e suas aproximações com demais atores do mundo dos negócios e da administração régia, apontando paralelismos e assimetrias em suas carreiras pelo viés da *prosopografia*. Será a oportunidade de delinear politicamente seus papéis, tendo em vista os grupos de poder em que se inscrevem por meio do parentesco e/ou de outros vínculos pessoais.

Por fim, no capítulo 4, analisaremos mais detidamente os comportamentos e as ações dos nossos personagens – e de uma multiplicidade de outros sujeitos com os quais estes se relacionam – em meio aos projetos do centro empreendidos na Capitania do Espírito Santo, quais sejam: a construção do hospital da Misericórdia, a abertura da estrada do Rubim e a criação da colônia de Viana, com a imigração açoriana. Buscamos fragmentar estes eventos em ações dos sujeitos, passíveis de

serem interpretadas como estratégias de arregimentação de grupos ou de representantes das elites capixabas. E estas, por sua vez, como nexos para a adesão desses grupos locais aos projetos do poder central para a região, conectando-os, desta forma, aos interesses dos setores mais poderosos do território do Centro Sul da América lusa, às vésperas da independência.

## CAPÍTULO 1 A SUPERFÍCIE DAS REDES: RECONFIGURAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS NO CENTRO SUL DA AMÉRICA PORTUGUESA

### 1.1 A tessitura espaço temporal das redes e o projeto do novo Império

Ao considerarmos apreender o movimento das redes de relações nas quais o governador Francisco Alberto Rubim e o Intendente Paulo Fernandes Viana se encontravam posicionados, entre meados do século XVIII e inícios do XIX, é preciso, antes de tudo, situar esses sujeitos no movimento de expansão da ocupação da região Centro Sul da América Portuguesa, o que intentamos fazer neste primeiro capítulo. Talvez, por questão de método, estejamos desta forma, começando pelo final da história – ou, no mínimo, contando-a pela metade. Aqui, esse procedimento foi necessário como um recurso a fim de gerar novas dimensões de observação, por meio das quais os dados possam ser, mais adiante, novamente (re)organizados, tornando a análise mais rica de significados, conforme nos propõe G. Levi (REVEL, 2000, p.19-20). De fato, corremos o risco de desafiar os cânones já consagrados de uma narrativa histórica linear. Contudo, como já o justificamos, a biografia histórica tende a nos levar a lugares inesperados, o que nos força a rejeitar a apresentação de um mero encadeamento de eventos, organizados coerentemente no tempo.

Neste sentido, um primeiro e importante ponto de inflexão do relacionamento entre ambos os sujeitos investigados é justamente a nomeação de Rubim como governador da Capitania do Espírito Santo (1812-1819), no mesmo contexto em que o desembargador Viana desempenhava, a partir do Rio de Janeiro, a função de intendente de Polícia (1808 e 1821), cargo cuja jurisdição ampliava-se por toda a América lusa. Aqui, não é demais recordar que ambas as trajetórias tiveram início no reino, mesmo sendo Viana *brasileiro* de nascimento.

Começamos, pois, a demarcar geograficamente, seus lugares de atuação nos anos finais de nossa análise, observando sua movimentação por espaços que participam



a um só tempo, de maneira integrada e diversa, nas dinâmicas da configuração imperial lusa de inícios dos Oitocentos. Nossa ideia foi propor, para esses espaços, um modelo de análise que os dimensionasse também numa configuração geográfica relacional, percebendo seu significado como territórios coloniais no interior da geopolítica do Império atlântico, naquela virada de século.

Com esta opção, evitamos traçar uma contextualização espaço-temporal estruturada e, por conseguinte, estruturante de todo o restante da análise, e que pode ser remissiva para gerar explicações funcionais às ações analisadas. Preferimos conceber os locais das ações e dos eventos implicados como partes de uma configuração territorial na qual os lugares se organizam e se diferenciam uns dos outros na medida em que as redes de poder das quais participam vão, de igual modo, se reconfigurando através do tempo. E, deste modo, procuramos construir cenários de mutações e incertezas, em meio aos quais os indivíduos e seus grupos tomavam decisões, participando de múltiplos campos políticos em permanente disputa (RAFFESTIN, 1993, p. 144)<sup>17</sup>.

Para a composição e a análise das redes territoriais nas quais os nossos personagens se encontravam envolvidos, utilizaremos como fontes principais os manuscritos que registram a correspondência política entre o poder central (Príncipe Regente, secretários do reino) e os governadores da Capitania do Espírito Santo (representantes do poder central na conquista). Estas serão complementadas pelas memórias administrativas de Paulo Fernandes Viana e pela correspondência da Intendência da Polícia da Corte. Os trabalhos monográficos que se dedicaram a compreender as configurações espaciais aqui envolvidas, por meio de diferentes

---

<sup>17</sup> Trabalhamos aqui com as noções de território e de poder oriundas da geografia política de Claude Raffestin, segundo o qual “Evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Este campo de poder a que se refere o autor é, portanto, um arranjo de relações, fruto do exercício provisório ou instável do poder territorial. Percebe-se, de igual modo, que sua problemática relacional de poder, de matriz *foucaultiana*, é uma ferramenta bastante útil para compreendermos a progressiva centralidade do território abordado pois, em meio ao exercício de relações de poder difusas e em múltiplas escalas, é que se constitui o Centro Sul da América lusa, a partir das ações interindividuais que emergem das periferias em direção ao centro, produzindo territórios.

escalas de observação, serão retomados como principais interlocutores nessa construção.

Começamos, pois, pela região na qual se movimentavam Viana e Rubim, em inícios do XIX, como enunciamos acima. Em 1972, Maria Odila Dias desafiava os pesquisadores do tema da independência do Brasil a investigar o enraizamento de interesses políticos e econômicos das elites luso-brasileiras na colônia (DIAS, 2005, p. 7-37). Em termos espaciais, a autora apontava que o ponto nodal daquelas redes seria, então, o Rio de Janeiro, mas que suas linhas de atuação se cruzavam em direção ao sul da América lusa e aos territórios do interior – os chamados sertões – desbravados em consequência da exploração aurífera das Minas Gerais. Recortava-se, a partir de então, não apenas um novo objeto na historiografia brasileira, mas, sobretudo, um espaço de relações que vem sendo mapeado em trabalhos monográficos, alguns dos quais serão retomados aqui<sup>18</sup>. O Rio de Janeiro se coloca, portanto, como o centro nevrálgico de uma configuração sócio espacial que a historiografia, desde Dias, passou a denominar de Centro Sul da América lusa.

Neste sentido, o trabalho com as diferentes escalas das noções de centro e periferia, tal como proposto por A. J. R. Russell-Wood (1998), nos levou a refletir sobre as possibilidades de um olhar mais complexo sobre o território, para além de um mero cenário onde se passam as ações. Segundo a proposta do autor, buscamos enfatizar de que forma a produção de redes de relações segue empreendendo, na dimensão física, a requalificação dos espaços. No plano político

---

<sup>18</sup> Tomando por base as reflexões de Maria Odila Dias, o significativo avanço na pesquisa histórica de caráter empírico trouxe consigo um aprofundamento e, ao mesmo tempo, um refinamento, nas abordagens a respeito da sociedade e economia coloniais, com ênfase nas operações mercantis realizadas a partir dessa macrorregião. Como pioneiros dessa tendência, destacamos MARTINHO & GORENSTEIN, 1993; LENHARO, 1993. Posteriormente, outro conjunto de trabalhos viria a apontar que o enraizamento de interesses mercantis e sua interdependência com o agro fluminense teria se iniciado ainda no século XVIII, enlaçando política e economia na configuração de uma sociedade hierarquizada e excludente, a cujo topo ascendem representantes dos setores mercantis: FRAGOSO, 1992; FRAGOSO & FLORENTINO, 1993; SAMPAIO, 2003; BICALHO, 2003; GOUVÊA, 2008. Em inícios dos anos 2000, parte desse grupo é responsável pela organização de coletâneas de ensaios que apresentam renovados enfoques sobre a economia colonial, rompendo com a visão estruturada de pacto colonial e mostrando novos padrões de relacionamento entre os polos daquele esquema e mostrando que a governabilidade do amplo império atlântico português envolveu negociações e margens de manobra, estratégias nas quais as elites locais tinham acesso a privilégios, honras, mercês reais e monopólios. Cf FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001 e 2010.

e institucional, esse movimento permite vislumbrar conjunturas e estratégias nas quais setores sociais organizados nas periferias do sistema atlântico vão, aos poucos, aproximando-se do centro e conquistando espaços de autonomia, nas brechas do controle metropolitano (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 242-245).

Até o século XVII, a política para a América lusa havia enfatizado o domínio do litoral – como já alertara o frei Vicente do Salvador, consagrando na literatura histórica a imagem dos caranguejos a arrancar a costa. Com a exploração do ouro, no século XVIII e, paralelamente, com a ideia de reforço da configuração imperial, esta política se voltou cada vez mais para o interior. Naquele momento, “[...] a descoberta das Minas veio a mudar o panorama da ocupação e o perfil da administração, mais presente e vigilante numa sociedade mais dinâmica e diversificada” (PEREIRA, 2013, p. 147). A partir de então, e cada vez mais com o avançar dos projetos de integração orgânica das diferentes porções do Império luso (Portugal, África e América) e, aprofundando-se em importância a posição da América portuguesa como ponto de articulação entre os demais territórios.

Esse esforço correu paralelo às operações de conhecimento e mapeamento do território, que concorreram para a construção de inventários sobre suas potencialidades humanas e naturais. O desejo de explorar e controlar, fruto do aprofundamento do reformismo ilustrado em Portugal, coincide, por seu turno, com a importância cada vez maior das terras brasileiras para a sua economia. Nos anos que vão de meados do século XVIII aos inícios do século XIX, observa-se, portanto, um conjunto de reformas capitaneadas pelo Estado e orientadas para a modernização de diversos aspectos do reino que, no seu conjunto, visavam à sobrevivência do Império luso. Segundo Maria de Lourdes Lyra, embora esse programa de reformas fosse inspirado no movimento ilustrado, mantinha, contudo, uma orientação moderada, distante das propostas revolucionárias (LYRA, 1994, p. 20), definindo assim uma política de relacionamento com a América lusa direcionada a manter os vínculos entre esta e o reino.

Como visto, um dos maiores expoentes do pensamento que nortearia a política imperial nesse período foi D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares. D.

Rodrigo era, por excelência, um homem da coroa. Participou com amplos poderes da administração do Marquês de Pombal (1750-1777) e sobreviveu politicamente à *Viradeira*, atuando como secretário de Estado nos governos de D. Maria I (1777-1792) e de D. João (1792-1826)<sup>19</sup>, até falecer em 1812, no Rio de Janeiro (MAXWELL & SILVA, 1986, p. 374-382). Amigo próximo do governador Silva Pontes – assunto ao qual voltaremos mais adiante – o Conde de Linhares foi um grande defensor da ideia da transferência da corte para o Brasil, antes mesmo de este fato se impor devido às circunstâncias geopolíticas, como registra em carta dirigida ao Príncipe Regente D. João, no ano de 1803 (BNRJ, Manuscritos, códice I-29, 13, 22)<sup>20</sup>.

De acordo com Lyra, a consecução de uma proposta de modernização, com vistas à recuperação das finanças do reino, envolveu a arregimentação de intelectuais e de funcionários nascidos na colônia:

O plano de converter o antigo e debilitado império colonial num novo Estado imperial onde as partes apareciam em posições iguais e os coloniais como membros natos da nação portuguesa ia se configurando através da participação ativa dos ilustrados nascidos no Brasil, na tarefa de pensar a crise e planejar, conjuntamente com a metrópole, o desenvolvimento pleno e integrado do *novo império* português (LYRA, 1994, p. 49, grifo da autora).

Essa estratégia de admitir e valorizar os quadros das elites letradas brasileiras por nascimento entre a alta administração lusa foi defendida por D. Rodrigo como fundamental para se promover a utilização plena do potencial produtivo dos seus

---

<sup>19</sup> D. Rodrigo de Sousa Coutinho atuou como secretário de Estado da Marinha e Ultramar e, em seguida, da Fazenda, entre setembro de 1796 e agosto de 1803. Com a corte instalada no Brasil, foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, de 1808 a 1812 (AMARAL, 2008, p. 355-374).

<sup>20</sup> *Carta dirigida ao P. R. D. João... (1803)*. Coleção Linhares, Seção de Manuscritos, BNRJ, cód. I-29, 13, 22. No referido documento, ao fazer uma análise da conjuntura internacional em face das guerras napoleônicas, o Conde de Linhares aconselha D. João, então Regente, a transferir-se com a corte para o Brasil já naquela ocasião, portanto cinco anos antes de o fato se consumir. O então secretário procurou mostrar ao monarca a importância de se assegurar a posse sobre o Brasil, cujo potencial já lhe asseguraria a posição de sede de um grande império a ser criado, garantindo-se assim a continuidade da monarquia lusa.

territórios, mediante a experiência daqueles que mais o conheciam. Substituíam-se, neste sentido, a ideia de subordinação da colônia à metrópole pela formulação da necessidade de cooperação entre as partes do Império. O Brasil ganharia posição de destaque, pela considerável importância econômica de suas potencialidades naturais e pela sua posição de relevância para Portugal, no jogo dos equilíbrios da instável política colonial europeia, em finais do XVIII.

Egressa dos círculos acadêmicos europeus, em especial da Universidade de Coimbra, a camada ilustrada luso-brasileira será, de qualquer forma, absorvida pelo Estado. Conforme nos mostra Ronald Raminelli (2008, p. 8-9), ao participar de operações e viagens de aprofundamento do conhecimento das diferentes porções do território imperial, em que tudo informavam ao rei, este grupo acaba por ascender às esferas da burocracia, por meio do acesso a cargos, distinções e honrarias recebidas pelos serviços prestados, sendo esta, por outro lado, uma estratégia de alinhamento das elites da terra às pretensões do reino.

Desta forma, a participação de cientistas luso-brasileiros nas viagens filosóficas que proliferaram especialmente ao longo da segunda metade do século XVIII revelavam uma nova etapa na produção do conhecimento sobre as conquistas. Como aponta Raminelli (2008, p. 69-84), seus resultados foram indispensáveis, de maneira bastante pragmática, para reunir conhecimentos úteis ao governo, viabilizando o controle à distância da coroa sobre as redes mercantis que compunham seu vasto e diverso Império.

No que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa, que envolve redes de relacionamento entre sujeitos da elite administrativa luso-brasileira, importa-nos responder a algumas questões mais imediatas. Que localidades o chamado Centro Sul incluía durante o período analisado e de que forma esta região se constituía como território estratégico, tomando progressivamente o papel de centro do complexo atlântico português? Que papel a Capitania do Espírito Santo assume, nessa configuração, nesse espaço de relações? Ou, por outro ângulo, que exigências eram necessárias aos indivíduos para ingressarem, serem aceitos e se

manterem nos circuitos da elite político-administrativa, nesse contexto? Quais os limites e margens de manobra, possíveis ou desejados, naquela formação?

## **1.2 Dimensões da centralidade da Capitania do Rio de Janeiro e de suas elites políticas**

Quando, em 1808, o Príncipe Regente e sua corte desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, este fato apenas coroou um processo de diferenciação espacial que já se delineava há, pelo menos, um século e meio. O que se observará, a partir de então, é sua constante reiteração, daquele momento em diante. O chamado Centro Sul da América lusa constituiu-se, portanto, a partir do entrelaçamento de interesses administrativos, mercantis e agrários que passaram a ter como ponto de convergência a Capitania do Rio de Janeiro, seus portos e sua cidade-sede, de mesmo nome. Contribuíram de maneira dialética para esse entrelaçamento as mudanças conjunturais inerentes às disputas entre as metrópoles europeias.

Assim, se até a metade do século XVII o Brasil permanecera periférico no âmbito do complexo atlântico português, a partir de então este ocuparia cada vez mais o centro, com relação à formulação das políticas coloniais. Como consequência de uma mais agressiva presença de outros Estados europeus no Atlântico e no Índico, operando por meio de companhias de comércio preparadas, inclusive, para o enfrentamento bélico, os países ibéricos vão progressivamente perdendo a proeminência nas disputas coloniais, o que se configura, por sua vez, em dificuldades econômicas e políticas internas àqueles Estados.

Com relação especificamente a Portugal, conforme demarca a historiografia clássica sobre o tema (NOVAIS, 1979), a definitiva virada para o Atlântico a partir de meados do XVII, relacionava-se ao jogo entre as dinâmicas interna e externa à colônia, de cuja centralidade o Estado português passa a depender. A combinação entre a progressiva perda da hegemonia ibérica no lucrativo comércio com o Oriente, os

desdobramentos políticos e econômicos da presença holandesa no Nordeste, o aprofundamento do tráfico de almas na costa ocidental da África e a exploração de metais preciosos nos sertões do Brasil vai, aos poucos, reposicionando a América lusa da periferia do sistema colonial em direção ao seu centro.

É nesse movimento que vemos, de igual modo, o Rio de Janeiro redefinir o seu papel de região secundária a ponto nodal do sistema atlântico português. Do ponto de vista da relação colonial, entre os séculos XVII e XVIII, esse deslocamento é acompanhado pela transformação da Capitania do Rio de Janeiro em principal polo mercantil da América lusa, tendo em vista, especialmente, as demandas do amplo mercado consumidor da região das Minas Gerais, conforme assinalam Fragoso (1992); Fragoso & Florentino (1993) e Sampaio (2003). A ampliação dos negócios direcionados ao abastecimento das Minas resultaria na consolidação de um setor social novo: um grupo de elite ligado ao comércio de grosso trato, com ênfase no tráfico de africanos, mas com ramificações em diversificados investimentos, como o crédito, as rendas urbanas e o abastecimento interno pela via terrestre ou de cabotagem.

Os mesmos autores apontaram que esse grupo, formado por poderosas firmas familiares, demonstrou ter pretensões políticas próprias. Segundo o *ethos* de Antigo Regime, perseguia seus objetivos em direção à nobilitação, com investimento em bens rurais e alianças junto às mais antigas e prestigiadas famílias da terra. Por meio de tais aproximações, pleiteava acesso a cargos e benesses da coroa, (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 104-108). Assim, na primeira metade do século XVIII, o Rio de Janeiro despontou como a principal praça mercantil do complexo imperial luso, superando a de Salvador. E sua elite mercantil, como a elite econômica e política daquela configuração, cujas redes de alianças “ultrapassavam as fronteiras do Rio de Janeiro, que dos seus sertões chegavam à sede administrativa da América portuguesa – e talvez a Lisboa -, e que envolviam algumas das principais autoridades coloniais” (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001, p. 56-57).

Por conta dessa reconfiguração geopolítica, a cidade do Rio de Janeiro, alçada a capital da colônia em 1763, atravessou o século XVIII e chegou ao XIX como nexos de uma rede de rotas comerciais e de relações sociais que operavam em diferentes escalas: locais, regionais e intercontinentais. Essa rede principal era formada, por sua vez, de redes secundárias, que lhe eram complementares, interligadas que estavam pelos circuitos de abastecimento interno da colônia.

Ao analisar o dinamismo da economia fluminense, durante as primeiras décadas do século XIX como caso privilegiado para se observar o funcionamento da sociedade colonial, João Fragoso<sup>21</sup> observa, por meio do movimento das embarcações no porto do Rio de Janeiro, a interdependência entre as áreas de plantation e os circuitos voltados à produção e distribuição de alimentos. O autor acentua a tendência à regionalização do comércio marítimo, no qual o Rio correspondia-se, via cabotagem, especialmente, com localidades no Sul e Sudeste, praticamente não se registrando comunicação com os portos do Norte e Nordeste. Nesse período, suas ramificações regionais estendiam-se desde os portos do Recôncavo da Guanabara, em direção ao sul fluminense e, daí, aos territórios platinos, no sul do Brasil, então disputados com a Espanha. Acompanhando o litoral, seguiam para Cabo Frio, e tomando o sentido noroeste, chegando a Campos, por onde se atingia, então, o Espírito Santo, região definida por Fragoso como voltada para o mercado externo (FRAGOSO, 1992, p. 86-90). Por via terrestre, tal rede abrangia, ainda, rotas de abastecimento que, rumando pelas periferias e serras fluminenses, chegavam a São Paulo, às Minas Gerais e às regiões do Sul e Centro Oeste (FRAGOSO, 1992, p. 86).

Enfim, arremata:

[...] percebe-se que a plantagem, entre outros mercados da Colônia, se nutria da farinha de mandioca proveniente de regiões do interior do Rio de Janeiro, do sudeste da Bahia e de Santa Catarina; do charque do Rio Grande do Sul; dos mueres de São Paulo; dos porcos e reses de Minas

---

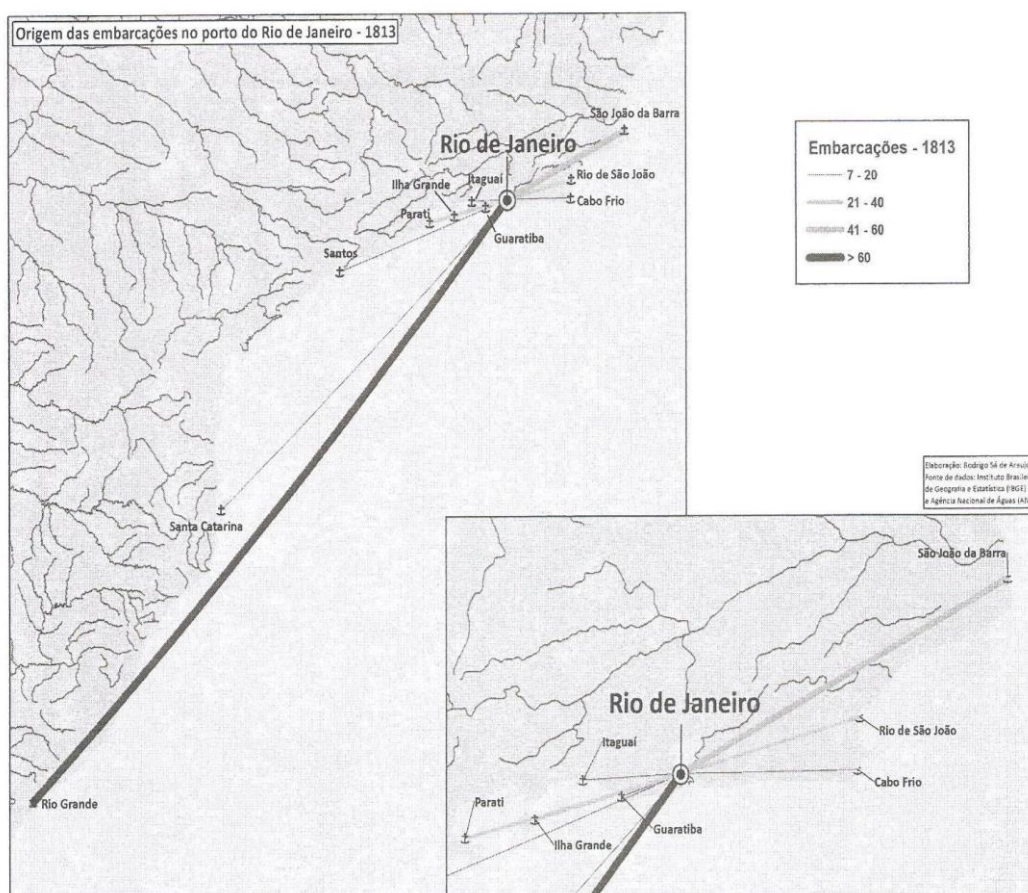
<sup>21</sup> No mesmo estudo, o autor consegue demonstrar a presença e peso dos interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro antes mesmo da instalação da corte joanina na cidade, conforme havia sugerido, nos anos 1970, Maria Odila Dias. (Cf. DIAS, 2005; FRAGOSO, 1992)



Gerais etc. Mais do que isso, na passagem do século XVIII para o XIX, verifica-se a existência [...] de áreas coloniais especializadas no comércio de abastecimento, ou seja, cuja principal atividade mercantil estava para isso voltada. [...] regiões como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujo principal parceiro comercial era o Rio de Janeiro [...]. (FRAGOSO, 1992, p. 86-87)

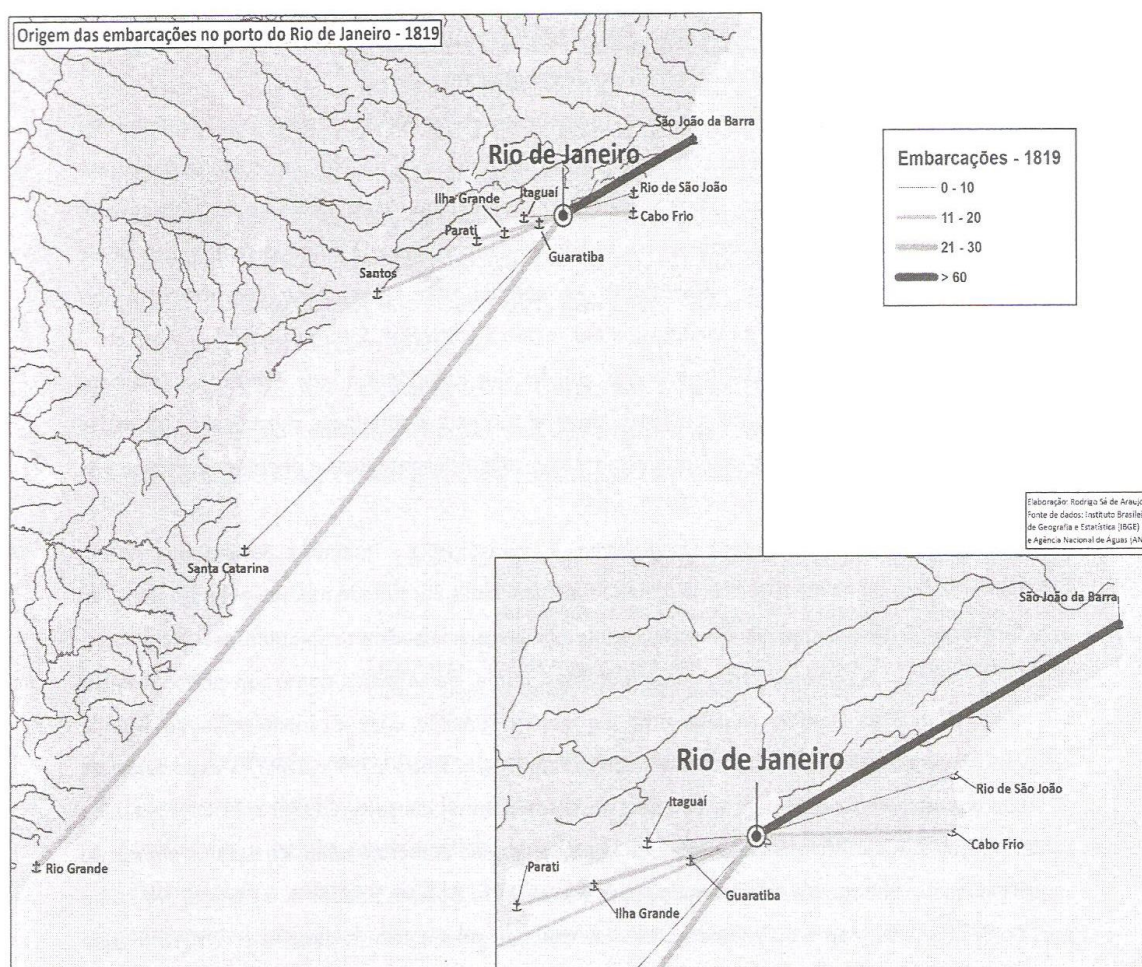
Para termos uma ideia do trânsito comercial que envolvia o Centro Sul da América portuguesa, tendo como eixo o porto do Rio de Janeiro, acompanhamos os dados apontados por Patrícia Gomes da Silveira (2013). Por meio de fontes coevas, a geógrafa traça o fluxo das embarcações de cabotagem responsáveis pela distribuição de gêneros alimentícios, demonstrando sua vitalidade, em inícios do século XIX, por meio dos seguintes cartogramas:

**Figura 1** Quantidade de embarcações que aportaram no porto do Rio de Janeiro e sua respectiva origem, 1813.



Fonte: SILVEIRA, 2013, p.96.

**Figura 2** Quantidade de embarcações que aportaram no porto do Rio de Janeiro e sua respectiva origem, 1819.



Fonte: SILVEIRA, 2013, p.97.

A partir de 1808, quando a corte portuguesa desembarcou na cidade do Rio, sobre sua configuração geográfica e institucional operou-se uma reorganização político-administrativa, fruto da transplantação do aparato burocrático do reino, que praticamente “duplicava”, em solo americano, as instituições governativas:

O Rio de Janeiro ia sendo gradativamente transformado em uma espécie de “corte miniaturizada”. O Império português passava, então, a ter duas Casas de Suplicação, duas Mesas do Desembargo do Paço, e assim por diante. O governo na cidade e na Capitania foi sendo, pouco a pouco, como que engolido por esta complexa massa de órgãos governativos, sendo progressivamente criados; instituições que tanto tratavam de assuntos da

Coroa, quanto do Império, das Capitanias do Brasil e de sua cidade-sede, a corte do Rio de Janeiro. (GOUVÊA, 2005, p. 713)

Em decorrência desse fato, por outro lado, os poderes instituídos com o advento da corte tiveram de conviver com situações que exigiram sua adaptação à malha política do novo território como, por exemplo, o estreito relacionamento entre esses órgãos do poder central e os grupos que ocupavam a câmara da cidade – bem como as demais câmaras das vilas e cidades do entorno. Nos últimos anos, a historiografia luso-brasileira sobre o Antigo Regime tem destacado o papel das câmaras como instâncias representativas da vitalidade e autonomia dos poderes locais e como núcleos de representação de suas oligarquias<sup>22</sup>. As câmaras coloniais, mais especificamente, suscitaram uma gama de estudos, desde os clássicos sobre administração, até os mais recentes, voltados para uma compreensão mais ampla dos mecanismos de governabilidade régios nas conquistas. Em meio a esses estudos, o Senado do Rio de Janeiro tem se destacado na originalidade de sua autonomia governativa, mesmo face à ampliação da instalação de órgãos da burocracia régia na cidade, entre o século XVIII e inícios do XIX, conforme acentua Maria de Fátima Gouvêa (2002, p. 112).

De acordo com Gouvêa (2002, p. 111-115), se naquele momento, de um lado, o poder e prestígio dos *homens bons* situados na Câmara se alargaram, de outro, sua capacidade governativa se viu reduzida. Isto porque, na medida em que a instituição se tornava cada vez mais ativa nas suas atribuições tradicionais – como a regulamentação sobre o abastecimento, a fiscalização das construções e obras públicas, a organização de festividades e a cobrança de impostos, por exemplo –,

---

<sup>22</sup> Um panorama dos estudos que tratam sobre a constituição dos poderes locais e seu relacionamento com o poder central em Portugal, pode ser encontrado em MONTEIRO, 2003. Com relação a nossa historiografia, dentre os clássicos, citamos BOXER, 1965; SCHWARTZ, 1979; PRADO JR., 1981; SALGADO, 1985. Dentre os estudos mais recentes, cf BICALHO, 1998; 2001; 2003; 2005; além do extenso legado de Maria de Fátima da Silva Gouvêa, especialmente no que diz respeito ao Senado do Rio de Janeiro e à Câmara de Vila Rica de Ouro Preto. A inovadora percepção da historiadora sobre o tema tem motivado, desde então, estudos de caso locais, de caráter monográfico. Para um balanço sobre sua produção a respeito do assunto, incluindo trabalhos que dela se desdobram, cf FURTADO, 2009.

ela experimentava, simultaneamente, uma progressiva restrição do seu poder e/ou uma gama de conflitos de jurisdição com os poderes concorrentes presentes na cidade, como, por exemplo, a Intendência da Polícia.

A criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, pelo Alvará de 05 de abril de 1808, foi uma das primeiras medidas administrativas tomadas por D. João na nova corte. Esta deveria respeitar, conforme comentado anteriormente, as mesmas determinações da Polícia da Corte de Lisboa, instituídas desde 1760. Aqui, vale ressaltar que, durante o período colonial, a atividade policial já era desempenhada por um conjunto de autoridades. Tratando da administração municipal, Prado Jr. ressalta que, pela Carta Régia de 22 de julho de 1766, o ouvidor da comarca, ou corregedor, nomeado pelo soberano para ser uma espécie de “fiscal” da administração local, exerceria também a função de intendente da Polícia (PRADO JR., 1981, p. 319). Barreto Filho e Lima, por sua vez, registram a existência de ouvidores do crime e desembargadores da Relação que desempenharam o mesmo cargo (BARRETO FILHO e LIMA, 1939, p. 161). Assim, com a criação da Polícia da Corte joanina, nela passaram a se concentrar as atribuições policiais antes compartilhadas por uma série de autoridades menores e dispersas geograficamente, e cujas jurisdições lhe eram agora subordinadas.

Outro aspecto de destaque é que, obviamente, para os contemporâneos a noção de polícia era um tanto diferenciada em relação à atual. Esta tendeu a um alargamento cada vez maior, no sentido de angariar novas jurisdições e espaços políticos para a Intendência, sob o comando do Desembargador Paulo Fernandes Viana. A nova Intendência da Polícia deveria trabalhar para manter a ordem e o bem estar coletivos, quando desafiados pelos crimes comuns, pela conspiração política ou pelos delitos morais. No entanto, tal qual a de Lisboa, a Polícia da Corte e do Reino no Brasil, manteve forte atividade na gestão de obras públicas, com base nas formulações higienistas da época. Promovia ainda o fomento das atividades produtivas e o ordenamento dos espaços da cidade-corte, com ampliada jurisdição por toda a América portuguesa. E, nesse afã, acompanhava de perto a

movimentação dos negócios e dos interesses políticos estabelecidos no território, demarcando definitivamente a centralidade da corte<sup>23</sup>.

Portanto, observando-se a partir do Rio de Janeiro os fluxos de trocas, a frequência e os relacionamentos entre os agentes envolvidos, percebemos que a cidade mantinha estreita ligação, por meio do comércio, com as demais vilas e cidades que formavam a capitania. Nota-se, pela correspondência expedida pela Intendência da Polícia, a constante menção à circulação de produtos e à complementaridade de serviços entre a corte e localidades como Cabo Frio, Ilha Grande (hoje, Angra dos Reis), Macacu, Magé e Resende.

Assim, na comunicação anotada pela Intendência durante a administração de Viana (1808-1821), encontramos registros do diálogo constante entre o intendente e as autoridades camarárias das cidades e vilas destas “periferias” imediatas, como ilustra o caso a seguir:

Registro do Ofício expedido ao juiz Presidente, Vereadores e Procurador da Câmara da Cidade de Cabo Frio

Consta nesta intendência que a Lagoa ou restinga dessa Cidade se acha bastante danificada por não ser limpa há muitos anos, o que é prejudicial à navegação dos povos, e da Lancha que conduz pedra para as Caeiras que por ordem de S. A. R. se mandaram estabelecer no termo dessa Cidade sendo esse serviço sempre ordenado por V. Mces. Devem o quanto antes

---

<sup>23</sup> Em estudo anterior (SCHEINER, 2004), demonstramos que, durante período joanino (1808-1821), por meio da administração da cidade e região do Rio de Janeiro, realizava-se a gestão de diferentes facetas do projeto político de fundação de um Império luso-brasilíco. Encarregada de administrar questões do dia a dia da corte, como o abastecimento de víveres e água, as condições sanitárias dos logradouros públicos, o acesso à cidade por meio da abertura de estradas e vias de comunicação, a ordem social e boa convivência dos cidadãos e o ingresso de estrangeiros, a Intendência da Polícia, na pessoa do seu primeiro intendente, o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, assumia para si a resolução de questões materiais e simbólicas estratégicas para a sobrevivência e unidade do reino com suas porções americanas. Estas questões diziam respeito à circulação de mercadorias, à regulamentação sobre o trabalho e a moradia, à viabilidade de equipamentos urbanos fundamentais para o giro do comércio - tais como as condições do porto, dos armazéns e das casas comerciais - aos fatores de diferenciação e zoneamento urbanos (ainda que incipientes), às comunicações com o interior e a própria modelagem da imagem e representação da cidade, como corte real, fundamental para a construção da ideia de unidade política. Neste sentido, como órgão do poder central, a Intendência passou a se relacionar e, por vezes, a se defrontar, com os interesses e as estratégias de manutenção dos setores dominantes locais, cuja espaço tradicional de representação era o Senado da Câmara, com quem passou a disputar jurisdição.

mandarem limpar a mesma alagoa ficando navegável como era antigamente não só pela utilidade que causa aos estabelecimentos da Cal, como ao porto no que V. Mces. sempre devem estar atentos, e feito assim este serviço me darão parte. Deus Guarde a V. Mces. Rio a 28 de janeiro de 1811. Paulo Fernandes Viana. (Registro dos Ofícios e Ordens expedidos ao Ministros Criminais e dos Bairros e mais Ministros da Corte e Câmaras. ANRJ, cód. 329, v. 1, 28/01/1811)

Fato notório é que esta circulação regional se constituíra ao longo do século XVIII, em grande medida, por conta das demandas surgidas com a exploração do ouro. Neste sentido, era marcada especialmente pela atividade comercial ligada ao abastecimento interno, como sugere o documento, atingindo ainda outras localidades, cidades e vilas de capitanias vizinhas. Era o caso, por exemplo, da Vila de Paraty, que fora importante acesso às minas do ouro, em inícios dos Oitocentos, quando ainda pertencia à Capitania de São Paulo; e ainda, da Vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes (e distritos anexos), que ficou sob a jurisdição da Capitania do Espírito Santo, entre 1753 e 1832 (BRASIL, 1874, p. 78), conforme comentaremos no próximo capítulo.

Em relação às conexões comerciais entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, essas foram exploradas por Alcyr Lenharo (1993). Seu estudo demonstra que a ligação da corte com a comarca de Rio das Mortes – importante centro produtor de gêneros de subsistência – contribuiu para o processo de valorização e concentração fundiária no local, promovendo à elite grupos proprietários da região, por meio de mecanismos como o casamento e a participação na burocracia, aproximando-se assim dos círculos do poder central.

Não é demais lembrar sobre a integração produtiva e comercial entre o extremo sul e as demais regiões do Império português, entre os séculos XVIII e XIX. Neste sentido, o pioneiro trabalho de Helen Osório (1999) apontou para o controle que comerciantes estabelecidos na Praça do Rio de Janeiro exerciam sobre a arrematação de contratos no Rio Grande. Além de regularem o mercado local por meio da arrecadação dos dízimos, do quinto dos couros, do munício das tropas e da passagem pelo registro de Viamão, esses comerciantes beneficiavam-se ainda de privilégios concedidos pela coroa, como a possibilidade de abrir seus estabelecimentos junto aos demais registros.

Com a presença da família real e do aparato burocrático luso, a situação se tornou mais complexa, instalando-se órgãos do poder central que, em termos locais, disputavam jurisdição com as tradicionais famílias da *nobreza da terra*, enraizadas

na administração das vilas e cidades da capitania por meio da ocupação de ofícios camarários. Chama a atenção, portanto, o fortalecimento das alianças entre os interesses privados e os setores ligados à gestão do Estado, especialmente no que diz respeito às questões ligadas ao abastecimento da cidade, cuja demanda permaneceu crescente entre a segunda metade do XVIII e os primeiros anos do XIX.

Tal situação encontrava-se relacionada à política de arrecadação de impostos, praticada por meio da arrematação de contratos, alguns dos quais assumiam a forma de monopólios (SCHEINER, 2004, pp. 74-75). A disputa pelos contratos era administrada pelo Real Erário e pelos membros das câmaras municipais. Neste sentido, o acesso aos melhores contratos envolvia mecanismos extraeconômicos, tais como as relações de parentesco e os vínculos pessoais com os círculos do poder. Os dízimos e os registros eram os contratos mais visados. Mas, além destes, havia uma gama de outras taxas sobre a circulação de produtos e a prestação de serviços, que incidiam sobre as tavernas e estalagens, os armazéns de secos e molhados, as embarcações e fretes, os meios de transporte, além de percentuais que eram arrecadados pelos próprios funcionários encarregados de certas cobranças, como formas de gratificação.

Tendo em vista a centralidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito às rotas mercantis do Império português, o Senado da Câmara controlava o preço do açúcar e dos fretes para o reino. Concedia ainda monopólios sobre os bens e serviços que tratavam do abastecimento da capital. O controle sobre os contratos dizia respeito diretamente à manutenção da ordem pública, uma vez que restrições ao abastecimento geravam insegurança na população e desordens pontuais na região.

Por meio destas práticas, boa parte dos recursos do Estado acabava concentrada nas mãos de negociantes e proprietários que, além de controlarem a produção e a comercialização de gêneros destinados ao mercado, tinham a oportunidade de exercerem monopólios e de controlarem cargos públicos decisivos. As arrematações de contratos eram, também, uma forma de se aprofundar o prestígio familiar, ampliando, assim, suas redes de relacionamentos e seus espaços de atuação.

Tomem-se como exemplos excertos da trajetória de José Fernando Carneiro Leão (TRINDADE, 1943, título LVIII, cap. 04), originário de uma poderosa família de negociantes radicados na Praça do Rio de Janeiro e proprietários de terras na Vila de Campos dos Goytacazes. Cunhado de Paulo Fernandes Viana, o Comendador Carneiro Leão – como mais comumente aparece citado - foi fidalgo cavaleiro de diversas ordens militares, tanto no reino quanto, mais tarde, já no Império do Brasil. Ocupou patentes militares e recebeu o título de Conde da Vila Nova de São José. Foi administrador do contrato dos dízimos da Casa Real, destacando-se também por ser o primeiro diretor do Banco do Brasil.

Assim é que, em 1808, nós o encontramos entre os signatários de um atestado em favor de outro potentado. Trata-se Antônio Francisco dos Anjos, comerciante de charque e couro natural do Rio Grande, um dos principais negociantes daquela vila do sul. Por meio do documento, juntamente com o Comendador Carneiro Leão, outros grandes homens de negócios da corte, oriundos das famílias Velho e Gomes Barroso, além de Elias Antônio Lopes (este, o doador da Quinta da Boa Vista à família real), cancelavam, por meio da força dos seus nomes, a presença de Antônio Francisco dos Anjos entre o corpo do comércio atlântico (BNRJ, Seção de Manuscritos. Documentos Biográficos – Antônio Francisco dos Anjos).

Esse mesmo grupo, acrescido de nomes de igual significado, está presente ainda em outras situações, especialmente envolvendo subscrições voluntárias e loterias, com o fim de angariar recursos para obras públicas e projetos administrativos. Em 1815, novamente encontravam-se reunidos – e Fernando Carneiro Leão lidera o grupo – na presença do regente, para homenageá-lo pela elevação do Brasil a reino, oferecendo-lhe recursos para serem aplicados “a bem da educação pública”. Assim, por meio do investimento em ações do Banco do Brasil, o mesmo grupo, que teve como porta-voz o comendador Carneiro Leão, propôs-se a formar capital para a criação de um “[...] Instituto Acadêmico, que compreenda, não só o ensino das Ciências, mas também o das Bellas Artes, e o da sua aplicação à indústria [...]” (SANTOS, 1981, p. 34-35). Da mesma forma, anos antes, em 1811, Fernando Carneiro Leão encontrava-se à frente da administração dos recursos, angariados por



meio de uma loteria, em prol da construção do Teatro de São João<sup>24</sup> (MARROCOS, 1934, p. 50). Tais iniciativas oportunizavam demonstrações públicas de generosidade do corpo do comércio da corte, angariando a retribuição da casa real, na forma das relações de corte de Antigo Regime.

Não é demais apontar que, tanto a construção do teatro (inaugurado em 1813), quanto a fundação do Banco do Brasil (1808) contaram com os esforços do cunhado do comendador Fernando Leão, o desembargador Viana, como ele próprio relata:

Todos sabem, que para a criação do Banco [do Brasil], e rápida edificação do teatro de São-João, quaes foram os trabalhos que empreguei. Muitos fundos procurei para o primeiro, falando ao corpo do commercio da corte e das províncias, por onde a instâncias minhas grangeei grande número de doações, e mettendo em cena para o segundo todos os meos mais estabelecidos amigos [...]. (VIANA, 1892, p. 377)

Mas se os fluxos dessa comunicação entre os negócios, a política e as relações familiares são, de fato, os nexos que vão, aos poucos, dando concretude e, por assim dizer, fechando a malha das relações de corte, esta, por sua vez, é capaz de dilatar-se até a esfera familiar, da forma mais privada possível. Mesclando-se intrigas políticas a segredos e indiscrições de alcova, vemos novamente surgir o nome de Fernando Carneiro Leão. Conforme relato manuscrito de Alexandre José de Melo Moraes, médico homeopata e cronista da corte e do Império do Brasil, o comendador passaria para o noticiário como amante de D. Carlota Joaquina que, por ciúmes, supostamente teria mandado assassinar sua esposa grávida, D. Gertrudes Angélica, no ano de 1820 (BN, Seção de Manuscritos, doc II-30, 23, 1). Sob a investigação da Polícia da Corte, o fato nunca foi devidamente comprovado.

A escolha desses fragmentos de trajetórias não foi aleatória. Como veremos mais adiante, as histórias de vida dos personagens centrais desta investigação se

---

<sup>24</sup> Atualmente denominado de Teatro João Caetano, o mais antigo da cidade do Rio de Janeiro, localizado no Centro da cidade.

entrecruzam, encontrando-se com o emaranhado de laços de parentesco e de negócios e conformando, no seu desenrolar, o território do Centro Sul da América lusa. Isto mostra que o alcance do enraizamento de relações deste grupo no território superava as fronteiras da cidade do Rio de Janeiro, tratando-se, a partir dos negócios e dos interesses pessoais/familiares, de questões atinentes à própria condução da política imperial.

Ao analisarmos a diversa documentação do período, referente aos negócios e redes de relações na região recortada, membros da família Carneiro Leão se inserem em eventos diversos, nos quais surgem, ora como protagonistas, ora como coadjuvantes, mas sempre como elos entre sujeitos que formam um conjunto coeso, que se autorreconhece como tal e cujos membros demonstram senso de pertencimento. Este grupo, por sua vez, tinha uma base territorial bastante concreta, dominando o acesso a vias de comunicação, localidades e equipamentos fundamentais para a sua reiteração no tempo cabendo, para tanto, mantê-los sob controle.

Este era o caso do abastecimento da carne verde (carne fresca) e do fornecimento de água para a corte. Quanto ao primeiro, envolvia fatores como a boa localização e a higiene do matadouro, amplas e saudáveis áreas de pastagem para o gado, nos acessos à cidade. Como fatores administrativos, os dois assuntos foram amplamente tratados pela Câmara, que originalmente era a instituição encarregada das inspeções e correições em relação ao comércio de alimentos. Contudo, o diálogo constante sobre o tema, envolvendo os oficiais camarários, a Intendência da Polícia e os ministros régios, ficou bem documentado na correspondência política, sendo, no contexto de uma administração ilustrada, considerado ainda questão de saúde pública<sup>25</sup>. O próprio intendente Viana reconheceu, em seu relatório, que um dos seus feitos foi viabilizar o abastecimento da corte:

---

<sup>25</sup> O debate entre as elites locais e as instituições do poder central em torno do abastecimento do Rio de Janeiro, com destaque para o fornecimento de carne verde, foi discutido por Gouvêa, ao abordar a natureza e o peso do poder dos homens que ocuparam ofícios camarários da cidade, na virada do

Por fora da cidade melhorei todas as estradas tanto da banda daquém como dalem d'ella com aterrados e pontes novas e concertos para facilitar a conducção dos víveres, e promover a abundancia na corte. Tive o gosto de ver Sua Magestade por este meio viajar de carruagem por Maricá, Nuan, São Gonçalo, Engenho-Novo, Tambi, e depois fazer a picada com que de Iguassu podesse Sua Magestade mesmo ir em sege até o Rio Preto a entrar na Comarca de São-João de Elrei, provincia de Minas Gerais [...]. (VIANA, 1892, p. 376)

De acordo com Cecília Salles de Oliveira (1999, p. 89-92), entre finais do século XVIII e inícios do XIX, o grupo que dominava ao mesmo tempo a produção e comercialização de gêneros, o tráfico negreiro e a arrematação de contratos era formado por antigos donos de engenhos e fazendas da capitania, comerciantes abastados, membros da burocracia e da burguesia portuguesa emigrada. Entre os quais, encontramos as famílias Quintella, Carneiro Leão – o clã que agregava nomes como José Fernando Carneiro Leão, Paulo Fernandes Viana, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, cunhados do primeiro –, e nomes como Antônio Gomes Barroso, Amaro Velho da Silva, João Rodrigues Pereira de Almeida, Joaquim Pereira de Faro, José Egídio Alvares de Almeida, Joaquim Carneiro de Campos e José Joaquim de Azevedo.

Enfim, parafraseando Russell-Wood (1998, p. 244), o que demonstramos até aqui é que os sujeitos que encontramos envolvidos em postos da administração central em inícios do século XIX - tal como o governador Rubim e o intendente Viana – não apenas eram reconhecidos como lideranças entre as elites locais, mas, sobretudo, desenvolveram ideias próprias sobre o seu papel na configuração imperial lusa. Tais ideias vieram sendo aprofundadas ou buriladas desde o século XVII, em meio às vicissitudes do mercado atlântico e sua lógica peculiar de acúmulo de capitais, às redes formais e informais de comunicação e às teias familiares e de negócios. Neste sentido, geraram também percepções sobre o território e sobre como este deveria ser ocupado, tentando sempre compatibilizar seus interesses com os do poder central, como veremos a seguir.

---

século XVIII para o XIX e, especialmente, durante a permanência da corte portuguesa. Cf GOUVÊA, 2002, p. 135-154.

### **1.3 Espaços em relação, redes em expansão: o lugar do Espírito Santo no século XIX**

Enquanto, no Rio de Janeiro, o cenário se apresenta como de crescente importância política e econômica, com relação ao Espírito Santo no mesmo período (entre a segunda metade do XVIII e as primeiras décadas do XIX), o quadro se mostra um tanto diferente. Para conhecer tal situação e suas vicissitudes para as interpretações acerca do escopo da economia capixaba, é preciso, no entanto, retroceder um pouco mais, até a virada do século XVII para o XVIII.

Capitania régia desde o século XVII, o Espírito Santo inicia a segunda década do XVIII subordinado ao governo da Bahia e com foro judicial sujeito ao ouvidor do Rio de Janeiro. A situação modificou-se entre 1732 e 1741, com a criação de ouvidoria independente, estabelecida a Comarca da Vila da Vitória. Porém, em termos administrativos, permaneceu a submissão ao governo da Bahia, o que perduraria até 1810, durante o governo de Manuel Tovar, quando foi declarada sua autonomia administrativa e militar (CARVALHO, 2008, p. 35).

Enaile Carvalho assinala que o século XVIII marcou um período de crise econômica para as terras capixabas (CARVALHO, 2008, p. 33). Segundo a historiadora, o fato que poderia trazer considerável avanço para o Espírito Santo – a descoberta dos primeiros achados auríferos em solo capixaba no ano de 1693 – acabou por converter-se em revés. Como consequência deste, em 1710, o governador-geral do Brasil, D. Lourenço de Almada, proibiu a busca e exploração de minas de ouro na capitania, impedindo, também, a continuidade da abertura de estradas dali para a região das Minas Gerais, como forma de bloquear o acesso ao valioso metal e coibir os descaminhos.

De acordo com a mesma historiadora, a situação de retração econômica começou a se modificar apenas na década de 1770, quando o comércio de cabotagem

ressurgiu e a capitania passou a exportar madeira, açúcar e panos de algodão, produtos que se dirigiam aos portos do Rio de Janeiro e da Bahia. Ainda no século XVIII, com o declínio da produção aurífera, manifestou-se um crescente interesse da coroa em dar novo impulso ao desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo, nos quadros do projeto empreendido sob a direção do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Com relação ao Espírito Santo, por conta dessa orientação política, empreendeu-se a pesquisa sobre as condições de navegabilidade do Rio Doce, como forma de penetração para o interior e de incentivo aos cultivos locais. A tarefa ficou a cargo de sucessivos administradores (capitães-mores e, a partir de 1797, por decreto do Príncipe Regente, governadores) nomeados pelo poder central desde as últimas décadas do século XVIII. Estes assumiram o controle da capitania com a missão de colaborar com o esforço da metrópole para superar sua crise, por meio da exploração dos recursos de sua mais lucrativa colônia que, longe de demonstrar desgaste, aparecia como única alternativa.

Diante do panorama do século XVIII capixaba, Carvalho (2008, p. 35) acentua que a relação entre as reiteradas proibições às comunicações entre Minas e Espírito Santo e a decadência econômica da capitania naquele período permanece como uma das questões mais tradicionais (e, por que não dizer, controversas) da historiografia local. E lembra que, apesar das interdições, algumas ligações de fato foram estabelecidas, em meados dos Setecentos. A autora demonstra que as interdições legais não impediram, contudo, o trânsito de pessoas e mercadorias entre as duas capitanias, seja via Rio Doce, seja por caminhos terrestres<sup>26</sup>. Assim, as tentativas de se manter o Espírito Santo como barreira natural contra os descaminhos do ouro das Minas Gerais não teriam se traduzido, de fato, no isolamento absoluto das regiões

---

<sup>26</sup> Carvalho comenta que há registros, para meados do século XVIII, da existência de diversas estradas de acesso, que passavam por Rio Pardo e pelo Sertão de Benevente (antigo aldeamento denominado Reritiba, onde residiu o padre jesuíta José de Anchieta, hoje, a cidade de Anchieta). Assim como em Reritiba, em outra localidade próxima, denominada Ribeirão do Meio, havia ainda um grande arraial, cuja principal atividade era a mineração, frequentemente obstaculizada não pela administração pública, mas pelos conflitos com os nativos (CARVALHO, 2008, p. 36).

de acesso à mineração, muito menos da capitania como um todo, uma vez que sua faixa litorânea se manteve habitada e atuante durante todo o período colonial.

Ao término do século XVIII, a estratégia de manter o interior do Espírito Santo distante dos circuitos mineiros não mais responderia às necessidades da coroa lusitana. Assim sendo, os governos que se sucederam investiram não apenas na abertura da navegação e do comércio através do Rio Doce, mas também no desenvolvimento da sede da capitania, incentivando a comunicação direta entre o Espírito Santo e o reino, pelo porto de Vitória. No mesmo momento, investe-se também na diversificação produtiva, incentivando cultivos como o anil e o café, além da ênfase dada à capacidade de exportação de produtos como açúcar, algodão, farinha de mandioca, milho, arroz e aguardente, e da exploração e comércio de madeiras para construção naval (CARVALHO, 2008, p. 40-49).

Com relação à Vitória de inícios do XIX, Patrícia Merlo (2008) acentua a diversidade de produtos e atividades a demarcar a paisagem da vila, que era a cabeça da comarca. Esta concentrava a maior parte do comércio em grandes e pequenas casas que, de maneira geral, apresentavam variado sortimento de têxteis, além de ferramentas, adornos e artigos de papelaria. Lá se encontrava também a maior parte dos trabalhadores especializados, muitos deles escravos com ofícios. Cercada por fazendas de cana, algodão, milho, arroz, mandioca e outras culturas menores, seu cotidiano era povoado por uma população pequena, mas diversificada, caracterizada por proprietários, missionários e soldados, descritos nas fontes como brancos, negros, mulatos, pardos, crioulos, livres, escravos ou libertos. Massa que refletia, em escala reduzida, as contradições presentes na realidade colonial: uma sociedade hierarquizada e excludente e, ao mesmo tempo, profundamente dependente do trabalho cativo, marcada “pelo convívio e o conflito latente entre desiguais” (MERLO, 2008, p. 28).

Enfim, em termos econômico-sociais, a historiografia capixaba recente acerca do período estudado apresentou um panorama cujos traços essenciais eram a dependência da mão de obra africana e autóctone, havendo consumo de produtos externos como, vinho do reino, especiarias, tecidos, louças, entre outros, e a

existência da produção interna de víveres como açúcar, arroz, feijão, milho, banana, mandioca e algodão, a extração de madeira de lei e um considerável rebanho bovino. Para além da já consagrada imagem de penúria e retração econômica como uma constante - atribuída a uma situação de isolamento que, como vimos, não se revelou absoluta, perene ou determinante - constatou-se que a produção interna conseguia não somente abastecer o comércio local, mas participar de circuitos comerciais interregionais mais amplos, especialmente pela comunicação com os portos do Rio de Janeiro e Bahia.<sup>27</sup>

Nesse cenário, movimentava-se uma pequena elite local, ou um grupo proprietário, que conseguira ascender socialmente, mesmo diante da falta de incentivos da coroa portuguesa para a capitania. Através de cargos públicos ou relações de parentesco estabelecidas entre si, essa elite, de maneira direta ou indireta, acabou desempenhando um papel de destaque nas decisões locais. Buscando compreender a relação entre os negócios e a política, recorremos ao trabalho de Rodrigo Goularte (2015). O historiador consegue demarcar os espaços de atuação, no Espírito Santo, de um grupo de negociantes que, envolvidos na navegação de cabotagem, direcionada especialmente ao Rio de Janeiro e à Bahia, movimentava-se ainda entre diversificadas atividades econômicas. Eram donos de lojas (especialmente de secos e molhados), rentistas urbanos, além de proprietários de terras e escravos. Esses comerciantes do mar – em geral donos de embarcações e/ou fiadores de viagens que escoavam gêneros para o abastecimento interno, talvez, frutos de sua própria

---

<sup>27</sup> Em sua dissertação de mestrado, Enaile Carvalho defende que a imagem de constante retração econômica e penúria da Capitania do Espírito Santo fixou-se na historiografia tradicional capixaba como resultado de análises que buscaram apenas na estrutura da agro exportação ou na produção de metais preciosos os condicionantes da vitalidade econômica dessa região colonial. Periférica às localidades assim definidas, apartada em termos legais das Minas Gerais, a capitania teria sido fadada à pobreza e fracasso, fato que se perpetuaria até o *boom* do café, durante a segunda metade do século XIX. Sem desconsiderar contextos pontuais de crise e a própria dimensão acanhada de sua economia (padrão muito semelhante ao da maioria das demais capitânicas), a autora se depara com a constituição de uma economia capixaba capaz de demonstrar não apenas vitalidade, mas também autonomia em relação aos circuitos externos. Caracterizada por sua relação com o mercado interno – sendo, por isso não menos importante para a reiteração do sistema colonial – suas conjunturas de crise são atribuídas pela autora a contextos político-administrativos de pouco ou nenhum investimento na região. Este fator teria colaborado de maneira decisiva na alternância entre momentos de avanço econômico e de extrema crise, impedindo, com isso, a estabilidade financeira da capitania. Cf. CARVALHO, 2008.

produção (GOULARTE, 2015, p. 81), – atuavam na esfera pública por meio de cargos políticos e funções militares ou como clérigos. Representavam a camada local mais proeminente e, portanto, estavam presentes nos principais eventos da região, seja por meio das festas públicas de honra à monarquia, seja em iniciativas coletivas de reivindicação de questões atinentes aos seus interesses mais imediatos, seja ainda em momentos decisivos para o conjunto como corpo político, como na aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, em 1822 (GOULARTE, 2015, p. 27-102).

As contribuições do seu estudo dialogam diretamente com o nosso objeto, especialmente no que diz respeito a nos ajudar a refletir sobre de que forma a capitania do Espírito Santo foi, aos poucos, sendo reposicionada, sob a ótica dos poderes do centro, em meio à dinâmica geopolítica do Centro Sul do Império português. Ao tecer um olhar sobre as redes de poder internas à capitania, o autor analisa os projetos encaminhados por aqueles homens, em meio ao processo de separação política do Brasil. Assim, consegue perceber que um dos principais gargalos para a expansão dos negócios desse grupo de proprietários será justamente vencer a barreira da ocupação do interior, denominado à época de “sertões”. Mostra, ainda, como, durante a gestão de diferentes governadores ao longo do XIX e, mais tarde, sob a tutela da Junta Provincial, a questão é reiteradamente encaminhada, sempre relacionada às dificuldades impostas pela resistência aguerrida dos naturais da terra. Do exame desse processo, o autor conclui, por fim, que:

A intenção de expandir a zona agrária para o interior, portanto, era forma de aumentar a produção de gêneros que abasteceriam as redes mercantis do Espírito Santo. Mas a tarefa de abrir os sertões para essa expansão ficaria a cargo da “gente pobre”, os primeiros a se exporem aos indígenas. Passadas as primeiras dificuldades da ocupação, os “mais poderosos” expandiriam suas propriedades ao outrora sertão. (GOULARTE, 2015, p. 83)



A afirmativa de Goularte é, a nosso ver, fundamental para se discutir como o território onde se inseria a capitania e, mais tarde, província do Espírito Santo passa a ser encarado, em meio aos projetos políticos do reino para a região. Como hipótese de trabalho principal, acenamos para o fato de que, nos quadros da cultura do Antigo Regime ibérico, os laços de parentesco e de amizade foram, de fato, elos que enredaram os grupos proprietários capixabas às elites políticas da corte, antes mesmo de se definir a ruptura de vínculos entre o Brasil e Portugal, tomando-se o caso das ligações entre o governador Francisco Alberto Rubim e o intendente Paulo Fernandes Viana. Aqui temos, pois, elementos para já apontar para um primeiro aspecto no entendimento dessa questão, tomando-se como base a análise de possíveis significados geopolíticos que o território capixaba poderia apresentar no interior do projeto do novo Império luso-brasileiro.

Invertendo-se a ótica de análise do autor, que busca compreender o comportamento das elites capixabas do período em meio às definições relativas ao processo de autonomia política do Brasil, vamos observar de que modo os projetos dos homens de governo do reino foram responsáveis por redefinições no território, criando elos entre as elites locais e a corte. Da mesma forma, como os projetos definidos para o Espírito Santo faziam parte de uma estratégia mais ampla de formação de grupos locais, buscando seu alinhamento com os projetos do reino. Neste sentido, uma incursão pela correspondência política entre os administradores da capitania do Espírito Santo e os poderes do centro, ao longo da primeira década do século XIX, nos aponta alguns caminhos.

Aqui, tomamos por analogia os critérios de organização do banco de dados sobre comunicações políticas entre Portugal e suas conquistas, entre os séculos XVII e XVIII, realizada no amplo projeto de pesquisa coordenado por Frago e Monteiro (2017). Reproduzida em pequena escala, tal abordagem nos pareceu não apenas bastante viável, mas muito útil como ferramenta, na medida em que sua construção baseou-se, como esta pesquisa, no pressuposto de que as redes políticas intercontinentais e suas conexões locais ancoravam a governabilidade do Império

português, permitindo dinâmicas bilaterais que frequentemente redimensionavam as relações centro-periferia (FRAGOSO & MONTEIRO, 2017, p. 13-15).

Assim, à semelhança do que aquele grupo de investigadores propôs, com relação às dimensões do poder e à tipologia dos assuntos presentes nos papéis (FRAGOSO & MONTEIRO, 2017, p. 27; 37-38), analisamos, para o Espírito Santo, a correspondência político-administrativa trocada entre o poder do reino na conquista (nesse caso, os governadores da capitania) e o denominado poder do reino (o próprio regente ou, na maior parte dos casos, seus secretários de Estado), entre os anos 1798, final do governo de Inácio João Monjardim, e 1812, início do governo de Francisco Alberto Rubim<sup>28</sup>. Tal período se justifica por abarcar o contexto da virada do século e suas importantes conjunturas: a identificação do complexo atlântico como área prioritária às políticas de Estado portuguesas (e, por sua vez, dos sertões da América como foco de tais políticas); a consolidação de um programa de reformas baseado na utilização dos conhecimentos das viagens científicas de membros da elite intelectual luso-brasileira, fruto da reforma da Universidade de Coimbra (1772) e da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) – alguns dos quais inseridos nos quadros administrativos; o contexto de acirramento dos conflitos europeus envolvendo Portugal (GOUVÊA, 2001, pp. 310-313). Esse conjunto de eventos culmina por definir a transferência da corte para o Brasil, em 1808, e as adaptações político-administrativas dela decorrentes.

Na documentação compilada, selecionamos a correspondência recebida pelos governadores Silva Pontes e Manuel Tovar, num total de 199 cartas. Estas abarcam o momento do direcionamento de políticas imperiais para as regiões de fronteira do Espírito Santo - o interior, nos limites com as Minas, e a região de Campos dos Goytacazes - e a grande ingerência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho nessa questão, conforme veremos a seguir. Com relação ao governo Rubim, que consiste no objeto desta pesquisa, sua correspondência será analisada de maneira mais

---

<sup>28</sup> Agradeço à Thiara Bernardo Dutra pela cessão da documentação aqui citada, parte da qual já submetida a tratamento preliminar, de acordo com os seus objetos de pesquisa. Registramos o nosso reconhecimento a sua cordialidade acadêmica.

detida em capítulo específico. Assim, temos a seguinte representação do fluxo dessa comunicação:

**Tabela 1** Correspondência entre os governadores da Capitania do Espírito Santo e os poderes do reino: distribuição por assunto em números absolutos e percentuais

<b>Governadores/períodos</b>	<b>Silva Pontes (1800-1804)</b>	<b>Tovar (1804-1812)</b>	<b>Rubim* (1812-1819)</b>	<b>Totais por assunto</b>	<b>Totais % por assunto</b>
<b>Economia</b>	16	03	01	20	10,05%
<b>Comércio; navegação; fiscalidade</b>	14	18	02	34	17,08%
<b>Assuntos militares</b>	08	34	02	44	22,11%
<b>Justiça e Polícia</b>	05	04	0	09	4,52%
<b>Governança</b>	14	24	06	44	22,11%
<b>Conflitos de jurisdição</b>	05	06	01	12	6,03%
<b>Privilégios e mercês</b>	07	08	04	19	9,54%
<b>Cerimonial e doações</b>	01	03	0	04	2,01%
<b>Assuntos religiosos</b>	01	01	0	02	1,00%
<b>Indígenas</b>	03	08	0	11	5,52%
<b>Total</b>	74	109	16	199	100%
<b>Totais percentuais</b>	37,18%	54,77%	8,04%	100%	

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 1: Correspondência e Atos do Príncipe Regente (1770-1812). \*O livro analisado só cobre o primeiro ano do governo de Rubim.

Os números acima nos permitem algumas conclusões, que vão ganhando maior nitidez à luz do repertório de informações contido nos documentos. Observamos que, ao longo da primeira década do XIX, os assuntos militares e governativos se destacam com percentuais idênticos, representando ambos 22% dos temas tratados nesse *corpus* e, juntos, quase a metade do total. Esses dados confirmam que

administrar a capitania significava, de maneira bastante evidente, garantir sua segurança, mantendo ou ampliando os contingentes militares, suprindo-os com víveres, ferramentas e armamentos necessários. Por outro lado, a documentação é farta em apontar as dificuldades enfrentadas a esse respeito. Se no governo de Silva Pontes estas ainda parecem pouco representativas, elas acabam por se multiplicar no governo seguinte, de Manoel Tovar. Mas que fatores explicariam essa tendência?

De fato, as deserções eram constantes<sup>29</sup> e, por isso, sucessivos incentivos e indultos foram oferecidos aos soldados, como se lê, por exemplo, na correspondência dos dias 03/06/1800; 15/05/1801; 13/04/1802; 12/11/1808; 13/08/1808; 27/03/1809 (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1). Da mesma forma, os suprimentos de víveres e de pólvora, bem como de peças de artilharia, dependiam do controle sobre os portos, da agricultura e do extrativismo locais, como no caso da obtenção de salitre (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 06/07/1808; 16/06/1808; 13/04/1809; 22/05/1809; 09/10/1809). Note-se que, com o avançar da década e já com a família real no Brasil, estas questões não apenas são recorrentes, mas também se adensam.

No contexto do governo de Silva Pontes, o impacto das guerras napoleônicas colocava em pauta a questão da segurança, especialmente nas cidades e vilas litorâneas da América lusa, mas não apenas nestas. Em maio de 1801, por exemplo, o governador do Espírito Santo acusa cópia de carta recebida pelo governador da Bahia – capitania a que o Espírito Santo se encontrava submetida à época – dando conta da declaração de guerra do Reino da Espanha contra Portugal, remetida em março daquele mesmo ano à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. O documento, registrado em agosto no Espírito Santo, refirma a expectativa de “[...] fidelidade e lealdade dos Vassallos Portugueses que nella rezidem, que com maior prontidão e valor procurarão rebater qualquer insulto [...]” que fosse imposto pela Espanha ou por outra potência aliada, remetendo-se os

---

<sup>29</sup> Além do isolamento e do confronto com as populações nativas que habitavam as fronteiras do chamado mundo civilizado, os soldados eram submetidos também a um cotidiano de castigos físicos e humilhações públicas, razões pelas quais as deserções permaneceram constantes nos períodos colonial e imperial. Sobre o assunto, consultar CASTRO, IZECKSOHN e KRAAY, 2004.

espanhóis ali residentes ao porto do Rio Grande de São Pedro do Sul para, dali, passarem às terras hispânicas. (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 04/05/1801).

Naquela conjuntura, portanto, segurança poderia significar não apenas a ameaça física ao território, mas a quebra da fidelidade por parte dos súditos ou o descontrole social. Lembremos que boa parte do próprio contingente recrutado para as tropas era egressa da heterogênea e mestiça população livre pobre colonial. Enquanto isso, os territórios indígenas ainda não dominados evidenciam as dificuldades relativas à ocupação portuguesa no interior. Na capitania do Espírito Santo, nos limites com as Minas Gerais, essa é uma questão pungente para o período, o que fica evidente no olhar sobre o território e no revés da política indigenista, após 1808, como acompanhamos a seguir.

Em 1798, D. Rodrigo de Souza Coutinho enviava para o governador nomeado uma série de instruções que “[...] pela grande importância lhe manda Sua Majestade recomendar muito particularmente [...]”:

He pois muito essencial que V. M. (Vossa Mercê) se applique com particular desvelo em procurar a civilização dos Indios, empregando para este fim pessoas de probidade que abram com elles algum commercio de troca, em que pratiquem a mais exacta boa Fe, e lizura, e lhes dem a conhecer as vantagens que lhes devem rezultar da nossa comunicação.

[...]

A abertura e navegação do Rio Doce He outro objecto em que V. M. deve empregar o seu maior cuidado. As três memórias incluzas lhe darão algumas noções sobre esta importante matéria, tanto a respeito da possibilidade de execução, como das imensas vantagens que devem rezultar da navegação deste Rio, huma vez que Ella por explorada, e seguida.

Deve V.M. também procurar estabelecer huma navegação directa com o Reyno, tendo primeiro cuidado no estabelecimento de Alfandegas em que se segure o pagamento, e arrecadação dos Direitos Reais.

A respeito da conservação das Mattas, e do importante artigo de Madeiras, assim como sobre outros objectos de igual concideração, em officios separados receberá V.M. como assima disse, as Ordens, e Instruçõens, por onde se deve governar. (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 21/07/1798)

Dois anos antes de assumir o governo da capitania, Silva Pontes já recebia um protocolo de intenções do reino com relação ao interior do Espírito Santo, o que mostrava, sob a ótica do centro, a importância que a localidade passava a ter, na virada do século XVIII para o XIX, bem como a urgência de se pôr em prática os projetos para a região. No texto do documento, vemos delineadas as prioridades do reino. Neste sentido, Francieli Marinato comenta a existência de um minucioso projeto do Conde de Linhares para a região, baseado no estímulo à integração social e econômica que daria suporte à construção do Império luso-brasileiro (MARINATO, 2007, p. 58-61). Vale ressaltar que as ações de tal projeto não se esgotaram no governo de Silva Pontes, tendo continuidade nos seguintes, pelo menos com esse caráter, até a autonomia política do Brasil, baliza da nossa análise. Não por acaso, os assuntos militares e as questões relativas à presença de grupos nativos se multiplicaram e, no governo de Manuel Tovar, parte-se para a solução final: guerra ao índio.

Contudo, pareceu-nos que, especialmente com relação a Silva Pontes, diante das necessidades impostas pelo governo à distância e por sua peculiar biografia, boa dose de autonomia lhe foi facultada para colocar em prática os planos de D. Rodrigo de Souza Coutinho. E não era para menos. Antônio Pires da Silva Ponte Paes Leme e Camargo (1750-1805) era um dos representantes da intelectualidade luso-brasílica do período. Natural de Mariana, Silva Pontes era doutor geômetra. Formara-se em Coimbra, no âmbito da reforma da universidade, iniciada por Pombal em 1772. Capitão de Fragata da Real Armada e professor da Academia de Marinha de Lisboa, era sócio da Academia Real de Ciências, havendo participado de grandes e relevantes serviços relativos ao mapeamento do território da América portuguesa<sup>30</sup>. Foi nomeado governador da capitania do Espírito Santo em 1797 (Decreto de 11 de novembro de 1797 - Gazeta de Lisboa, 05 de janeiro de 1798), mas tomou posse

---

<sup>30</sup> Participou da comissão de demarcação de limites, de 1780, sendo de sua autoria a *Carta geográfica de projeção esférica ortogonal da Nova Lusitânia ou América Portuguesa*. Enquanto aguardava sua posse na Bahia, fez a *Planta da barra e porto da Bahia, das ilhas adjacentes e de parte da Capitania dos Ilhéus*, a pedido de D. Fernando José de Portugal, que na época era governador da Bahia e vice-rei do Brasil, fez a *Planta da barra e porto da Bahia, das ilhas adjacentes e de parte da Capitania dos Ilhéus*. (De los Ríos Filho, 1946, p. 148).

no cargo somente em 1800. No âmbito privado, mantinha laços de amizade com o Conde de Linhares, a quem deu a batizar o primeiro filho, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, que recebeu assim o nome do padrinho ilustre (DE LOS RÍOS FILHO, 1946, p. 148).

Na documentação coligida, para os anos entre 1798 e 1799, encontramos nada menos que 11 cartas, de um total de 16, remetidas do ministro diretamente a esse governador. Ou seja, estando já nomeado, mas ainda não investido do cargo, Silva Pontes, que desfrutava da confiança do primeiro escalão da administração reinol, era instruído a viabilizar projetos específicos para os sertões da América (que ele mesmo mapeara), em que pese, ademais, a manutenção da submissão formal do Espírito Santo à Bahia até 1810<sup>31</sup>. Tais projetos, centrados na abertura do Rio Doce à navegação, tinham, contudo, escopo de mais longo alcance: a conquista dos nativos, o estímulo ao povoamento. Conseqüentemente, tratava-se do ordenamento social do interior, por meio da agricultura e do extrativismo, conectando-se aquelas regiões ao fomento dos circuitos comerciais locais, regionais e, quiçá, atlânticos.

Com relação a esse pequeno, porém significativo, conjunto de comunicações, acrescente-se que todas traziam instruções detalhadas, conduzindo o governador a proceder um inventário, a ser enviado a Lisboa, do território capixaba, da sua população e das suas potencialidades naturais. Concluímos, portanto, que Silva Pontes assume o governo local com uma missão *imperial* nas mãos. O reconhecimento público como cientista a serviço do reino e suas ligações pessoais com o Conde de Linhares lhe garantiram instrumentalidade estratégica, em meio aos projetos do novo Império para a região, tendo como foco a incorporação dos sertões. O interior do Espírito Santo, área ainda pouco conhecida, em comparação com outros enclaves do Império atlântico luso, revelava-se um território inexplorado, a ser incorporando em todo o seu potencial.

---

<sup>31</sup> Importante registrar que, enquanto permaneceu o vínculo do Espírito Santo com a Capitania da Bahia, a comunicação política seguia um fluxo que mantinha a hierarquia entre esses espaços. Ou seja, as ordens e instruções remetidas da corte aos governadores chegavam primeiro à Bahia e dali eram encaminhadas para terras espírito-santenses, para que se executasse o “cumpra-se”.

Nas vizinhanças das Minas Gerais, essa região povoava o imaginário dos moradores da faixa litorânea capixaba desde inícios do século XVIII, como zona de perigo e de desregramento. Por outro lado, remetia, também, a promessas de riquezas a serem resguardadas, nicho de espécies ainda não catalogadas. No alvorecer do século XIX, passado o surto da corrida pelo ouro e, por conta disso mesmo, superada a excessiva preocupação com os descaminhos fiscais, os territórios do interior da América portuguesa – a começar nas fronteiras entre as duas capitanias e indo além - despontam como a última e promissora fronteira a conquistar – como a parte do mapa a ser redesenhada. Ou, como nos adverte Losada, são vistos como zonas não policiadas – porque distantes da polidez, da civilização, ou porque distantes do mundo ordenado da *polis* urbana, da *res publica*. Territórios de interseção, onde se encontram “[...] sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam” (LOSADA, 2011, p. 1-14). Pontos de convergência dos circuitos comerciais que, partindo dos portos guardados pelas fortalezas do litoral, abrigavam uma multiplicidade de espécies naturais e de grupos sociais a serem enquadrados e explorados, expandindo-se, assim, as possibilidades de recuperação econômica do reino e, quiçá, compensando os prejuízos comerciais impostos pelas perdas de praças do Oriente.

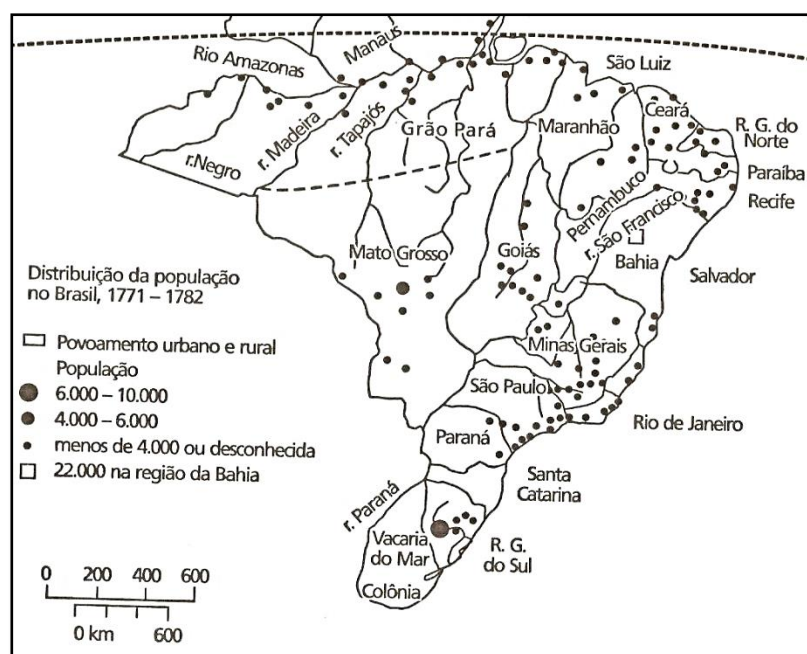
Foi nessa perspectiva que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o governo português moldou novos projetos para os sertões e as zonas de fronteira que envolviam o território capixaba:

No mapa sobre a colonização do Brasil, é possível visualizar os grandes sertões que cercavam o Espírito Santo, que aparecem na forma de um enorme buraco na malha tecida pela colonização luso-brasileira, entre o Espírito Santo e as áreas mais densamente povoadas, representadas por Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Esse nicho não colonizado se formou depois da descoberta do ouro e do início de sua exploração, em Minas Gerais, entre o fim do século XVII e a primeira metade do XVIII, que direcionou a colonização para o interior do território, ocupando áreas entre a serra da Mantiqueira, na capitania de Minas, e as regiões de Mato Grosso e Goiás. (LOSADA, 2011, p. 1-14)



A título de ilustração, observe-se, no cartograma seguinte, a rarefação populacional na área citada pela autora:

**Figura 3** A população brasileira no final do século XVIII



Fonte: FRAGOSO & MONTEIRO, 2017, p. 472.

A região acima descrita será, notadamente, o centro das preocupações dos administradores nomeados para a capitania, durante as duas primeiras décadas dos Oitocentos. Território pouco conhecido em seus recursos naturais e humanos, as terras do vale do rio Doce foram vistas como novos vetores de expansão e áreas a serem dominadas, uma vez que “seus povos nativos compunham populações que

deveriam ser integradas ou eliminadas” (MARINATO, 2007, p. 58)<sup>32</sup>. Em meio às dificuldades econômicas do reino, com o progressivo decréscimo dos seus rendimentos ao longo do século XVIII e, no plano externo, cada vez mais subalterno na geopolítica europeia, a incorporação do interior trazia consigo não apenas a expectativa de se viabilizar a exploração de terras e produtos, mas, especialmente, de promover a conexão destes às redes mercantis já existentes.

As matas ao longo do rio representavam novas áreas de extrativismo e fronteira aberta para a agropecuária, esta última, formando um corredor com a produção do sul de Minas. A articulação desses novos e promissores circuitos econômicos do interior com o litoral é, neste sentido, pensada a partir do aproveitamento do curso do rio Doce – ainda desconhecido em vários trechos – como via de comunicação, pois, julgava-se, o seu próprio leito garantiria o escoamento da produção, integrando-a, quem sabe, ao mercado atlântico, pelo Porto de Vitória. Parece-nos, portanto, que, durante o período abordado, o alinhamento do Espírito Santo aos interesses da monarquia foi sendo cuidadosamente construído, contando-se, para isso, com a escolha estratégica de seus governadores, em consonância com os interesses das redes de poder nas quais se inseriam.

Por ser zona de fronteira, os sertões do rio Doce provocavam o contato não apenas entre os agentes coloniais e os povos nativos. Do ponto de vista do comportamento de representantes das elites administrativas, eram também palco de aproximações e de tensões em torno de assuntos que tinham como eixo a sobrevivência do reino e a fidelidade à casa real. Ao que parece, suas dificuldades e ambiguidades, mediadas pelo poder central, eram dimensionadas e resolvidas no âmbito das sociabilidades de corte, como observamos nesta correspondência, a respeito da necessidade de

---

<sup>32</sup> De acordo com Marinato (2007, p. 59), para se garantir o acesso e o povoamento dos sertões, o vale do rio Doce, na sua porção espírito-santense, passou a ser o alvo de um elaborado projeto de ocupação, que incluiu a militarização, o combate à resistência nativa e a incorporação dos nativos transculturados como mão de obra e como contingente militar, a fixação de colonos e a distribuição de sesmarias.

reforços militares para o porto de Souza<sup>33</sup>, trocada entre os governadores das Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, e do Espírito Santo, Silva Pontes, em março de 1801:

Recebi com o maior gosto do mundo as duas Cartas de V. S<sup>a</sup> de 8 de Outubro do anno passado, agradeço a V. S<sup>a</sup> os Elogios que me faz, de que eu me desvanço tanto, quanto hé grande o conceito que eu formo da honra, talentos e vastos conhecimentos de V. S<sup>a</sup>. Apezar das mais vivas diligências agora hé que marcha a minha expedição, consistiu a demora na factura das Canoas necessarias.

O Requerimento vai estabelecer-se segundo as Regras geraes aqui em prática, o fiel. Joaquim dos Santos Ferreira, e o Escrivão Joaquim Joze de Sena levão ordem minha para darem a V. S<sup>a</sup> as cópias das suas Instruções, quando queira vê-las, o valoroso e hábil Tenente. Comte. Salvador Gonsalves da Assumpção hade dar parte a V. S<sup>a</sup> da sua chegada, remetendo lhe o Mapa da Força dos seu Destacamento, elle tem ordem para auxiliar o Porto de Souza noque for preciso.

O Capitam General da Bahia me diz em carta de 23 de julho de 1800 = que se leve ordem para procurar obter algum auxílio de Minas Geraes para a Defesa da Capitania do Ryo Doce = pela confiança que tenho na sua Palavra, ainda mais conformando se Ella com a Carta Regia de Defesa mutua de 6 de Fevereiro do mesmo anno, que ultimamente recebi, participo a V. S<sup>a</sup> que me hé fácil acudir a esse Governo Provincial em Força no cazo de necessidade, dando V. S<sup>a</sup> as providências para o transporte da Tropa, do Porto de Souza para baixo.

Espero que Sua Cunhada e seus sobrinhos certifiquem a V. Sa. os meus bons desejos de lhes ser útil, e o muito que venero as brilhantes qualidades de V. S<sup>a</sup>. (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 27/03/1801)

Ressalte-se que a notoriedade do trabalho de Silva Pontes como cientista converteu-se em capital político voltado para a atividade governativa. Enquanto isso, a proximidade quase familiar entre os dois governadores permitia o clima de cooperação mútua, no sentido de fazer cumprir os desígnios da coroa para a *capitania* do rio Doce: a militarização dos acessos à região e a proteção ao porto

---

<sup>33</sup> O porto e o quartel de Souza foram criados no ano de 1800, pelo governador Silva Pontes, quando este demarcou as fronteiras entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Este se localizava na fronteira oeste com Minas Gerais.

fluvial de Souza (atual Linhares), localizado na divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais<sup>34</sup>.

Posteriormente, durante a administração de Manoel Tovar, os assuntos relativos à defesa se multiplicaram e ganharam relevância, como podemos observar na tabela. Tovar era oriundo de antiga família fidalga e, também, bastante próximo ao Conde de Linhares. No período da sua administração, importantes eventos explicam a ênfase posta nas questões relativas ao reforço da segurança. Primeiramente, a própria presença da família real no Brasil, cuja chegada é noticiada ao governador na mesma correspondência onde se pede que este não descuide da defesa do litoral. No mesmo ano, pelo Decreto de 13 de maio, é declarada pelo Príncipe Regente guerra ofensiva aos nativos denominados botocudos, que ocupavam as margens do rio Doce e seus afluentes (o que marca uma virada na política com relação aos indígenas da América Portuguesa)<sup>35</sup>. Na comunicação, cuja cópia foi enviada ao Espírito Santo, o soberano se justificava:

Sendo me presente as graves queixas, q da capitania das Minas Gerais tem sobido a Minha Real Presença sobre as invasoens que diariamente estão praticando os Índios Botocudos Antropophagos em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania, particularmente sobre as margens do Rio Doce, e rios que no mesmo desaguão, e onde não só devastao todas as Fazendas, sitas naquela vizinhança, tem lhe forçado muitos proprietários a abandonalas e em grave prejuízo seu, e da Minha Real Coroa, mas passao a praticar as mais horríveis, e atrozes cenas da mais Barbara Antropophagia, ora assassinando os portugueses, e os índios mansos por meio de feridas de q invena depois o sangue, ora dilacerando os corpos, e comendo os seus tristes restos, tendo se verificado na Minha Real

---

<sup>34</sup> Silva Pontes foi nomeado em 11 de novembro de 1797, mas assumiu o governo apenas em 20 de março de 1800. Em 08 de outubro do mesmo ano, assinou o auto, juntamente com o representante do governo de Minas, que regulou a cobrança de impostos entre as duas capitanias, como se lê no *Auto de demarcação de limites entre a capitania de Minas Geraes e a nova província do Espírito Santo*, do ano de 1800 (OLIVEIRA, 1898, p. 193-194).

<sup>35</sup> A conjuntura da presença da corte portuguesa no Brasil aprofundou a discussão a respeito da ocupação dos territórios ainda não incorporados aos circuitos da economia colonial, o que trouxe consigo uma mudança profunda na política indigenista traçada na virada do século XVIII. No ano de 1808, pelos decretos de 13 de maio e de 12 de dezembro, respectivamente, determina-se guerra ofensiva contra os chamados índios botocudos, do rio Doce e a incorporação – ou *civilização* – daqueles grupos que aceitassem a submissão ao processo de transculturação (*Carta Régia de 13 de maio de 1808*. BRASIL, 1891a; *Carta Régia de 02 de dezembro de 1808*. BRASIL, 1891b). Demarcam-se, por meio desses decretos, os limites entre os nativos considerados inimigos e os aliados da Coroa, conforme acentua Marinato (2007, p. 43 e 44).

Presença, a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quais tenho mandado, q se tente a sua civilização, e o reduzilos a aldear-se, e agorarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica, e doce, de baixo das justas, e humanas leis, que regem os Meus Povos, athe havendo-se demonstrado o quam pouco util era o systema da Guerra defenciva, q contra Me Sendo Mandado seguir, visto que os portos de defesa em huma tão grande e extença linha, não podia bastar a cobrar a Paz [...] (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 13/05/1808).

Ressalte-se que, apenas dois meses antes deste ato do Regente, D. Rodrigo de Souza Coutinho, naquele momento Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, requeria do governador da capitania minucioso levantamento das suas condições de defesa, o que incluía dar ciência sobre a população apta para o serviço militar (dividida em brancos, mulatos e negros), o número de regimentos existentes, as condições do fardamento e das armas, os orçamentos para o sustento das tropas e, por fim, os mapas e cartas geográficas e topográficas levantadas (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 16/03/1808). Em suma, um relatório completo de como o Espírito Santo se achava guarnecido militarmente. Por outro ângulo, em que termos a capitania poderia contribuir com a ofensiva sobre o interior e com o estado geral de defesa do território luso-americano.

O tema continuou ocupando páginas seguidas da correspondência entre o governo da capitania e os poderes do reino, desdobrando-se em reiterados informes sobre o suprimento de armas e de pólvora, que vinham do Rio de Janeiro<sup>36</sup>. Ainda, conforme já comentamos, houve a divulgação dos sucessivos indultos régios aos soldados desertores (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 13/05/1808; 27/03/1809; 23/05/1810). De maneira específica, destacamos também os esforços de enquadramento do mando costumeiro em uma arregimentação oficial. Lembramos aqui que, como nos adverte Uricochea, (1978), durante o período colonial, o espaço local era definido por uma configuração política onde se

---

<sup>36</sup> A Fábrica de Pólvora foi criada em 1808, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, como medida de precaução diante da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão. O contexto conflituoso e a presença da família real em solo americano levaram a supor que um ataque dos franceses ao Brasil seria possível e então o Príncipe Regente ordenou a imediata criação da Fábrica de Pólvora e Fundição de Artilharia. Cf. BEDIAGA, 2007, p. 1139.

mesclavam o poder militar e os interesses de grupos privados. Mas a tentativa de submissão desses últimos às autoridades militares régias, fruto da reorganização dos poderes do reino na colônia com a vinda da corte, encontrava sinais de resistência a tais medidas.

Neste sentido, citamos o lembrete enviado à Câmara de Vitória, reforçando que só poderiam exercer autoridade sobre soldados aqueles homens que, efetivamente, tivessem registro de sua patente de oficial na já citada Secretaria da Guerra (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 13/08/1810), o que nos dá a entender que, por aquelas paragens, a autoridade militar não costumava ser monopólio apenas dos oficiais do Estado. Ou ainda a cópia do decreto, remetida do Paço no mesmo ano, pedindo que fosse observada a ordem régia para “[...] que se cassem e recolhão todas as patentes de officiaes de mata, que existirem nessa capitania, ficando em consequencia nullos os privilégios supostos dos que as têm, e [estando] sujeitos como quaisquer outros vassallos aos Encargos Públicos [...]” (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 25/10/1810).

Outro assunto que vale ser analisado mais detidamente é a importância dada ao comércio e às navegações, na correspondência analisada. Aqui, utilizando o mesmo critério de Fragoso e Monteiro (2017, p. 37-38), agrupamos juntamente com os assuntos comerciais aqueles relacionados à fiscalidade. Assim, obtivemos indícios sobre como era feito o controle fiscal do que era produzido na capitania e escoado por meio dos seus caminhos e portos. Pudemos também vislumbrar alguns dos sujeitos políticos envolvidos nessas atividades, mapeando, portanto, as relações entre o interior da capitania e sua capital, enquanto pontos nodais de redes de relações compostas sobre múltiplos espaços – internos e externos à capitania - que ganhavam significados diversos ao longo da temporalidade analisada.

Um primeiro aspecto que salta aos olhos é a progressiva importância do tema na pauta da correspondência governativa, observado o significativo volume da correspondência dedicada a esse tipo de questão ao longo do período. Isto reforça nossa hipótese de que, na medida em que o projeto de integração imperial vai sendo posto em prática de maneira mais explícita, o território do Espírito Santo é cada vez

mais apropriado como parte integrante das dinâmicas imperiais do Centro Sul, ainda que de maneira incipiente. Isto porque a dinâmica social que se estabelece entre os sertões da capitania e o litoral, bem como a proximidade desses sertões com os circuitos de abastecimento da corte, após 1808, acaba por tocar em pontos fulcrais do programa de governo do novo Império. Em torno dos projetos governativos para a capitania, como veremos nos demais capítulos, organizam-se grupos de poder e interesses que vão se enraizando localmente, mas em correspondência progressiva e direta com a corte.

É o que se depreende, por exemplo, ao observarmos o que, de fato, desperta o interesse dos ministros do reino pela capitania, com relação ao comércio e ao fisco. Primeiramente, identificamos a manutenção de um fluxo contínuo de cartas, de maneira bastante específica, entre os governadores locais e a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Neste sentido, se no governo de Silva Pontes foi marcante atuação do conde de Linhares com relação à definição dos rumos da capitania, esse interesse se manteve no governo seguinte, de Manoel Tovar. Registre-se que, com a morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1812, este foi substituído, sequencialmente, por D. João de Almeida de Melo e Castro, o conde de Galveas (1812-1813), e por D. Fernando José de Portugal e Castro, o conde de Aguiar (1814-1822).

Com as dificuldades econômicas do reino, decorrentes do bloqueio comercial e da invasão francesa a Portugal, percebe-se que a questão fiscal, que sempre foi uma preocupação, tornou-se central. No Espírito Santo, esta se manifestou nos sucessivos avisos para que os navios que chegassem à capitania, quer fossem esses vindos do Rio de Janeiro, de outros portos coloniais ou de viagens transatlânticas, não deixassem de passar na arrecadação. Da mesma forma, as autoridades régias estavam alertas às arribadas forçadas de navios no porto de Vitória, que pareciam ser frequentes (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 27/02/1807).

Mas o que levavam essas embarcações? E quais eram os seus locais de partida e/ou seus destinos? Observamos um intenso fluxo de suprimentos militares (barracas, armas, pólvora) que, entrando na capitania pelo porto de Vitória, eram certamente distribuídos entre as fortificações do litoral e os

quartéis do interior, ao longo do vale do rio Doce, com especial referência ao Porto de Souza (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 16/08/1811). E, embora o porto da capital não tivesse suas atividades majoritariamente voltadas para a navegação intercontinental, não são poucas as referências ao comércio com a Europa e, mesmo, à presença de navios ingleses no litoral capixaba, como nesta carta do Conde de Galveas a Manoel Tovar<sup>37</sup>:

Recebi e levei a Real Presença do Príncipe Regente N. S. os dois officios que Vm<sup>o</sup> dirigio ao meu Antecessor na datta de 4 do corrente mês; e S. A. R. ficando na intelligência do seu conteúdo, manda louvar assim a eficácia e prontidão com que V. M<sup>o</sup> deo as conveniente providencias para se pôr em segura arrecadação a carga e os efeitos, que se poderão salvar do naufrágio que na Barra do Rio Doce fez o Navio Ingles Brillhante de Londres e a Recomenda Vm<sup>o</sup> que continue a dar ainda aquellas que forem necessárias até a perfeita entrega dos referidos efeitos salvos.

Ds Gd. a Vm<sup>o</sup>. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Janeiro de 1810.

(APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 27/01/1810)

No documento, há indícios que sustentam a nossa tese de que houve uma mudança de percepção do poder central em relação ao território capixaba, conforme sua inserção e posicionamento nas redes mercantis lusas. Conectada aos agentes comerciais que negociavam no Centro Sul, seja por meio dos planos governamentais para os sertões da região, seja pela relação com empresas que passaram a atuar no litoral do Brasil, a partir da abertura dos portos, em 1808, a rotina comercial da capitania parece ter sido acompanhada de perto pelo regente e pelos seus ministros. Em especial, quando as transações envolviam bens e mercadorias de cidadãos do seu mais poderoso aliado, o Império Britânico. Podemos aventar, inclusive, que a proximidade com relação ao porto do Rio de Janeiro tenha despertado o interesse para a capitania, uma vez que o seu interior era um promissor fornecedor de gêneros para o abastecimento da cidade de feições coloniais, recentemente transformada em corte e que experimentava um vivo crescimento. Em termos jurisdicionais, incluía a região de Campos dos Goitacazes

---

<sup>37</sup> Interessante notar que, pela data do documento, o Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra seria o Conde de Linhares. Contudo, o documento aparece datado e assinado de próprio punho por Galveas, tal como citado.



territórios que, historicamente, foram colonizados a partir de vetores de expansão que partiram da Baixada da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Querendo ou não, esta conexão com o comércio transatlântico, aprofundada com a presença da corte no Brasil, colocava os negociantes da capitania nas zonas de conflitos entre as potências europeias. Assim, em que pese a sua pouca expressividade em meio às rotas atlânticas, a documentação traz não apenas a menção aos mesmos em momentos críticos, mas direcionamentos específicos aos que atuavam naquela praça comercial, como nesta carta do Conde de Aguiar:

Havendo participado Lord Strangford, Enviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade Britanica nesta Corte, que as Ilhas de Java e Molucas estão Bloqueadas pelas Terças Navaes comandadas pelo Contra Almirante Drury: He o Principe Regente Nosso Senhor servido ordenar, que vossa mercê faça constar o referido Bloqueio pelo mar que julgar mais conveniente aos negociantes dessa praça, para que não mandem para aquelas Ilhas embarcação alguma, para evitarem o risco de ali serem detidas, e virem por isso a sofrer grave detrimento nos seus interesses. (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 29/11/1809)

Em meio a objetos da rotina comercial, administrativa e fiscal da capitania, é possível detectar movimentos de aproximação entre a camada proprietária local e o poder central, mediados, em geral, pelos governadores. Prova da generosidade e da lealdade dos súditos, louvada pelo Secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra, a correspondência do dia nove de março de 1809 atesta o recebimento de um ofício, enviado pelo governador Tovar àquela repartição, adjunto a uma relação de pessoas da capitania que haviam contribuído para o socorro dos habitantes de Portugal. O conde de Aguiar, titular da pasta, reportava que o gesto mereceu a “real aprovação”, ainda mais que o governador mandara comprar “[...] com o dinheiro oferecido a hum Mineiro trezentas e sete oitavas e meia de Ouro, extrahido das minas denominadas do Castelo, em que há muitos anos senão trabalhava pelas incursões do Genticio, e que a hum anno a esta parte principiaram novamente a serem lavradas.” (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 09/03/1809)

Do diálogo administrativo, pleno de referências e simbolismos de uma sociedade de corte, entendemos que tal atitude não apenas celebrava a disposição para a unidade sob a coroa portuguesa. Manifestava, também, num certo sentido, a aplicação do governo da capitania e dos potentados locais na garantia do cumprimento de suas respectivas partes, numa atitude pactuada em prol do projeto imperial e contra qualquer gesto que se lhe obstaculizasse, externa ou internamente. Neste sentido, não é demais sublinhar a alusão à arrecadação enviada como a colheita dos primeiros frutos da guerra aos nativos - declarada no ano anterior -, estes que eram identificados como uma barreira à exploração dos recursos da terra, levada a cabo pelos esforços administrativos.

Assim, sobre os fundamentos do projeto imperial luso de inícios dos Oitocentos, o Espírito Santo assume nova posição, no jogo dos equilíbrios territoriais entre o centro do Império e suas periferias. Intencionalmente ou não, do seu lugar periférico, a capitania é progressivamente atraída e passa a dialogar com os circuitos, projetos e redes políticas do centro. De acordo com o que mapeamos pela correspondência política da virada do século, tal processo se iniciou pelo menos dez anos antes da transferência da corte para o Rio de Janeiro, e, evidentemente, se aprofundou a partir desse evento. Para além de mera comunicação com o território mineiro, parece-nos que o desenvolvimento de atividades produtivas ao longo do percurso do rio Doce se constitui em um objetivo específico da coroa, na medida em que se efetiva a estratégia de domínio sobre o território e suas gentes, ampliando “[...] os tentáculos do poder régio ao interior, como também os valores do reino, onde se julgavam inexistentes ou fracos” (PEREIRA, 2013, p. 146-147). Não por acaso, sua consecução é entregue a homens que privam da confiança pessoal dos agentes nodais da política imperial, como aconteceu com Silva Pontes, Tovar e dar-se-ia, mais tarde, com Francisco Alberto Rubim.

## CAPÍTULO 2 PAULO FERNANDES VIANA E OS CARNEIRO LEÃO: NEGÓCIOS E POLÍTICA

### **2.1. Os Carneiro Leão: formação, ramificações e base territorial na América lusa**

Para tratarmos das ramificações entre a burocracia da corte e representantes dos grupos proprietários do Espírito Santo, a partir de meados do século XVIII, lançamos mão da prosopografia, como dissemos. Diante dos objetivos desta pesquisa, o referencial metodológico das biografias coletivas nos ajudou a elaborar os perfis dos grupos sociais em que se inserem os nossos sujeitos. Desta forma, foi possível perceber espaços e mecanismos de poder, em meio à microanálise das relações que, no mundo social, permitiram seu acesso a determinadas posições.

Iniciaremos, portanto, traçando um perfil das relações familiares e políticas que estiveram na base da atuação do intendente Paulo Fernandes Viana, conferindo significados à mesma. Este personagem, nós o encontramos, ao longo do século XIX, operando no interior de um dos mais importantes grupos econômicos e políticos do mundo atlântico e, mais tarde, do Império do Brasil, no qual ingressara por meio do casamento. O estudo teve como proposta, de acordo com Lawrence Stone, definir um universo social a ser estudado e, sobre ele, formular um conjunto de questões-chave acerca das trajetórias individuais de um grupo de atores (STONE, 2011, p. 115-116).

Assim, foi possível construir sentidos à ação desse e de outros sujeitos da elite política e econômica do Centro Sul do Império dos trópicos, durante o período abordado, buscando compreender algumas das estratégias não só de sua diferenciação como elite, mas de arregimentação de quadros em direção à sua reiteração no tempo. Esta operação foi realizada na perspectiva de se identificar

estratégias de constituição de seu capital político, de consolidação de posições, bem como suas sucessivas operações de reconversão (para maior ou menor valor) e sua materialização em uma determinada matriz de relações socioespaciais. Aqui, adotamos a perspectiva micro histórica, no sentido de propormos procedimentos de análise que dimensionem nosso objeto em diferentes escalas, postulando que

[...] toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam (LEVI, 1992, p. 135).

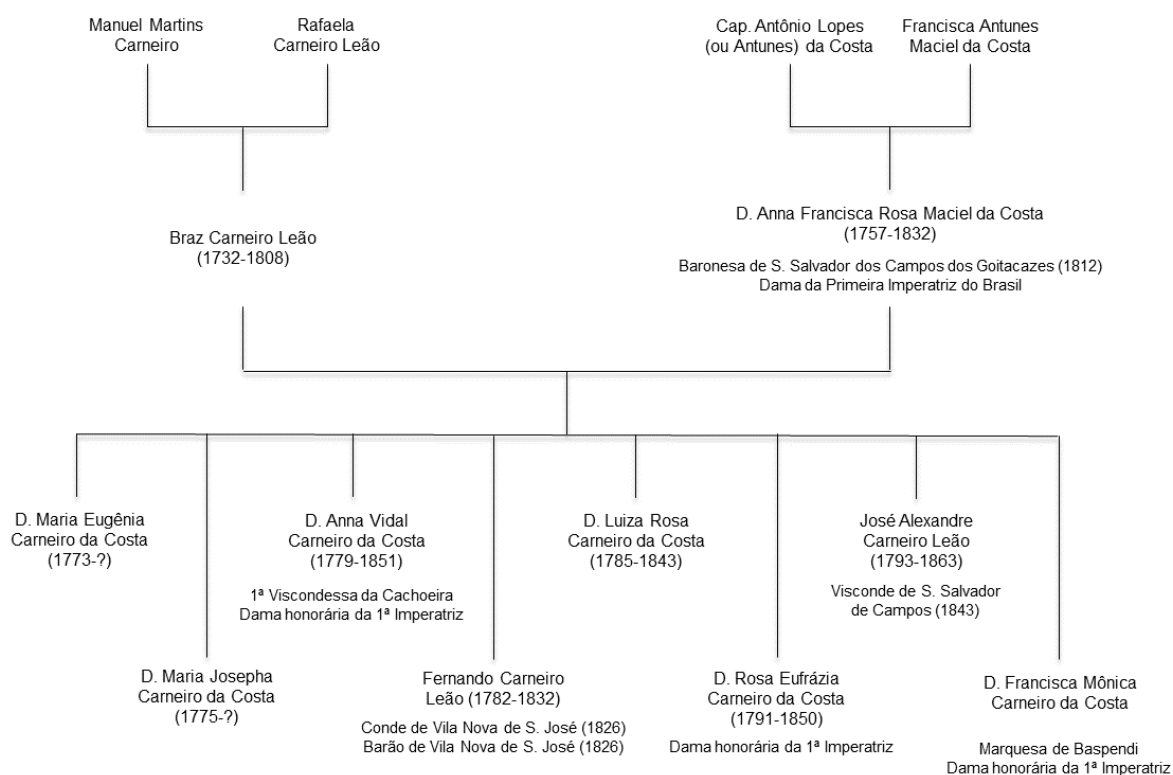
Sob este aspecto, os laços que configuram o parentesco por meio do casamento serão o ponto de inflexão a partir do qual propomos observar escolhas e estratégias de ocupação de posições. Movimentos que, por meio de vínculos objetivos, recolocam os sujeitos, tomados em diferentes escalas, em espaços de atuação inusitados, por vezes amalgamados com, por vezes diversos daqueles relacionados ao nascimento, alterando assim o curso de suas ações. Neste sentido, e, retornando aos sujeitos abordados como pontos focais, não é demais novamente enfatizarmos que o parentesco entre Rubim e Viana dava-se por meio de suas esposas, que eram primas.

Assim, temos aqui uma gama de relações que orbita em, pelo menos, dois marcos: o casamento do intendente Paulo Fernandes Viana, no Rio de Janeiro, no ano de 1802, com Luiza Rosa Carneiro da Costa, filha de Brás Carneiro Leão e de Dona Anna Francisca Rosa Maciel da Costa; e o casamento de Francisco Alberto Rubim com Francisca Antunes Maciel da Costa, prima de Anna Francisca, algum tempo depois, em 1809, na cidade de Lisboa.

Esses cruzamentos, por sua vez, põem em destaque o núcleo de uma das mais importantes famílias de negociantes do Império atlântico luso: os Carneiro Leão. Estes surgem como ramificação do potentado Antônio Lopes da Costa, também um

rico comerciante do Centro Sul, durante o século XVIII, cuja esposa descendia de importante família proprietária de terras no Recôncavo da Guanabara. Prossigamos com o detalhamento dessa malha de relações, explicitada graficamente no diagrama a seguir.

**Figura 4** Família Carneiro Leão – séculos XVIII a XIX



Fonte: BAEPENDI, Braz Carneiro Nogueira da Gama, Conde de. Apontamentos biográficos da Família Braz Carneiro Leão. **RIHGB**, t. 43. v.61, pt.2, p.365-384, 1880; TRINDADE, R (Cônego). **Genealogias da Zona do Carmo**. Estabelecimento Gráfico Gutemberg. Irmãos Pena & C. Ponte Nova - 1943, título LVIII, cap. 04

A família Carneiro Leão é bastante citada em nossa historiografia. Sua atuação nos quadros do lucrativo comércio atlântico e das redes de poder que conformavam a *pluricontinental*<sup>38</sup> monarquia lusitana é destacada como um case de configuração de grupo de elite política e econômica, em sucessivos e importantes trabalhos que se dedicaram ao tema (FRAGOSO, 1992; MARTINHO & GORENSTEIN, 1993; SALLES DE OLIVEIRA, 1999; SAMPAIO, 2000). Por este motivo, não é difícil encontrar dados sobre a dinâmica familiar dos Carneiro Leão, seus sucessores e suas ramificações, entre os quais os Carneiro Viana, núcleo iniciado pelo Intendente Paulo Fernandes Viana, de que trataremos mais adiante.

Entretanto, importa ao nosso objeto observá-los de maneira cruzada com as trajetórias de outros personagens, internos e externos ao círculo de relações desta família. Desta maneira, buscamos entender quais estratégias estiveram disponíveis e foram acionadas para a conformação desse grupo, bem como apreender como se davam os mecanismos de seleção/arregimentação de seus membros, em meio aos padrões de hierarquização presentes no tempo.

Entender as ações políticas dos membros deste clã e a forma como se apropriaram de determinados espaços, estendendo sobre ele suas teias de relações ou, em outras palavras, *territorializando-o* (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144), no Centro Sul, ajudará a entender a própria hierarquia das posições que os diferentes lugares e postos na administração assumem, diante do aparato burocrático e dos projetos lusos na região. Esta operação, ainda que nos reporte, em alguns momentos, a contextos um tanto longínquos do nosso recorte original visa, assim, responder a tais questões, fundamentais para desvendarmos o significado da aproximação do governador Rubim a este grupo e a projeção de tais padrões de diferenciação na conformação das elites políticas da Capitania do Espírito Santo.

---

<sup>38</sup> De acordo com o historiador João Fragoso, o conceito destacado ainda é recente na historiografia, encontrando-se, em meio aos trabalhos empíricos recém-publicados, ainda em construção. Contudo, tomá-lo aqui como hipótese de trabalho, como sugere o mesmo autor, permitiu-nos avaliar em que bases foram construídas as margens de negociação nos sistemas centro/ periferia, legitimando poderes e permitindo a governabilidade. (FRAGOSO & MONTEIRO, 2017, p. 52-82).

Parte da trajetória aqui remontada nos é contada pelo neto de Brás Carneiro Leão, o Conde de Baependi, Brás Carneiro Nogueira da Gama (1812-1887), importante político durante o Império do Brasil (BAEPENDI, 1880). Segundo a sua narrativa, o avô nasceu em 1732, tendo chegado ao Rio de Janeiro ainda muito jovem, por volta de 1748 (BAEPENDI, 1880, p. 365). Acolhido por parentes que já atuavam no comércio, como era de praxe entre portugueses emigrados<sup>39</sup>. Adquirindo experiência, boa fama e contatos, nosso personagem formou patrimônio no mesmo ramo, possuindo navios e casa comercial atacadista própria, de grande prestígio, na principal rua da cidade do Rio de Janeiro, a Rua Direita – atual 1º de Março. Ali, negociava mercadorias oriundas de Portugal, que, além do Rio de Janeiro, eram distribuídas nas praças de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso. Também recebia em consignação produtos de comerciantes daquelas praças, que eram enviados para Lisboa, Porto e pontos da África (BAEPENDI, 1880, p. 366).

Além do comércio atlântico, Brás Carneiro Leão diversificava seu cabedal, investindo em imóveis urbanos e rurais. Assim, nas últimas décadas do século XVIII, tornou-se o dono de muitas propriedades na Candelária – uma das freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro<sup>40</sup> -, além de terras no Recôncavo da Guanabara, em direção à região serrana, no sertão de Cantagalo<sup>41</sup>, recém-ocupado. De acordo com Riva Gorenstein e Lenira Martinho (1993, p. 198-199), em 1787, Brás Carneiro Leão confirmou a propriedade de 30 braças de terras em quadra, que possuía em Novas

---

<sup>39</sup> Sobre esta passagem, Lenira Martinho e Gorenstein (1993, p. 198) aventam a possibilidade de Brás Carneiro Leão ter prestado serviços na empresa comercial Casa Pedra & Cia, que pertencia a parentes seus.

<sup>40</sup> O termo da cidade do Rio de Janeiro compreendia, à época, não somente o seu núcleo urbano, mas todas as áreas de jurisdição do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Esta abrangia, além das freguesias rurais, as terras ao fundo da Baía de Guanabara, bem como boa parte dos atuais municípios de Nova Iguaçu e de Magé.

<sup>41</sup> Região que contou com resistência indígena até o século XVIII, o sertão de Cantagalo, nas franjas das serras fluminenses, começou a ser visitado por portugueses na primeira metade do século XVIII, por dar acesso às Minas Gerais, no contexto da exploração de garimpos clandestinos de ouro, tendo sua história de ocupação ligada às lendas que cercam a figura do famoso contrabandista Mão de Luva. Estabelecido o controle sobre a região, em 1786, o Vice-rei, D. Luís de Vasconcelos e Souza, permitiu a ocupação legal da localidade. (Biblioteca do IBGE: Cantagalo)

Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/cantagalo.pdf> >. Acesso em: 21 jul de 2018.

Minas do Macacu e ainda de uma sesmaria comprada na Vila Nova de São José del-Rei, em Campos. Em 1803, pediu mais uma sesmaria no chamado sertão da Saudade, também em Campos, onde já possuía outras três, tendo recebido uma légua de terras no Monte Velho. Além dessas porções, era proprietário também em Cabo Frio.

Observaremos, mais adiante, que esse movimento de acúmulo de terras, tendo como vetores os sertões em direção à região serrana e ao noroeste fluminense, será aprofundado pelas gerações seguintes, o que costuma ser explicado em nossa historiografia pela tendência geral segundo a lógica de Antigo Regime, de se imobilizar o capital comercial em bens de raiz, transformando negociantes em *senhores de terras e de homens* e conferindo-lhes, assim, *status*, dentro dos padrões de nobilitação vigentes:

Percebe-se, assim, que não há contradição, *a princípio*, entre o uso não produtivo do excedente econômico e a reiteração da sociedade colonial. Da mesma maneira, fica mais claro que não existe contradição entre aqueles dois tipos de fortunas acima apresentados. Na verdade, a transformação de uma fortuna jovem (mercantil) em velha (rentista) surge como mecanismo de recorrência de uma dada hierarquia social. Mais precisamente, esses mecanismos surgem como via de ascensão e prestígio social. (FRAGOSO, 1992, p. 286. Itálico do autor)

No entanto, no ponto da historiografia sobre o assunto em que nos encontramos - especialmente em se tratando do século XVIII – algumas questões instigantes surgem para dialogar com esta interpretação. De acordo com Lucimeire de Oliveira (2014), o grupo de negociantes que se afirma como elite mercantil entre finais do século XVIII e inícios do XIX buscou, anteriormente e aos poucos, demarcar uma identidade própria, se afastando da nobreza da terra o que, segundo a autora, pode ser percebido seguindo-se as suas estratégias matrimoniais.

De fato, a autora aponta que grande parte dos comerciantes que atuavam no Rio de Janeiro e chegavam a se casar, durante o século XVIII, buscaram se unir a famílias já inseridas em atividades mercantis – uma estratégia para fundar suas raízes e



amplificar sua rede de negócios. Para a autora, a endogamia social – comerciantes casando-se com filhas de comerciantes – mostra que os agentes mercantis cada vez mais se tornavam independentes em relação à nobreza da terra, afastando-se pouco a pouco das uniões com as antigas famílias de conquistadores. Esse tipo de estratégia significava um “caminho mais sólido para construir alianças para se estabelecer na cidade” e se constituir como uma nova elite, formando famílias de negociantes (OLIVEIRA, 2014, p. 270).

A diversificação dos negócios da família Carneiro Leão e o contato com comerciantes de outras praças permitiu que Brás Carneiro Leão se associasse a vários representantes das camadas proprietárias coloniais, movimentando também o que Fragoso e Florentino denominaram, a partir da análise das dívidas arroladas nos inventários desses homens, de *cadeia de adiantamento/endividamento* (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, pp. 89-100). Segundo os autores, diante da baixa liquidez da sociedade colonial, os negociantes do Rio de Janeiro adiantavam mercadorias uns aos outros, envolvendo a cobrança de juros e formando assim uma verdadeira rede de credores e devedores, cuja movimentação de capital conferia vigor até mesmo ao tráfico atlântico de africanos.

Por meio desses expedientes, aos poucos, o negociante formou um vultoso legado a partir de sua descendência com Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, com quem se casou no ano de 1772. Sobre esta senhora, sua avó, o Conde de Baependi relata que era oriunda de importante família fluminense, sendo mulher de “esmerada educação” (BAEPENDI, 1890, p. 366). Desta união, geraram oito filhos, dois homens e seis mulheres. Tendo prestado serviços à coroa e à comunidade, o que envolvia socorro financeiro, o negociante continuou sua carreira acumulando prestígio por meio de títulos, em troca das benesses oferecidas à custa do seu patrimônio. Como consequência, foi agraciado com o hábito de Cristo, tornou-se fidalgo cavaleiro e recebeu a patente de coronel do Regimento de Infantaria da Freguesia da Candelária (BAEPENDI, 1880, p. 367).

A partir desses dados, vamos, portanto, considerar que, como representante do restrito grupo de negociantes que se encontravam topo da hierarquia dessa

sociedade, a partir do cenário da praça mercantil do Rio de Janeiro, Brás Carneiro Leão atua como ponto nodal de uma trama de relações que envolve outros negociantes e proprietários de terras, como ele. Estes, por sua vez, iam ascendendo a posições de mando, por meio da obtenção de títulos e patentes militares. Esta configuração incorpora, ainda, funcionários da burocracia do Reino na colônia. No caso analisado, a extensão desta rede poderá ser verificada por meio da teia familiar que se forma a partir dos laços matrimoniais dos seus sucessores.

Dos oito filhos do casal, sobre dois deles já tivemos a oportunidade de comentar anteriormente. Tratam-se de Fernando Carneiro Leão, o Barão de Vila Nova de São José, a que nos referimos no primeiro capítulo, e Francisca Rosa Carneiro da Costa, que se casou com o intendente Paulo Fernandes Viana, dando origem a importante família do Brasil imperial, os Carneiro Viana. No entanto, outros elementos de suas trajetórias, bem como da de membros dessa família, ilustram interessantes estratégias de ascensão social e de formação de grupos. Uma delas é a própria endogamia no seio familiar e, nesse sentido, voltamos ao exemplo de Fernando Carneiro Leão, analisando outras informações.

Nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1782, Fernando Carneiro Leão iniciou sua carreira no comércio quando, por intermédio do pai, foi enviado a Lisboa em 1801, para adquirir experiência junto à casa comercial *Pedra*, de propriedade de Antônio Martins Pedra e Clara Maria Barbosa Carneiro Leão, esta, prima de Braz. Voltaria para o Brasil anos, depois já casado com a filha do casal, Gertrudes Angélica Pedra, cujo final trágico comentamos no capítulo anterior.

Embora na legislação canônica a prática dos casamentos entre parentes até o quarto grau de consanguinidade fosse proibida, isto parece não ter sido impedimento entre os Carneiro Leão e seus sucessores, pois vários de seus descendentes o praticaram, configurando o fato de que, na prática, isto parecia não ser um problema para a sociedade da época, pelo menos, quando se tratava de pessoas de fortuna. Neste caso, parece prevalecer a lógica de que “nitidamente, grande parte das alianças matrimoniais trata de um negócio, interessante a ambas as partes” (FARIA, 1998, p. 140). No caso específico, este envolvia o patrimônio

familiar: negócios, terras, títulos de nobreza. É certo que este não era um comportamento peculiar apenas dessa família. Sua repetição aponta para um ato socialmente aceito e legitimado, revelando a lógica de que, pelo menos entre as elites, o casamento permanecia um consórcio entre iguais (FARIA, 1998, p. 142). No caso dessa família e suas ramificações, provavelmente também um dos expedientes que contribuíram para manter o bando no topo da hierarquia, sendo, pois, reiteradamente praticado ao longo do tempo.

O próprio Fernando Carneiro Leão, que era casado com sua prima em segundo grau - noiva esta que era já fruto de um casamento consanguíneo - entregou a filha, Elisa Leopoldina Carneiro Leão, em matrimônio ao irmão diplomata e financista, José Alexandre Carneiro Leão (BAEPENDI, 1880, p. 372), no ano de 1829. Uma das irmãs de Fernando, Rosa Eufrazia Carneiro da Costa, casou-se com o sobrinho, Geraldo Carneiro Belens, filho de sua irmã, Maria Josepha Carneiro da Costa (BAEPENDI, 1880, p. 375). Casos semelhantes podem ser encontrados nas gerações seguintes, que percorrem todo o Brasil imperial. Veja-se, por exemplo, os irmãos João e Braz Fernandes Carneiro Viana, netos de Paulo Fernandes Viana e de Luiza Rosa Carneiro da Costa (depois, Viana). Proprietários de terras em Santa Maria Madalena, na província do Rio de Janeiro, casaram entre si os seus filhos, por sua vez bisnetos de Braz Carneiro Leão (BAEPENDI, 1880, p.378).

Com relação aos filhos de Braz Carneiro Leão, percebe-se, talvez, um calculado equilíbrio nas suas escolhas matrimoniais. Dos oito, dois se casaram com parentes, duas filhas se casaram com comerciantes e três, com sujeitos da elite administrativa/intelectual luso brasileira. Suas filhas Ana, Luiza Rosa e Francisca Monica Carneiro da Costa desposaram, respectivamente, Luiz José de Carvalho e Mello, Paulo Fernandes Viana e Manoel Jacinto Nogueira da Gama, todos homens de destacada atuação nos quadros político administrativos da corte e do Império do Brasil (BAEPENDI, 1880, pp. 367-380).

Diante das demais estratégias matrimoniais de que tratamos, já sedimentadas entre a elite mercantil, a opção por uma aproximação formal com a burocracia é um componente novo aqui identificado. Tomando como hipótese de trabalho que as

escolhas matrimoniais funcionavam, por sua vez, como estratégias de conformação de grupos<sup>42</sup>, verificamos que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, esta família demonstrou consciência do seu papel como grupo de elite, estando atenta às mudanças do ambiente político-institucional no qual tomava decisões e às opções disponíveis. Este se encontrava, paulatinamente, amalgamado pelo projeto ilustrado de reconstrução da monarquia, a partir da centralidade do mundo luso americano.

Em outras palavras, para além da fortuna herdada pela família quando da sua morte, em 1808, e da bem sucedida firma *Carneiro, Viúva e Filhos*, que passou a ser administrada pelo filho mais velho e herdeiro natural, Fernando Carneiro Leão, o maior legado de Braz Carneiro Leão foi deixar legitimadas e projetadas no espaço as bases de atuação de um poderoso grupo político que seguiria, de maneira pragmática, elaborando outras estratégias de manutenção e ampliação, acessadas a partir dos circuitos da corte e dos projetos do poder central.

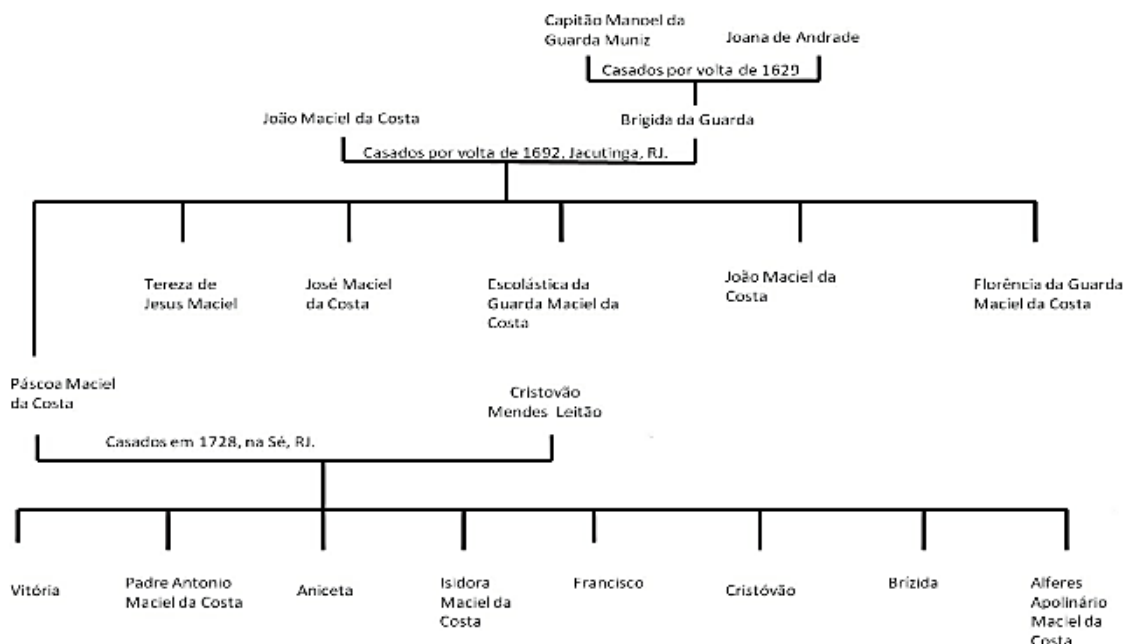
Neste sentido, é fundamental analisarmos, de agora em diante, as escolhas matrimoniais presentes nas ramificações desta família, ao longo dos séculos XVIII e XIX, cruzando-as, desta feita, com os movimentos de conquista de territórios e de obtenção de títulos. Tendo chegado ao Brasil ainda muito novo, chama a atenção o fato de Brás Carneiro Leão ter-se casado tardiamente, no ano de 1772, já contando cinquenta anos de idade<sup>43</sup>. Como afirmamos anteriormente, sua esposa, natural do Rio de Janeiro e nascida em 1757, era originária de uma das mais tradicionais linhagens de conquistadores das terras da Guanabara, cujas origens remetem aos marcos de ocupação das áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XVII, conforme observamos na figura a seguir:

---

<sup>42</sup> Esta abordagem é recente em nossa historiografia e tem sido adensada pela pesquisa com fontes cartoriais. Para um balanço dos achados e lacunas sobre o tema, consultar FRAGOSO, GUEDES & SAMPAIO, 2014.

<sup>43</sup> Antônio Carlos Jucá de Sampaio sublinhou algumas tendências gerais do comportamento dos comerciantes radicados no Rio de Janeiro, com relação ao casamento, para o período estudado. Segundo o autor, é quase certo que, por uma série de fatores, dentre os quais a alta mobilidade espacial destes homens e a mortalidade jovem, poucos se casavam ou assumiam esse vínculo tardiamente (SAMPAIO, 2014, posições 4561-4570 de 10430 – e-book).

**Figura 5** Malha parental dos Maciel da Costa – séculos XVII-XVIII



Fonte: RODRIGUES & ALVES, 2014, posição 5963 de 10430 (E-book).

Pela malha aqui reconstituída, observamos que Ana Francisca Rosa Maciel da Costa era filha do Capitão Antônio Lopes da Costa, também um importante comerciante da praça carioca, e de Francisca Antunes Maciel da Costa. A tendência de casamentos entre os membros da elite mercantil carioca, durante o século XVIII se acentua, segundo Frago (1998, p. 319) diante do movimento de progressiva proeminência do capital mercantil sobre a antiga elite fundiária. Casando-se entre si, os negociantes revelam o desejo de se firmarem com independência diante da nobreza da terra. Contudo, seus investimentos revelam que a importância da posse de bens rurais continua sendo um importante horizonte de nobilitação, nos quadros dos critérios de Antigo Regime.

No entanto, a família da noiva, Maciel da Costa, remete aos colonizadores radicados no Recôncavo da Guanabara durante a segunda metade do século XVII, quando o

patriarca e seu avô, Manoel da Guarda Muniz, figurava entre os pioneiros proprietários de terras na região. Os engenhos Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio aparecem em seu nome desde 1685; o Engenho do Brejo, sofreu sua primeira demarcação em 1683 e, nessa época, já estava em nome daqueles proprietários<sup>44</sup>. Segundo estudos de história das elites e de cartografia histórica, estas propriedades se localizavam em Santo Antônio da Jacutinga (SILVA, 2016; RODRIGUES & ALVES, 2014, p. 94-95).

Apenas a título de ilustração, o cartograma a seguir demonstra onde se localizavam as terras ocupadas pelas propriedades dos Maciel da Costa. Acompanhando a demarcação, situamos as propriedades da família na área atualmente conhecida como Baixada Fluminense. O Engenho do Brejo deu origem, mais precisamente, ao atual município de Belford Roxo (SILVA, 2016).

**Figura 6** Mapa da Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, segundo informações de Monsenhor Pizarro



<sup>44</sup> Na região da Freguesia da Jacutinga, que abrange atualmente uma parte da Baixada Fluminense, o Engenho do Brejo foi uma das propriedades a permanecer por mais tempo nas mãos de uma mesma família, pois esteve sob o controle dos Maciel da Costa até pelo menos 1794, sendo citado como seu único dono, nessa data, o Padre Antônio Maciel da Costa. (ARAÚJO, 2000, pp. 40-41)

Fonte: SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história de ocupação da baixada fluminense. Belford Roxo: Revista UNIABEU, v. 9, n 21, jan./abr 2016, p. 124.

No século XVIII, Santo Antônio da Jacutinga era uma freguesia rural carioca. Embora estivesse ocupada por famílias senhoriais, donas de engenhos e de escravos, esta não tinha a mesma pujança de localidades como Campos dos Goytacazes no mesmo período. No entanto, concordamos com Ana Paula Rodrigues e Marcelo Alves (2014, p. 94-95), ao afirmarem que os proprietários ali estabelecidos, mesmo de menor cabedal que aqueles, constituíam grupos de poder local que, ao longo do tempo, investiram seus recursos na região, exercendo sobre ela controle econômico e político. Desta forma, e guardadas as devidas proporções entre os negócios urbanos e rurais da cidade do Rio de Janeiro do século XVIII, estamos tratando aqui de famílias que pertenciam ao universo das elites políticas do Império luso, exercendo seu domínio a partir dos espaços de autonomia que lhe foram reservados em meio à dinâmica imperial.

Voltemos à trajetória do casal Francisca e Antônio Lopes da Costa, sogro de Brás Carneiro Leão, Antônio Lopes da Costa foi também um grande negociante sediado na praça mercantil do Rio de Janeiro e que optou por ingressar, por meio do casamento, em uma das mais antigas e prestigiadas famílias da *nobreza da terra local*. Dados sobre a sua vida e trajetória no mundo dos negócios aparecem citados em alguns trabalhos, a que vamos no remeter ao longo dessa digressão, juntamente com a correspondência que registra aspectos dos seus negócios, no sentido de observar as trajetórias dessas duas famílias de maneira cruzada, formando um quadro mais amplo de relações.

Como Brás Carneiro Leão, Antônio Lopes da Costa, sogro daquele, veio de Portugal para o Rio de Janeiro ainda jovem (entre 14 e 15 anos), recebendo a ajuda dos seus irmãos, Manuel e João Lopes da Costa, ali estabelecidos (OLIVEIRA, 2014, p. 275). Entre os anos 30 e 50 do século XVIII, nós o encontramos em meio a intensa atividade mercantil, como capitão de navios de sua propriedade, que traçavam rotas atlânticas, especialmente ligando Lisboa a Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro

(AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 40, D. 4107; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 503; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 5033; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 51, D. 5176; AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 5011; AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx 37, D. 8724-8725).

No ano de 1742, recebeu carta patente de capitão em uma das companhias do Regimento de Cavalaria das Minas de Goiás (AHU\_ACL\_CU\_008, Cx 2, D. 203). Sua relação com a região mineradora continuou a se aprofundar quando, mediante o “donativo de 12 mil cruzados e 150 mil réis” recebeu provisão do ofício de escrivão das Execuções de Vila Rica, nas Minas Gerais, por três anos (AHU\_ACL\_CU\_004, Cx 2, D. 144). Em 1747, foi investido do ofício de porteiro e guarda da Alfândega (AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 40, D. 4107), contribuindo, para tanto, com o donativo de dois contos e novecentos mil réis. Note-se que, diante da posição que ocupava no mundo dos negócios, o desempenho desta função tornava-se estratégica, pois significava, para além do prestígio pessoal e dos contatos, o controle da arrecadação e sobre a entrada e saída de gêneros, favorecendo sua posição em meio ao grupo. No mesmo ano, tornou-se também cavaleiro da Ordem de Cristo (AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 40, D. 4107).

Antônio Lopes da Costa fez parte da Mesa do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1753 e que, pouco tempo depois, no âmbito das Reformas Pombalinas, seria transformada na Junta do Comércio, em 1756. Nessa ocasião, entre os membros de sua nova diretoria, encontramos Antônio Lopes da Costa como um dos deputados (OLIVEIRA, 2014, p. 267). Para entendermos melhor o significado deste posto, remetemo-nos ao trabalho de Nireu Cavalcanti (2004, p. 2012-205). Estudando os Estatutos dessa instituição, Cavalcanti observa que seu objetivo era organizar os interesses dos grandes comerciantes daquela praça frente aos agentes do Estado e de outras praças do Reino português. Reunia apenas os negociantes “de mar em fora”, ou seja, aqueles que empreendiam no tráfico atlântico de mercadorias e de vidas. Assim, fazer parte da Mesa (ou Junta, conforme a época) era um claro sinal de diferenciação, em meio ao cenário mercantil da cidade. Mesmo porque, internamente, seus membros eram separados por categorias e



somente um seleto grupo dentre eles poderia ascender aos cargos diretivos (CAVALCANTI, 2004, p. 205).

De acordo com Pesavento e Guimarães (2013, p. 86), Antônio Lopes da Costa acumulou ampla experiência e reuniu uma verdadeira rede de sócios e outros contatos por meio da atividade mercantil, movimentando-se por diferentes praças do Império luso. Isto permitiu ainda que ele atuasse a partir do Rio de Janeiro como procurador de sujeitos de várias nacionalidades, presentes no mundo comercial transatlântico, além dos portugueses, obviamente.

Enfim, Antônio Lopes da Costa, negociante que era parte do grupo da elite mercantil do Império luso, embora tenha constituído aliança matrimonial em um núcleo familiar da elite conquistadora, casou uma de suas filhas com outro grande comerciante, referendando os padrões de diferenciação deste grupo de elite em relação à nobreza da terra, ao longo do século XVIII, conforme comentamos anteriormente. Por outro lado, apesar desta mudança apontada, ao longo das trajetórias familiares aqui descritas, a valorização da posse sobre vastas extensões de terra permanece.

Enquanto entre os *Maciel da Costa*, o controle sobre as terras do Engenho do Brejo ilustra a estratégia de manutenção de propriedades em torno de uma mesma família por gerações através dos processos de herança e de casamento, entre os Carneiro Leão, este se dá pelo avanço progressivo sobre territórios contíguos, localizados na Baixada da Guanabara, e mantidos por gerações por meio do casamento entre parentes e da aquisição de títulos nobiliárquicos, aprofundando a ocupação do interior e dando notoriedade ao controle sobre terras, escravos e agregados. Assim, mesmo evidenciando sua independência frente à antiga nobreza da terra, para a elite mercantil, os padrões de nobilitação do Antigo Regime ainda são valores a serem cultivados e legados, o que não é, em si, um dado novo, conforme apontaram Frago e Florentino (1993).

Ocorre que, em meio à lógica do *projeto arcaico* de consolidação desta elite, há um traço de originalidade. Enquanto se distanciam de nomes ligados à primeira elite senhorial, as grandes famílias de negociantes vão, progressivamente, aproximando-

se e tecendo laços de parentesco com os homens ligados à burocracia do Estado luso, conforme comentamos anteriormente. Estes que, por sua vez, constituem uma elite ilustrada: são homens de ciências ou de letras, militares de carreira, formados a partir da modernização do Exército e da Armada portuguesa e que, por isso mesmo, habilitaram-se como administradores régios, no contexto do novo Império luso brasileiro que se desejava fundar.

O caso aqui evidenciado – as alianças matrimoniais e os cargos ocupados pelos Carneiro Leão – aponta para esse aspecto, que carece de aprofundamento, por meio do estudo de outras trajetórias. Para o nosso objetivo aqui, basta recordar os vínculos entre Silva Pontes, governador do Espírito Santo (1801-1804) e o poderoso ministro do Reino, D. Rodrigo de Souza Coutinho, por exemplo. E a do governador Francisco Alberto Rubim (1812-1819) com Paulo Fernandes Viana, conforme aprofundaremos no próximo capítulo. Não surpreende, portanto, que na vigência do projeto imperial luso brasileiro, enfatizado com a transferência da corte para o Brasil, esse traço se aprofunde. A proximidade entre os grupos mercantis e os quadros da burocracia da corte será o passo definitivo em direção à nobilitação dessa camada – que, de fato, constituirá a primeira nobreza do Império do Brasil. Enquanto isso, por outro lado, o Reino luso se socorria da crise, por meio dos recursos generosos dos grupos mercantis, investidos em troca de títulos e privilégios.

Vale apontar que, no interior do forte padrão cultural patriarcal, são as mulheres de uma determinada família, as noivas em potencial, que acumulam sobre si e transferem, com o casamento, boa parte do capital político de seu núcleo familiar, num consórcio politicamente lucrativo para ambos<sup>45</sup>. Entre títulos, patentes, negócios e propriedades resta-nos buscar responder a relação entre o controle sobre determinados territórios e os negócios e projetos familiares, a partir da análise

---

<sup>45</sup> Sobre a participação das esposas no processo de transferência de bens e de prestígio entre as famílias e na ampliação e consolidação do clã, por meio do dote, superando-se a visão do protagonismo único dos homens, cf. NAZZARI, 2001, p. 57-77. O estudo da autora, embora circunscrito a São Paulo, no extenso período de 1600-1900, busca apreender, dentro dos marcos legais e dos costumes que regiam os contratos de casamento do período, as mudanças e permanências nos padrões gerais de comportamento das extensas famílias proprietárias de então.

da trajetória do intendente Paulo Fernandes Viana e de sua aproximação com a Capitania do Espírito Santo.

## **2.2 Paulo Fernandes Viana: origens e trajetória de um burocrata luso-americano**

O século XIX introduziria um novo momento de repactuação entre as elites locais e a administração régia. Os governadores nomeados durante esse período - dentre eles, Francisco Alberto Rubim - seriam protagonistas de novos acordos entre o poder central e as elites locais, iniciando a progressiva integração da capitania aos objetivos traçados pelo projeto imperial (MERLO, 2008, p. 29-30). Neste mesmo contexto – que começa a se desenhar em meados do século anterior – a trama das relações entre o centro e as periferias do Império luso ganha um novo componente: o aprofundamento do conhecimento de suas diversas porções e o inventário, a partir deste movimento, de seus potenciais fontes de investimento.

Nesse movimento, observamos que determinados sujeitos assumem o protagonismo, juntamente com esses administradores locais. Durante o governo de Rubim, por exemplo, Paulo Fernandes Viana se destacou, à frente da Intendência da Polícia da corte e do Estado do Brasil, patrocinando ações importantes na capitania, como a abertura de estradas e a imigração, inserindo-as na cena política do Centro Sul naquele momento. Em trabalho anterior (SCHEINER, 2004), demonstramos que o intendente Paulo Fernandes Viana teve um papel central na articulação do projeto imperial, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto nas demais localidades sobre as quais estendeu sua ação. Naquela oportunidade, demonstramos que no exercício cotidiano de administração da cidade-corte e das suas periferias, a Intendência da Polícia teve de conviver com as práticas políticas e as instituições estabelecidas antes da sua criação. A organização dos trabalhos da Polícia na região, bem como a legitimação da autoridade da Intendência como órgão

representante do poder central foram processos atravessados por atritos e negociações com a Câmara e com as demais instâncias de poder sediadas na cidade (SCHEINER, 2004, p. 102-142).

O primeiro contato que tivemos com o desembargador Paulo Fernandes Viana foi através de crônicas e memórias do Brasil-Reino. Sempre destacado positivamente por características como energia e espírito de organização, era impossível ler algum comentário sobre a instalação da corte no Brasil e a precipitação da separação política formal sem esbarrar com este homem de governo, seja à frente da Intendência da Polícia da Corte, seja em meio às decisões e políticas de Estado que conformavam os jogos do poder no período.

Filtradas as manifestações de empatia com a administração e a pessoa de Paulo Fernandes Viana, o que ficava evidente nos relatos era a indissociável relação entre a Intendência da Polícia e o seu primeiro intendente: tocar em uma era necessariamente falar do outro, a ponto de parecer que a instituição fora criada de modo a instrumentalizar sua ação de articular os diferentes polos políticos do Império luso, naquele momento. Mesmo porque, como veremos, Viana tinha penetração em múltiplos e diversos circuitos. Pela análise da sua trajetória individual, em cruzamento com o relatório de sua administração e com traços da sua correspondência política, esta impressão foi, aos poucos, tomando cores mais vivas.

No seu discurso, os indícios de uma alargada autoridade frente aos poderes locais e, ao mesmo tempo, de uma respeitosa intimidade com o Paço levaram-nos a perceber que sua jurisdição sobre espaços e problemas que iam muito além da administração da cidade dependia, na verdade, muito menos nos títulos que acumulara, mas principalmente da rede de relações pessoais e políticas que havia construído ao longo do tempo. A partir do relato apresentado pelo próprio Paulo Fernandes Viana ao final das suas atividades, foi possível notar que uma ampla gama de problemas relacionados à própria geopolítica da região – fugindo assim aos objetivos mais imediatos da Intendência – eram tratados por meio do acionamento de sujeitos que eram parte da rede, como o governador Francisco Alberto Rubim.

Esses indícios tornaram-se mais significativos quando percebemos que, para além de qualquer atributo pessoal, sua autoridade baseava-se na ampla experiência adquirida ao longo da vida e carreira, o que o moldou como um promotor dos projetos políticos do Império e ciente do seu papel de levá-los adiante. A Intendência da Polícia, por sua vez, surgia como a agência que, por excelência, detinha autoridade para interferir na região, com o objetivo de viabilizar tais projetos. Além do mais, por meio da sua ação, os interesses de sujeitos e realidades locais eram canalizados para convergirem com os da monarquia lusa, com grande sucesso, em alguns casos.

Começamos, pois, a conhecer as origens desse *brasileiro* a serviço do Reino de Portugal. Através do processo de Leitura de bacharel, solicitado por Paulo Fernandes Viana ao Desembargo do Paço<sup>46</sup>, ficamos sabendo que o desembargador nasceu no Rio de Janeiro, em 1757 e, em 1778, candidatou-se à magistratura. Como testemunha o processo, Viana era filho de Maria do Loureto Nascentes e de Lourenço Fernandes Viana. Seu pai foi descrito como “comerciante de grosso trato”, assim como o avô paterno, André Fernandes. Com relação à família materna, informa-se que seu avô, Paulo Ferreira de Andrade, “viveu dos rendimentos de suas fazendas” (Processo de Leitura do bacharel Paulo Fernandes Viana. ANTT. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra P, mç. 1, n.º 31). Como declara o mesmo documento, trata-se de famílias oriundas do Rio de Janeiro, que “em tempo algum exercerão officio ou ocupação mecanica”. Essa informação sublinha a tendência dos casamentos entre comerciantes e proprietários como forma de nobilitação, na geração anterior e, na presente, de busca de ascensão por meio da formação superior em Coimbra, porta de acesso às carreiras de Estado.

---

<sup>46</sup> De acordo com a resenha a respeito desses fundos documentais, “os processos de Leitura de bacharéis testemunham os procedimentos legislados para prover bacharéis em cargos de magistratura. Antes da prestação de provas no Desembargo do Paço, ao bacharel candidato era instaurada uma inquirição sigilosa sobre a sua vida e seus antecedentes familiares. Esta inquirição era levada a cabo pelo corregedor da comarca sob ordem do Desembargo do Paço, contando dela a recolha de informação, definida em questionário de devassa tipificado para o efeito, que o sindicante deveria obter nas suas diligências junto das testemunhas inquiridas.”

Cf. ANTT, Processos de Leitura de bacharéis.

Disponível em:< <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4167514>>. Acesso em 18 mai de 2018.

Em 1798, Viana desempenhava o cargo de intendente do ouro na Comarca de Sabará, nas Minas Gerais (Requerimento de Paulo Fernandes Viana, provido no cargo de intendente do Ouro da Comarca do Sabara... AHU\_ACL\_CU\_005, Cx 132, D. 47). No mesmo ano, por conta dos bons serviços prestados à monarquia, foi nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente, por um período de seis anos (Decreto do Príncipe Regente D. João, nomeando... AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 167, D. 12399), muito provavelmente acumulando essas duas funções.

O fato de um luso-brasileiro ter alcançado tão altos postos no serviço real pode nos chamar a atenção, de início. A resistência em nomear brasileiros para cargos públicos fez parte das práticas administrativas da coroa ao longo de todo o período colonial.<sup>47</sup> Baseada em critérios de diferenciação característicos das mentalidades do Antigo Regime, esta restrição, apesar de bastante atenuada durante o governo do Marquês de Pombal, constituiu um dos traços que demarcava a posição periférica do Brasil em relação a Portugal. Rompida apenas em presença de outras vantagens em termos de relações pessoais ou familiares nos círculos do poder metropolitano, conforme nos mostra Russell-Wood:

Tais medidas metropolitanas podem ser vistas em um contexto que enfatizava uma leitura periférica da localização dos brasileiros em relação àquilo que era tomado pelos portugueses como sendo a 'sociedade', não devendo ser encorajada a complacência - não importado quão efêmero isso pudesse ser - para a noção de eles se constituíam em pares dos cidadãos ou cortesãos de Lisboa. Esse argumento revela a extensão na qual o centro

---

<sup>47</sup> A. J. R. Russell-Wood chama a atenção para o processo de *criolização* da burocracia colonial, apontando para a facilitação do acesso aos cargos da administração aos nascidos na colônia, seja pela compra, seja pelo prestígio adquirido com a formação universitária. Durante o governo de Pombal (1750-1777), este foi um recurso não apenas estimulado, mas ampliado, na medida em que a barreira de raça e as restrições ao *defeito mecânico* foram suprimidas, alargando as camadas sociais elegíveis para as câmaras, por exemplo. Entretanto, o próprio autor afirma que apesar de um maior acesso de brasileiros aos cargos públicos, ao longo do XVIII, poucos foram os que realmente alcançaram os altos escalões da burocracia. Por outro lado, é verdade que este quadro vai sofrer uma reviravolta em finais do XVIII, quando, no interior das reflexões levantadas pela ilustração luso-brasileira, as relações entre metrópole e colônia ganham novas formulações. Baseado na crítica à subordinação da colônia aos interesses da metrópole, o chamado reformismo ilustrado levou a um movimento de arregimentação de intelectuais e especialistas nascidos no Brasil, para as tarefas de modernização do império português, com vistas à superação da crise e à manutenção da unidade luso-brasileira. Cf. RUSSELL-WOOD, 1998, p. 204-206 e LYRA, 1994, p. 44-49.

dominava a periferia nas relações Portugal-Brasil e metrópole-colônia. Essa dominação incluía os setores financeiros e comerciais, a administração e a formulação de políticas, a supressão de uma 'voz' colonial através da estratégia de nomeações e concessões, do avanço limitado da carreira ou da ausência de mecanismos adequados à 'promoção' colonial (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 198 e 199).

A aproximação aos cargos da administração impunha, portanto, uma trajetória construída a partir da metrópole, como ocorreu com Paulo Fernandes Viana. Na verdade, embora sendo filho de portugueses radicados no Rio de Janeiro no século XVIII, sua carreira pública iniciou-se no Reino. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, ainda em Portugal, galgou os postos de ouvidor geral do crime<sup>48</sup> e desembargador da Relação e membro das ordens de Cristo e da Conceição da Vila Viçosa (BARRETO FILHO, MELLO & LIMA, HERMETO, 1939, p. 164).

As informações compiladas até aqui nos permitem algumas reflexões. Paulo Fernandes Viana era um magistrado letrado que teve, portanto, condições de participar da administração da justiça de um ponto de vista que favorecia o estabelecimento do direito oficial, fato que corroborava a autoridade e os padrões de julgamento régios (HESPANHA, 1994, p. 196-199). Além dos privilégios, do prestígio político e das conexões pessoais adquiridos no exercício da justiça<sup>49</sup>, Viana

---

<sup>48</sup> "A Ouvidoria Geral do Crime era servida por dois desembargadores, os quais conheciam, em segunda instância, de todos os feitos crime, que subissem à Relação, bem como os que viessem das ilhas, não tendo juízes certos. Conheciam, igualmente, das apelações de injúrias feitas aos rendeiros ou oficiais das rendas reais. Havia escrivães dos ouvidores das apelações, um escrivão para os processos provenientes das correições crime de Lisboa e outro para os dos juízes crime de Lisboa, distribuidor e inquiridores." ANTT, Ouvidoria Geral do Crime.

Disponível em: < <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=28> >. Acesso em 26 jun de 2018.

<sup>49</sup> Comentando sobre a projeção adquirida pelos magistrados letrados ao longo de sua carreira no interior da administração da justiça e sobre a aproximação destes às categorias sociais tradicionais pelo acúmulo de títulos que se traduziam em prestígio e projeção política, Stuart Schwartz traça o seguinte perfil destes funcionários, muito semelhante, aliás, à trajetória perseguida pelo nosso intendente: "Although the *letrado* class had sprung from humble origins in the fourteenth century, three hundred years later its importance and prestige were institucionalized by grants of knighthood and membership in the military orders. Thus, the magistracy began to adopt the attitudes and attributes of a military aristocracy. (...) The crown judges aspired to promotion in the judicial hierarchy (...) successively through the various positions of the High Courts. Eventually the most able *letrados*, or those with the best connections, would be appointed to one of the king's councils, such as the Desembargo do Paço." SCHWARTZ, 1973, p. 9 (grifos do autor).

acumulava comendas de duas ordens militares, importantes símbolos de distinção social de Antigo Regime. Era membro das ordens de Cristo e da Conceição de Vila Viçosa, o que aponta para a persecução do enobrecimento. Juntamente com a passagem por Coimbra e com o desempenho de cargos públicos, estas garantiam-lhe a aproximação com os setores sociais enobrecidos,<sup>50</sup> permitindo sua ascensão a postos mais altos, como o Desembargo do Paço.

Neste ponto, é interessante comparar a carreira de Paulo Fernandes Viana com a do seu antecessor imediato: Diogo Inácio de Pina Manique. Pina Manique (1733-1805) licenciou-se em Leis também em Coimbra e passou por vários postos da administração da Justiça e da Fazenda, oscilando entre os negócios do Reino e os do ultramar. Antes de ser nomeado para a Intendência de Lisboa, na qual serviu por 28 anos, o funcionário foi juiz do crime do bairro do Castelo, fiscal da Junta da Administração da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba durante toda a sua existência, superintendente da Real Casa Pia do Castelo e desembargador da Casa de Suplicação. Quando assumiu a Intendência Geral da Corte e do Reino, Pina Manique acumulou este cargo como o de administrador-geral da alfândega de Lisboa (TAVARES & PINTO, 1990).

Semelhante percurso fez Paulo Fernandes Viana. Em 1808, foi nomeado como intendente geral da polícia, cargo que desempenhou até 1821, poucos meses antes de sua morte. Por força do posto, teve ampliada sua ação como ouvidor-geral do crime e, finalmente, atingiu um dos mais almejados lugares da administração da Justiça, o Desembargo do Paço.<sup>51</sup> Neste sentido, podemos pensar nas trajetórias

---

<sup>50</sup> No período colonial, uma série de critérios eram considerados na inclusão de um indivíduo entre os *homens bons*, aqueles que se encontravam mais próximos dos critérios de enobrecimento do Reino: a pureza do sangue (ausência de mestiçagem com as raças consideradas infectas: mouros, judeus ou negros), o prestígio familiar, a ocupação de postos administrativos, a atividade agrária, a formação universitária e a fortuna herdada. Cf. FARIA, 1998, p. 207.

<sup>51</sup> Tribunal consultivo do monarca, o Desembargo do Paço reunia amplo poder de arbítrio na formulação das políticas da coroa, além de contar com a prerrogativa de avaliar e legislar sobre as demais *justiças*, conforme aponta Schwartz: "In fact, the Desembargo do Paço became the central organ in the bureaucratic structure of the Portuguese empire. [...] The various ranks of the royal magistracy, from the youngest *juiz de fóra* to the most experienced magistrate in the realm, were subject to the scrutiny, review, and examination of the Desembargo do Paço. This was as true in the colonies as in the metropolis; [...] Membership in the Desembargo do Paço represented the pinnacle



administrativas de funcionários como Viana, da perspectiva da viabilização da governabilidade do Império, a partir da prática de um conjunto de estratégias administrativas implementadas pela coroa, nas conquistas ultramarinas, como sugere Maria de Fátima Gouvêa (2001, p. 287-288).

A circulação entre diversos cargos e o acúmulo de atribuições, combinando a administração do reino com a das conquistas, sugere-nos o perfil de administrador percebido por Gouvêa: homens capazes de efetivar a transferência de modelos e experiências por entre as diferentes regiões do Império (GOUVÊA, 2001, p. 287-288). Assim como Pina Manique, Paulo Viana desenvolveria, ao longo de sua trajetória, a diversidade de experiências necessária para gerir o espectro de interesses espalhados nessas regiões, no sentido, inclusive, de estabelecer negociações em situações de conflito que, porventura, ameaçassem a unidade territorial e política.

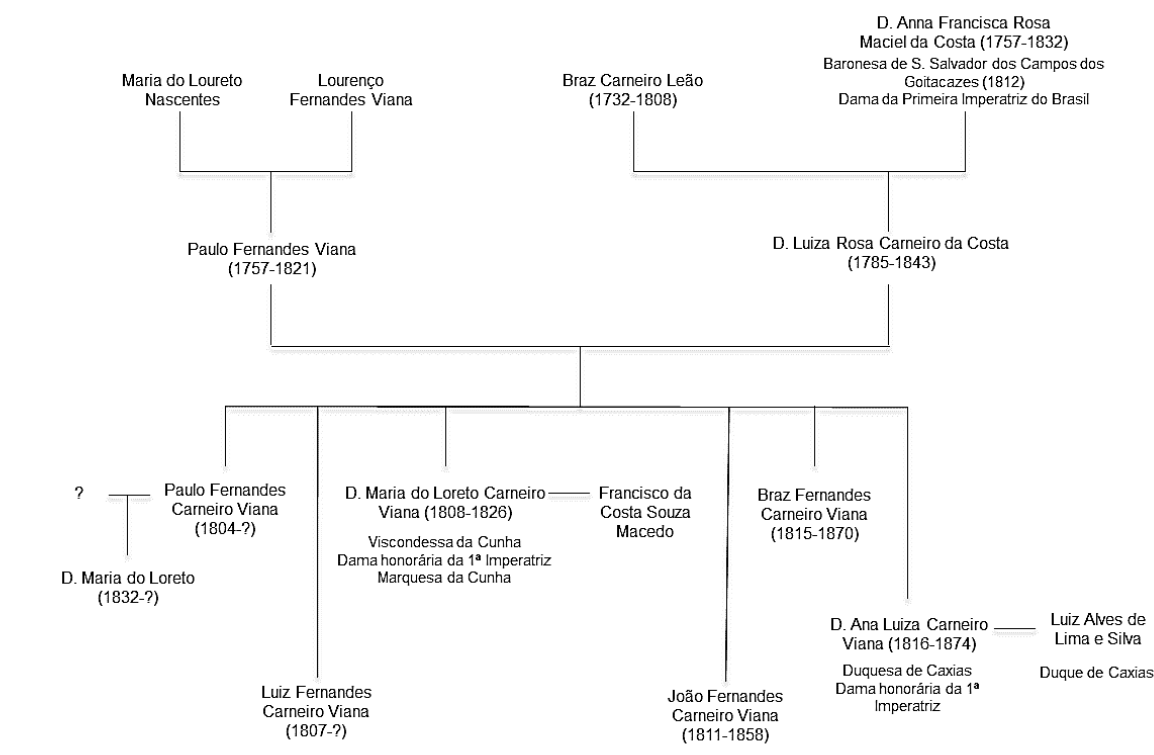
Cabe destacar que o acesso a determinados cargos obedecia a uma lógica de retribuição de favores por serviços prestados ao rei, referendando práticas políticas de Antigo Regime baseadas em relações de amizade e clientela e em valores morais como a fidelidade e a gratidão (XAVIER & HESPANHA, 1993, p. 381-393). Esta economia de favores e privilégios não apenas criou, mas sustentou uma nobreza que vivia das graças reais, ou seja, a custa das rendas auferidas de privilégios concedidos pela coroa (FRAGOSO, 2001, p. 29-71). O controle sobre certos cargos - que possibilitavam o acesso a mercês, títulos e emolumentos - manifestava a sobrevivência de práticas tradicionais que reforçavam o acúmulo de capital não apenas econômico, mas também político e simbólico, de determinados funcionários o que, no caso do Rio de Janeiro, seria reforçado, no contexto de sua importância geopolítica, a partir do século XVIII e ainda mais, após 1808, com a presença da corte.

---

of the promotion in the judicial system, and all the magistrates aspired to prestige, influence, and high salary of this position." SCHWARTZ, 1973, p. 11 e 12 (grifos do autor).

Enredado em conexões profundas com a coroa, Paulo Fernandes Viana casou-se, em 1802, com Luiza Rosa Carneiro da Costa, tornando-se, como vimos, genro de Braz Carneiro Leão e de D. Anna Francisca Rosa Maciel da Costa, a primeira “brasileira” a ganhar um título de nobreza: baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacazes. Esta união renderia, por outro lado, importantes ganhos políticos para o clã de Braz Carneiro Leão, na medida em que os introduzia entre a elite dirigente do Império luso<sup>52</sup>.

**Figura 7** Família Carneiro Viana - séculos XVIII e XIX



<sup>52</sup> Uma das formas mais comuns de aproximação dos comerciantes com a “nobreza da terra” foram os casamentos no interior das oligarquias rurais. Estes casamentos deram origem a fortunas agrárias nas áreas circunvizinhas ao Rio de Janeiro. Responsável pela transformação do comerciante em senhor de engenho, uma vez que muitos negociantes, com o tempo, deixaram as atividades mercantis e dedicaram-se tão somente aos negócios rurais, a opção por uma estratégia de esterilização do capital, investindo-se basicamente em terras e homens, teria sido, de igual modo, a causa da falência de boa parte dessas famílias, algumas gerações adiante. Cf. FARIA, 1998, p. 189 a 195.

Fontes: Processo de Leitura do bacharel Paulo Fernandes Viana. ANTT. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra P, mç. 1, n.º 31; BAEPENDI, 1880, p.365-384; TRINDADE, 1943, título LVIII, cap. 04

O casamento de Paulo Fernandes Viana com Ana Luiza Rosa Carneiro da Costa (ela, 29 anos mais jovem que o noivo) celebrava, assim, a prática da aliança entre os grandes negociantes e as *melhores famílias da terra*, que, disseminada pelo mundo colonial, constituiu a base da própria formação das elites políticas locais e a reprodução de suas clivagens sociais. Mas não apenas. Celebrava também a união do comércio atlântico com a burocracia. Desta união surgiria um novo grupo, que ampliaria, por sua vez, a base territorial do clã nas gerações seguintes e, ao mesmo tempo, sua definitiva entrada nos circuitos do poder instituído. Nesta prática operavam, além da estratégia de enobrecimento a partir do domínio sobre homens e terras,<sup>53</sup> o recurso a prerrogativas do sistema de herança do reino, como o dote.

Não admira, portanto, encontrarmos o desembargador no Rio de Janeiro, no ano de 1806, sendo atendido em uma solicitação de licença para empregar o recebido “[...] dote e herança em bens de raiz que o habilitem a continuar com segura subsistência o Real Serviço de V. A., promovendo ao mesmo tempo os interesses de sua família [...]”, uma vez que, pela lei, os magistrados eram proibidos de investir em negócios rurais (AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 242, D. 16507). Ao longo do século XIX, os Carneiro Viana seguirão como proprietários de grandes extensões de terras na região de

---

<sup>53</sup> Fruto de um sistema de exploração que implicava a reiteração no tempo das hierarquias sociais de Antigo Regime, a sociedade escravista colonial, em cujo topo encontravam-se os grandes negociantes, estaria estruturada em torno do projeto aristocratizante de perpetuação de tais diferenciações a partir do investimento dos lucros dos negócios mercantis em domínios rurais. Este seria apontado por Fragoso & Florentino como o mecanismo, por excelência, de formação da aristocracia colonial luso brasileira. (FRAGOSO & FLORENTINO, 1993).

Campos dos Goitacazes e além, ampliando os domínios da família<sup>54</sup>. Entre seus descendentes (filhos e netos), encontramos proprietários em Ururá (região de Campos dos Goitacazes banhada pelo rio do mesmo nome) e em Santa Maria Madalena, nos sertões de Cantagalo. Para além do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Carneiro Viana, um de seus filhos, foi agraciado pela coroa em 1818 com o título de Barão de São Simão, por conta de uma estância que formara no Rio Grande do Sul. Em 1826, passa a Conde de São Simão (BAEPENDI, 1890, p. 378).

Enraizado nos negócios regionais pelo parentesco e, ao mesmo tempo, ligado aos interesses da monarquia devido à sua trajetória administrativa, Viana reuniu, assim, as credenciais necessárias para um desempenho bastante consciente e eficaz à frente da Intendência da Polícia, transformando-a em corpo político capaz de coordenar a retomada do projeto de centralização do Império luso a partir da região do Rio de Janeiro. Isto envolveu, entre outras habilidades, a articulação com grupos políticos que se formavam no Centro Sul, a partir da ocupação dos sertões. A partir da análise do seu relatório administrativo, é possível perceber as marcas desse relacionamento.

Ao ingressar na Intendência, a primeira tarefa de Viana foi organizá-la, pois anteriormente à chegada da corte, não havia este órgão no Brasil. Isto incluiu traçar o regulamento interno e suas repartições, prover-lhe uma sede e arrecadar fundos para o desenvolvimento das suas atribuições. Em contrapartida, podemos dizer que assumia a própria governança da cidade do Rio de Janeiro, que incluía, como vimos,

---

<sup>54</sup> Interessante notar a extensão das redes territoriais de poder da família de Braz Carneiro Leão pelas gerações seguintes, a partir de casamentos com os Nogueira da Gama, proprietários de terras em Minas Gerais (Baependi). Assim, sua sexta filha, Francisca Mônica, casou-se com Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o Marquês de Baependi, político com importante atuação durante o processo de independência do Brasil (representante da ala que defendia a construção de um Império português, com sede no Brasil, contrária à ala liberal, que pregava a separação política). Sua presença foi constante por todo o Primeiro Reinado, sendo Presidente de Província, Senador e Ministro da Fazenda. Seus filhos e netos constituíram propriedades ao longo do rio Paraíba do Sul (Juparanã, em Valença, e Carapebus). Por seu turno, José Ignácio Nogueira da Gama, irmão do Marquês de Baependi, casou-se com Francisca Maria Valle, Baronesa de São Mateus (incorporado ao Espírito Santo, mas que, na época fazia parte da Bahia). Estes foram pais de Guilhermina Nogueira Valle, casada com Braz Carneiro Belens (neto de Braz Carneiro Leão por meio de sua quinta filha, Rosa Eufrazia), proprietário de terras em Valença. Cf. BAEPENDI, 1880, pp. 380-383; SALLES DE OLIVEIRA, 1999, pp. 123-127.

as freguesias urbanas, mais próximas ao centro nevrálgico dos negócios e da política, e as rurais.

Como intendente geral da corte e do Estado do Brasil, especialmente as capitânicas do sul e do interior, desde o Espírito Santo, encontravam-se subordinadas à Intendência, o que permitiu que Paulo Fernandes Viana estendesse sua voz de comando e sua capacidade de articulação a todo o Centro Sul. A presença da corte no Rio de Janeiro faz da cidade e de seus arredores, mais do que nunca, regiões, pontos de atração para grupos posicionados nas periferias da corte. Neste sentido, tornava-se imprescindível ao centro construir e manter elos de comunicação com os as redes locais mais próximas, integrando-as ao conjunto do Império.

Ao entregar o cargo em 1821, no contexto da Revolução do Porto, Paulo Fernandes Viana, deixou uma memória de suas realizações: a *Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo tempo que a servio o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana* (VIANA, 1892). Embora neste relatório se declare “sempre modesto e acanhado” em falar de si, alguns trechos do documento deixam escapar sua intenção de tornar públicas as suas ações, fundando uma memória da Polícia joanina, e, por extensão, da sua administração, como no seguinte trecho:

Agora, porém que deixei o dito emprego, pareceu-me conveniente em resumo dar conta de tudo para se conhecer que não tive descuido nem omissões, antes incansável no desvelo em manter ao mesmo tempo com o que fica referido a polícia superior de entreter por este modo a classe necessitada em contínuos trabalhos úteis, com que seguravam sua subsistência; o que também faz objeto de boa polícia. (VIANA, 1892, p. 379)

Viana deixa claro, ao longo do relato, que sua autoridade fluía da intimidade e da influência de que dispunha junto a D. João, dividindo com o monarca segredos de Estado e “[...] objetos secretos, e que tocam só ao soberano” (VIANA, 1892, p.379). Este expediente de valorização de si é usado também para sublinhar as dificuldades que enfrentou no exercício de suas funções. Observe-se a menção

aos custos financeiros, políticos e pessoais que o sobrecarregaram como intendente da Polícia e que foram, ao mesmo tempo, revertidos em benefícios, no interior da política de retribuição:

Os mesmos balanços, em que se tem visto as vizinhas províncias do Rio da Prata, deram ocasião a muitos trabalhos e custas, e a adotar-se pela polícia do Rio de Janeiro e de todo reino do Brasil uma polícia particular, mas mui custosa de desempenhar em harmonia, e que, sendo toda patente ao Soberano, porque se fazia debaixo de suas vistas somente, e com sua aprovação especial, ocupou muito trabalho e desvelo, e foi um serviço muito relevante, que só Sua Majestade, que estava ciente de tudo, é que o pode avaliar. (VIANA, 1892, p. 379)

Na composição do perfil do administrador virtuoso, outro conjunto de significados era acionado, ao lado das formulações em torno dos *ônus*, *custas* e *trabalhos*. Este dizia respeito ao ideal de *bem comum* perseguido na administração da coisa pública. Em um balanço de sua atuação, várias ações se fizeram pela justificativa do bem-estar coletivo. Assim, chamava-se a atenção para a contrapartida oferecida pelas iniciativas da Intendência aos grupos atingidos e, de certa forma, apontava-se para o quanto isto se reverteu a favor da imagem do soberano e do acrescentamento do Estado.

À frente da Intendência, Paulo Fernandes Viana operava entre o centro e os interesses regionais, função estratégica na geopolítica do Império. Circulando com facilidade entre o gabinete do monarca e os arranjos políticos a nível local, Viana colocou-se em posição privilegiada para tecer projetos específicos para a região. Dentre os quais estavam a integração e o povoamento de suas porções mais afastadas, a acomodação das autonomias locais e a facilitação do giro do comércio. Obviamente que não sem oposições.

Os embates e negociações inerentes à defesa intransigente deste projeto custaram-lhe progressivo desgaste político e pessoal. Na conjuntura da separação política formal, enquanto os grupos do Centro Sul, de maneira pragmática aderiam, aos poucos, à solução da separação política, Viana se via cada vez mais isolado. Neste sentido, vale a síntese apresentada por Thomas Holloway, apontando o

quanto o intendente estava mergulhado nos conflitos de interesses que abalavam o projeto de unidade da monarquia lusa naquele momento, tornando os seus defensores vulneráveis às oposições:

O primeiro intendente estava identificado com o absolutismo real e fizera inimigos entre as facções da elite política no exercício de sua ampla autoridade sobre muitos aspectos da vida da cidade, desde a expropriação de residências para os membros da comitiva real até a concessão de licenças para comerciantes protegidos e contratos vantajosos para serviços públicos. Viana foi afastado do cargo no golpe liberal de fevereiro de 1821, enquanto Vidigal, seu factórum militar, atravessou ileso as vicissitudes políticas até 1824. (HOLLOWAY, 1997, p. 51)

Quanto ao final dos seus dias, estes não tardariam a chegar após a sua demissão. Exonerado no calor do movimento constitucionalista, em fevereiro de 1821, Viana veio a falecer no dia 1 de maio de 1821, vítima de um acidente vascular (apoplexia, segundo a medicina de sua época), três meses após deixar o cargo e apenas cinco dias passados do regresso de D. João VI para Portugal. Sobre este adoecimento, pairam sinais do seu desgaste e decepção com os destinos da monarquia lusa, como nos contam Vieira Fazenda e Melo Barreto Filho & Hermeto Lima (VIEIRA FAZENDA, 1924, t. 89, p. 104; BARRETO FILHO & LIMA, 1939., p. 191).

Fato é que Paulo Fernandes Viana tem os fios da sua vida entrelaçados à construção de um determinado projeto político cuidadosamente cultivado: a retomada da grandeza do Império luso a partir da manutenção do controle e da administração eficaz de seu mais lucrativo território. A serviço desse projeto - que também beneficiaria seus interesses privados - investira sua carreira e seu *status* de homem de confiança do governo, trabalhando, ao mesmo tempo, pela continuidade do prestígio da sua família.

Podemos supor que as mudanças que ocorrem a partir de 1821, de fato devem ter causado imenso desconforto à família. Mas, por conta de suas ramificações entre a burocracia, esta pareceu conseguir se recompor, mostrando-se viva e atuante,

mesmo após o desaparecimento do seu patriarca. Prova disso são as uniões de duas de suas filhas. Ana Luiza Carneiro Viana casou-se com Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias. Homem de importante participação político-militar na construção da nova ordem imperial pós-1822. E, como dito em nota, Francisca Mônica Carneiro da Costa casou-se com Manoel Jacinto Nogueira da Gama, Secretário de Estado e Negócios da Fazenda durante o governo imperial, responsável, portanto, pela elaboração de políticas fiscais (ALVES, s/d, pp. 2-6). Por meio de seus descendentes, a família Carneiro Viana manteve, assim, suas conexões com o poder.

### **2.3 Campos dos Goytacazes: domínios de um território de fronteira**

Ao recompormos a trajetória de Paulo Fernandes Viana, nós o encontramos em meio ao processo de enraizamento dos negócios mercantis e agrários de importantes famílias proprietárias, que tiveram como *locus* de atuação o Centro Sul da América portuguesa. Contudo, em meio a essa grande região recortada, notamos um ponto focal, que será mais detidamente explorado aqui: a relação entre as terras campistas e a Capitania do Espírito Santo. No Capítulo 1, destacamos que, durante todo o período abordado, a região de Campos esteve sob a jurisdição da Capitania do Espírito Santo. Julgamos que esta relação, além de pouco citada pela historiografia, ainda não teve a sua importância política devidamente dimensionada.

Ao percorrermos a documentação selecionada para esta investigação, percebemos as ligações não apenas formais, mas relacionais, entre os Campos dos Goitacazes e as tramas das redes de poder e de riquezas que conectavam o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Isto pode explicar o interesse de Paulo Fernandes Viana – proprietário de terras na região, assim como outros membros do seu clã -, em manter sob sua influência, por meio da intervenção da Intendência da Polícia, algumas das ações governativas mais importantes empreendidas por Francisco Alberto Rubim. Do



ponto de vista da gestão do projeto imperial a partir do Espírito Santo, explicaria, talvez, a própria ascensão de Rubim ao governo da capitania.

Portanto, vamos a uma breve apresentação do processo de ocupação da região, ao longo dos séculos XVII e XVIII, acompanhando o trabalho clássico de Sheila Faria (1998). Aproveitaremos a oportunidade para comentar os mais recentes apontamentos de outros estudiosos da região, cotejando-os com fontes coevas. Conta-nos aquela autora (FARIA, 1998, p. 26-33) que Campos dos Goytacazes era a denominação genérica para um amplo, aprazível e fértil território colonial, cuja origem fora a antiga Capitania de São Tomé, doada a Pero de Góis em 1531 e depois incorporada na denominação de Capitania da Paraíba do Sul. Apesar de receber demarcação como capitania, seus limites provavelmente permaneceram pouco precisos na percepção dos contemporâneos, confundindo-se suas fronteiras com as de outras capitanias do Sudeste. O mapa a seguir, de autoria desconhecida, parece revelar de maneira peculiar esse aspecto.



*produção de um lugar* (QUADROS, 2008, p. 29)<sup>55</sup>. Nos traços do mapa em tela, prevalece determinado discurso da colonização. O que vemos é o recorte – e a descrição - de um determinado território colonial de fronteira aberta, seus obstáculos e o que nele poderia ser encontrado. Neste sentido, a carta se presta a uma interpretação que enfatiza espaços ainda não totalmente preenchidos. Numa leitura mais acurada, esses vazios estão, na verdade, pontuados de elementos que apontam para a ideologia da faina colonizadora: demarcar os territórios conquistados, estabelecer os possíveis limites em expansão, planificar expectativas.

Na expressão territorial da carta, os lugares contíguos à costa, aparecem descritos a partir de topônimos separados pelo que seria um potente limite natural entre aquelas duas realidades: o rio Paraíba do Sul. Ao sul do rio, os “campos cheos de gado”; ao norte, a presença “uitacas”. Pontuando aqui e ali o desenho, templos desenhados em cor de destaque – o vermelho. Símbolos da “conquista das almas”, provavelmente demarcavam aldeamentos, tranquilizando os leitores sobre a presença autóctone já “pacificada”. Em direção ao interior, a tinta vai fechando a paisagem com cadeias de montanhas, rios sinuosos e já nomeados, manchas de vegetação e a localização de uma “cachouera” (seria um primeiro topônimo para Cachoeiro do Itapemirim?). Região de passagem em direção às Gerais, as minas do Cantagalo descritas sob o traço denso dos obstáculos naturais, apresentam-se como sítios cheios de águas (portanto, propícios à agricultura) e abertos às possibilidades de um movimento de ocupação pouco comprometido com as demarcações político-administrativas oficiais. A denominação de pontos específicos do litoral – cabo, ilhas, lagoas, barreiras de corais – atraem o interesse para a cabotagem, que parece ter ao menos um ponto de convergência já delimitado, a vila de São Salvador.

---

<sup>55</sup> Para a análise de mapas como fontes históricas, Eduardo Quadros propõe uma abordagem que leve em conta a percepção de como determinados lugares eram produzidos, ou seja, como se construíram as “significações que constituirão as identidades espaciais” o que, segundo ele, remete à ideia de *territorialização*, presente na obra de Claude Raffestin (1993), como já evocamos anteriormente. Segundo o autor, ao analisarmos a produção de lugares através dos mapas devemos considerar que “[...] existem operações que tornarão o espaço desfigurado em algo inteligível, ordenável, manipulável, enfim, nomeável. Essa arte de inventar nomes convoca, por sua vez, os traços identitários de um grupo.” (QUADROS, 2008, p. 28 -29)

Esse pequeno exercício interpretativo, realizado a partir das reflexões de Eduardo Quadros (2008) sobre o uso dos mapas como fontes de pesquisa, aproxima-nos, mesmo que de maneira incipiente, das percepções e identidades daqueles que se movimentavam pela Capitania da Paraíba do Sul, durante o século XVIII. Terras pontuadas de lagoas e charcos, de limites difusos, pelo menos para os que se aventuravam a adentrar o território desenhando os contornos da ocupação de origem europeia naquela região, lugar onde as capitanias da Paraíba do Sul e do Espírito Santo se encontravam e se confundiam.

Entre a nobreza da terra, poucos foram os que, no início, enfrentaram o desafio de explorar a região. No século XVII, diante das histórias e lendas sobre os terríveis habitantes originais da terra – os Goitacazes – a capitania de Paraíba do Sul, após ter sido devolvida à coroa pelo seu donatário, foi então repartida em sesmarias. Estas foram novamente doadas, no ano de 1627, aos chamados *Sete Capitães*<sup>56</sup>, em retribuição pelos serviços prestados nas conquistas coloniais (RAMINELLI, 2018a, p. 176). Moradores do Rio de Janeiro, donos de engenhos no recôncavo da Guanabara e nas terras da atual Região dos Lagos, aqueles *homens bons* não se dispuseram a desbravar pessoalmente a região, arrendando as terras a outras pessoas que investiram, a princípio, na criação de gado (RAMINELLI, 2018a, p. 175-176).

Enquanto isso, na Capitania do Rio de Janeiro, governava Salvador Correia de Sá e Benevides<sup>57</sup>, influente militar e político do reino, que daria origem à família dos Viscondes de Asseca, título obtido por seu filho em 1666. Sob a alegação de que o interior da Paraíba do Sul ainda não tinha sido devidamente demarcado, manobrou para se apossar das terras, dividindo-as com os jesuítas e os beneditinos e

---

<sup>56</sup> Miguel Aires Maldonado, Gonçalo Correia, Duarte Correia, Antônio Pinto, João de Castilho, Manoel Correia e Miguel Riscado (FARIA, 1998, p. 29)

<sup>57</sup> Salvador Correia de Sá, o jovem, foi governador e capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro entre 1637-1643; novamente assumiu o cargo em 1648, desempenhando-o por apenas quatro meses, quando foi destacado para governar Angola, liderando a reconquista de Luanda e outros pontos do litoral contra o domínio holandês. Entre 1659-1662, foi governador e capitão general da Repartição do Sul (que vigorou entre 1658 e 1662), sediada no Rio de Janeiro, mas com ampla jurisdição territorial, abrangendo as capitanias de São Vicente e do Espírito Santo. Sobre a trajetória e o papel político de Salvador Correia de Sá e Benevides, cf o clássico estudo de Charles Boxer (1973) e ainda o verbete que sobre ele escreveu Maria de Fátima Gouvêa (2000).

aprofundando a atividade pecuária. No último quartel do século XVII, os Asseca garantiram para o seu clã a doação da capitania, sob os protestos das famílias dos *Sete Capitães* e de outros moradores da região, incluindo-se aí os religiosos. A proximidade com um mercado consumidor certo para o gado – os engenhos dos arredores da Guanabara – tornava a pecuária a melhor opção econômica para aquele momento (FARIA, 1998, p. 30).

Nos Campos dos Goitacazes, como em outras regiões da conquista, a ocupação branca levou as comunidades autóctones à extinção ou ao aldeamento. A partir de então, a colonização se adensou em meio a novos e mais profundos conflitos pela posse das terras. Nesse processo, a Capitania da Paraíba do Sul foi, por sucessivas vezes, retomada pela coroa e devolvida aos Asseca, ao longo do XVIII. Por fim, em meados do século, foi adquirida dos donatários pela coroa, estando por boa parte do XVIII sob a influência da Capitania do Rio de Janeiro. Contudo, a Casa Asseca manteve seu patrimônio na região até meados do século XIX. Assim, em termos políticos os Campos dos Goitacazes viveram momentos turbulentos no período. Foram comuns as revoltas populares, oriundas de posseiros, foreiros e arrendatários, contra as tributações impostas pelas famílias donatária e sesmeiras, de maior cabedal. (FARIA, 1998, p. 31-32). Da mesma forma, muitos conflitos de autoridade e de jurisdição agitaram os ânimos das boas famílias locais em relação ao governo central e seus representantes na colônia (RAMINELLI, 2018a). Como resultado de tais tumultos, em 1752, a “Capitania de Campos dos Goitacazes” é ocupada por tropas do governo e, em seguida, comprada dos Asseca pela coroa. No ano seguinte, os Campos dos Goitacazes são incorporados à Ouvidoria da Capitania do Espírito Santo, ficando, assim, formalmente sujeitos àquela comarca. Ao que tudo indica, esta medida foi tomada como reação do governo português aos acirrados ânimos da população e às pretensões de autonomia dos *bandos* locais, em grande parte ligados aos negócios da praça do Rio de Janeiro. Vejamos a Provisão de D. José I emitida ao ouvidor do Espírito, que se encontra transcrita na obra de Braz da Costa Rubim:

Faço saber a vós ouvidor geral da Capitania do Espírito Santo que Eu fui servido confirmar e aprovar o ajuste que de ordem minha fizeram os procuradores da minha coroa e fazenda com o Visconde de Asseca da Capitania de Campos dos Goitacazes, de que é donatário [...], sou servido ordenar-vos por decreto da data desta, que logo tomeis posse desta Capitania, que d'aqui por diante fica inteiramente incorporada na Minha real corôa, e em quanto não der outras providências, ficará pertencendo esta Capitania a essa ouvidoria do Espírito Santo. [...] Lisboa, ao 1º de junho de 1753 (RUBIM, 1861, p. 90).

Definidos por Faria (1998, p. 32) como uma região de fronteira aberta, os Campos dos Goitacazes se transformaram, a partir da segunda metade do século XVIII, em um “grande chamariz de homens e capitais”. Contudo, a autora não menciona os vínculos político-administrativos entre as vilas da capitania e o Espírito Santo. Seja porque o seu foco estava nos aspectos econômico-sociais e, neste sentido, era patente a relação da região com a praça comercial do Rio de Janeiro; seja, por outro lado, pelo domínio exercido pelo governo da daquela capitania sobre Campos – este construído a partir da influência dos Sá e Benevides sobre as terras fluminenses. De qualquer forma, procurou-se também garantir essa ascendência de forma oficial<sup>58</sup>.

O século XVIII foi um período de transição da pecuária para a cana-de-açúcar, processo concluído em inícios do século XIX, ao mesmo tempo que marca o fim dos grandes conflitos pelo domínio da região. A partir da década de 1750, a Paraíba do Sul tornou-se interessante para a agroexportação. Tornou-se lugar de convergência de homens das mais diversas origens e riqueza. Coloca-se, portanto, como lugar de estudo adequado para a compreensão das formas como a organização de uma sociedade escravista e colonial produzia e reproduzia áreas de fronteira, reafirmando a cada momento a mobilidade espacial como ponte de partida e de chegada de muitos homens que por aqui estiveram por muito ou pouco tempo. (FARIA, 1998, p. 33)

Notamos, portanto, que regiões de fronteira – lugares híbridos, onde pairam interesses muitas vezes contraditórios - são espaços privilegiados para se observar a

---

<sup>58</sup> Por meio de uma ordem régia de 1729, enviada pelo Conselho Ultramarino para ser lançada nos assentos da Câmara da vila de São Salvador estabelecia que “[...] sempre este governo [do Rio de Janeiro] tem domínio superior nessa Capitania [...]”.

constituição e reprodução de relações de poder. Numa sociedade em que a própria produção material da existência é calcada nas diferenciações e hierarquias sociais de Antigo Regime, a construção da governabilidade naqueles lugares precisou levar em consideração que a fluidez de um território distante do controle do trono, de seus conselheiros e secretários promovia, por sua vez, “soberanias parciais ou compartilhadas” (RAMINELLI, 2018a, p. 195) com as quais seria preciso negociar. Assim, os Campos dos Goytacazes se viram, ao longo do século XVIII, em meio aos mandos e desmandos das mais diversas escalas de poder.

A movimentação espacial de pessoas e mercadorias, numa região de fronteira é também, por sua vez, resultado da tessitura das redes de poder sobre o território. É o que demonstram, nos Campos dos Goytacazes, os conflitos em torno da posse da terra, o extenso domínio dos Assecas e suas negociações com a coroa e com demais potentados locais – incluindo-se as ordens religiosas -, e ainda o histórico de atritos envolvendo as *boas famílias* da terra, os oficiais régios e suas redes de dependentes: escravos e agregados de origem africana ou autóctone. Assim, como afirma Raminelli, a localidade ia se configurando como parte de uma rede que envolvia diferentes arranjos políticos, ora mais próximos, ora mais distantes dos controles do poder central:

A distância entre Lisboa e os Campos dos Goytacazes, ou entre a vila de São Salvador e o Rio de Janeiro incentivava, por vezes, a suspensão das leis, facilitava o uso das forças militares e das prisões nem sempre estribadas nas normas. O controle desigual sobre esse território periférico demonstrava os limites da autoridade imperial. [...]

Os episódios dramáticos da capitania donatária ganham outra inteligibilidade quando se destaca a sua posição estratégica entre o Rio de Janeiro e as Minas. Sua localização não se remete somente ao seu potencial como área criadora de gado e produtora de alimentos para as áreas mineradoras, mas, sobretudo, como rota do contrabando, entre as minas e o litoral. Os sesmeiros e demais moradores da capitania podiam usufruir de sua geografia privilegiada e acumular ilegalmente ou não os lucros advindos da mineração. (RAMINELLI, 2018a, p. 196-197)

Fato é que, entre inícios da década de 1750 e o ano de 1832, as vilas de São João da Barra, São Salvador dos Campos e Campos dos Goytacazes, bem como suas terras contíguas, estarão sob o domínio do Espírito Santo<sup>59</sup>, conectando a capitania capixaba a uma das regiões de maior interesse do governo luso. Neste sentido, vale nos reportar ao que dizem os trabalhos de João Fragoso (1992) e, mais recentemente, Patrícia Gomes da Silveira (2013), sobre os vínculos que uniriam o Espírito Santo aos circuitos comerciais da capital, durante a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX.

João Fragoso (1992, p. 198) demonstra que importantes vínculos comerciais entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo já se encontravam demarcados em finais do XVIII. Estes envolviam o pequeno comércio regional e os negócios internos e externos, como conexão com o porto do Rio de Janeiro. Do ponto de vista da geografia, Patrícia Gomes da Silveira, tratando das redes de abastecimento de gêneros alimentícios, tendo como foco o porto do Rio de Janeiro, entre finais do século XVIII e 1822, revela não perceber vínculos tão profundos entre as duas localidades, apontando para as proporções modestas do fluxo de mercadorias entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Entretanto, reconhece que a informação deve ser redimensionada, se considerado o significativo volume das trocas que incluem as

---

<sup>59</sup> Basilio Daemon (2010, p. 208) aponta que desde 16 de janeiro de 1732, quando da criação da Ouvidoria Geral da Capitania do Espírito Santo, as vilas de São Salvador dos Campos dos Goitacazes e de São João da Praia (atualmente, São João da Barra) já faziam parte de sua jurisdição. Sua criação justificou-se pela grande distância entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. O primeiro ouvidor, Paschoal Ferreira de Veras, tomou posse apenas em 1741, demarcando pessoalmente os limites da Ouvidoria, pelo sul, até o distrito de Macaé, na vila de São Salvador, no ano de 1743. Teixeira de Oliveira afirma ainda que “embora não se tenha encontrado explicação para o fato – estranhável porque Vitória era a sede da comarca – vale recordar que os ouvidores, desde quando também não se conseguiu apurar, residiam na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacazes. A informação está no ofício de Barros Freire (ouvidor do Espírito Santo), dirigido a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado, comunicando ‘ter tomado posse do seu lugar na Villa de N. S. da Victoria cabeça da comarca e fixado residencia, como os seus antecessores, na Vila de S.Salvador dos Campos Goytacazes’”. (OLIVEIRA, 2008b, p. 228)



vilas de Campos, região que, como acentua a autora, precisa ser lembrada como fazendo parte da Capitania do Espírito Santo<sup>60</sup>.

Admitindo-se, pois, que os Campos dos Goitacazes estavam sob a jurisdição da justiça e da fiscalidade da Capitania do Espírito Santo, encontramos na correspondência política eventos que corroboram não apenas essa relação, mas a importância que as terras campistas passam a ter, no contexto da ocupação do interior capixaba, conforme citamos a seguir.

Estabelecidas as Minas do Castelo pelo ouvidor do Espírito Santo, em 1758 os oficiais da Câmara da vila de São Salvador de Campos solicitam ao governador do Rio de Janeiro um posto de quintação do ouro naquela localidade, contrariando com este intento o governo da Bahia, a quem o Espírito Santo se encontrava submetido. Mais adiante, em 1º de janeiro de 1779, estabelecem-se os correios entre Campos e Vitória, atestando que o fluxo de informações entre as duas localidades justificava a linha de comunicações.

É comum também observarmos que, assim como ocorria com os ouvidores do Espírito Santo (que não raro desentendiam-se com as autoridades régias), os governadores da capitania frequentavam e, vez por outra, faziam estadia na região. O acadêmico Silva Pontes, responsável pela demarcação de limites da capitania com Minas Gerais, governando-a entre 1801 e 1804, vislumbrou na região de Campos um potencial contingente populacional para ocupar os sertões do Rio Doce, como conta em sua *Pré memória* de 25 de agosto de 1802:

---

60 Segundo Teixeira de Oliveira (2008, p. 349-350), sobre a incorporação das vilas de Campos à capitania do Espírito Santo paira certa controvérsia, uma vez que, de acordo com a ordem régia, aqueles domínios foram incorporados à comarca do Espírito Santo, e não propriamente ao seu território. Ou seja, a medida teria fins jurídicos e não necessariamente administrativos. Todavia, o mesmo autor recorda que, em termos de arrecadação, esta também esteve submetida à capitania capixaba, pois as rendas de Campos eram recolhidas pela Junta da Real Fazenda do Espírito Santo. Devemos recordar ainda o modelo polissinodal da organização dos poderes no reino português durante a modernidade, conforme traçado por Hespanha (1994).

Então há nos Campos dos Guaitacazes, comarca do Espírito Santo, muita gente sem lavras e que se viria estabelecer para o Rio Doce, que eu os governasse, porque assim neste mistifório, em que se acha a Colônia padece o Real Serviço. Esta parte da Comarca, que pertence ao Governo, consta de 22.000 pessoas e a outra parte da comarca, que é composta das Vilas de São Salvador e de São João da Praia, ambas na margem austral do rio de Paraíba, consta de mais de 30 mil pessoas, que estão apinhadas e que dariam 4 ou 4 mil [sic] habitantes para começar a povoação do Rio Doce; e sendo estabelecida a Ouvidoria Geral da Capitania do Espírito Santo a benefício dos vassallos pela distância em que fica o Rio de Janeiro e Bahia deste ponto central, parece que na criação do governo para a defesa da costa e estabelecimentos econômicos e polícia geral a que deve tender a Colônia, não deve ser mais contraído o governo do que a correição. Isto foi já expedido nos meus ofícios, sobre a navegação direta para o Reino com todas as circunstâncias perpétuas do local e das monções que exigem seja o porto do Espírito Santo o depósito dos efeitos do Rio Paraíba, assim como o será do Rio Doce. (PONTES, 1916, p. 493)

Ou ainda como mostra a passagem de Teixeira de Oliveira sobre Manuel de Albuquerque e Tovar, antecessor de Rubim:

Tovar partiu de Vitória nos últimos dias de setembro de 1808. Esteve ausente do governo apenas onze dias. Achava-se na vila de S. Salvador de Campos quando recebeu ofício do secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra recomendando que voltasse à capitania, pois sua ausência poderia propiciar ensejos a motins. É o que o próprio Tovar relatou a D. Fernando José de Portugal, secretário dos Negócios do Reino, em ofício de treze de outubro de 1808. Nesse documento o governador acusa o ouvidor Alberto Antônio Pereira de fomentador de desordens e *francês*. (OLIVEIRA, 2008b, p. 266 em itálico no original)<sup>61</sup>

Partindo dessa gama de conexões, não admira, portanto, que os Campos dos Goitacazes fosse um território de interesse para o intendente da Polícia e genro da Baronesa de Campos, lugar que deveria estar sob a administração de um homem de confiança da coroa e da família.

---

<sup>61</sup> Nesse trecho, Teixeira de Oliveira referencia-se em manuscrito do fundo *Governadores do Espírito Santo*, vol. 1, depositado no ANRJ.

## **CAPÍTULO 3 FRANCISCO ALBERTO RUBIM: TRAJETÓRIA PESSOAL E CARREIRA MILITAR**

### **3.1. Dados biográficos: histórias de família e conexões atlânticas**

No capítulo anterior, acompanhamos a família Carneiro Leão, com especial ênfase no ramo Carneiro Viana, originário do casamento, ocorrido em 1802, entre Paulo Fernandes Viana e Luiza Rosa Carneiro da Costa, filha do patriarca Brás Carneiro Leão. Observamos suas estratégias de reiteração no tempo como grupo político e econômico e, da mesma forma, as origens do seu enraizamento no Centro Sul da América portuguesa, ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo por base e constituição de redes locais e regionais, especialmente por meio do casamento.

Importa-nos, agora, demonstrar os meandros da inserção do personagem Francisco Alberto Rubim naquelas redes. Desta forma, o intuito do presente capítulo é buscar a reconstituição da trajetória de vida e da carreira do personagem, no sentido de perceber suas ações e escolhas como mecanismos de ascensão em direção a lugares de nobilitação mais amplos. E, por sua vez, como este se utiliza dos processos de arregimentação disponíveis no contexto para promover a aproximação entre os nomes da elite capixaba e determinados grupos políticos luso-brasileiros – que serão também aqui recuperados.

Utilizamos como fontes a correspondência administrativa entre os representantes do governo na colônia e os agentes do poder central – secretários de Estado e, por vezes, o próprio Príncipe Regente – e ainda informações biográficas obtidas por meio de documentação paroquial, avisos publicados na Gazeta de Lisboa, além de relatos de viajantes que atravessaram a região no período. Para a reconstituição da trajetória militar de Rubim, a documentação a respeito da sua formação, registrada pela Academia Real de Marinha e depositada na Biblioteca Central da Marinha - Arquivo Histórico da Marinha, foi fundamental.

### 3.1.1. Rubim e a historiografia capixaba

Nos relatos sobre o século XIX capixaba, encontramos o nome do governador Rubim associado a importantes transformações que o Espírito Santo sofreu em inícios do século XIX. Nomeado pelo Príncipe Regente quando este já se encontrava instalado no Rio de Janeiro, Rubim foi o primeiro a administrar a capitania sem a interferência do governo da Bahia. Em nome da Coroa, enfrentou aquelas que eram as principais dificuldades administrativas de então, na lógica de um modelo ilustrado: a ausência de escolas em várias localidades, a carência de estradas e caminhos em direção aos sertões, a falta de incentivos à agricultura e ao povoamento do interior, que contrastavam com a presença de grupos indígenas em resistência, e a demarcação dos limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais (RUBIM, 1840, p. 13-14). Em Vitória, à semelhança do processo civilizatório que tivera início na corte tropical, ressaltava-se a necessidade de se reformar o aspecto da vila e o seu porto, aterrando mangues e lagoas, providenciando a segurança e o abastecimento de água, bem como impulsionando a assistência à saúde, com a construção do Hospital da Misericórdia (PIVA & SIQUEIRA, 2005, p. 5-6).

Francisco Rubim assumiu o governo em 06 de outubro de 1812, permanecendo no posto até o final de 1819, quando foi nomeado governador da Capitania do Ceará (RUBIM, 1840, p. 13). A princípio, o que sabemos sobre a história de vida deste administrador nos foi legado pelos historiadores das terras capixabas, baseados em cronistas e memorialistas. Capitão de Mar e Guerra da Armada Real, Comendador e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, condecorado por seus serviços no Mediterrâneo (1790-1799), e posteriormente na Costa da África e Brasil (DAEMON, 2010; DERENZI, 1965; OLIVEIRA, 2008b; NOVAES, s/d), Francisco Rubim é descrito como homem de ação independente, administrador que se reportava diretamente ao monarca, atraindo para a capitania recursos humanos e materiais essenciais e, nisto, dinamizando a construção de pontes entre membros das camadas proprietárias locais e a elite cortesã.

Seus feitos governativos aparecem, portanto, ao longo de relatos coevos de viajantes e estudiosos, como o Príncipe Maximiliano (1989), o naturalista Auguste de Saint-Hilaire(1974) e o Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-mor, D. José Caetano da Silva Coutinho (2002). Esses visitantes, em geral, atestaram a sua enérgica atuação no Espírito Santo, em prol dos projetos encaminhados pelo poder central. Assim, Saint-Hilaire afirma que

Passava, em geral, por homem íntegro; tinha talento e atividade. A nova Vila da Vitória foi fundada por sua iniciativa, fez abrir estradas entre o litoral e Minas Gerais, fundou a Igreja da Vila de Linhares; reedificou, na Vila de Vitória, parte do palácio do governo e ajudou a embelezar essa Vila. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 11)

Seu governo foi responsável pela a restauração da Santa Casa da Misericórdia de Vitória e pela fundação de um hospital para os enfermos pobres, em 1817 (OLIVEIRA, 2008b, p.259). Naquele mesmo ano, a capital recebeu iluminação pública fornecida por 40 lampiões de azeite de mamona, por meio de um contrato com o comerciante capixaba João Teixeira Maia. Passou também a contar com professores de latim e primeiras letras, além de um boticário licenciado (MARQUES, 1879, p.221). O governador procurou, ainda, melhorar o aspecto urbano de Vitória, obrigando os moradores a limparem e a reconstruírem as fachadas dos casarios, que já haviam descido as encostas do núcleo inicial da vila. Deu início aos primeiros aterros dos manguezais que ficavam no caminho do Porto dos Padres, Pelames e Largo da Conceição (VASCONCELLOS, 1978, p.66).

No ano de 1816, com planos e projetos já em andamento, Francisco Rubim recebeu extensa carta d'el Rei D. João VI, onde constavam detalhadas instruções a serem cumpridas tendo em vista a ocupação dos sertões entre o Espírito Santo e Minas Gerais:

Eu El Rei vos Envio muito saudar. Constando ha Minha Real Presença o feliz resultado dos vossos esforços, e boas disposições para se conseguir a

comunicação dessa Capitania com a de Minas Geraes, achandose em consequência delles já aberta huma Estrada com mais de vinte e duas léguas de distancia, desde o ultimo morador do Rio Santa Maria, até perto da margem do Rio Pardo, e nella estabelecidos com as competentes guarnições os Quarteis de Bragança, Pinhel, Serpa, Ourem, Barcélllos , VillaViçosa, Monforte , e Souzel [...] (BRASIL, 1816, p. 90)

No documento, chama a atenção o tom elogioso com que o monarca se refere aos esforços de Rubim para atingir aquele que seria um dos principais – senão o principal – alvo da política joanina para a capitania: a domesticação dos “sertões”. Atraindo-os para a esfera dos mecanismos de controle do Estado, aqueles territórios indomados, assim como suas populações, deveriam ser postos especialmente sob o poder das armas e do fisco. Destacando-se Rubim neste mister, foi saudado com o reconhecimento do rei.

Para além do teor empático e da precisão das orientações, salta aos olhos o fato da mensagem ter sido remetida por meio de carta régia, ou seja, de maneira direta, sem passar pela chancela da Secretaria de Negócios Interiores do Reino, pasta responsável por tratar de tais assuntos, como de praxe. Evidencia-se, assim, que o governador mantinha interlocução direta com o trono sobre os assuntos da capitania – atinentes, agora, às questões centrais da monarquia. D. João VI expressa, deste modo, a necessidade de se manter informado por meio de “[...] uma circunstanciada conta dos resultados destas Providências [...]” (BRASIL, 1816, p. 90).

Mas, se por um lado Rubim parecia gozar de prestígio junto ao rei, por outro, não escaparam aos contemporâneos as inimizades que o governante seguia acumulando entre os nomes importantes da cena local. Sua atuação em prol da Coroa era, por alguns, considerada excessiva e, mesmo, despótica. Assim, por

exemplo, os versos do padre e político Marcelino Duarte<sup>62</sup>, referem-se ao governador como o “monstro horrível” que do mar teria vindo para governar a capitania, numa alusão à patente ocupada por Rubim na Marinha<sup>63</sup>:

Este foge ao furor do monstro horrível,  
 Vai aquele abrigar-se em terra alheia,  
 Outro prostra-se aos pés d'um rei sensível,  
 Do monstro conta a ação horrenda e feia;  
 Não desiste o cruel, quanto é possível,  
 De ao longe consternar a própria aldeia,  
 Té a índia pra servir este inclemente,  
 Manietada atrás vem mensalmente.  
 (CARNEIRO, 1856, p. 43)

Podemos atribuir essas diferentes representações dos atos de Rubim à conjuntura de disputas por projetos para a América lusa. Entre os que defendiam a permanência dos vínculos com a metrópole e aqueles que pregavam a ruptura definitiva, acusando os administradores régios de despóticos, havia uma gama ideias em gestação (SALLES DE OLIVEIRA, 1999), o que animava setores da intelectualidade e das camadas proprietárias nativas, em meio ao universo de incertezas colocadas pelo próprio desenrolar do enredo político. De qualquer forma,

---

<sup>62</sup> Oriundo de uma das mais importantes famílias proprietárias capixabas, os Pinto Ribeiro, o Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte destacou-se no mundo das letras e da política. Professor de Latim e Filosofia, figurou como eleitor do representante da capitania para a Cortes de Lisboa (1820). Durante o Império, exerceu intensa atividade político-literária: redator do periódico *O Exaltado*, atuou como deputado pelo Espírito Santo durante os anos de 1838-1839. É o Patrono nº 1 da Academia Espírito-santense de Letras. Sobre a trajetória pessoal deste personagem, cf CAMPOS, PANDOLFI & BASILI, 2018. A respeito da atuação de padres na vida pública, durante a primeira metade do século XIX, cf. SOUZA, 2010 e SILVA, 2012.

<sup>63</sup> Por conta de desavenças políticas com Rubim, Marcelino Duarte deixou o Espírito Santo e foi viver no Rio de Janeiro. O poema satírico, organizado em 55 estrofes, faz alusão a esse fato relatando, de maneira figurativa, vários outros casos considerados pelo literato como abusos de autoridade perpetrados durante o seu mandato. Nas notas, Pe. Marcelino faz referência a Mateus Bandeira, ao alferes Luís Correia e a Venceslau Ferreira Lopes. Este último, perseguido pelo Governador, teria deixado mulher e filhos na capitania para abrigar-se em Cabo Frio. Outros dos seus inimigos teriam buscado refúgio em localidades como a vila de São Mateus, Campos e mesmo a corte (2º verso). No 3º verso, encontramos citação a João Felipe Calmon e, nos seguintes, referências à crueldade das ações de *guerra ao índio*, autorizadas pela coroa e patrocinadas pelo governador (CARNEIRO, 1856, p. 39-63).

o quadro dos desafetos acumulados pelo governador, tendo em vista a fidelidade do funcionário ao trono luso, constitui um interessante prisma de sua trajetória, o qual lançará luz aos encaminhamentos finais da mesma, conforme apontaremos mais adiante.

Ao enveredarmos por aspectos da biografia de Rubim, tal como relatada por historiadores da terra, de matriz memorialista, vemos a reprodução de uma imagem de homem público alinhado aos projetos da monarquia lusa, destacando-se, entre eles, a abertura de estradas e as sucessivas tentativas de ocupação branca dos territórios indígenas, bem como de áreas devolutas, procurando garantir também a segurança dos novos contingentes, com a instalação de guarnições militares ao longo das vias. Começemos, pois, pela análise relacional deste sujeito, a partir do levantamento de seus dados biográficos.

### 3.1.2. Genealogia e rotas familiares

Francisco Alberto Rubim nasceu em Portugal, em 1768. Pela documentação paroquial, sabemos que seu pai, José Pedro Bocardo Rubim, tinha origem itálica e sua mãe, Eusébia da Fonseca e Sá Pereira, era portuguesa (ANTT, *Registo de Baptismos*, 1741/1911, Livro 07-B, fólio 224). Ao longo da pesquisa genealógica, o sobrenome “Rubim” por vezes apareceu grafado como *Robim* ou mesmo *Roby*, de origem anglo-saxônica, conforme herdado do seu costado paterno. Em 1809, Francisco Rubim casou-se com Francisca Antunes Maciel da Costa, noiva que pertencia a uma família ligada ao comércio (ANTT, *Registo de Casamentos*, Lisboa, Freguesia da Encarnação, 1808/1817 – 08/06/1809).

Vale, de início um breve comentário, a título de esclarecimento sobre as fontes aqui utilizadas, potencial analítico e entraves. O uso de fontes paroquiais nos permitiu reconstituir, em parte, as posições deste sujeito em seu universo relacional, especialmente o familiar. Isto porque, embora com um olhar micro histórico, não nos



propusemos a fazer um estudo serial, que abrigasse o sujeito visto como parte de uma população, circunscrita a uma dada localidade, conforme o modelo italiano<sup>64</sup>, mas uma apropriação do ferramental das biografias coletivas.

Nesta interseção, é importante recuperar a lógica das biografias no campo da pesquisa histórica, segundo o projeto defendido por E. Grendi. Para o autor, o estudo do indivíduo e de suas escolhas, em meio às incertezas do mundo social, permite ao historiador desvendar uma dada linguagem e um conjunto de representações comuns ao seu grupo de origem. Ao tratarmos de uma história das elites políticas e administrativas em transação no mundo atlântico, bem como dos mecanismos de atração de outros atores a essa posição, tornou-se fundamental acessar e compreender o conjunto de práticas sociais e políticas acionadas por personagens-chave da comunidade, entendendo que essas constituem, nas palavras de Grendi, em “formas de uma linguagem geral” (GRENDI, 1998, p. 225).

Em outra obra, o próprio E. Grendi nos aponta para o valor dos registros paroquiais na reconstituição das genealogias<sup>65</sup>, levando em consideração que estas espelham, no tempo, ao longo de gerações, vínculos e compromissos que um sujeito, na interação com os demais atores, e que esses se movimentam e se reorganizam, revelando os recursos mobilizados durante este processo (FRAGOSO, GUEDES & SAMPAIO, 2014, pp. 381-382). Devemos, portanto, admitir que, considerando os limites e objetivos do presente estudo, nosso foco voltou-se apenas aos registros paroquiais, especialmente de batismo e de casamento, que envolvem especificamente as famílias dos sujeitos em questão. Esses citam outros personagens, cuja presença aponta para as redes de compromissos horizontais ou verticais a enredá-los, bem como para o alcance geográfico das mesmas. Os dados ali obtidos foram cruzados com outros documentos, tais como a correspondência

---

<sup>64</sup> Para um conjunto de ensaios sobre os limites, desafios e possibilidades da análise micro histórica, cf a clássica coletânea organizada por Jacques Revel (REVEL, 1998).

<sup>65</sup> Para além dos registros paroquiais, Edoardo Grendi apontou como fontes deste tipo de abordagem, ao ser adotada a perspectiva serial dos trabalhos da micro história, os contratos notariais, os registros de jurisdição civil e criminal, os cadastros de terras, etc... (GRENDI, 2009, p. 23).

política, os registros de patentes e de atribuição de títulos como comendas e nomeações.

Tendo em vista tais considerações, começamos por afirmar que não temos certeza sobre a inserção social da família de origem de Rubim. Contudo, os dados sobre seu nascimento e casamento, ao qual agregamos pesquisa genealógica mais ampla em cruzamento com outras fontes, possibilita supor que sua família seria de origem mercantil. Um primeiro indício nesta direção é o próprio percurso geográfico do seu sobrenome, que se movimentou entre a Europa do norte, o Mediterrâneo e o Atlântico, uma vez que o pai, nascido em Palermo – cidade da Sicília, de tradição marítimo-comercial milenar –, estava, à época do seu nascimento, estabelecido em Lisboa.

Neste caso, julgamos que o compadrio poderia nos revelar alguma pista adicional sobre o escopo desta suposta atividade comercial da família ou sobre possíveis alianças com setores enobrecidos. Contudo, quanto ao padrinho escolhido, não encontramos outras referências a seu respeito na documentação complementar ou na Gazeta de Lisboa, periódico que registrava passagens e anúncios da atividade mercantil do Reino à época. Assim, acreditamos que o mundo comercial do qual a família fazia parte estava distante das rotas de grosso trato, cujos representantes apresentam outras inserções e vínculos que, numa busca onomástica, logo se faz presente na correspondência oficial e/ou nos anúncios de jornais da época. Da mesma forma, não encontramos sobre seus pais ou o padrinho indícios de passagem pelo serviço régio ou aquisição de títulos e dignidades.

Um fato curioso nos chamou a atenção em seu registro de batismo: a devoção da família a São Nicolau, reiterada nas freguesias onde seus membros buscaram se fixar ao longo do tempo:

Em os treze de abril de mil setecentos e sessenta e oito, nesta Igreja de Santa Izabel, baptizei solemnemente a Francisco, filho de Pedro Bocardo, baptizado na **Freguesia de Santo Nicola** Se da cidade de Palermo, e de D. Eusébia da Fonseca e Sá Pereira, baptizada na Freguesia de Sam

Bartolomeu da Xarnequa e habitando na Freguesia de Santo Estevam do termo desta cidade, neto paterno de Antonio Rubim, **baptizado na Freguesia de Santo Nicolau Douro** e de Roza Cardoso, **baptizada na Freguesia de Santo Nicolau de Bragança** [...] (ANTT, Registo de Baptismos, 1741/1911, Livro 07-B, fólio 224, grifo nosso).

Observe-se que, seja na Sicília ou em Portugal, a família, especialmente pela linha paterna, procurou fixar-se nas freguesias cujo orago fosse São Nicolau. Embora Rubim tenha sido batizado em Santa Isabel, Lisboa, e não na freguesia daquele santo (talvez porque, na capital, este fosse um território tradicionalmente judaico)<sup>66</sup>, seu pai era originário da Freguesia de Santo Nicola, conforme transcrito<sup>67</sup>. Da mesma forma, seu avô paterno, batizado em Santo Nicolau Douro – possivelmente a Freguesia de São Nicolau, na cidade do Porto (daí a referência ao Douro) - e sua avó paterna, esta, originária de Bragança, ao que tudo indica, da antiga Freguesia de São Nicolau de Salsas.

Tendo em vista os valores corporativos e as solidariedades comunitárias do Antigo Regime, onde as devoções religiosas representavam também lugares sociais e representações de grupos sócio profissionais, não admira que esta família, supostamente advinda do comércio, tenha o primeiro ritual de sua vida vinculado ao santo considerado protetor dos mercadores e navegantes, mas também dos

---

<sup>66</sup> A Judiaria Grande, ou Judiaria Velha, ocupava um pequeno quadrilátero da Cidade Baixa, formado entre a Rua Nova e a Igreja de São Nicolau e entre a Igreja da Madalena e a de São Julião. Cf. MUSEU ETHNOLÓGICO PORTUGUÊS, 1899-1900, p. 305 e planta anexa.

<sup>67</sup> Trata-se, talvez, da vila marítima hoje chamada de *San Nicola l'arena* (cuja antiga denominação era *San Nicolò l'arena Tonnara*), atualmente localizada na região metropolitana da cidade de Palermo, na Sicília. É difícil precisar geograficamente alguns topônimos presentes nas fontes, uma vez que as divisões político-administrativas contemporâneas nem sempre correspondem às antigas organizações territoriais. Neste sentido, é importante ressaltar, nos quadros do Antigo Regime, a imbricação entre o poder civil e o eclesiástico, impressa no território por meio da divisão das cidades e vilas em freguesias, de acordo com a denominação das paróquias, sendo a vida religiosa e seus rituais os principais referenciais para a produção do cotidiano dos moradores desses lugares. Um interessante estudo de caso para a sociedade da conquista na América lusa pode ser encontrado em FRIDMAN, 1999.

estudantes<sup>68</sup>. Esta herança será assumida por Francisco Alberto Rubim de maneira exemplar, ao longo de sua carreira e vida familiar.

### 3.1.3. Relações parentais e redes mercantis: aspectos do enraizamento de interesses proprietários no Centro Sul

Corroborando os indícios de vínculos entre o núcleo parental de Francisco Rubim com o mundo comercial, há ainda outros dados a serem apontados. Em 1807, encontramos Rubim como Capitão-tenente encaminhando requerimento de licença para comandar uma embarcação particular. Em torno deste evento podem ser tecidos alguns significados que gostaríamos de explorar ao longo deste capítulo. Por ora, vamos identificar os sujeitos envolvidos, buscando conhecer aspectos da malha dessas redes. No requerimento, o militar afirma que:

[...] oferecendo-se-lhe ocasião de hir a Pernambuco commandando o Navio Feliz Sociedade de que he proprietário Joaquim Lopes de Sá Mourão, e como o não pode fazer sem a competente licença de V. A. R. por isso implora e p. [pede] a V. A. R. se digne fazerlhe a graça de mandar se lhe passe a dita licença. (Requerimento... AHU\_ACL\_CU\_ 015, Cx 182, D. 12670)

---

<sup>68</sup>São Nicolau Taumaturgo (c. 280 - c.345), Bispo de Mira, na Turquia, é conhecido popularmente como o protetor das crianças e dos carentes, originando assim a lenda de Santa Claus, na Europa do Norte, ou Pai Natal, entre os portugueses. Mas também é reconhecido como padroeiro dos comerciantes, marinheiros e estudantes. De família abastada, sua hagiografia é cercada de lendas e histórias de piedade, ligadas ao desprendimento financeiro e, por conseguinte, ao suprimento das carências alimentares entre os menos favorecidos. Uma delas, por exemplo, conta que, por meio de intervenções sobrenaturais na vida de marinheiros e comerciantes, mormente de origem itálica, esses teriam então se prontificado a atender aos pobres durante uma situação de escassez de colheitas, trazendo suprimentos de longe e mitigando a fome de vilas inteiras. Desfrutando de ampla devoção junto aos cristão do Ocidente e do Oriente, recebe grande distinção entre os ortodoxos. Em Portugal, os festejos em sua homenagem encontram-se no norte do país, especialmente na cidade de Guimarães, local onde o Condado Portucalense, base da própria constituição do Reino luso, teria se constituído. Não à toa, acredita-se que o dia de sua morte, 06 de dezembro, seria o mesmo em que faleceu D. Afonso Henriques (c. 1109 – 1185), conde de Portucale e primeiro rei português, herói da expulsão dos mouros e da unificação do território (DURAND, s/d, pp. 39-40; DE VARAZZE, 2003).

Por meio desta passagem, conhecemos o nome da embarcação e do seu proprietário, o que nos abriu o caminho para uma série de outros cruzamentos, permitindo-nos ter ideia de até que ponto iam as ligações de Rubim com as redes mercantis luso-atlânticas.

A princípio nos chamou a atenção que um militar de carreira, já desfrutando de certo status, se lançasse em viagens comerciais. Em que pese a intensificação das políticas do Reino no investimento em formação náutica, tanto voltada para a marinha de guerra quanto para a mercante, a partir do século XVIII (FERREIRA, 2013, p. 209), é certo que o setor da navegação mercantil continuava, àquela altura, ainda carente de mão de obra especializada. Talvez esta carência explique a sua incursão no setor. Obviamente, teria também benefícios econômicos, visto que gozou de licença sem vencimentos:

Por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha obteve do Conselho do Almirantado Portaria em Setembro de 1807 para comandar o Navio Mercante = Feliz Sociedade, com destino para Pernambuco não vencendo soldo com esta Licença, porém contando antiguidade. (BCM AHM, Cx 773, 13/04/1822)

Entretanto, indícios de relações familiares e conexões políticas marcam também este acontecimento em sua carreira. Neste ponto da análise, personagens e territórios de além-mar entram em cena, compondo parte do mosaico de situações que, numa escala mais ampla do nosso objeto específico, explicita aspectos do *enraizamento de interesses portugueses no processo de interiorização da metrópole* no Centro Sul da América lusa, na expressão de Maria Odila Dias (DIAS, 2005, p. 12, em itálico no original). Este verdadeiro enigma de nossa historiografia, lançado há quase meio século, mas apenas recentemente desvendado por estudos que

ênfâtizaram os movimentos internos ao universo colonial<sup>69</sup>, se nos apresentou também nesta investigação. O processo de enraizamento metropolitano na colônia, tal como sugerido por Dias, contou com redes de relações comerciais e familiares e, desse modo, numa escala de observação menor, tangencia a trajetória de Francisco Alberto Rubim, em meio à qual surge o casal Joaquim Lopes de Sá Mourão e sua esposa, Ana Gertrudes Rubim de Sá Mourão, irmã do futuro governador.

Embora tenhamos encontrado, em 1807, Rubim comandando um dos navios do cunhado a serviço de negócios mercantis transatlânticos, entre os códices do AHU, foi possível localizar outras 17 ocorrências envolvendo Joaquim Lopes de Sá Mourão e, eventualmente, também o seu filho e sócio, de mesmo nome. Estas se encontram circunscritas aos anos de 1798 e 1821, apontando que, durante aquele período, o negociante ocupou-se de, pelo menos, duas atividades<sup>70</sup> principais. Em inícios do século XIX, atuou como procurador em diversos processos envolvendo litígios e confirmação de sesmarias nos sertões dos rios Macaé, Paraíba, Muriaé e Preto. Sua atuação acompanha o movimento de penetração da ocupação portuguesa pelo nordeste e noroeste fluminenses. Esse seguiu a bacia do rio Paraíba do Sul, em direção às fronteiras entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais - atravessando as serras e os sertões do Cantagalo - e entre aquela capitania e o Espírito Santo:

---

<sup>69</sup> Para um balanço sobre as matrizes historiográficas que pautaram os estudos sobre a sociedade colonial vista como parte do sistema atlântico luso, cf FRAGOSO & FLORENTINO, 1993, p. 25-31. Os pressupostos levantados pelos autores serviram de ponto de apoio para inúmeras pesquisas monográficas, fruto da expansão dos programas de pós-graduação em História nas universidades públicas do Brasil, a partir dos anos 1980. Devido à sua multiplicidade, não cabe aqui elencá-los, mas vale ressaltar que tais estudos procuraram alcançar as especificidades regionais e os sujeitos que atuaram localmente do processo de *interiorização da metrópole*, traçando sua relação com a conjuntura da independência do Brasil, como sugerido por Dias (2005, p.7-37). Para o caso do Espírito Santo, um estudo recente com esse perfil pode ser encontrado em GOULARTE, 2015.

<sup>70</sup> Pelos anúncios publicados na Gazeta de Lisboa, conhecemos que Joaquim Lopes de Sá Mourão era dono de importante casa comercial situada em Lisboa e desempenhava também o papel de testamenteiro, atuando em ter aquela cidade e o Rio de Janeiro (Gazeta de Lisboa, nº 170, quinta feira, 20 de julho de 1820. Lisboa: Imprensa Régia). Com a sua morte, a firma passa a se denominar *Viúva Mourão e Filhos*, continuando a atuar (Gazeta de Lisboa, nº 182, quinta feira, 03 de agosto de 1820. Lisboa: Imprensa Régia).

Diz o Ten, Antonio Joze Pereira Basto da Villa de S. Salvador de Campos dos Goitacazes q. ele Supp. Obteve do vice Rey e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, em nome de V. A. R. a mercê das Terras de que faz menção a Carta de Sesmaria junta, e porq. para ella ter o seu devido efeito precisa da Confirmação de V. A. R. por isso implora e = P. a V. A. R. se digne mandar confirmar ao Supp a mce das Terras de Sesmaria de que faz menção a sobredita Carta junta. E. R. Mce.

Por seu Procurador Joaquim Lopes de Sá Mourão

(AHU ACL- CU-017, Cx. 214, D. 14851.)

Fizemos um inventário panorâmico das atividades de Joaquim Lopes de Sá Mourão e detectamos que, ao longo da segunda década do XIX, o negociante parece reduzir sua atuação nos processos de reconhecimento de sesmarias e passa a se dedicar de maneira direta ao comércio de grosso trato. Nós o encontramos adquirindo embarcações e passaportes, viabilizando assim que suas mercadorias saíssem do Reino, tendo como principais destinos as capitânicas do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O porte das embarcações citadas (bergantins e galeras), bem como o trajeto dos navios já nos dariam em si elementos para confirmar o peso dos seus negócios. Mas, por uma feliz coincidência, encontramos o mapa de cargas da viagem que o mesmo navio Feliz Sociedade fez pouco tempo antes, em maio de 1807, saindo de Lisboa com destino a Pernambuco. Transportava, na ocasião, 169 caixas de açúcar, totalizando mais de 9000 arrobas, 700 sacas de algodão, couros (em pelo e curtidos), além de uma variedade de madeiras de lei, tendo sido o valor da carga estimado em R\$ 24:040#800 (AHU-ACL-CU-015, cx. 267, doc. 17851). Desta forma, pelo escopo dos seus negócios, podemos caracterizar Joaquim Lopes de Sá Mourão como um negociante de grosso trato, conforme categorizado por Fragoso (1992, p. 262-273).

Responsáveis por mercadorias de tamanho valor, parecia ser uma preocupação natural dos proprietários de navios de maior porte prover tripulação qualificada. Vemos, em ocasião posterior, semelhante cuidado relatado pelo próprio Joaquim Lopes de Sá Mourão em outra situação, retratada na solicitação a seguir:

Ao Auditor em 30 de Dezembro de 1815

Senhor,

Diz Joaquim Lopes de Sá Mourão Caixa do Navio Princesa Real: Capm João Joze de Faria, q estando o dito Navio pronto e carregado para seguir viagem para Pernambuco se acha sem gente, por ter fugido huma, em razão de terem perdido outra, tendo somente a seu bordo o Contramestre; E porque o tempo prezentehe Inverno e pode sobrevir de repente hum temporal q. seja preciso arrear os Mastreos e dar fundo a outra amarra, para o Navio não hir à praia, não tem este abordo quem o possa fazer; e como não he da Indefectivel Instrução de V.A.R. q o dito Navio corra hum semelhante risco com perda da Carga e dos Direitos Reaes: por isso implora o Supe. e humildemente =

P. a V. A. R. lhe faça a graça de ordenar q. abordo do dito Navio se não prenda a sua Maruja em razão de estar pronto a sair e dos riscos que corre, tanto o Navio como a Carga e Direitos Reais. E. R. Mce.

Joaquim Lopes de Sá Mourão (AHU \_ACL\_CU\_015, CX 222, D. 15065)

Contudo, a viagem que a nau Feliz Sociedade realizou em outubro de 1807 pareceu envolver maior grau de complexidade que apenas a faina mercantil corriqueira. Daquela vez, levava a bordo, além da carga, um passageiro preso, o coronel de milícias Antonio José da Silva Coelho:

Senhor,

Diz Joaquim Lopes de Sá Mourão, Proprietário do Navio Feliz Sociedade de que hé Comte o Capm. Tene. da Armada Real Francisco Alberto Rubim, o qual se acha próximo a seguir viagem para Pernambuco; que por Avizo de V.A.R.derigido pela Secretaria de Estado dos negócios ultramarinos ao Corregedor do Crime da Corte Miguel Pereira de Barros, se recebeu abordo do dito Navio prezo no dia 20 de Setembro do prezente anno Antonio Joze da Silva Coelho, Coronel do Regimento novo da Vila de Santo Antonio do Recife, para ser entregue ao Governador e Capitão General de Pernambuco: E como semelhante prezo necessita de ser socorrido de Mantimentos para a referida Viagem, portanto

P. a VAR seja servido mandar o que for do seu Regio agrado.

E R Mce (AHU \_ACL\_CU\_015, CX 270, D. 17 956)



Não sabemos exatamente qual acusação pesava sobre o preso Antonio José da Silva Coelho, à época. A única referência significativa que encontramos ao seu respeito refere-se a outra situação de reclusão, dez anos mais tarde. O nome do coronel faz parte da lista dos implicados na Revolução de 1817<sup>71</sup>, tal como consta na Devassa depositada no Arquivo Público da Bahia (*Apud* TAVARES, 1917, p. 489). Diante desse indício, cremos ser possível que o sujeito fosse, no mínimo, um crítico da administração da capitania, talvez um potentado local descontente com as políticas reinóis. Naquele cenário móvel, onde circulavam interesses divergentes, a condução de semelhante figura de volta à colônia seria, portanto, uma escolha que, no momento, sublinhava relações de confiança entre Rubim e setores da administração colonial, àquela altura de sua carreira.

Passemos a considerar, pois, que a *confiança*<sup>72</sup> – resultado da fidelidade e honra amealhados por Rubim entre sua rede de parentes e amigos e, de igual modo, pelos trabalhos em prol da Coroa – seja recortada aqui como categoria de análise tanto no tecer das redes de relacionamento quanto no alcance de novos patamares de distinção. Ela contribuirá para tensionar ou afrouxar os fios dessa trama de relações. Naquela missão específica, para além dos saberes náuticos, sua formação militar seria significativa para agregar e “pacificar” os potenciais súditos do Império. E, assim, seu capital simbólico ampliava-se, entre fidelidades e serviços prestados. Entretanto, como nos adverte Revel no famoso prefácio à obra de G. Levi, o poder

---

<sup>71</sup> Segundo os autos da Devassa, Antonio José da Silva Coelho foi preso em 21 de maio de 1817 e recolhido à cadeia pública em 10 de junho do mesmo ano, tendo falecido ali em 26 de outubro. (TAVARES, 1917, p. 489)

<sup>72</sup> Neste domínio, flertamos, sem maiores aprofundamentos, com a história das emoções e sensibilidades e, por sua vez, com a História Cultural. Importa, antes de tudo, perceber a *confiança* e, mais adiante, o *afeto*, de um ponto de vista muito particular e pouco identificado com as emoções assim denominadas na era industrial, marcada pelo individualismo. Confiança e afeto são tomados aqui a partir dos limites da alteridade histórica que nos distanciam dos nossos sujeitos de pesquisa: sentimentos que, presentes no imaginário social, determinam formas de estar, de agir e de pensar no mundo (PESAVENTO, 2005, p. 2), fazem parte dos valores e da cultura política das elites administrativas no contexto atlântico luso, sedimentando vínculos pessoais e políticos, tecendo reciprocidades clientelares e corporativas (XAVIER, 1993). A perspectiva da história das sensibilidades, embora ainda pouco explorada na historiografia brasileira, não é nova para os historiadores, que desde os Annales, passando pela tradição marxista e chegando à micro-história, têm apresentado diferentes e ricas contribuições: Johan Huizinga; Lucien Febvre; Peter Gay; Paul Zumthor; Werner Jaeger; Norbert Elias; Mikhail Bakhtin; Walter Benjamin; Edward Thompson; Carlo Ginzburg; Alain Corbin. Cf. OLIVEIRA, 2018c, p. 116-133.

não é uma coisa, mas uma relação em constante movimento, em meio à qual se assistem lutas e conflitos pelo simbólico; assim, seus ganhos não estão necessariamente garantidos no tempo pelas posições atingidas no aparato institucional (LEVI, 2000, p. 31-32). Tal raciocínio adiciona ao estudo das opções e estratégias de nosso personagem o grau de imprevisibilidade às quais estavam sujeitas suas escolhas.

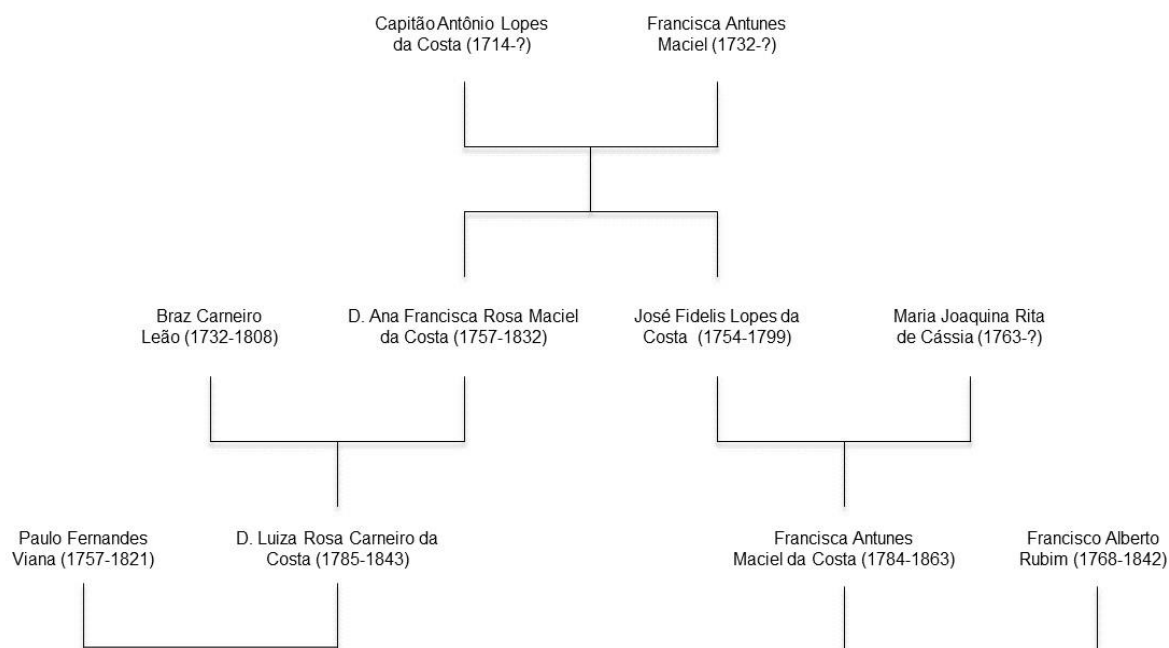
Pelos excertos, percebemos que a rota Pernambuco/Lisboa era costumeira, nas práticas comerciais da firma de Joaquim Lopes de Sá Mourão. Da mesma forma, concluímos também que o Capitão Rubim já havia tido contato, àquela altura, com membros e tramas inerentes à política colonial, com certeza atraído a esses circuitos tanto pela sua formação e trajetória na Marinha, quanto por seu parentesco entre as elites comerciais. Cunhado de um importante negociante luso Rubim buscou, por meio do próprio casamento, aprofundar relações entre circuitos mercantis e administrativos do mundo atlântico.

Tendo sido promovido a Capitão-tenente no ano de 1808, Francisco Rubim se casou com Francisca Antunes da Costa Maciel (ou Maciel da Costa) em Lisboa, no ano seguinte, 1809, como já citamos. Rubim estava, então, com 41 anos e Francisca, com 25. Filha de José Fidelis da Costa, importante oficial da Armada Real, a jovem seria o elo fundamental para introduzir o militar, de uma só vez, em duas das mais importantes famílias históricas do mundo luso brasileiro: os Maciel da Costa e os Carneiro Leão.

Capitão-tenente e um dos comandantes da nau de linha *D. Maria I*, durante a guerra entre 1793/1815, sendo nomeado Intendente da Marinha no Brasil, em 1798, José Fidelis da Costa era irmão de D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, esposa do negociante Braz Carneiro Leão, como já apresentamos no capítulo anterior. D. Ana Francisca era, por sua vez, a sogra de Paulo Fernandes Viana. Consequentemente, as esposas de Viana e Rubim eram, primas em primeiro grau, como podemos

conferir no diagrama a seguir. Por meio dessa união, Rubim e Viana tornavam-se parentes por afinidade<sup>73</sup> (BAEPENDI,1880, p. 365-384).

**Figura 9** Parentesco entre Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim



Fontes: ANTT. Livro de Registo de Casamentos (1808-1817), Lisboa, Freguesia da Encarnação, 06/08/1809; ANTT. Livro de Registo de Casamentos. Lisboa, Freguesia da Encarnação, 05/12/1791. BAEPENDI, 1890, p. 378-379.

Com a carreira militar em ascensão, reconhecido por sua fidelidade nos serviços prestados ao reino e inserido nas redes mercantis por meio dos negócios do cunhado, Rubim acumulara, decerto, prestígio, *confiança* e conhecimentos

<sup>73</sup>Flandrin destaca o valor das relações parentais e clientelares na vida política do Antigo Regime, não apenas no nível das sucessões e heranças, mas, sobretudo, no que diz respeito à celebração da fidelidade, da simpatia ou do interesse em relação aos chefes de clãs, nascendo assim os “aparentados espirituais”. Neste sentido, o autor destaca que a aliança matrimonial consagrava as maneiras de se tornar parente, pois sem esse laço formal entre os sujeitos as solidariedades e empatias que porventura existissem podiam se tornar incertas (FLANDRIN, 1994, p. 27-30).

suficientes para pleitear aquela noiva. Por sua vez, Francisca Antunes Maciel da Costa trazia em seu sobrenome cabedal político amealhado a partir da própria atividade colonizadora. Certamente, se Rubim fosse àquela altura um sujeito sem lastro, sequer cogitaria ingressar em tal universo de relações. Cabe, portanto, tecer alguns comentários sobre as situações e escolhas que envolvem este enlace.

Em um mundo onde os valores de uma sociedade corporativa ainda vigiam, questionados agora diante da emergência do liberalismo, entre as elites o casamento permanecia como importante estratégia de formação de grupos políticos, de entrelaçamento de redes de poder que aproximam não apenas sobrenomes. Observamos que as alianças matrimoniais são motivadas por estratégias sociais ligadas a perspectivas de futuro da linhagem, conforme nos aponta Mafalda Soares da Cunha (CUNHA, 2000, p. 396). Nesta configuração, observamos que a origem social da mulher desempenha papel fundamental, pois leva consigo o capital simbólico acumulado por sua rede parental. Por outro lado, as possibilidades de ascensão política e econômica do homem constituem, nessa interação de forças, a energia potencial que certos sujeitos demonstram para emergirem como novos “suportes de rede”, na ausência dos patriarcas.

Com relação à noiva, Francisca Antunes Maciel da Costa, nascida no Rio de Janeiro, estava com 25 anos ao se casar, o que nos pareceu, a princípio, um tanto tardio para uma moça de cabedal, no mundo luso-brasileiro. Embora essa idade pareça estar dentro dos marcos demográficos do século XVIII europeu, sugere, de qualquer forma, certa espera por parte de sua família, na busca por alguém com o

perfil acima traçado<sup>74</sup>. Considerando-se os valores de Antigo Regime e o momento de drásticas mudanças pelas quais passava o mundo ibérico, os pretendentes mais abastados – com certeza de origem comercial - não eram necessariamente os que agregavam maior prestígio ou que, para usar a categoria adotada, inspiravam *confiança*, em meio aos tênues equilíbrios entre a distinção e a fortuna. Não é demais recordar que, no momento do casamento, a sede do Reino estava estabelecida no Rio de Janeiro (o próprio Rubim já havia se apresentado para o serviço na cidade), enquanto sobre Lisboa pairavam a um só tempo o desejo e a incerteza a respeito do retorno da família real<sup>75</sup>.

Naquela conjuntura de rompimento de vínculos, *confiar* a filha a um noivo como Rubim - oficial cuja lealdade ao trono fora sempre patente ao longo de sua carreira - seria, pois, uma aposta na estabilidade da linhagem familiar e na sua reiteração no tempo, assim como, na permanência e ampliação da rede em direção aos extratos superiores da administração. Afinal, tendo atuado como quadro de comando nas guerras marítimas lusas, o pai de Francisca, José Fidelis da Costa, certamente observava o cenário de incertezas para o qual Portugal se via, pouco a pouco, arrastado naquela virada de século. Por seu turno, Rubim certamente era visto como

---

<sup>74</sup>François Lebrun e André Burguière apontam para uma tendência geral de aumento da idade média das mulheres ao casar, durante a modernidade europeia, culminando esta importante mudança demográfica exatamente nos últimos anos do século XVIII, à exceção do caso inglês. Assim, aquelas mulheres, de maneira geral, passaram a se casar entre os 25 e os 26 anos. (LEBRUN & BURGUIÈRE, 1998, p. 20). Entretanto, para os Campos dos Goitacazes e localidades fronteiriças, Sheila Faria encontrou uma média bastante inferior durante o mesmo período: 17 anos. Por se tratar de uma noiva cuja família tinha interesses ali enraizados, acreditamos que o casamento entre Francisca e Rubim casamento deu-se na mesma lógica das estratégias de outras famílias prestigiadas da localidade, descritas pela autora, nas quais os noivos, em geral bem mais velhos, decidiam junto aos pais das noivas o acerto matrimonial, levando em conta as alianças mais favoráveis para ambos os lados, em termos de fortuna e/ou distinção. (FARIA, 1998, p. 206-212).

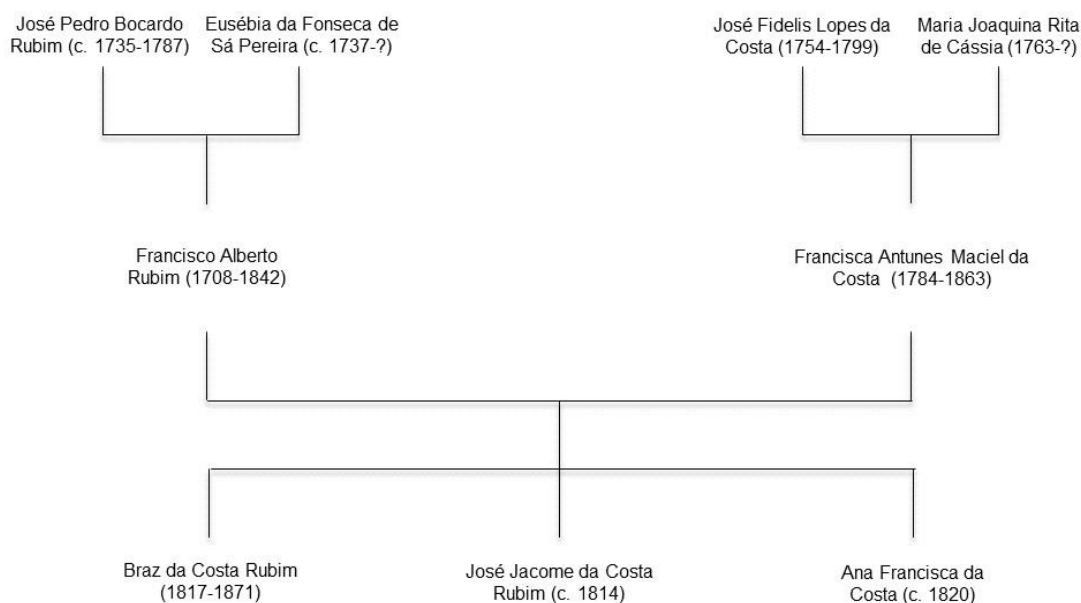
<sup>75</sup> As cartas que Luís dos Santos Marrocos, guarda-livros que veio juntamente com a Biblioteca Real para o Rio de Janeiro, enviou à sua família entre os anos de 1811 e 1821, dão conta do movimento postergação da permanência da corte portuguesa no Brasil, a contragosto daquela parcela da administração que permanecera no Reino. O funcionário relata o investimento em terras e propriedades, por parte da nobreza adventícia, bem como o empreendimento de novos negócios, o que o fazia “[...] rezear uma mui prolongada permanência nesse clima. Por todas as repartições eclesiásticas, civis e militares há essas aparências.” (MARROCOS, 1934, p. 188). Por fim, no ano de 1821, com o retorno da corte, o próprio Marrocos - que nas missivas reafirmava o desejo de voltar - acaba por permanecer no Brasil, contribuindo com o novo regime imperial. Esse exemplo ilustra a instabilidade do quadro político, cujos personagens estão sempre sujeitos aos interesses e casuísmos do momento.

alguém que teria condições de manipular uma gama maior de recursos, ampliando assim sua posição dentro do sistema social, pois:

[...] reciprocamente, o modo como as normas e constrangimentos sociais são concretizados em situações de interação específica, e o exercício do controlo social neles assente, dependem em grande medida da estrutura das relações informais entre os intervenientes nas situações e consequentes oportunidades de manipulação. (CUNHA, 2000, p. 396)

Deslocando progressivamente seus esforços militares da proteção de suas rotas e entrepostos para a esfera das disputas e alianças entre as potências europeias, provocadas pela expansão da França revolucionária, o Reino português experimentava os ecos da difusão do ideário liberal, cujos efeitos a monarquia tentava a todo custo solapar. Contava, para tanto, com a fidelidade dos seus servidores e a valorosa colaboração de setores da elite luso-brasilica, buscando atraí-los para projetos comuns (RAMINELLI, 2008b). Esses setores, por sua vez, tentavam se posicionar no delicado tabuleiro dos jogos do poder, buscando também salvaguardar seus próprios negócios e privilégios, o que, por vezes, culminava em vinculações político-ideológicas ao sabor dos casuísmos.

Pelo lado do noivo, a idade avançada – 41 anos – pode ser explicada pela dedicação de uma vida de investimentos em sua carreira náutica. Tendo sido alçado aos postos oficiais da Armada e participado de missões importantes, como veremos a seguir, tornou-se um sujeito de reputação ilibada – um sujeito *confiável* - entre os seus pares e superiores, portanto à altura de pleitear um matrimônio de valor. Em outras palavras, a reputação, as amizades (ou bons relacionamentos) e as perspectivas de uma carreira em ascensão foram ingredientes que permitiram transitar entre os nomes da administração e do mercado atlânticos, adentrando uma rede mais densa capaz de alçá-lo do serviço militar à governança. Neste sentido, podemos conjecturar que, talvez, o próprio desembargador Viana possa ter sido o responsável por sua aproximação ao clã, celebrando no parentesco colateral laços quicá já existentes no mundo comercial.

**Figura 10** Família Rubim (séculos XVIII-XIX)

Fontes: <http://geneall.net/pt/nome/559847/>; <http://nosportugueses.pt/pt/nome94368>; ANTT. Livro de Registo de Baptismos (1741-1811), Concelho de Lisboa. Freguesia de Santa Isabel, (1767-1771), fl. 224; NEVES, 2012, p. 100; BAEPENDI, 1890, p. 378-379.

Esse vínculo familiar traz consigo certo tipo de *afeto* que é parte do modo de se tecer a política e outra categoria recortada nesta análise. Conjecturamos que estes afetos, que se traduzem em manifestações de apreço e amizade, estejam na base dos vínculos presentes no parentesco por afinidade, como o que unia Rubim e Viana. Mas como apreendê-los? Seus indícios podem ser notados entre determinados elogios e fórmulas de deferência presentes na escrita administrativa. Quase sempre se traduzem em determinados benefícios ou na agilidade para com certos trâmites burocráticos – mesmo na resposta positiva ou negativa que se obtém em algum pleito. Ele estará presente nas lealdades de grupo, na construção da reputação e da honra, em suma: no caminho em direção à nobilitação. Neste sentido, voltemos novamente a uma parte do documento no qual o intendente intercede pelo oficial, no ano de 1810, desta vez observando nos trechos grifados o aspecto que destacamos:

O registro incluso é de um sujeito casado com uma prima de minha mulher **a quem ela e eu desejamos muito obséquo**. Parece-me sem razão por que ele não goze a sua licença registrada, se he desejo, [e] **que não privasse o seu soldo**, e isso já se tem praticado com muitos outros de graça. [...]. Sendo Oficial casado [...] **e ter um filho vêsse necessitado a não perder nada** [...]. (AHU – ACL – CU 035, Cx 19, D. 1512 grifo nosso)

O histórico familiar que descrevemos até aqui ilustra o quanto, em uma cultura de Antigo Regime, as redes de poder determinam a política e os negócios, assim como as possibilidades de mobilidade dentro dos limites culturais impostos pelas configurações sociais. Inserir-se em determinadas redes familiares pode significar o acesso a melhores posições, em meio às incertezas do mundo social. Acreditamos que a proximidade de Francisco Alberto Rubim com um homem como Paulo Fernandes Viana, de bem sucedida carreira jurídica, que chegou a ocupar postos de destaque nas hierarquias administrativas, bem como sua importante família, foram a porta aberta para sua indicação ao governo da Capitania do Espírito Santo e, dali, à do Ceará.

Somada à vasta experiência do militar e ao destaque que obteve nas campanhas pela manutenção da unidade imperial, sua inserção familiar foi, sem dúvida, parte importante do estofamento necessário para assumir o posto de Capitão mor do Espírito Santo, em 1812. Desempenhando seu papel com diligência, foi o responsável por consolidar projetos de abertura da capitania às comunicações, propondo por meio dessas iniciativas uma maior interação dos grupos tradicionais de proprietários locais com os circuitos da corte, conforme iniciado por seus antecessores.

No entanto, é preciso reconhecer que esse quadro de relações não é estático. Manter ou continuar galgando posições exige não apenas um contínuo cultivo de relações pessoais de valor, alimentando a *confiabilidade* e o *apreço* dos seus pares. É preciso contar ainda com a concorrência de conjunturas favoráveis e com variáveis que, com o correr dos acontecimentos, fogem do domínio individual. Desta forma, perder o suporte que este tipo de afeto e reputação garantem, seja por inabilidade ou por fatores alheios à vontade dos sujeitos, pode representar



momentos de ruptura em uma trajetória bem sucedida, bem como um abalo na sua legitimidade como fiel servidor da monarquia.

### **3.2. Formação e carreira de um homem do *mar português***

#### **3.2.1. O quadro europeu moderno: Luzes e conhecimento náutico**

Na segunda metade do século XVIII, operou-se uma série de mudanças no ensino da náutica em Portugal, bem como na organização dos contingentes militares empregados na Armada. Tais mudanças se inscrevem em uma conjuntura mais ampla de transformações devido à influência do espírito científico que o Iluminismo imprimia por toda a Europa, nos mais diversos campos do conhecimento. Por este motivo, é preciso buscar entender o quadro histórico em que se opera esse movimento, no sentido de se pensar a biografia de Francisco Alberto Rubim, especialmente sua carreira militar, na perspectiva da passagem de uma Europa de Antigo Regime para o liberalismo em ascensão - momento bastante peculiar do Estado português e dos seus homens públicos.

Em linhas gerais, podemos dizer que já desde o século XVII o saber científico vinha se robustecendo, com novas ideias e práticas. O avanço no conhecimento do mundo – visto agora como acessível ao homem a partir da experiência e do uso da razão – levava, durante os Seiscentos, a um progressivo questionamento das teorias dos Antigos (TODOROV, 2008, p, 16), o que resultou, sobretudo no século seguinte, na fundação das academias de ciências, onde o saber era produzido e divulgado fora dos circuitos universitários e, ao mesmo tempo, em paralelo com estes (CHAUNU, 1985, p. 227).

Círculos de intelectuais de ciências e/ou de letras, essas instituições passaram a referendar entre pares o saber científico produzido à época, definindo o que seriam considerados os saberes eruditos e os saberes populares e recebendo, nas palavras

de Chaunu (1985, p. 228), a “caução do Estado territorial moderno.” A produção e a troca de conhecimentos, marcada pelo binômio ciência-técnica, ou seja, pela transformação dos saberes abstratos em inovações tecnológicas, eram aquecidas por diversos meios. Por um lado, a alfabetização e a educação escolar foram enfatizadas. Os antigos métodos de aprendizagem, tutelados pela religião, são criticados e substituídos por sistemas mais plurais e institucionalizados, sublinhando-se o ensino técnico que, por sua vez, conjuga prática e teoria. Por outro, a divulgação se ampliara, seja por meio de enciclopédias voltadas ao debate público, seja através de nichos especializados, por onde circulavam cartas trocadas entre os estudiosos, jornais e revistas de divulgação científica ou mesmo a imprensa, que se aperfeiçoa e se simplifica, acelerando a difusão (TODOROV, 2008, p. 16-17; CHAUNU, 1985, p. 226-234).

No que toca ao nosso objeto de análise, importa aprofundar a relação entre o Estado e as novas tecnologias que se multiplicam durante o século XVIII. Em que pese a progressiva autonomia do conhecimento, tanto com relação às estruturas políticas quanto com o dogmatismo religioso, ao longo da centúria são os Estados os que mais serão favorecidos pelos novos modelos de conhecimento. Primeiramente porque a própria ideia de autonomia inerente ao humanismo das Luzes imprime ao Estado um novo papel: seu objetivo não é mais corroborar a vontade divina, mas garantir o bem-estar dos cidadãos (TODOROV, 2008, p. 20). Para tanto, são formulados projetos de organização racional do aparato estatal, nos quais o conhecimento do território e o levantamento de suas potencialidades são fundamentais.

Neste sentido, a dimensão técnica, que sublinha definitivamente o lugar das matemáticas nos percursos curriculares das mais diversas carreiras, será aplicada ao acrescentamento territorial do Estado. É nesse diapasão que o desenho, a astronomia, a geometria e o cálculo analítico, em paralelo com as ciências naturais e com a utilização de instrumentos de ópticos de precisão, serão absorvidos pelas escolas de formação militar, em nível científico superior, sublinhando-se as promoções por mérito (FERREIRA, 2013, p. 208). Especialmente nos governos do

despotismo esclarecido, as reformas inspiraram as engenharias de Estado. Assim, a “arte de navegar” e a construção naval, a balística, bem como o mapeamento do território e o controle sobre a natureza, através do conhecimento das plantas, da abertura de minas, da construção de pontes e demais obras públicas, ganharam novas feições, resultantes da aplicação prática de um corpo de conhecimentos científicos na gestão estatal.

Dado o quadro geral, no que concerne especificamente à formação náutica em Portugal, Nuno Ferreira aponta que, ao longo dos séculos esse foi um aprendizado sempre baseado na prática de bordo, dentro de um sistema de transmissão de conhecimentos de raiz medieval, no qual os ofícios são compartilhados entre um mestre e seus aprendizes. Esses últimos procuravam dominar, a partir do ver-fazer, as técnicas de pilotagem e os conhecimentos sobre o comportamento dos navios sob as diferentes condições do tempo e do mar. De acordo com Ferreira, apesar das inovações e dos rigores exigidos durante a era dos Descobrimentos:

Sabe-se hoje que os pilotos tinham um elevado grau de iliteracia, a maioria tinha dificuldades em saber ler ou escrever, o que não obviou à utilização de cartas e de roteiros marítimos e ao sucesso das toas entre os pontos de partida e de chegada previstos. (FERREIRA, 2013, p. 7)

O mesmo autor adverte que de fato houve espaços formais de ensino da náutica como ramo específico da matemática, entre os séculos XVI e meados do XVIII,

citando-se a lição do Cosmógrafo Mor e a Aula da Esfera<sup>76</sup> - essa última, mantida pela Companhia de Jesus. Contudo, segundo Ferreira, é preciso considerar que as inovações náuticas portuguesas se fizeram muito mais como respostas ou soluções práticas aos problemas imediatos, enfrentados a cada etapa das navegações num contínuo processo de acúmulo de conhecimentos, do que pelo resultado de reflexões oriundas de ambientes acadêmicos (FERREIRA, 2013, p. 9-12). A premissa de Ferreira, fruto da síntese sobre a intensa e já consolidada produção historiográfica lusa a respeito da temática das navegações, nos adverte ainda para as possíveis implicações do pioneirismo português nesse campo para as mudanças operadas nos paradigmas científicos ao longo do século XVII por toda a Europa, como já assinalamos anteriormente.

Ressalte-se, portanto, até o século XVIII, o papel dos práticos em navegação para o avanço dos conhecimentos nesse campo, o que aponta para o fato de que não houve, nesse conjunto de saberes acumulados e transferidos por meios das navegações portuguesas, uma ruptura epistemológica nos moldes do renovado espírito científico do século XVII. Por outro lado, é importante compreender que a própria ampliação do conhecimento do mundo físico e o alargamento das fronteiras geográficas até então dominadas pelos europeus constituiu, por si só, a base para profundas reflexões filosóficas que se desenvolveriam *a posteriori*, preparando o eixo cultural para os novos paradigmas que se anunciavam:

---

<sup>76</sup> A Aula da Esfera iniciou-se em 1590 e funcionou até meados do século XVIII. Era lecionada no Colégio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e centrava-se no ensino da matemática e, por meio desta, a cosmografia e os princípios da astronomia, proporcionando uma primeira aproximação entre os práticos e as matérias teóricas. Teve papel destacado na formação da intelectualidade do período, bem como na troca de informações sobre as áreas coloniais, uma vez que o Colégio de Santo Antão reunia, à época, informações relativas à posição geográfica de lugares e aos acontecimentos astronômicos. Com o tempo, foram abandonadas as matérias relacionadas aos instrumentos náuticos e astronômicos, perdendo-se assim seu caráter prático. Quanto ao Cosmógrafo mor, a atividade apareceu pela primeira vez em 1529, sendo Pedro Nunes nomeado para o cargo. Nunes instruiu homens de mar que queriam entrar na carreira náutica, bem como os outros cosmógrafos-mores que lhe sucederam. No Regimento do Cosmógrafo mor, criado em 1592, determinava, entre outras obrigações, ministrar aulas de matemática para pilotos e demais oficiais e ainda certificar as competências profissionais dos mesmos (FERREIRA, 2009, 36-49).

A descoberta de novas terras implicou um esforço desmedido de compreensão fenomenológica e a reorganização do espaço geográfico exigiu profundas mudanças nas estruturas mentais dos povos europeus. (ALMEIDA, 1986, p. 82)

Com relação à difusão das novas teses científicas e do caráter pedagógico das Luzes em Portugal, bem como o seu impacto na produção do conhecimento ali, é importante salientar que, mesmo atuando de forma periférica, os círculos intelectuais portugueses não ficaram impermeáveis à presença de novas ideias. Mas, se é certo o predomínio de uma perspectiva escolástica, aristotélica no ensino, por outro lado, a pressão das restrições religiosas e/ou imposições régias até pelo menos a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), apontam para o fato de que as ciências baseadas na experimentação também encontraram eco no contexto luso.

Nuno Ferreira acentua que o próprio movimento academicista teve em Portugal seus representantes<sup>77</sup>. Ainda que os membros das primeiras academias portuguesas fossem, em sua maioria, religiosos, há que se acentuar a participação de intelectuais lusos em uma verdadeira rede europeia de trocas e circulação de conhecimentos na perspectiva ilustrada (FERREIRA, 2013, p. 75). Aliás, é a partir dessa mesma noção de rede de sociabilidades entre os círculos intelectuais europeus que surge revisitada a figura do estrangeirado. Símbolo até então da atuação marginal do reino luso na cultura científica da Ilustração, o estrangeirado emerge, a partir de uma historiografia mais recente, como parte de uma “[...] malha de contatos e de notícias que circulavam à velocidade da movimentação de livros, ideias e pessoas no espaço europeu, no qual Portugal se incluiu [...]” (FERREIRA, 2013, p. 70).<sup>78</sup>

Olhados por esse ângulo, nomes como Luís António Verney e António Ribeiro Sanches despontam como críticos dos métodos de ensinar praticados no reino e

---

<sup>77</sup> Nuno Ferreira adverte que Portugal esteve presente em meio ao movimento de renovação e divulgação do conhecimento por meio da manutenção de sociabilidades científicas, não estando, portanto, isolado do contexto europeu. Prova disso são a criação da Real Academia de História, em 1720, e da Academia Real de Ciências, em 1779. Cf. FERREIRA, 2013, p. 75-76.

<sup>78</sup> Sobre a circulação de ideias e as redes de contatos intelectuais no espaço europeu, com a participação portuguesas, cf. BRIGOLA, 1990; DIOGO, CARNEIRO & SIMÕES, 2001; MONTEIRO, 2004.

formuladores de pedagogias mais alinhadas ao espírito analítico moderno. Representam, por sua vez, expoentes desta camada de estrangeirados que estabeleciam sociabilidades intelectuais nos mais altos círculos das Luzes. E não deixemos de citar o próprio Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal<sup>79</sup>, por meio do qual o Estado português assumiria ampla tarefa reformadora, aproximando-se do projeto ilustrado.

### 3.2.2. Formação náutica e reforma da Marinha no contexto do Portugal do Setecentos

Para compreendermos certas passagens da trajetória de Francisco Alberto Rubim é preciso, ainda que de maneira breve, fazermos uma incursão pela história da Armada portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente no seu último quartel, época em que tanto o ensino da náutica quanto a formação para o Exército passariam por profundas transformações. No escopo das políticas educacionais inspiradas nas Luzes, o reino seguirá um tanto tardiamente a tendência apontada por França, Inglaterra e Espanha de deixar de lado o aprendizado baseado no ver-fazer, individualizado e sem controle com relação aos instrumentos avaliativos. As Academias de Marinha fundadas nesse período passam a oferecer para os postulantes aos cargos de oficiais uma formação acadêmica escolarizada, de base teórico-prática e fundamentada na matemática.

Com relação à Armada Real, Nuno Ferreira aponta que, mesmo estando distante da força naval demonstrada pelas grandes potências da época, Portugal dispunha de

---

<sup>79</sup> Sobre a controversa figura do Marquês de Pombal e o caráter reformista de sua administração, cf. MAXWELL, 1996; DEL PRIORE, 2003; AZEVEDO, 2004; SILVA, 2016.

um contingente significativo, tendo participado de importantes operações navais<sup>80</sup> e, portanto, necessitando de mão de obra especializada:

No final de Setecentos, Portugal dispunha de uma força naval muito aquém das apresentadas por outras nações: Inglaterra tinha 115 navios de linha, França 80, Espanha 60, Holanda 50, Rússia 22, seguindo-se Portugal com 15 navios, suplantado apenas pela Dinamarca e a Suécia, respectivamente com 12 e 11 navios. (FERREIRA, 2013, p. 206)

De acordo com Ney Malvasio (2009, p. 70-71), durante a segunda metade do século XVIII, a Marinha portuguesa sofreu um conjunto de reformas estruturais, no âmbito de uma política de Estado que visava à manutenção das rotas marítimas e comerciais e a defesa dos territórios coloniais. O mesmo autor, que chama a esse movimento reforma naval pombalina, resume suas iniciativas a basicamente três pontos: o incremento da construção naval, a militarização da corporação e sua utilização para a proteção das cargas da Marinha Mercante e a reforma educacional, investindo-se na criação de escolas náuticas (MALVASIO, 2009, p. 74-76).

Alexandre da Fonseca (2010, p. 3-4) nos dá uma ideia do escopo da Armada Real, em finais do século XVIII. Os comboios comerciais ameaçados por piratas que agiam no Mediterrâneo eram escoltados por treze naus, dezesseis fragatas, três corvetas, sete bergantins e oito charruas, além das forças navais fundeadas no

---

<sup>80</sup> De acordo com o historiador militar José António Rodrigues Pereira, estas foram as principais operações navais do período: envio da chamada Esquadra do Canal a Portsmouth, em 1793, para combater, juntamente com os britânicos, as forças francesas no Canal da Mancha; no mesmo ano, quatro navios seguiram para a Catalunha, em auxílio aos espanhóis contra os franceses no Roussillon; em 1794, uma esquadra de oito navios integra-se às forças inglesas, servindo na escolta a navios mercantes por oito meses; em 1797, a fragata Tritão impediu o naufrágio do navio de Lord Nelson durante uma batalha envolvendo ingleses e espanhóis, no Cabo de São Vicente; em 1798, a Esquadra do Oceano, comandada por D. Domingos Xavier de Lima – o Marquês de Nisa – rumou para o Mediterrâneo, juntando-se às forças de Lord Nelson, onde permaneceu por dois anos. Durante esse tempo, participou do bloqueio de Malta, do assalto a Livorno e fazendo trégua com Argel e Trípoli; em 1801, a fragata Princesa Carlota próximo a Cádiz, juntou-se ao contingente inglês contra resistências franco-hispânicas. (PEREIRA, 2007, p. 103-109).

Brasil e na Índia. Muito aquém de outras marinhas europeias<sup>81</sup>, esse contingente, tripulado por cerca de quatorze mil homens, encontrava-se dividido entre a Esquadra de Guarda-Costas, a Esquadra do Estreito, com base em Algeciras ou Gibraltar, e a Esquadra do Mar Oceano, que pairava ao largo dos Açores e protegia a navegação proveniente do Brasil ou da Índia.

Um dado a ser ressaltado é a ingerência, da Inglaterra sobre os assuntos náuticos de Portugal, fruto das relações comerciais e das alianças políticas assimétricas entre aquelas nações, o que deixava o reino entregue aos interesses ingleses. Assim, embora aliadas, as relações pessoais entre os quadros das duas marinhas nem sempre eram amistosas. Como afirma Fonseca:

Na Marinha Portuguesa, serviam numerosos oficiais ingleses, contratados, que nela tiveram um desenvolvimento de carreira mais rápido do que os seus antigos camaradas, que se mantiveram na "Royal Navy". Esta aparentemente fútil circunstância, no entanto, esteve na base de algum mal-estar, de atritos mesmo, com a Esquadra Britânica do Mediterrâneo, pois os *captains* ingleses não aceitavam ser mais modernos e terem de servir sob as ordens dos seus antigos camaradas. O Almirante Nelson, infelizmente, tomou o partido dos seus comandantes. (FONSECA, 2010, p. 2-3)

Mas, se havia navios, contingentes humanos e frequentes oportunidades de ação, durante a segunda metade do século XVIII o Estado português identificou outra necessidade premente: a qualificação dos corpos da Armada para a pilotagem e o exercício da guerra. Como já anunciamos anteriormente, os quadros oficiais com feições acadêmicas vão despontar especialmente a partir do último quartel do século XVIII, como resultado do investimento estatal na lógica da modernização ilustrada do aparato burocrático.

Durante a administração do Marquês de Pombal estabelecem-se os novos marcos de um edifício educativo que, se até então fora voltado para a aristocracia, viria a

---

<sup>81</sup> Sobre um panorama da Marinha portuguesa em comparação com as de outros países, como Inglaterra, França, Espanha, Holanda e Rússia, cf. PEREIRA, 2007.



beneficiar, dali em diante, sobretudo os setores mercantis. Isto porque, no seu bojo, as reformas no campo educacional coincidiram com as desavenças do ministro com certos setores da aristocracia. Os processos avaliativos, os critérios de promoção, bem como o acesso a determinados cargos públicos sofreram uma tendência à uniformização, resultando na abertura de oportunidades de ascensão política e social àqueles setores, antes alijados pelos critérios antigos de nascimento e pureza de sangue (FERREIRA, 2013, p. 54-56).

Assim é que, como adiantamos anteriormente, o ensino da náutica passará também por iniciativas de modernização, juntamente com toda a organização da Marinha, com destaque para a atuação do ministro Martinho de Melo e Castro, no que foi seguido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Melo e Castro, Primeiro Ministro de D. Maria I e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1770-1795) introduziu uma ampla reforma, sendo o principal responsável pela implantação de uma política de formação teórica de quadros para a Marinha, o que culminou na criação das academias de ensino náutico<sup>82</sup>.

Sua administração foi marcada também pela regularização e organização das patentes, assim como por um melhor provimento dos navios, de acordo com a política marítima e comercial traçada para o reino. No mesmo movimento, os soldos foram aumentados, equiparando-se aos daquela arma. Há que se notar ainda a importante atuação de Melo e Castro como promotor, através da pasta da Marinha e Negócios Estrangeiros, de um conhecimento sistematizado dos territórios coloniais:

À frente da Secretaria, Melo e Castro patrocinou as viagens filosóficas às conquistas do ultramar e tornou-se o principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial, acervo destinado a ampliar os Museus de História Natural em Lisboa e Coimbra. [...] As viagens ao império eram, em grande parte, arquitetadas

---

<sup>82</sup> Por academias de ensino náutico entendem-se a Academia Real de Marinha, a Academia Real dos Guardas Marinhas (ambas sediadas em Lisboa) e a Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto. Nos limites desse trabalho, e para o interesse da trajetória de Francisco Alberto Rubim, abordaremos apenas aspectos relacionados à formação oferecida pela Academia Real de Marinha.

pela Secretaria, que determinava o espaço, a trajetória e a duração das jornadas, bem como a permissão de visitas a rios, minas e fronteiras. Para solucionar os entraves durante a expedição, os viajantes escreviam ao secretário que, por sua vez, ordenava os governadores para viabilizar barcos, remeiros e suprimentos para a jornada. (RAMINELLI, 2008b, p. 68-69)

Entre 1796 e 1801, assume a mesma pasta D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>83</sup>. Um dos principais promotores do reformismo ilustrado português, Sousa Coutinho empreenderia uma gestão direcionada a dar respostas à crise econômica do reino, gerada em grande medida pela diminuição das remessas do ouro das Gerais. O secretário não apenas aprofundou a política régia de incentivo ao conhecimento científico das realidades coloniais, mas buscou compatibilizar questões fiscais e econômicas - várias delas direcionadas a liberalizar os monopólios mercantilistas - com o adensamento do conhecimento do território americano, a partir de inventários e estudos.

Como se percebe a partir destas duas administrações da Secretaria da Marinha e Ultramar, a elaboração racional de práticas administrativas, um fenômeno das nações europeias, acabava por atingir suas respectivas áreas coloniais. Sob tal perspectiva, de acordo com Lorelai Kury, esse esforço de conhecimento do território estava circunscrito a um extenso programa de levantamento de dados sobre a natureza e compilação de conhecimentos sobre o território, que serviria como base para decisões tecnicamente estabelecidas (KURY, 2004, p. 110-111).

No que respeita à organização da Marinha, para além de um levantamento minuciosos sobre as demandas institucionais, Sousa Coutinho foi responsável por uma reforma no modo de se gerir os negócios navais. Em outubro de 1796, uma nova organização criava o Conselho do Almirantado, núcleo responsável pela administração militar, e a Real Junta da Fazenda, que cuidaria das receitas e despesas (FERREIRA, 2013, p. 83).

---

<sup>83</sup> Sobre o ministro e sua atuação política nos quadros do Reformismo Ilustrado português, a partir do seu projeto político de unidade entre o Reino e os territórios da América portuguesa, cf SANTOS, 2013.

Concomitante à administração de Melo e Castro, a criação da Academia Real de Marinha, ocorrida no ano de 1779, viria a determinar um novo momento no ensino da náutica<sup>84</sup>. A formação ali oferecida, enfatizando ao lado da prática de pilotagem o conhecimento teórico, por meio da formação matemática encerra, de certo modo, o protagonismo dos comandantes de extração nobre, mas sem habilitações específicas. A partir de então, os corpos das Marinhas de Guerra e Mercante seriam dotados de oficiais qualificados especialmente nesse campo do conhecimento, com o fim de municiar o mundo do comércio atlântico:

A matematização das ciências, a crença no progresso ilimitado da razão aplicada, a euforia persuasiva desta nova 'metafísica' (quase uma taumaturgia) investiam os seus atores – os sábios e os quadros de formação matemática – de uma relevância social de tipo novo; e a aquisição de um grau acadêmico, em período de grandes mutações, tornava-se o meio privilegiado de promoção social, oferecendo às diferentes elites, de extração aristocrática ou burguesa, vantagens diferenciais. (BRIGOLA, 1990, p. 1-2)

Neste sentido, é interessante destacar alguns critérios adotados pela Academia Real de Marinha na formação dos seus egressos. Compreendê-los torna-se tarefa fundamental para avaliarmos as qualificações exigidas durante a carreira de Francisco Alberto Rubim, bem como alguns dos parâmetros em torno dos quais nosso personagem se movimentava. Para tanto, passamos a destacar tais critérios a partir do exame da *Lei de 5 de agosto de 1779 que cria a Academia Real de Marinha* (SILVA, 1828, vol. 3, p. 230), documento estabelecido por D. Maria I para estabelecer e regulamentar a instituição.

Como critério de admissão, além da idade mínima de quatorze anos, exigia-se o conhecimento prévio das operações fundamentais de álgebra. Os postulantes eram submetidos previamente a exame pelo professor de geometria. Ao longo do curso, o

---

<sup>84</sup> Importante observar que a ciência náutica, tal como proposta nos moldes dos paradigmas ilustrados de educação e praticados pela Real Academia de Marinha promovia não somente a formação de oficiais para a Armada, mas também engenheiros, devido à formação matemática de base e ao direcionamento para a construção naval. (FERREIRA, 2013, p. 78)

grau de complexidade da disciplina aumentava, na medida em que os saberes relacionados às manobras náuticas e ao conhecimento dos fenômenos naturais eram introduzidos, como aponta a tabela abaixo:

**Tabela 2** Estrutura do curso matemático da Academia Real de Marinha de acordo com a Lei de 5 de agosto de 1770

1º ano	Aritmética, geometria, trigonometria plana e seu uso prático, princípios elementares de álgebra até às equações de 2º grau.
2º ano	Álgebra aplicada à geometria, cálculo diferencial e integral, princípios de estática, dinâmica, hidrostática, hidráulica e ótica.
3º ano	Trigonometria esférica, arte de navegação teórica e prática.

Fonte: FERREIRA, 2013, p. 212.

Complementando a formação teórica, a Academia Real de Marinha era aparelhada com uma casa de instrumentos astronômicos e marítimos e também com um observatório celeste. Outro destaque do documento é a ênfase posta na aplicação prática dos conhecimentos teóricos, por meio da experiência no mar, o que passava a ser determinante para alcançar mais altas patentes:

E porque além da Theoria Nautica são necessarios outros conhecimentos , que só se podem adquirir com a experiencia, e prática; todos aquelles, que depois de entrarem d'aqui em diante no serviço da Marinha, pedirem póstos de Tenente para cima, para continuarem no serviço do mar, deverão apresentar outra Attestação de terem feito ao menos dous annos de exercicio no mar, em que se comprehenda huma viagem à India, ou ao Brazil; e os que tiverem esta circumstancia , serão preferidos aos que me fizerem requerimento sem ela. (SILVA, 1828, vol. 3, p. 230)

Ao estabelecer a progressão baseada no mérito e na disciplina, alargavam-se assim as oportunidades para que os setores sociais não nobres ingressassem no serviço real. Neste sentido, é interessante conhecermos o percurso formativo de Rubim, cotejando-o com as exigências acadêmicas e com os resultados de suas sucessivas avaliações de desempenho. Para tanto, utilizaremos dados obtidos de um conjunto de fontes inédito e que se encontra depositado na Biblioteca Central de Marinha - Arquivo da Marinha Portuguesa, localizado em Lisboa.

### 3.2.3. Trajetória de um oficial de Marinha a serviço do Reino

#### 3.2.3.1. Sobre identidades, posições e conjunturas

O governador Francisco Alberto Rubim é frequentemente citado na historiografia tradicional capixaba como *Capitão de Mar e Guerra*, o que, na organização hierárquica da época, era a mais alta patente entre os oficiais superiores da Armada Real<sup>85</sup>. Diante de sua participação em importantes campanhas militares, nossa primeira inferência foi que este homem de mar teria alcançado tal patamar antes mesmo de se tornar governador. Ou, por outro, que sua ascensão teria contribuído para que a ele fosse confiada a governança de uma capitania (ou de capitânicas, considerando-se que, após sua estada no Espírito Santo, foi nomeado governador do Ceará Grande). Como notamos, as narrativas sobre este sujeito só alcançam

---

<sup>85</sup> Durante a gestão de Martinho de Melo e Castro foram criadas as designações dos postos da Marinha, pelo Decreto de 16 de dezembro de 1789 estabelecendo-se sua correspondência com os do Exército. Cf. SILVA, 1828, v. 3, p. 574). Posteriormente, D. Rodrigo de Souza Coutinho empreendeu outro conjunto de reformas. Como resultado, um Decreto de 22 de fevereiro de 1797 ajusta algumas designações de patentes. O quadro ficou organizado hierarquicamente em Praças, Oficiais Subalternos, Oficiais Superiores e Oficiais Gerais. Dentro dos Oficiais Superiores encontramos as patentes de Capitão Tenente, Capitão de Fragata e Capitão de Mar e Guerra. Acima destes ainda havia cinco patentes, a última das quais, honorífica: Comodoro (substituindo o que antes era chamado de Chefe de Divisão), Contra Almirante, Vice Almirante, Almirante e Almirante de Armada - este último, apenas honorífico. Cf. SILVA, 1828, v. 4, p. 374.

seus feitos notáveis, seja para exaltá-lo ou para detratá-lo. Recortam, portanto, um retrato estático, dando forma e coerência a uma trajetória cujos contornos permanecem, de maneira geral, circunscritos aos êxitos.

No entanto, diante dos registros de sua carreira naval, a apressada dedução inicial não se provaria verdadeira. Francisco Rubim recebeu a patente de Capitão de Mar e Guerra apenas no ano de 1817, quando já atuava como governador em terras capixabas (BCM-AHM, Cx 773, 13/04/1822). O signo imprescritível de sua nobilitação - a obtenção de Comenda da Ordem de Cristo - foi-lhe concedido apenas no ano de 1820 (ANTT - *Registo Geral de Mercês*, D.João VI, liv.22, fl.28 v), coroando, aos cinquenta e dois anos de idade, o percurso de uma vida a serviço do reino, mas pontuada de instabilidades, sucessos e recuos. Em outras palavras, a pretensa relação harmônica entre os eventos de uma existência, bem como a esperada trajetória linear e ascendente quebraram-se em uma gama de identidades e momentos que se interpenetram, permitindo-nos traçar um quadro bem mais rico e nada estático do militar.

Acompanhamos os movimentos de uma carreira na qual as relações pessoais e os valores em mutação apresentaram-se fundamentais, diante de determinados eventos. Assim, conhecemos não só o governador Francisco Rubim, administrador da coroa em terras americanas. Aproximamo-nos também do aluno, do militar, do pai de família, do velho oficial na reserva. Assistimos seus êxitos, seu cotidiano e suas dificuldades em direção à nobilitação, em meio aos esforços de manutenção de sua casa e família.

A documentação aqui analisada de maneira prioritária é inédita e se encontra depositada no Arquivo Histórico da Marinha, em Lisboa. Trata-se do fundo denominado *Francisco Alberto Rubim* (BCM-AHM, Cx. 773), que perfaz, ao longo de 71 fólios manuscritos, a trajetória do militar. São requerimentos, registros de nomeações, provimentos e licenças. Enfim, um conjunto a partir do qual foi possível reconstituirmos momentos decisivos de sua carreira, cruzando biografias e analisando o trânsito dos diferentes capitais políticos, em meio aos instáveis jogos de poder do Ultramar.

A partir desta perspectiva de análise, e para fins operacionais, a narrativa percorrerá recortes conjunturais do complexo atlântico luso, na passagem do século XVIII para o XIX, entre as quais Rubim e sua família se movimentaram. Acompanharemos o trânsito do indivíduo em meio ao funcionamento de uma dada *economia política de privilégios* muito peculiar ao espaço-tempo analisado, no qual as oportunidades apresentadas pela realidade concreta parecem-se cada vez mais com a areia movediça. Suscitam-se, assim, situações em que o sujeito investigado torna-se um inusitado problema historiográfico a ser desvendado.

### 3.2.3.2. A conjuntura das guerras napoleônicas e a difícil ascensão nos circuitos militares

Começamos, pois, conhecendo um perfil geral de Francisco Alberto Rubim e o que nos comunica o percurso de sua formação. O ano é 1805 e, no requerimento a seguir, encontramos o militar apelando para que não seja preterido na próxima promoção que haveria, alegando para tanto o seguinte:

Francisco Alberto Rubim Cap. Ten. da Armada Real e Discípulo da Academia Real da Marinha, onde completou o Curso Mathemático, e foi premiado com os Partidos em todos os annos Lectivos, como mostrão os documentos juntos; tem merecido a geral estima dos Commandantes com quem tem Embarcado, servido com honra, sem nota, e sem q huma só vez tenha dado parte de Doente para deixar de servir a S. A. R.

O [Suplicante] Servio no Mediterraneo debaixo das Ordens do Chefe de Esquadra o Marques de Nisa, de cujo Servisso forão premiados todos os Commandantes da Esquadra, e os Oficiaes della elogiados de viva voz por S. A. R. [...] Fês depois o Embarque do Brazil e Angola em hum dos Navios da Esquadra, cujas duas Atestações ajunta, omitindo as mais por não tomar a V. Exa. o tempo com a Leitura de tantos papeis.

Como porem não dezeja o Supe. Ser preterido na primeira Promoção q. ouver de se fazer no seu Corpo; vem lembrar a V. Exa. o Decreto de 13 de

novembro de 1800, o qual distingue o merecimento dos Officiaes applicados, e manda q. na Colisão de Postos, se atenda a huma quarta parte deles pelo merecimento pessoal e distincto [...].<sup>86</sup> (BCM-AHM, Cx 773, 04/01/1805)

Podemos dizer que o diligente militar Francisco Alberto Rubim, tendo cursado a Real Academia de Marinha entre 1785 e 1787, é produto do conjunto de reformas navais levadas a cabo pelo Estado português ao longo da administração pombalina. Como já observado, esse movimento de reforma geral na Marinha Real portuguesa, ocorrido durante o reinado de D. José I, tem como fundamento transformar a Armada em uma corporação militar e profissional, de acordo com as políticas de Estado voltadas para a manutenção e defesa das rotas comerciais e domínios ultramarinos no Atlântico.

Observe-se que o ingresso de Rubim na carreira naval coincide com o movimento de reposicionamento do Estado luso no sentido da proteção do comércio nos territórios do seu Império marítimo no Atlântico. Sendo já a América portuguesa o principal sustentáculo econômico do Reino, fazia-se necessário proteger o trato mercantil por meio de uma Marinha militarizada e hierarquizada. Enquadra-se também, por seu turno, no movimento dos jogos políticos entre as principais potências europeias.

Como descreve Alexandre da Fonseca (2010, p. 2-3), durante as três últimas décadas do XVIII, no plano externo Portugal se equilibrava entre “uma França continental e uma Inglaterra marítima”, privilegiando a já consolidada aliança entre os dois reinos, por meio da qual o reino luso julgava proteger seus interesses no comércio colonial. Por outro lado, encontrava-se envolvido em conflitos de fronteira com a Espanha em terras americanas, que foram resolvidos por meio de tratados

---

86 Nas seis folhas seguintes ao citado requerimento estão registradas as devidas atestações de que o conteúdo do relato do militar era verdadeiro, entre elas declarações do seu desempenho como aluno da Real Academia de Marinha e declarações de seus comandantes. Os documentos foram autenticados em cartório e as firmas, reconhecidas.



(Santo Ildefonso, 1777 e El Pardo, 1778<sup>87</sup>), seguindo-se vários casamentos entre os Bragança e os Bourbon. Entretanto, o laço com sua vizinha romper-se-ia definitivamente com a aproximação desta à França revolucionária. Apesar de não ter declarado guerra à França, premido por sua coalizão com a Inglaterra, mantém-se fiel aos britânicos, colaborando com esses nas campanhas mediterrâneas contra a França.

As reformas pombalinas na Marinha estão na a origem das mudanças nos postos de comando daquela arma, o que, por sua vez, compatibilizava-se com as modificações nas hierarquias sociais tradicionais observadas durante o governo de Pombal. A partir de meados do século XVIII, de acordo com as novas normas - emitidas por meio de ampla legislação - o acesso de quadros da aristocracia sem formação profissional específica foi paulatinamente dificultado, sendo os nomes da fidalguia preteridos pelos egressos das escolas navais (MALVASIO, 2009, p. 76). Pela lei, estabelecia-se uma linha de comando pautada na qualificação profissional e no escopo das responsabilidades inerentes à patente. Em outras palavras, em tese introduzia-se o critério do mérito, rompendo com a tradição da ascensão de fidalgos e apenas por beneplácito régio.

Contudo, a julgar pela experiência de Rubim, o que dizia a legislação poderia não corresponder exatamente à realidade. Podemos notar que, de certa forma, os compromissos exigidos numa cultura política de Antigo Regime, bem como as instabilidades da geopolítica do período e seus surpreendentes desfechos concorriam para a alternância de lugares nas malhas do poder no mundo lusitano. Acreditamos que, sujeitos posicionados nos entremeios das redes - Francisco Rubim, àquela altura, era um oficial intermediário na hierarquia da Armada Real – pudessem estar mais vulneráveis a tais instabilidades.

---

<sup>87</sup> Foram dois os tratados com esse mesmo nome. As questões territoriais que colocavam em xeque territórios que atualmente formam os pampas gaúchos foram definitivamente resolvidas entre D. Maria I e D. Carlos III por meio desse segundo tratado, como citado pelo autor. Cf. FONSECA, 2010, p. 2.

A começar pelas atestações juntas aos sucessivos requerimentos de Rubim (foram três, tratando do mesmo assunto); embora estas demonstrassem sempre [...] evidentes provas de sua valentia e de sua capacidade [...], sendo de igual modo [...] dotado de bom comportamento, sendo em tudo hum bom Official [...] como afirmavam seus superiores, estes méritos não foram suficientes para evitar certa procrastinação da corporação para atribuições de patentes ao militar. E nem, anos mais tarde, já envelhecido, para lhe garantir os benefícios de uma aposentadoria tranquila, como teremos a oportunidade de observar.

Em janeiro de 1806, Francisco Rubim ingressa com novo requerimento sobre o mesmo pleito – não ser preterido na primeira promoção que houver na Marinha – e usando para tanto semelhantes argumentos e comprovações<sup>88</sup>. A reafirmação do critério de “desempate” na ocupação dos postos, pautada no “merecimento pessoal e distinto” aparece reiterada no documento. Para além dos formatos padrão dos textos burocráticos, a repetição dessa norma aponta para o fato de que, provavelmente, ela não vinha sendo devidamente cumprida. Quanto mais quando sabemos que, na mesma conjuntura, a concorrência com os oficiais ingleses descontentava os pretendentes lusos.

Se, progressivamente, a origem fidalga ia sendo apagada dos postos superiores, desconfiamos que esta ainda fosse de alguma forma valorizada. Daí a ressalva legal de que, na dúvida, o mérito prevalecesse. Soma-se a isso a crescente influência de determinado ator no cenário das disputas atlânticas. Como forma de manter sua

---

<sup>88</sup> Neste caso, seguem-se ao requerimento dezesseis folhas com cópias de registros escolares e atestados de serviços prestados, onde constam detalhadas descrições das campanhas nas quais Rubim participou, citando-se nominalmente as naus de guerra e os comandantes sob as ordens dos quais servira. Percebe-se, portanto, que a carreira de Rubim possibilitou a proximidade com o alto escalão do serviço naval do seu tempo. Nomes como o Marquês de Nisa, nobre de nascimento, Chefe de Esquadra da Armada Real lusa ou o Contra-Almirante inglês, Lord Nelson, Comandante da Esquadra Inglesa no Mediterrâneo. Teria o acesso a esses personagens ampliado as malhas de sua teia de relações? As fontes levantadas no âmbito dessa pesquisa não nos possibilitam afirmá-lo. Entretanto, a experiência em contextos e problemáticas diversas do mundo colonial e mercantil atlântico não pode ser desconsiderada em sua trajetória rumo aos quadros político-administrativos do Reino. Outra observação importante sobre o conteúdo daqueles registros é a extensão territorial ali recortada, atinente, além do Mediterrâneo, obviamente, às possessões e rotas do Atlântico sul. É possível compor, em paralelo à sua trajetória, uma verdadeira “geografia” de sua passagem pela Marinha, mapeando-se, por meio dela, os pontos quentes da faina naval num dos contextos mais tumultuados das águas mediterrâneas e atlânticas na Modernidade.

ascendência política e econômica sobre Portugal, a Inglaterra se aproximara dos setores militares lusos, inserindo seus homens nos quadros do oficialato naval português, a título de acrescentamento na formação de seus aliados.

Apesar de sua ilibada competência técnica, naquele ano a promoção foi-lhe outra vez negada. Assim, em janeiro de 1807, encaminha ao regente mais que um pedido, uma bem fundamentada queixa, que vale a leitura:

A V.A.R. expõem submissamente Francisco Alberto Rubim, Capitão Tenente da Armada Real preterido na última promoção, os justos e bem fundados motivos do seu grande ressentimento, pois q tendo servido só no referido Pôsto há mais de dês anos, e tendo sido Discípulo da Academia Real da Marinha onde completou o Curso Mathematico e mereceu levar todos os prêmios; E como Cap Ten. Mereceu de V. A. R. testemunhos autênticos de agradecimento e estima; e como tudo mostra por Documentos juntos, servindo a V. A. R. como Vassalo fiel, e Oficial benemérito.

Com bem fundada razão deve o Supe. Presumir, q não foi da Recta Intenção de V. A. R. o deixar de lhe fazer Justiça, pois sabe perfeitamente o quanto V. A. R. a pratica com os seus Vassalos, muito principalmente com aqueles que na ordem do Supe. se fazem dignos de a merecer.

E porque os Servissos do Supe. são notórios, espera e confia q à vista deles, V. A. R. se dignará fazer-lhe Justiça, mandando por sua Imediata Resolução [sic] e Vontade despacho em Capm de Fragata, ficando deste modo satisfeito o Supe. e igualmente observada a Piedosa Intenção de V. A. R. tão vivamente reconhecida na voz do público. [...] (BCM-AHM, Cx 773, 10/01/1807)

À citação extensa, deve-se acrescentar uma pequena e curiosa anotação, no canto superior esquerdo da folha: “Está bem, será atendido a seo tempo, por ora não hade defirir [sic].” Junto a esta, encontramos a data do despacho: 12/06/1807. Ou seja, dois anos após a primeira solicitação, a questão ainda não havia sido resolvida, o que nos leva a questionar sobre o que se considerava mérito, no contexto do Reformismo Ilustrado. Pelos documentos analisados, deduzimos que para ascender às patentes superiores – ou seja, para se movimentar em outros campos de poder - Rubim tentava se equilibrar entre as ambiguidades que envolviam uma dada noção

de mérito profissional, confundida com o caráter distributivo da justiça régia. E neste sentido, o apelo à estima e à lealdade à casa de Bragança seria, de fato, tão ou mais importante do que os inúmeros papéis, atestações, declarações e outros escritos burocráticos<sup>89</sup>, requisitados para comprovar sua competência técnica. Rubim conquistaria o posto de Capitão de Fragata apenas em maio de 1808 (BCM-AHM, Cx 773, 13/04/1822). O fracasso do seu pleito é, a nosso ver, um importante ponto de inflexão na trajetória deste ator histórico, permitindo a entrada de outros agentes em uma cena marcada por profundas rupturas políticas. Aqui, ainda no início da trajetória de Francisco Alberto Rubim, começamos a esboçar respostas para um dos problemas de investigação propostos: como se estabeleceu a dinâmica relacional que conduziu Francisco Alberto Rubim à governança da Capitania do Espírito Santo.

Naquela superfície instável, onde os valores modernos e antigos se sustentavam mutuamente e, ao mesmo tempo em que se contradiziam, há que se notar que a ascensão de atores medianos no serviço régio e, paralelamente, sua trajetória em direção à nobilitação, certamente exigiriam o pertencimento a redes politicamente mais robustas. Ou, de igual modo, a mobilização de capitais simbólicos capazes de os credenciarem a ingressar em tais redes.

Neste sentido, e diante das dificuldades colocadas para que o militar assumisse posição hierarquicamente superior, talvez tenha buscado aproximações a circuitos de relacionamento mais potentes – e que, ao fim e ao cabo, não lhe eram de todo estranhos. De maneira consciente ou não, Rubim se aproxima do mundo dos negócios *de grosso*. Naquele universo, que já se encontrava imbricado ao da política

---

<sup>89</sup> Sobre o aprofundamento das formas escritas na cultura político-administrativa das Luzes, Candeias (2010, P. 174) acentua que uma das características do Estado luso durante o século XVIII é justamente a introdução de formas de controle, racionalização e complexidade de suas práticas governativas, gerando “[...] necessidades de gestão e de administração que acabam por potenciar a utilização crescente de uma forma de cultura escrita.” Chaunu (1985, p. 22-24) já apontava para o “multiplicador da escrita” como um dos eixos explicativos do século XVIII por toda a Europa, referindo-se não apenas à ampliação dos textos literários, científicos e filosóficos, mas à multiplicação e padronização dos registros do poder e à ampliação das técnicas administrativas, possibilitando estudos seriais mais ambiciosos. Enquanto na França de Le Roy Ladurie (LADURIE, 1994, p. 35 e 36), multiplicavam-se no serviço público os impressos administrativos: o cartaz, a circular e o formulário.

colonial<sup>90</sup>, movimenta-se progressivamente em direção à participação nas redes da nova corte tropical.

### 3.1.2.3. A corte no Brasil: aproximações e rupturas

No *corpus* analisado neste capítulo, entre 1808 e 1821, período que cobre justamente os anos da presença da corte no Brasil, não há documentos sobre a carreira de Francisco Alberto Rubim. Obviamente porque, durante esse período, nosso personagem administrava o Espírito Santo (1812-1819) e o Ceará Grande (1820-1821). Concomitantemente, abria-se uma nova conjuntura para o *mar português*. Esta se desenrolaria não apenas como resultado do avanço das tropas francesas sobre Portugal, mas, antes, quando nos gabinetes ministeriais, tecia-se o plano de união entre o Reino e os territórios coloniais, conformando um novo império luso.

No intervalo de tempo apontado, que, para a finalidade desta parte da análise, recortamos de maneira um tanto mais ampliado - entre 1807 e 1822 -, desenrolaram-se, como vimos, eventos significativos da vida do militar: a condução do navio Feliz Sociedade, em 1807, parece abrir uma sequência de eventos significativos, que se precipitam como num repente, dentro de poucos anos. Acompanhemos essa sequência por meio da abertura de seus assentos, já em

---

<sup>90</sup> Importa novamente ressaltar a importância de todo um arcabouço historiográfico publicado a partir dos anos 1990 e que vem sendo atualizado periodicamente. Este conjunto de estudos vem apontando para a predominância do capital mercantil sobre as elites agrárias, especialmente com foco em regiões do chamado Centro Sul do Brasil colonial. Desvendaram ainda como a constituição de redes de poder a relacionar os representantes desse capital – os negociantes de *grosso trato* – com a coroa e seus administradores foram fundamentais na configuração das hierarquias sociais e políticas que organizam as diversas formações sociais do vasto Império luso durante a modernidade. Citamos aqui, especialmente, os trabalhos pioneiros de Riva Gorenstein (1993); João Fragoso (1992); Fragoso e Florentino (1993) e as coletâneas que recentemente revisitaram e aprofundaram o tema, apresentando novos ângulos dessa relação: FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001; FRAGOSO & GOUVÊA, 2010; FRAGOSO & SAMPAIO, 2012; FRAGOSO & MONTEIRO, 2017.

1822, quando o então ex-governador retornava para Lisboa, acompanhando a comitiva de D. João VI:

[...] Por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha obteve do Conselho do Almirantado Portaria em Setembro de 1807 para Commandar o Navio Mercante = Feliz Sociedade, com distincto (sic) a Pernambuco não vencendo soldo com esta Licença, porém contando antiguidade. Presentou-se prompto para o serviço no Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1808. Foi Promovido a Captm de Fragata por Decreto de 13 de Maio de 1808. Em o mesmo Mês pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha obteve licença com vencimento de soldo e antiguidade para Embarcar em a Nau Rainha de Portugal que commandava o Cheffe de Divisão Ignacio da Costa Quintela, q. seguia para os Portos da Inglaterra com faculdade ao mesmo Commandante para lhe dar licença para vir a Lisboa conduzir sua família para o Rio de Janeiro. Apresentou-se no Rio de Janeiro em Julho de 1809. [...] (BCM-AHM, CX 773, 13/04/1822)

A temporalidade envolvida nesse trecho nos dá conta de que, logo após a negativa com relação à troca de patente, Francisco Alberto Rubim encarrega-se de comandar o navio mercante do seu cunhado. Ao fazê-lo, por escolha ou, pelo menos no curto prazo, pelas alternativas restritas na carreira militar, Rubim acaba por circular e estabelecer vínculos entre os homens do mercado atlântico. Como já o demonstramos, o navio era de propriedade da firma de Joaquim Lopes de Sá Mourão, um negociante bem estabelecido no trato mercantil e casado com a irmã de Rubim, Ana Gertrudes Rubim de Sá Mourão.

Os passos seguintes parecem indicar que o funcionário havia entrado na convergência entre os negócios e a política do reino. Os momentos decisivos da transferência da corte talvez tenham sido providenciais para alçá-lo entre as elites dirigentes. De qualquer forma, ao contrário do momento anterior, a julgar pela aceleração dos fatos desencadeada em data muito próxima à do desembarque do regente e seu séquito no Rio de Janeiro – oito de março de 1808 – o contexto parece ter apresentado, na realidade concreta, situações sociais favoráveis à ação deste indivíduo em direção a melhores oportunidades de prestígio para si e o núcleo familiar que, destarte, constituiria a partir do matrimônio.

Observe-se que, durante a conjuntura da chegada da corte no Rio de Janeiro, Rubim é promovido a Capitão de Fragata. Talvez mesmo pela sua proximidade com uma importante figura política e militar do reino (e que, posteriormente, figuraria entre as forças antagônicas, no processo de separação entre o Brasil e Portugal), o Vice almirante e depois Ministro da Marinha, Inácio da Costa Quintela<sup>91</sup>.

Na sequência, reúne a família e recebe permissão para trazê-la à nova corte. Apresenta-se no Rio de Janeiro em julho de 1809, um mês após o seu casamento, mas, provavelmente, sem a esposa e os agregados. Este episódio, documentado nos fundos do AHU, como já o sabemos desde a Introdução, precisou sofrer a intervenção do Desembargador Paulo Fernandes Viana para ser efetivado:

Senhor

Diz Francisco Alberto Rubim Capm. de Fragata da Armada Real que tendo obtido Licença de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor para vir a Lisboa afim de conduzir sua família para a Cidade do Rio de Janeiro, como mostra pelo Documento junto, e como se acha prompto [para] ingressar, e se lhe faz preciso o Passaporte necessário para levar em sua companhia a sua Mulher D. Francisca Antunes Maciel da Costa, huma criada de cor preta por nome Feliciana Joaquina da Costa de idade de quatorze anos, e hum Preto por nome Joaquim da Costa, idade de nove anos, o qual o Suppe. trouxe em sua companhia [...].

[...]

---

<sup>91</sup> Interessante estabelecer uma comparação entre as dificuldades enfrentadas por Francisco Rubim em sua ascensão na Marinha e a carreira meteórica deste outro militar e membro da fidalguia lusa. Egresso da Real Academia de Marinha no ano de 1791, o Vice Almirante Manoel Inácio da Costa Quintela (1763-1838) fez carreira rápida e exitosa naquela arma. Tendo ingressado como voluntário, galgou rapidamente as patentes, não chegando a completar doze meses em uma delas. Com seis anos de praça foi escolhido para comandar uma fragata na esquadra do Marquês de Nisa, no Mediterrâneo. Com vinte anos de serviço militar chegou a Vice-Almirante. Em 1807, comandou a nau *Afonso*, que trouxe ao Brasil a família real. Conselheiro do rei, em fevereiro de 1821 foi nomeado Ministro do Reino e, retornando a Lisboa com D. João VI, tornou-se Ministro da Marinha, tendo deixado a vida pública em 1826, no contexto do juramento da Constituição de 1826, por discordâncias com o grupo que assumira o poder. Além de militar, Quintela manteve intensa atividade intelectual, convivendo entre poetas e escritores ilustrados. Maçon e Grão Mestre da Ordem da Torre e Espada (a mais importante ordem honorífica portuguesa), foi membro honorário da Academia Real de Ciências de Lisboa. Poeta e escritor, redigiu os Anais da Marinha Portuguesa, obra que deixou incompleta. (PORTUGAL, s/d, p. 60-61).

Por Aviso do Príncipe Regente N. S. da data de 29 de Mayo de 1808 e outro de 2 de Junho do mesmo Anno foi mandado Embarcar como Passageiro na Nau Rainha de Portugal o Capm. de Fragata Francisco Alberto Rubim a quem o mesmo Senhor concedeo Licença para diligenciar (sic) a condução da sua família para esta Corte. (AHU\_ACL\_CU\_017, CX 253/Doc. 17217)

A presença da corte joanina no Brasil foi responsável por redefinições entre as elites políticas e econômicas do mundo luso-brasileiro. O centro e a periferia se invertiam e as ordens, dali em diante, passavam a emanar da antiga colônia para o reino. Nessa configuração, sociabilidades, afinidades e expressões de fidelidade foram recolocadas e representadas em cerimoniais públicos, como defende Jurandir Malerba (MALERBA, 2000). Para compreendermos melhor esse cenário de oportunidades e novas conformações, o autor nos remete à perspectiva de uma corte bastante peculiar. Fragilizada diante do inusitado da fuga, da convivência forçada com as hierarquias e modos de vida de uma colônia nos trópicos, assente de longa data na liberalidade do soberano em conceder graças e na tolerância para com a admissão de setores mercantis (MALERBA, 2000, p. 19-25). Desta forma, no sentido de alcançarmos a tessitura da rede de relações na qual Francisco Rubim ingressa, retomemos aqui uma das teses do autor:

Nesses intensos treze anos, entre o desembarque de dom João no Rio de Janeiro (depois de ter passado por Salvador), até seu retorno a Portugal, em 1821, inscrevem-se mudanças históricas cuja importância todos têm em conta. É o momento de um rearranjo de forças políticas e sociais cujo resultado será a formação das elites dominantes e dirigentes de uma nação que aí se fundava, e de sua contrapartida institucional: a construção do Estado brasileiro [...] (MALERBA, 2000, p. 21).

E continua:

A estada de dom João no Rio de Janeiro viria a deflagrar, assim, duas ordens de transformações. Essa primeira, do reordenamento político-jurídico do país, e outra intrinsecamente ligada a ela: a dos resultados do encontro de duas configurações sociais distintas, a sociedade de corte portuguesa migrada com a família real e a sociedade fluminense que a recebeu, que tinha no ápice de sua hierarquia social os comerciantes de



“grosso trato”, envolvidos no comércio intercontinental de gêneros tropicais e no tráfico negreiro – e que estendiam suas redes por outras atividades, como o abastecimento interno e o sistema de crédito. (MALERBA, 2000, p. 21)

No início do capítulo, aventamos a possibilidade de que a proximidade com o clã dos Carneiro Viana, por meio do Intendente da Polícia, Paulo Fernandes Viana, teria sido um elemento fundamental para a ascensão de Rubim ao governo da Capitania do Espírito Santo, fato ocorrido quatro anos após o estabelecimento da corte no Rio de Janeiro. Em nenhum momento há indícios daquele sujeito na documentação sobre a carreira de Francisco Rubim. Mesmo porque a documentação depositada no AHM não cobre o período durante o qual Rubim atuou como governador, retomando os registros em 1822 e acompanhando-o até o final de sua vida. Entretanto, consideremos que o seu estabelecimento com a família no Brasil, mediado pelo Desembargador Viana, em 1810, foi o ato que tornou possível ao militar assumir a administração da Capitania, dois anos depois.

A propósito, é importante notar que a própria Intendência da Polícia, sob a gestão de Paulo Fernandes Viana, é também fruto do reordenamento político-institucional comentado acima. A instituição estava no cerne da dinâmica política que se estabelece na cidade do Rio de Janeiro, da qual nos dá conta Cecília de Oliveira:

[...] a cidade havia se transformado, desde 1808, na sede da monarquia portuguesa, o governo do Reino do Brasil se confundia com o governo da província e da cidade. Ou seja, ao contrário das demais regiões onde atuavam governos locais, no Rio de Janeiro eram ministros e altos burocratas da Corte que encaminhavam as questões referentes à administração da cidade e da província e o poder real interferia no funcionamento da Câmara municipal e na nomeação dos vereadores (SALLES DE OLIVEIRA, 1999, p. 130).

À frente da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana administraria, em nome da coroa, conflitos e tensões inerentes aos negócios da *nobreza da terra*, como o abastecimento da corte, por exemplo. Homem do alto escalão da elite

administrativa, mas enraizado entre os grupos proprietários locais – representando, portanto, aqueles dois mundos que se fundiam na experiência do exílio -, Viana teria de lidar tanto com os conflitos de jurisdição com o Senado da Câmara, quanto com as pretensões da nobreza adventícia, parte dela diretamente envolvida na permanência dos vínculos entre o Reino de Portugal e o Reino do Brasil (SCHEINER, 2004, p. 87-124).

Neste sentido, podemos conjecturar que, no que diz respeito ao estabelecimento de Francisco Alberto Rubim no Brasil, o interesse fosse mútuo. Talvez o próprio Intendente estivesse em busca de quadros para compor um escopo administrativo alinhado às pretensões da coroa, interferindo nas dinâmicas locais para conquistar, entre as elites da terra, adeptos ao projeto de construção de um império luso com sede nos trópicos. Temos, portanto, um padrão de relacionamento entre esses dois indivíduos – parentes por afinidade, aliados no mundo da política, mas em tudo assimétricos em suas trajetórias - que nos importa, daqui para adiante, analisar, tomando por base as ações de Francisco Alberto Rubim à frente do governo da Capitania do Espírito Santo.

## CAPÍTULO 4. TRAJETÓRIAS E INTERSEÇÕES: RUBIM, VIANA E O ESPÍRITO SANTO

### 4.1 Francisco Alberto Rubim e Paulo Fernandes Viana: identidades e assimetrias num mundo em mudanças

Um dos argumentos deste trabalho é o de que, apoiado na figura do Intendente Viana, Rubim tece sua trajetória em direção à participação entre os quadros dirigentes, recebendo a estima e o favor do soberano e ampliando seu capital simbólico, durante o período estudado. Parte dessa afirmativa ganhou sustentação quando observamos que, além de ser alçado ao governo de duas capitanias durante o período joanino, o militar ascendeu à última patente do oficialato superior da Marinha portuguesa conquistando, nesse percurso, uma comenda da Ordem de Cristo, importante *bem de representação*.

Contudo, temos de admitir que o parentesco, por si só, pode não significar uma linha forte de relacionamento político, em que pese a noção de família na configuração da sociedade e do poder na sociedade colonial<sup>92</sup>. No caso estudado, o fato de Francisco Alberto Rubim e de Paulo Fernandes Viana serem aparentados por meio de suas esposas não necessariamente os torna participantes de uma mesma rede de poder. Há que se procurar, para além dos vínculos formais, indícios que apontem ligações mais intencionais entre esses dois atores, de modo a comprovar a densidade dessa relação. Cabe indagar, portanto, que outros componentes para além desse parentesco, mais ritual do que consanguíneo, estiveram presentes no cruzamento das trajetórias daqueles homens, potencializando a parceria que estabeleceram em ações governativas comuns.

---

<sup>92</sup> Cf. FARIA, 1998, p. 39-52.

Vamos começar demarcando alguns fatores que, a nosso ver, aproximavam e/ou distanciavam os dois funcionários no sentido de mostrar se, de fato, Viana teve condições de manobrar politicamente para enredar Rubim aos circuitos administrativos do poder central. Da mesma forma, é preciso verificar quais os recursos acumulados por Rubim ao longo de sua vida para, com a vinda da corte para a América, colocar-se em condições de melhorar sua posição na rede formada entre as elites políticas daquela configuração, sendo capaz assim de, em pouco tempo, tornar-se, ele próprio, um elemento agregador de outros sujeitos a essa rede.

Voltaremos a algumas notas biográficas a respeito dos nossos atores principais, bem como de outros que entrarão nas ramificações de suas redes de relações, especialmente na Capitania do Espírito Santo. Informações e depoimentos presentes nos relatórios de governo de Viana e Rubim serão analisados e retornaremos, também, à investigação das comunicações políticas entre o poder central e o governo local, desta feita no período da administração de Francisco Rubim. De início, vamos recuperar e examinar de maneira comparativa aspectos das trajetórias dos protagonistas desta análise, buscando paralelismos e assimetrias entre eles.

Objetivamente, Viana e Rubim tinham uma diferença de idade de dez anos. Nada que chame a atenção em termos geracionais, considerando que viviam imersos no ritmo lento das mudanças de uma sociedade de tipo antigo. Contudo, esta observação aponta para o fato de que, mesmo tendo em algum momento se interceptado, suas carreiras não se consolidaram de maneira simultânea. Por outro lado, nascidos em porções diferentes da *monarquia pluricontinental* lusa, muito provavelmente compartilhavam da ideia de pertencimento a uma unidade política cujos *vassallos* de suas diferentes porções se encontravam sob o

[...] inviolável e sacrossanto Princípio da Unidade, primeira base da Monarquia, que se deve conservar com o maior ciúme, a fim de que o Português nascido nas Quatro Partes do Mundo se julgue somente Português, e não se lembre senão da Glória e Grandeza da Monarquia a que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes efeitos

da reunião de um só todo, composto de partes tão diferentes que, separadas, jamais poderiam ser igualmente felizes, pois que enquanto a Metrópole se privaria do glorioso destino de ser o Entrepasto Comum, cada Domínio Ultramarino sentiria a falta das vantagens que lhe resultam de receber o melhor Depósito para todos os seus Gêneros, de que se segue a mais feliz venda no Mercado Geral da Europa. (COUTINHO, 1798)

Desta forma, quando iniciaram suas carreiras operavam no mesmo sistema de valores. Podemos conjecturar que, talvez por ser um pouco mais novo, Rubim tenha percebido melhor ou vivenciado mais de perto algumas experiências acarretadas pelas mudanças sociais que ocorreram naquele contexto de fins do século XVIII e inícios do XIX, em Portugal. Na época, o reino luso, representado na atuação de suas elites políticas e intelectuais, forjava uma apropriação muito particular do ideário iluminista<sup>93</sup>, contaminando todos os setores da burocracia e a formulação das políticas de Estado.

Por transitarem entre as diversas redes e hierarquias político-administrativas, ambos certamente vivenciavam o *ethos* das elites cortesãs do Antigo Regime, apesar de serem essas, em Portugal, mescladas aos negócios mercantis<sup>94</sup>. No entendimento sobre os valores, atitudes e sociabilidades entre os grupos de poder que gravitavam em torno da corte, o estudo clássico de Norbert Elias nos serve de referência, mostrando que, de maneira geral, a existência social dos seus membros orientava-se na busca por melhores posições, o que significava, em uma configuração cortesã, que:

---

<sup>93</sup> Em seu estudo sobre a formação das elites imperiais e sua unidade ideológica, pautada na formação coimbrã e no caráter peculiar do Iluminismo português, José Murilo de Carvalho demonstra que a Ilustração lusa teve muito mais de reformismo e pedagogismo do que de revolução. Para o autor, “[...] o seu espírito não era nem revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. [...] um Iluminismo essencialmente cristão e católico.” (CARVALHO, 1996, p. 57)

<sup>94</sup> A esse respeito, João Fragoso adverte que, na base do Estado português de Antigo Regime, “[...] vemos a tendência dos meios mercantis à aristocratização. Assim, verifica-se que mercadores e negociantes enriquecidos com o comércio internacional buscam integrar-se à ordem nobiliárquica [...]”. (FRAGOSO, 1992, p. 69)

[...] honra e prestígio é mais importante do que a motivação por 'interesses econômicos', embora surjam frequentemente formas de transição e mistura entre as duas. [...] A exigência de se destacar, de se diferenciar dos que não fazem parte daquele grupo social, de se evidenciar socialmente, encontra sua expressão linguística em conceitos como 'valor', 'consideração', 'distinção', além de muitos outros, cujo uso corrente é uma senha de quem faz parte do grupo e uma prova do comprometimento com ideais sociais. (ELIAS, 2001, p. 84)

Ao que parece, Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim não se originavam, também, do mesmo estrato social. Neste caso, acenamos para uma provável origem mercantil de Rubim, não se destacando entre os seus ascendentes o trato atacadista, como foi o caso de Viana. Os próprios entraves vivenciados pelo capitão ao longo do seu percurso militar, a nosso ver, apontam indícios de interdições sociais. Enquanto isso, Viana era destacadamente um filho do comércio de *grosso* e do rentismo rural (Processo de Leitura do bacharel Paulo Fernandes Viana. ANTT. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra P, mç. 1, n.º 31), cuja carreira tomou os rumos de uma ascensão sem entraves.

Formado em Direito por Coimbra, o jovem Viana candidatou-se à magistratura em 1778, aos vinte anos de idade. Sobre este aspecto, é preciso lembrar que, poucos anos antes, durante a administração de Pombal, algumas medidas haviam facilitado a nobilitação entre os estratos mercantis de mais alta monta. De acordo com Jacqueline Hermann (2001, p. 439), em 1770, o comércio passara, por decreto, a ser considerado profissão nobre; em 1773, a diferença entre cristãos novos e cristãos velhos havia sido formalmente abolida, embora não haja indícios de ser este o caso da família de Viana.

O jovem Rubim, por sua vez, cursou com louvor a Academia Real de Marinha, entre os anos de 1785 e 1787, como vimos. Essa escola naval era uma instituição recente e inovadora no contexto da formação náutica lusa. Como já demonstramos, ministrava conhecimentos teóricos e práticos, com ênfase nas matemáticas e nas ciências naturais, como saberes fundamentais para o soerguimento do reino (CARVALHO, 1996, p. 57). A orientação pragmática era uma novidade nas políticas educativas introduzidas pelo Iluminismo em Portugal.

Embora estejamos tratando de sujeitos de campos diversos do saber, – o direito e a matemática – *grosso modo*, podemos dizer que os cursos se equivaliam em termos acadêmicos<sup>95</sup>. Contudo, note-se que o curso de direito carregava consigo prestígio um tanto maior, pautado em tradições bastante enraizadas do Estado monárquico. Tais tradições remetiam aos primórdios daquela universidade, criada no século XIII, época a partir da qual o próprio poder dos reis se consolidara e se centralizara em Portugal, muito por conta da influência teórica dos juriconsultos coimbrãos (CARVALHO, 1996, p. 55-56).

Formados em meio às mudanças educacionais introduzidas nos anos de Pombal (1750-1777), Rubim e Viana foram submetidos a um processo de homogeneização ideológica. Segundo José Murilo de Carvalho (1996, p. 55-63) essa *unificação da elite* era pautada na ideia de que, como egressos do mundo acadêmico, naturalmente faziam parte de um seletivo grupo de políticos e intelectuais que deveria se dedicar aos problemas do reino. Em suma, esperava-se que como *súditos* estivessem comprometidos em contribuir com seus conhecimentos para o acrescentamento do Estado (CARVALHO, 1996, p.55-58). Não admira que, como resultado, da mesma forma que a maioria dos egressos de Coimbra, nossos atores tenham construído perfis políticos simétricos. Ambos atingiram cargos públicos de relevo e, contrariamente aos defensores do Iluminismo à francesa, primaram durante toda a sua vida pela manutenção da ordem, da autoridade real e da unidade do Império luso sob a monarquia brigantina.

Com relação a Francisco Rubim, por exemplo, seu *curriculum* impecável e as positivas atestações obtidas junto aos seus superiores dão conta do reconhecimento que paulatinamente conquistara como militar:

---

<sup>95</sup> Aqui, reiteramos que, formalmente, os professores da Academia Real de Marinha gozavam do mesmo estatuto dos de Coimbra. Na verdade, obrigatoriamente deveriam ser formados em matemática por aquela universidade e as regras acadêmicas a serem seguidas eram as mesmas, tanto numa quanto noutra instituição. Cf. FERREIRA, 2013, p. 211.

Joaquim José Monteiro Torres, Cheffe da Divisão da Armada Real

Attesto que sendo encarregado do comando da Nau Medusa, sahi na mesma Nau deste Porto de Lisboa, em Abril de mil oito centos, tendo a Comissão de dar Comboy para as Ilhas de Cabo Verde, Benguela, e Angola e depois voltando para o Rio de Janeiro a unindo à Esquadra que ali estava; aonde igualmente fui encarregado de diferentes Comissoens, em quanto durou a Guerra [...]; Em todo o referido tempo, nesta arriscada Comissao sérvio debaixo das minhas ordens o Capitão Tenente Francisco Alberto Rubim, comando (sic) hum dos quartos de vigias, o qual sempre satisfez as suas obrigaçoens, mostrando enteligencia e interesse pelo Real Serviço, em tudo do que foi encarregado, dando-me evidentes provas da sua Capacidade, Subordinação e Regular conduta. [...]

Lisboa seis de Janeiro de mil oito centos e cinco.

(BCM-AHM, Cx 773, 06/01/1805)

Vinte e cinco anos depois da transferência da corte, encontraremos o capitão novamente em Lisboa e já idoso, vivendo sob um governo de orientação liberal. Contudo, ainda se reportava aos feitos do passado, realizados em nome da monarquia, o que mostra o quanto aquela identidade política, fruto de sua formação no auge do reformismo ilustrado, se introjetara:

Diz Francisco Alberto Rubim, Commendador na Ordem de Christo, condecorado com a Medalha de Fidelidade ao Rey e a Patria, que Servindo a Vossa Magde. sempre com honra e sem notta, merecendo na sua Corporação o nome de bom Official. Foi por Sua Magestade o Senhor D. João 6º de saudosa Memoria encarregado do Governo da província do Espírito Santo e Ceará Grande por espaço de quase nove anos sucessivos passando de huma para outra: onde se ocupou com preferênciã em promover a prosperidade das duas Províncias, e reparar acontecimentos anteriores, do que lhe resultou a honra da Real Benignidade de sua Magestade que Deos haja em Glória lhe dar evidentes sinaes do Seo Regio acolhimento, e Aprovação, o que tudo foi publico e notorio.

[...]

Em 2 de março de 1833. Francisco Alberto Rubim.

(BCM-AHM, Cx 773, 02/03/1833)

A respeito desse aspecto de identidade entre nossos personagens, a ideia de pertencimento a um corpo político comum e, ao mesmo tempo, de manutenção do



poder régio, vale ouvir também a avaliação do intendente, ao final de sua administração:

Chegado a este paiz em críticas circunstancias, em que a França aterrava todas as potencias da Europa e mesmo mandava por via da America do Norte emissarios a perturbar a tranquillidade do Brazil e a fomentar a desordem das Americas espanholas, que despesas e que fina vigilância não foi necessário empregar para baldar todos estes esforços, segurando assim a tranquila rezidencia de Sua Magestade n'este paiz? (VIANA, 1892, p. 379)

Após demonstrarmos traços de identidade entre os dois protagonistas deste estudo, - anteriores ao próprio parentesco entre ambos -, aqui também é necessário destacar as suas assimetrias. A partir destas por fim, arremataremos a dimensão da atuação de Paulo Fernandes Viana como elo de suporte para Francisco Alberto Rubim, promovendo sua conexão às estruturas das relações políticas já sedimentadas no Centro Sul da América portuguesa. Para isso, vamos segui-los no momento em que a família real e seu aparato burocrático se acomodam no Brasil, mais precisamente, na cidade do Rio de Janeiro. Cremos ser este, precisamente, o evento que promoverá o encontro entre eles.

A escolha por colocá-los juntos na cena da corte pode parecer arbitrária: na verdade, uma demanda por estabelecer universos de análise e balizas temporais, ao longo do percurso da investigação. Assim, de fato o é, num certo sentido, na medida em que não estamos tratando de um encontro real, na dimensão física do termo, mas tentando recortar um determinado ponto da realidade concreta no qual os interesses desses homens, por fim, convergem. Por outro lado, os indícios da documentação nos levam a crer que, imprevisivelmente a principio, a presença da corte nos trópicos conecta e reconfigura as histórias de vida daqueles sujeitos – em especial, o percurso de Francisco Rubim em direção à nobilitação. A partir desse evento, os paralelismos e as assimetrias entre ambos nos servirão como chave interpretativa.

Para entendermos esse encontro e seus desdobramentos, utilizamos apropriações da antropologia de Fredrik Barth (2000, p.128-129). A partir da abordagem do autor, temos de admitir que, embora compartilhando de uma gama de valores e sociabilidades comuns, e presentes simultaneamente no mesmo recorte da experiência social, há uma desproporção entre suas posições de poder. Contudo, as reconfigurações políticas ocorridas a partir da vinda da corte acabam abrindo aos sujeitos, em meio àquele contexto de mudanças, novas possibilidades de ascensão. Portanto, voltemos a 1808 para analisar onde estavam posicionados nossos personagens.

Um mês após o desembarque da família real no Rio de Janeiro, portanto em abril de 1808, encontramos o Capitão-tenente Rubim apresentando-se ao serviço na nova capital e embarcando, em seguida, para a Inglaterra, sob o comando de Inácio da Costa Quintela. Logo foi promovido a Capitão de Fragata, um posto superior, porém ainda distante do topo da carreira militar. Como vimos, no ano seguinte, já casado, conduziria sua família, formada pela esposa e dois serviçais, para a nova corte:

Diz Francisco Alberto Rubim Cappam de Fragata da d'Armada Real que tendo obtido licença de S. A. r. o Príncipe Regente Nosso Senhor para ir a Lisboa afim de conduzir sua família para a Cidade do Rio de Janeiro, como mostra pelo Documento junto, e como se acha prompto a regressar se lhe faz preciso o Passaporte necessário para levar em sua companhia a sua Mulher D. Francisca Antunes Maciel da Costa, huma criada de cor preta por nome Feliciano Joaquina da Costa da idade de quatorze anos, e hum Preto por nome Joaquim da Costa idade de nove anos o qual o Suppe. trouxe em sua companhia [...]. (AHU, ACL, CU 017, Cx. 253 , Doc. 17217)

Até aquele momento, Francisco Alberto Rubim era, essencialmente, um homem do *mar português*. Apesar da educação superior, não fazia parte dos quadros da elite letrada. Antes de tudo, era um sujeito formado e experimentado nas guerras navais. Radicado em Lisboa, percorria por força do ofício as distâncias do mundo colonial, lutando pela manutenção das conquistas: as ilhas do Atlântico, a costa da África, os negócios no Mediterrâneo. Servira ombro a ombro com aliados internacionais e o

alto oficialato, de origem nobre: *Lord Nelson*, Costa Quintela, o Marquês de Nisa. Eventualmente, percorria os portos do Brasil: Pernambuco, Rio de Janeiro.

Suas sociabilidades se construíram entre as solidariedades dos círculos militares. De fato, havia conquistado o reconhecimento dos seus mestres na Academia e, posteriormente, dos seus comandantes. Porém, em torno desses laços pairavam as estratificações sociais típicas de um Antigo Regime tardio, em mutação, que, como vimos, pautava-se tanto no mérito pessoal quanto na conservação dos privilégios. Até ali, suas conquistas simbólicas em termos de *valor, consideração, distinção*, para usar os conceitos de Elias (2001, p. 84) - ou, em outras palavras, *confiança e afeto*, conforme utilizamos anteriormente -, seriam, em sua vida, sempre atravessados pela hierarquia militar, que tendia a aprofundar as diferenças vigentes.

Enquanto isso, Paulo Fernandes Viana, que havia desembarcado com a família real naquele ano no Rio de Janeiro, embora tendo nascido no Brasil, construíra sua trajetória a partir do reino. Como comentamos, após sua formação, seguiu carreira na magistratura. Foi ouvidor geral do crime e chegou ao Conselho da coroa, como Desembargador do Paço, cargo de grande prestígio. Àquela altura, já havia desempenhado as funções de intendente do ouro em Sabará e desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Foi titulado fidalgo da Casa Real. Possuía comendas da Ordem de Cristo e da Ordem da Conceição de Vila Viçosa.

Gozando da confiança do príncipe regente, no Rio de Janeiro transformado em corte real foi nomeado Intendente da Polícia, posto que lhe permitia gerir os mais graves objetos e os mais importantes territórios, com grande jurisdição sobre assuntos diversos não só da cidade do Rio de Janeiro, mas de todo o Reino do Brasil<sup>96</sup>. Enfim, era um membro do topo da burocracia régia.

O Rio de Janeiro, palco desse encontro, sofreu grande reorganização política e institucional. Administrada diretamente pela Intendência da Polícia – apesar de esta ser, tradicionalmente, uma função dos oficiais camarários – a cidade ganhou papel

---

<sup>96</sup> Cf. SCHEINER, 2004, p. 20.

de destaque na nova configuração (GOUVÊA, 1998). Com o estabelecimento da corte, sua importância aumentou, bem como seu raio de influência sobre os territórios a ela periféricos. Desta forma, as jurisdições da Polícia da Corte tenderam a entrar em colisão com as do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e seus membros – os *homens bons da região*. Defrontou-se, também, com outras autoridades locais ali posicionadas, (GOUVÊA, 2005, p. 707-752; SCHEINER, 2004, p. 102-124), buscando garantir, assim, o atendimento a aspectos fundamentais para a governabilidade do Império, naquele momento de crise.

À frente da instituição, Paulo Fernandes Viana seria o sujeito encarregado de administrar uma série de questões relativas à organização do espaço da cidade, introduzindo noções de civilidade e construindo, a partir da corte, a unidade em torno da coroa. Assim, controlava desde o abastecimento de gêneros e água na cidade, até a manutenção da integração e da unidade territorial da América lusa, por meio de políticas para a exploração e o povoamento dos *sertões*, passando pelos conflitos políticos-ideológicos gerados pela difusão das *ideias francesas*.

Em resumo, embora circulassem em universos que se interceptavam – o mundo das redes comerciais e da administração do Império atlântico luso – esses dois sujeitos guardavam entre si, pelo menos até a chegada da corte, desproporções na densidade de suas redes e no peso do capital simbólico com o qual operavam. Àquela altura, embora desfrutando do reconhecimento de seus pares, ao contrário de Viana, Francisco Rubim ainda dependia de toda uma trama de relações formais e informais para alcançar posições mais prestigiadas. Estas oportunidades dependeriam, dali em diante, das transações entre o rei e as elites locais.

A reorganização de poderes pela qual a cidade e, de resto, toda a região Centro Sul da América lusa iria passar produziria o aprofundamento das hierarquias sociais, sublinhadas nos cerimoniais e signos de nobilitação que demarcavam os lugares de cada um (MALERBA, 2000, p. 16). Por contraste, instalava-se também um ambiente propício a novas articulações de grupos proprietários mais antigos e aqueles em ascensão. Dali em diante, aos poucos, ambos iriam procurar se colocar em equilíbrio com a nobreza adventícia.

A partir da chegada da corte no Rio de Janeiro, as elites agrárias e comerciais com atuação no Centro Sul, dentre estas, em especial, aquelas famílias enraizadas no agro fluminense a partir da segunda metade do século XVIII, – região que reunia proprietários de terras e comerciantes que encontram no Senado da Câmara carioca seu espaço de representação política -, vão buscar participar desse ambiente, acorrendo com as despesas da corte. Em troca, provarão da generosidade da monarquia, recebendo honras, comendas e títulos:

Um dos princípios dessa forma de governo – a monarquia absoluta (no caso português, monarquia absoluta senil) – se assentava na liberalidade do soberano, em sua capacidade de conceder graças, que constituía seu principal capital simbólico. Foi o abuso no emprego dessa propriedade a marca distintiva da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro. (MALERBA, 2000, p. 24)

Neste sentido, diante da reorganização dos poderes e da premente necessidade de acomodação das demandas de uma corte instalada em uma cidade de feições coloniais, os favores da casa real tenderam a ser mais generosos. Na medida em que a relação entre o centro e a periferia definitivamente se invertia, os vínculos entre o poder central e seus súditos tiveram de ser repactuados, abrindo-se aos membros das elites de menor distinção, em comparação com a fidalguia recém-chegada, possibilidades de ascensão social por meio de títulos e cargos. Interessante notar que esse mecanismo poderia também atingir as elites locais:

Pela Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra me foi remetido Officio de 17 do mes passado, que V. M. me dirigio àquela Repartição com a Relação de Pessoas de sua Capitania, que contribuirão para socorro dos habitantes de Portugal a qual enviei ao Real Erário, onde existe o Cofre desta contribuição, e por onde se hade expedir o competente conhecimento do ouro em pó, e dinheiro que ali já se tem recebido; merecendo a Real Approvação e zelo com que V. M. se houve a esse respeito. [...]

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de março de 1809.

Conde de Aguiar

(APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro1, 09/03/1809)

Esse parece ter sido o momento em que os projetos para a região Centro Sul exigirão um quadro de comando com o perfil de Viana. Alguém com autoridade suficiente para garantir a governabilidade de um Império em apuros e, ao mesmo tempo, que possuísse profundas conexões com os súditos locais. Neste sentido, além da carreira do intendente, é interessante destacar suas relações com importantes elos da elite proprietária do Centro Sul, boa parte ramificada em sua própria família. E, novamente aqui, voltamos aos Campos dos Goitacazes e às demais terras do Vale do Paraíba, estendendo-se até a Zona da Mata mineira. Naquela porção do Centro Sul (misto de agro fluminense, fronteira capixaba e sertão mineiro) sob a jurisdição da Capitania do Espírito Santo, o próprio Paulo Fernandes Viana possuía em torno de 12 léguas de terras em quadra, assim como seus parentes colaterais por parte da esposa. Somadas as terras da família na região, estas perfaziam aproximadamente vinte mil alqueires, distribuídos em dezessete fazendas (MARTINHO & GORENSTEIN, 1993, p. 203).

Não por acaso, Viana controlava os recursos materiais e manobrava com as elites da corte e com os grupos menos expressivos da região. Prova disso é a sua atuação em determinadas iniciativas da Intendência da Polícia, nas quais, por força do cargo, se encontrava gerenciando as intrincadas redes de relações locais. Favorecia com isso os seus próprios interesses e de seus familiares, como registra em sua *Abreviada demonstração*:

Muitos fundos, que procurei para [a criação do Banco do Brasil], falando ao corpo do comércio da corte e das províncias, por onde a instâncias minhas granjeei grande número de ações [...]

No mesmo território dos campos [dos Goitacazes] me dei todo a procurar melhoramentos de estradas por entre as fazendas à margem do rio Paraíba, criando dois inspetores, que desempenhavam todos estes serviços, cortando questões entre vizinhos a arbítrio de bom varão, sem estrépitos forenses, em que todos lucravam, e os povos a mim recorriam, bendizendo estes trabalhos que redundavam só em benefício deles, que melhoraram muito de circunstâncias. (VIANA, 1892, p. 377-380)

Com a transferência da corte amplia-se ainda o controle sobre os recursos locais, a começar pela própria cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, com relação ao Espírito Santo, que já vinha desde a virada do século na mira das políticas do reino para os sertões da América, nada mais justo do que lançar mão de alguém que, ao mesmo tempo, operasse na defesa do território e inibisse ou repactuasse com os poderes locais. E, para Viana, nada mais apropriado do que buscar essa pessoa em meio a sua própria rede parental.

No ano de 1812, Rubim assume o governo da Capitania do Espírito Santo. Teria sido essa uma indicação de Paulo Fernandes Viana ao Príncipe Regente? Não o sabemos com certeza. O que é correto afirmar é que, ao longo do seu mandato, o intendente tornou-se grande aliado e patrocinador. Pelas mãos de Rubim, com o apoio de setores da elite capixaba, a Intendência implanta projetos há muito sonhados pela coroa para aquela capitania: a ocupação do interior, a abertura de vias de comunicação até os sertões, o combate à resistência do gentio, a imigração branca.

Na correspondência política recebida durante o seu mandato, que será analisada mais adiante, dentre os doze ofícios que tratam de assuntos atinentes à justiça e à polícia, pelo menos cinco são enviados ao governador Rubim diretamente pelo intendente Viana, comprovando as interlocuções sobre projetos de interesse mútuo e o envolvimento de importantes atores da cena capixaba em tais projetos. Neste sentido, é interessante observar que tanto Viana quanto Rubim deixam o seus cargos nas mesmas circunstâncias políticas - a Revolução do Porto e seus desdobramentos para o Brasil, em meio às movimentações locais em torno da autonomia política do Reino do Brasil.

Ao prestarem contas das suas atividades à frente, respectivamente, da Polícia da Corte e do governo da Capitania do Espírito Santo, citam sem maiores formalismos as colaborações que realizaram entre si. Assim, diz Francisco Rubim:

Há nesta Capitania uma espécie de Bombix, cujo casulo é muito maior que o Persiano: a côr da sêda é amarela escura, encontrão se alguns côr de ouro, de carne, e verde; o Intendente geral da policia, Paulo Fernandes Vianna, mandou fazer as precisas experiências para provar sua qualidade; reconhecida esta, o Estado poderá perceber considerável interesse, porque o insecto nutre-se da folha da mamona, e da laranjeira brava, que está no seu paiz nativo (RUBIM, 1840, p. 30-31)

O intendente, por sua vez, rememora:

Por minhas instâncias projectei e consegui, que das ilhas dos Açôres se transportassem cazaes de ilhéos, que viessem a augmentar a povoação branca d'este paiz [...]. e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na capitania do Espirito-Santo pela inscontância de seos gênios e pouco amor ao trabalho, capitania, pelos cuidados do governador, que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigio com estes cazaes a linda povoação de Viana [...]

(VIANA, 1892, p. 378)

Em meio aos projetos para a capitania, Francisco Alberto Rubim passa a se comunicar e a tecer relações com a alta administração do reino. Ascende do oficialato militar à esfera da administração régia. Essa é a porta para uma nova promoção – Capitão de Mar e Guerra - e para a obtenção comenda da Ordem de Cristo, já depois do seu mandato no Espírito Santo. Bens simbólicos adquiridos por sua fidelidade e, por que não dizer, instrumentalidade junto à monarquia. Seus atributos como militar foram direcionados para a proteção da costa, da capital, Vitória, e do seu porto, na intenção de inseri-lo nas rotas comerciais internacionais.

Enquanto trabalhava pelo bem do Estado, Rubim se imiscuía, por sua vez, em outras redes políticas, movimentando-se no sentido de construir o apoio de membros das elites proprietárias locais para os projetos imperiais. Paralelamente, sua própria trajetória ia sendo alavancada, colocando-o mais próximo das redes de poder da alta burocracia da corte. Nesse processo, torna-se um administrador *confiável*, recebendo palavras elogiosas de D. João VI. Por outro lado, esta confiança que lhe é depositada se reverte na responsabilidade de cumprir com os planos reais para o



interior do Espírito Santo: a abertura de estradas, tarefa que se impunha desde a virada do século XIX, mas que seus antecessores não haviam logrado alcançar. De fato, a partir de 1814, Rubim providenciou o rompimento dos sertões, por meio da abertura de um caminho que saía da Baía de Vitória e alcançava Vila Rica (atual Ouro Preto). Era a *Estrada do Rubim*, como ficou conhecida entre a população. Por meio dessa ação, à qual voltaremos mais adiante, o governador receberá o reconhecimento régio e, de maneira reiterada, a missão de abrir várias outras vias de comunicação com as Minas, “tantas quanto se julgar conveniente”. Estes seriam os caminhos por meio dos quais se pretendia o povoamento dos *sertões* indômitos, o estímulo à atividade agrícola e comercial e o controle sobre os nativos:

Francisco Alberto Rubim, Governador da Capitania do Espirito Santo. Eu El-Rei vos envio muito saudar. Constando na minha real presença o feliz resultado dos vossos esforços, e boas disposições para se conseguir a comunicação dessa Capitania com a de Minas Geraes, achando-se em consequencia delles já aberta uma estrada com mais de vinte e duas leguas de distancia, desde o ultimo morador do Rio Santa Maria, até perto da margem do Rio Pardo, e nella estabelecidos com as competentes guarnições os Quarteis [...] em distancia de tres em tres leguas, para guarda, segurança e commodidade dos viajantes, e para facilidade das reciprocas comunicações commerciaes que tanto desejo promover e auxiliar; convindo muito a conclusão desta estrada até se encontrar alguma já aberta e transitavel em a Capitania de Minas Geraes, e bem assim que se haja de emprehender a abertura de muitas outras diferentes estradas por todo a vasto sertão, que separa as duas Capitancias, a fim de que possa ser reduzido a cultura; aproveitando-se ao mesmo tempo as riquezas que nelle consta haverem, e que se acham até o presente fóra do alcance dos meus vassallos pelos perigos a que se exporiam, sendo acommettidos pela feroz e barbara raça dos Indios Botecudos [...] (BRASIL, 1890, vol 1, p. 90)

Por meio da Intendência da Polícia, sob o patrocínio de Paulo Fernandes Viana, Francisco Alberto Rubim coordenará a realização da Estrada Real de S. Pedro de Alcântara e de outros projetos *imperiais*. Enquanto dava prosseguimento àquelas ações, entre colaborações e atritos, o governador acabava, ele próprio, tornando-se um elo entre os grupos proprietários locais e as elites da corte.

#### 4.2 Ações governativas e aproximações com as elites locais

#### 4.2.1 Projetos para a capital

As ações governativas de Francisco Alberto Rubim na capitania do Espírito Santo, em especial aquelas apadrinhadas pelo intendente Paulo Fernandes Viana, contribuíram, entre outras coisas, para criar vínculos entre os membros da elite local e os grupos de poder da corte joanina. Algumas dessas iniciativas foram direcionadas à melhoria do aspecto e da vida cotidiana da Vila da Vitória. Esses esforços foram sublinhados por visitantes que por aqui passaram, legando a Rubim a fama de governante ao mesmo tempo eficaz e arbitrário. Aqui, vamos analisar o significado dessas intervenções no espaço da capital e, mais detidamente, conhecer certos aspectos da formação de redes de poder locais, a partir do evento da construção do hospital da Misericórdia.

No ano de 1818, aproximando-se do final do seu mandato, Francisco Rubim registra memórias históricas da capitania, acompanhadas de notícia estatística, que, mais tarde, em 1840, merecerão a publicação por seu filho, o historiador e sócio do IHGB, Braz da Costa Rubim. Neste livreto, Rubim descreve o aspecto da vila da Vitória naquela ocasião:

A villa da Victoria, capital deste governo, [...] está situada em uma ilha de mais de 4 legoas de circumferencia, n'uma ponte do monte Vigia á margem do Norte do rio Espirito-Santo , o qual [...] admite [...] galeras, e bergantins, oferecendo em toda esta distancia , que está povoada de ilhas capazes para grandes fortalezas, excellente ancoradouro para muitas embarcações, abrigado de todos os ventos á ex- cepção sómente do Este que raras vezes apparece. Em toda a villa se aponta em canoas, e escaleres com a maior facilidade; [...]

Ainda que não rica, é çomtudo assento do governo, e cabeça da comarca; sua perspectiva bastantemente elegante, suas casas, pela maior parte, são de sobrado, e reformadas todas por um só gosto á moderna, e seus habitantes, os homens, se occupáo no commercio, para o qual possuem embarcações costeiras, e nos differentes officios, e as mulheres em cozer e fiar. (RUBIM, 1840, p. 21-22)

No trecho, ao descrever de maneira amena o aspecto da sede da capitania naquele momento, o governador nos dá um breve panorama da atividade comercial costeira na ilha. Esta parecia ser de espectro diverso, o que se depreende pela referência a embarcações de diferentes tamanhos e finalidades. É um relato pequeno, mas, ainda que possa estar viciado por ter sido escrito pelo próprio administrador, nos oferece um parecer minimamente positivo do que era a vila àquela altura. No restante da descrição, que não transcrevemos aqui para abreviar esta referência, o governador apresenta o escopo da defesa da capitania e dá destaque à presença de construções religiosas.

Por esse excerto, incluindo-se as linhas seguintes aqui omitidas, podemos ter uma noção, em resumo, daqueles que seriam lugares de memória, a serem fixados para a posteridade daquela sociedade. Ou seja, Rubim apresenta o que julga mais importante de ser lembrado, o que deve servir para contar a história de determinado grupo de pessoas, no futuro. As escolhas de Rubim recaem sobre o aspecto da capital, as atividades que geravam riquezas, a estrutura de defesa e a presença religiosa.

Curiosamente, no dia 26 de fevereiro de 1811, poucos meses antes de Rubim assumir o governo da capitania, outro relato sobre esta localidade havia sido registrado. Em Ofício dirigido ao Conde de Linhares, o escrivão da Junta da Real Fazenda do Espírito Santo, Francisco Manuel da Cunha, traça um perfil bastante diferente sobre o estado da capitania. Inflamado por suas desavenças com o governador que deixava o cargo, o fidalgo Manuel de Albuquerque e Tovar, o funcionário entrega o seguinte depoimento:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor — Como V.Ex. se desvela pelo aumento do Estado e da nação; como V. Ex. com ardente desejo quer promover a prosperidade da capitania do Espírito Santo e a navegação do rio Doce, como um mais seguro garante das capitanias centrais; [...] permita-ma V. Ex. presente, as seguintes reflexões: [...] A capitania do Espírito Santo, antigamente tão florescente pelo comércio direto com a Europa e África, perdeu o seu brilhantismo. A agricultura está

ali como paralisada [...]. Algumas vezes as embarcações daquela capitania vão a Pernambuco e Rio Grande do Sul, mas a sua navegação ordinária é sempre ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia: um só negociante capaz de animar os diversos gêneros do comércio, ou seja, em artigos europeus, asiáticos ou africanos, não aparece na vila da Vitória; daqui nasce a desgraça e comiseração daquele país, de tal sorte que, arruinando-se qualquer prédio, jamais o reedificam. [...] (CUNHA, 1849, p. 511-518)

Ao tentarmos perceber melhor o tratamento dado ao espaço da capital da capitania e *cabeça de comarca*, durante o governo de Rubim, caminhamos em meio a muitos olhares sobre o mesmo território. O olhar sobre a vila da Vitória, cidade-sede, cuja aparência merecia, por esse motivo, certo cuidado. O olhar sobre o estado das atividades produtivas, com destaque para o comércio e a navegação, e a relação desses aspectos anteriores com o fomento das *capitanias centrais* da América lusa, e destas, por sua vez, com o acrescentamento do Estado.

Ao tratarmos anteriormente sobre o reposicionamento do Espírito Santo no interior das políticas Imperiais lusas, notamos que a exploração dos sertões e sua integração aos demais territórios imperiais envolvia não somente o fomento da agricultura mas, especialmente, a proposta de dinamização da atividade comercial. A exploração da bacia do rio Doce se inscrevia em um projeto mais amplo de escoamento da produção de alimentos, realizada nas Minas Gerais, em direção aos portos capixabas, movimentando as trocas e a atividade comercial marítima de cabotagem, com vistas a, quiçá, atingir circuitos internacionais. (CAMPOS & DUTRA, 2019, p. 40).

Pelos dois depoimentos aqui apresentados, concluímos que havia, para os contemporâneos, certa relação de sentido entre a prosperidade da capitania, o dinamismo dos seus portos, e o aspecto da sede. Essa relação talvez tenha sido aprofundada pelo fato de que a corte estava, naquele momento, ali bastante próxima. Ao abrigar a família real portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro passou não apenas por um rearranjo institucional e burocrático, em meio ao qual os grupos políticos se reconfiguraram, como apontou Fátima Gouvêa (1998). Ela foi também

objeto de inúmeras intervenções no seu território, a maior parte delas empreendidas pela Intendência da Polícia, que cuidava ainda das festas públicas.

Em trabalho anterior, demonstramos que as transformações introduzidas no espaço da cidade do Rio de Janeiro, durante a permanência da corte, não estão propriamente relacionadas com problemas da estrutura urbana. Administradas pelo intendente Viana, tocavam em questões cruciais para a manutenção do projeto Imperial luso, especialmente no que diz respeito à organização dos espaços de produção do entorno da corte. Apontavam, assim, para a transformação de uma cidade colonial, mercantil e escravista em espaço de representação de uma nova configuração política, introduzindo outras referências de *civilidade*<sup>97</sup> e transformando a capital em espelho para as demais cidades.

Acreditamos que a proximidade com a corte e com o intendente da Polícia possa ter influenciado o governador Rubim a investir também em melhorias para a sede da capitania. No Rio de Janeiro, com a presença de todo o aparato burocrático do Estado português, Viana investia na reforma e construção de equipamentos urbanos mais adequados ao ambiente cortesão<sup>98</sup> e na implantação de novas posturas e modos de viver que mudassem os antigos hábitos coloniais.

Enquanto isso, a vila da Vitória recebia iluminação pública fornecida por quarenta lampiões de azeite de mamona, por meio de um contrato com o comerciante capixaba João Teixeira Maia. Passava a contar com professores de latim e primeiras

---

<sup>97</sup> Tratando das atribuições da Intendência da Polícia, R. M. Pechman destaca que a ordenação do espaço público, em termos de asseio e estética serão marcas da introdução da noção de civilidade. Esta envolvia a introdução de um padrão de comportamento que estabelece “[...] aos poucos a fronteira entre a tradição repressiva no trato das desordens e o enquadramento das novas práticas de sociabilidade [...]”. Esses fatores envolvem a polidez, a cortesia e o controle de si não apenas no nível individual, mas como atitudes políticas e sociais de uma coletividade. (PECHMAN, 2002, p. 69-77)

<sup>98</sup> Dentre as reformas e construções introduzidas na cidade, durante a administração de Viana, estão o alargamento e calçamento de ruas, a construção de chafarizes, o estímulo à verticalização dos prédios, a construção de novas instalações portuárias e a abertura de estradas. As primeiras medidas foram no sentido de propor novas posturas, como o fim das rótulas e gelosias, o controle sobre a venda de gêneros do varejo porta afora, os cuidados com os enterramentos dentro das igrejas e a fiscalização do uso de valas como escoadouros abertos. Em meio ao ordenamento urbano, a Intendência e a Câmara não raro se desentenderam, por conta de suas jurisdições sobrepostas e do comportamento exigente de Paulo Fernandes Viana. Em paralelo, a cidade via surgir os palacetes da alta burocracia e os prédios do poder. Cf. SCHEINER, 2004, p. 143-168; 102-124.

letras, além de um boticário licenciado (MARQUES, 1879, p.221). O governador procurou melhorar o aspecto urbano de Vitória, obrigando os moradores a limparem e a reconstruírem as fachadas dos casarios, que já haviam descido as encostas do núcleo inicial da vila. Deu início também aos primeiros aterros dos manguezais que ficavam no caminho do Porto dos Padres, Pelames e Largo da Conceição (VASCONCELLOS, 1978, p.66).

A descrição da capital deixada por Francisco Rubim revela o seu interesse em manter, mesmo em meio à simplicidade reinante naquele misto de cidade portuária, rural e caiçara, alguma ordem e estética que dessem visibilidade ao seu governo, identificando-se assim ao ideal de *civilidade* praticado na corte. Neste sentido, certa noção de ordem urbana e social era veiculada com a utilização de padrões estéticos europeus, como notaram também alguns visitantes.

No ano de 1815, o príncipe austríaco Maximilian Alexander foi recebido, juntamente com seus companheiros de viagem, pelo governador Rubim. Sobre a vila, pareceu-lhe um lugar “[...] limpo e bonito, com bons edifícios construídos no velho estilo português [...]” (MAXIMILIANO, 1940, p. 140)

E continua:

A cidade é, entretanto, um tanto morta, e os visitantes, sendo raros, são objeto de grande curiosidade. O comércio marítimo não é desprezível; por isso, diversas embarcações estão sempre aí ancoradas, e fragatas podem aportar na cidade. As fazendas vizinhas produzem muito açúcar, farinha de mandioca, arroz, bananas, e outros artigos que são exportados ao longo da costa. (MAXIMILIANO, 1940, p. 142).

Algum tempo depois, em 1818, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire dava o seguinte parecer sobre Vitória:

As ruas de Vitória são calçadas, porém o são mal; têm pouca largura, não oferecendo nenhuma regularidade. Entretanto, não se vêem, aqui, casas

abandonadas, semi-abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Entregues à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila da Vitória não são sujeitos aos mesmos revezes dos cavadores de ouro e não têm razão de abandonar sua terra natal. Eles têm o cuidado de bem preparar e embelezar suas casas. Um número considerável dentre elas tem um ou dois andares. Algumas de janelas com vidros, e de lindas varandas trabalhadas na Europa. [...] ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção que tem sido reservado para o embarque de mercadorias. Esta cidade é também privada de um outro gênero de ornamento: não possui, por assim dizer, nenhuma praça pública, posto que aquela existente defronte do palácio seja muito pequena e é com muita condescendência que se dá o nome de praça à encruzilhada enlameada. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 95-96).

Dentre as obras coordenadas por Rubim na capital, para além da questão estética, destaca-se a construção do hospital da Santa Casa da Misericórdia. Essa será a iniciativa por meio da qual começaremos a nos aproximar do que podemos entender como uma elite local no contexto capixaba, uma vez que ela mobiliza um determinado grupo de pessoas de destaque naquela sociedade. Considerada pelos estudiosos como a mais importante instituição de assistência social daquele contexto, a Misericórdia era a “irmandade religiosa branca mais afamada no império português”. Ao lado de outras irmandades, representou uma das principais formas de sociabilidade dos estratos sociais mais altos, prestando caridade por meio de doações para diversos fins - de dotes a funerais – e do funcionamento de hospitais (GOUVÊA, 2001, p. 401-402). A Irmandade da Misericórdia do Espírito Santo é uma das mais antigas do Brasil, remetendo aos primeiros tempos da ocupação lusa<sup>99</sup>.

De acordo com Mario Freire e Affonso Schwab (1979, p. 19), no Espírito Santo de inícios do século XIX, a irmandade se encontrava limitada nos seus serviços de assistência à pobreza, por conta da falta de recursos. A igreja da irmandade precisava de reformas e a fundação de um hospital era necessidade premente, diante das doenças e da penúria da maior parte da população. Reunidos em torno

---

<sup>99</sup> No Espírito Santo, a Irmandade da Misericórdia teria surgido em 1545, por iniciativa de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da capitania. Foi estabelecida na vila do Espírito Santo, atual Vila Velha e funcionava na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Tempos depois, foi transferida para a vila de Nossa Senhora da Vitória. Cf. FREIRE & SCHAB, 1979, p. 28.

do governador Rubim, alguns moradores de Vitória e arredores se uniram para peticionar ao rei D. João VI que autorizasse a construção do dispensário. Seguiu junto à petição uma lista com oitenta e uma assinaturas, dentre elas a do próprio governador. Por Decreto de 23 de dezembro de 1817, D. João VI acolhia o pedido e as doações. A construção se iniciou em 1818.

Senhor.

Dizem os Lavradores, e Negociantes abaixo assinados, desta Vila da Vitória, Capitania do Espírito Santo, que levados pelos mais justos, e vivos sentimentos de compaixão, ocasionados pela indizível miséria, que a pobreza padece neste País, por falta de um Hospital, [...] lembram-se de recorrer a Vossa Majestade, persuadidos, de que dando Vossa Majestade tantos exemplos de Religião, e Piedade, será sensível a tão grande consternação, e miséria para anuir às súplicas destes moradores, os quais voluntariamente se oferecem para uma justa contribuição. Entre estes há um que dá Casa suficiente para servir de Hospital; também há quem se obrigue a dar remédios, e curar gratuitamente: porém como a Santa Casa da Misericórdia apenas tem uma pobríssima Igreja, ameaçando ruína, sem rendimentos, e nada para o sustento, e toda a mais economia indispensável, rogam a Vossa Majestade queira aceitar para este fim o seguinte. Vinte réis por alqueire de todo o mantimento que sair dos Portos desta Capitania. Cento e sessenta réis por cada dúzia de tabuado que sair. Quarenta réis por cada arroba de Carne seca que entrar nos Portos desta Capitania, e vinte réis por medida do Rio, do azeite de peixe que também entrar. [...]

O Governador, e a Câmara são também autênticos, e oculares testemunhas das lágrimas, que se derramam por falta dele, e do sem número de misérias, e mortes que depois de concluído, pode obviar. Por tanto./

Da Vossa Majestade Seja Servido assim o Mandar executar. [...]

(BNRJ, Governadores do ES, vol I, p. 209-10)

Entende-se, pela argumentação exposta e pelo próprio significado das Misericórdias no contexto do Império atlântico luso, que as pessoas que assinaram a petição formavam um grupo representativo da elite capixaba, naquele momento. A assistência por meio das Misericórdias não implicava apenas caridade cristã. Era também um meio de se praticar sociabilidades relacionadas à distinção e ao prestígio, e os signatários estavam não apenas cientes mas dispostos a contribuir financeiramente para isso.



Apontamos, a partir do trabalho de Jurandir Malerba (MALERBA, 2000, p. 257-260), que a generosidade de D. João VI para com seus súditos americanos costumava ser praticada em contrapartida ao financiamento das necessidades e exigências da corte. Esse foi o mote, por exemplo, da subscrição voluntária criada para levantar recursos para o socorro dos “vassallos de S.A.R.” que haviam permanecido em Portugal. Os nomes dos doadores e os valores das contribuições figuravam na Gazeta do Rio de Janeiro periodicamente (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 23/11/1808; 27/09/1809). Provavelmente esses doadores esperavam, com o gesto, conquistar os favores de D. João e a participação entre elites cortesãs, subsidiando ainda outros projetos da monarquia<sup>100</sup>.

Pareceu-nos que, no caso da mobilização em torno da construção do hospital, praticava-se a mesma lógica, estimulada pela presença da corte e, conseqüentemente, pela possibilidade de se obter algum quinhão de reconhecimento e prestígio. Em nome do *bem comum*, o trabalho de quantificar as arrecadações, estimando-se cotas sobre os gêneros produzidos e comercializados pelos proprietários da capitania, sugere a disposição daquele grupo em se mostrar alinhado à *economia do dom* praticada na nova corte *carioca*. Partindo dessas reflexões, apresentamos uma breve identificação do perfil dessa elite. Para a finalidade desta análise, chamaremos os participantes da lista de *beneficentes*, de agora em diante.

Excluindo-se o nome governador Rubim, conseguimos apurar as ocupações ou fontes de renda de 53 beneficentes, ou seja, 66% dos nomes constantes na lista. A busca por dados biográficos é sempre fragmentária e lacunar, no entanto, cremos

---

<sup>100</sup> Na verdade, esse artifício não surge com a mudança da família real. Durante todo o período colonial na América portuguesa, não raro as câmaras estabeleceram taxas, donativos e subscrições voluntárias para socorrer às necessidades das cidades e vilas, especialmente no que diz respeito à defesa (reformas de fortalezas, provisionamento de materiais de guerra etc...). De acordo com Maria Fernanda Bicalho (1998, p. 254-256), às vezes, esse tipo de arrecadação era feito em uma localidade para ser aplicado em outra, o que costumava gerar insatisfações entre os colonos. Entretanto, tendiam a ser mais generosos, quando as contribuições eram destinadas à proteção de suas vidas, famílias e propriedades. Em contrapartida, a monarquia respondia com honras e privilégios a essas mesmas câmaras, o que gerava um processo de nobilitação dos seus membros, dentro de uma lógica de origem cortesã pautada por uma *economia do dom*.

que essa amostra dará conta de demonstrar pelo menos algumas tendências entre o grupo de beneficentes arrolado. A tabela abaixo nos servirá de auxílio.

**Tabela 4** Ocupações identificadas entre os beneficentes da construção do hospital da Misericórdia

Ocupações/ representatividade	Quantidade	Percentagem
<b>Proprietários de terras/rentistas</b>	04	7,5%
<b>Negociantes</b>	21	40%
<b>Militares</b>	11	21%
<b>Membros do clero</b>	10	19%
<b>Ofícios especializados</b>	02	3,8%
<b>Funcionários /oficiais</b>	05	9%
<b>Total</b>	53	100%

**Fontes:** BNRJ – Governadores do Espírito Santo, vol I, p. 209-210; DAEMON, 2010, p. 258-312; OLIVEIRA, 2008, p. 259-294; GOULARTE, 2015, p.54-56.

Primeiramente, observamos que a maior parte dos beneficentes da nossa amostra é formada de maneira significativa por negociantes. Em seguida, os militares e membros do clero se destacam, com números muito próximos entre si. Mas, analisando a amostra como um todo, podemos ter uma ideia dos segmentos que, naquela sociedade, representavam-se com uma “elite local”: negociantes, militares, padres, proprietários rurais, detentores de cargos públicos, e detentores de ofícios especializados (um escultor e um boticário). No topo, negociantes, militares e membros do clero. Mas os números, ainda que úteis, são frios quando se trata de conhecermos um pouco sobre as vidas desses sujeitos em uma capitania periférica.

Para entendermos melhor as redes de poder nas quais os membros dessa elite se encontram conectados, achamos por bem recompor aqui alguns traços de suas biografias. Usamos como fontes de consulta, o trabalho de Rodrigo Goularte (2015) e ainda outros historiadores e memorialistas da tradição capixaba, que se referenciaram, por sua vez, em fontes coevas.

Rodrigo Goularte (2015) estudou a relação entre as redes mercantis capixabas e sua participação na construção do processo de autonomia política do Brasil, a partir de dados presentes nos Termos de Fiança das embarcações oriundas do porto de Vitória, entre 1815 e 1825. O autor conseguiu delinear os contornos de uma elite de negociantes cujos negócios eram radicados em terras capixabas, a qual chamará de *classe local de comerciantes*. De maneira geral, essa elite mercantil praticava o comércio interprovincial de cabotagem, atuando a partir do Espírito Santo, com destinos preferenciais para o Rio de Janeiro e a Bahia. Expandiam-se, também, por outros portos do sul e das capitânicas do norte. Provavelmente, alguns eram simultaneamente proprietários rurais, transportando nas embarcações gêneros produzidos em suas terras, ou comerciantes de porta aberta. Os mais enriquecidos pareciam diversificar seus negócios em empréstimos, aluguéis e escravos (GOULARTE, 2015, p. 45-80).

O autor fez um cruzamento entre esses mesmos beneficentes que peticionam sobre o hospital da Misericórdia e os assinantes dos Termos de Fiança analisados, buscando relacionar membros de ambos os grupos aos eventos políticos que enredaram o Brasil e Portugal nos anos 1820. Assim, confirmou que um número significativo daqueles membros da *classe local de comerciantes* costumava ocupar cargos públicos, influenciando nas decisões da administração local.

A argumentação e os dados demonstrados por Goularte são precisos no sentido de apontar para as conexões entre os negócios e a política da já então Província do Espírito Santo, durante os anos 1820. No entanto, gostaríamos de oferecer ainda algumas contribuições sobre o assunto. Primeiramente, acreditamos que o que estamos chamando de elite política capixaba, embora tivesse a predominância de negociantes – e, neste sentido, recorta-se principalmente uma elite econômica -

tinha grande prevalência também de militares e membros do clero. Algumas vezes, as funções se sobrepunham. A influência desses segmentos junto à população local e sua presença em eventos fundamentais para os destinos da capitania não deve ser minimizada. Para conhecermos melhor quem são essas pessoas, recortamos aqui alguns exemplos, a partir de dados biográficos.

De acordo com Freire & Schwab (1979, p. 180-183), à época da subscrição para a construção do hospital, D. Maria de Oliveira Subtil era uma proprietária de terras, senhora da Fazenda Campinho, que se localizava no sul da vila da Vitória. Os autores registram que ela era uma mulher cega, que havia herdado os bens de um irmão. O terreno doado ficava no alto de uma colina e a escritura de doação foi lavrada em junho de 1818. Muito provavelmente, Maria Subtil tinha outras propriedades no núcleo urbano das quais obtinha renda. No documento de doação, o único pedido que a lavradora faz é que, em troca da doação, fique isenta do pagamento de impostos sobre alguns imóveis que possuía na costa da ilha, um curtume, uma mina de conchas e outras minas que pudesse vir a descobrir. Não temos informações sobre parentes de D. Maria Subtil. Entretanto, na lista de beneficentes, encontramos mais duas assinaturas com o mesmo sobrenome: Inácio de Siqueira Subtil e Inácio Pinto de Siqueira Subtil.

Aliás, essa repetição de sobrenomes nos chamou a atenção na lista. Vários são os beneficentes com o mesmo sobrenome ou variações. Este indício nos fez desconfiar sobre a existência de teias familiares na configuração dos grupos da elite capixaba, no período que nos ocupa. Dentre os mais recorrentes, encontramos os sobrenomes *Ribeiro* e *Pinto*, com múltiplas variações (como a sua inversão, *Pinto Ribeiro*) e combinados a outros (*Ribeiro Pinto* de tal...).

Essa configuração nos levou a José Ribeiro Pinto. Oriundo de uma importante e rica família, os *Pinto Ribeiro*, seus antepassados teriam se estabelecido no Espírito Santo ainda no século XVIII, como proprietários de terras e escravos. Na geração seguinte, os membros dessa família atingiram posições importantes e o capitão-mor José Ribeiro Pinto seguiu essa tendência. Negociante ligado ao comércio de cabotagem, Ribeiro Pinto possuía muitos escravos e prédios urbanos. Capitão do 2º

Regimento de Milícias, foi juiz de fora em Campos dos Goitacazes, onde participou da Misericórdia. Exerceu os cargos de ouvidor da capitania do Espírito Santo, juiz dos órfãos da vila da Vitória (entre 1798 e 1821) e chegou a desembargador do Tribunal da Relação da Bahia (CAMPOS, PANDOLFI & BASILI, 2018, p. 12; CARVALHO, 2008, p. 82-84).

Da mesma família *Ribeiro Pinto*, o *padre político*<sup>101</sup> Marcelino Pinto Ribeiro Duarte provinha de um relacionamento fora das normas da Igreja, não herdando, portanto, a mesma distinção da família como seu tio, José Ribeiro Pinto. Era filho de um padre, que o registrou e o encaminhou à vida clerical. Seu pai, de mesmo nome, havia sido professor de filosofia em Vitória e, ao se aposentar, deixou a cátedra para o filho. Deixou-lhe também algum pecúlio, o que permitia que o religioso vivesse entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Literato, orador, político exaltado, o Padre Marcelino Duarte viveu mais próximo dos assuntos seculares do que dos clericais, embora tenha sido vigário em São Gonçalo. Ao longo de sua vida e produção, suas críticas ao governo português, projetadas na figura do governador Rubim, vão progressivamente se aprofundando até aproximá-lo dos grupos autonomistas. Foi eleito deputado pelo Espírito Santo para os anos de 1838 e 1839. No Segundo Reinado, recebeu as comendas da Ordem de Cristo e da Rosa. Exerceu o cargo de professor em Niterói, onde faleceu em 1860. (ELTON, 1982; COUTINHO & SOUZA, 1990).

Os fragmentos das histórias de vida desses três sujeitos nos dão uma ideia mais clara da composição dessa elite capixaba e dos seus interesses. Homens e mulheres<sup>102</sup> de negócios, demonstravam grande autonomia de ação e de circulação pelo território e pelos cargos da *republica*, incluindo-se aí a reiterada relação com Campos. No período estudado, a nosso ver, a coroa frequentemente tentou

---

<sup>101</sup> A expressão é de Ana Rosa Clochet da Silva, (2012, p. 119-121), que aponta para novas formas de fazer política, na combinação entre o poder temporal e o espiritual durante os primeiros anos do Império. A autora discute a atuação de um clero político brasileiro formado por sacerdotes que teriam acionado vias informais de poder e vivido por meio de valores e códigos alheios à ordem instituída.

<sup>102</sup> Segundo Freire e Schwab (1979, p.182), houve outras mulheres que fizeram doações de bens em prol do hospital. Não temos, contudo, dados para avaliar sua posição social.

enquadrá-los, por meio das políticas implementadas pelos sucessivos governadores, representantes do poder central na colônia. Daí a fama de despóticos que todos eles levaram, em maior ou menor grau.

Uma forte tendência à militarização é outra das características desses sujeitos. Na capital, a presença de corsários e piratas permanecia uma ameaça constantemente mencionada nos documentos, assim como as iniciativas para coibi-los. Era grande o medo de que as arribadas no porto de Vitória se transformassem em tentativas de invasão e, durante o período estudado, a recomendação é de que não fossem permitidas (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 1, 27/02/1807). A correspondência governativa registra ainda o grande cuidado em se manter um aparato militar provido e funcionando. Ao tempo de Rubim, dois fortes protegiam a baía: as fortalezas do Carmo e de São João. De acordo com o próprio governador, os grupos militares aquartelados dividiam-se em Corpo de Tropa de Linha, Companhia de Infantaria, Corpo de Pedestres, três Corpos Milicianos, Batalhão de Artilharia, Companhia dos Henriques e duas Companhias de Cavalaria. O próprio Rubim, por força do cargo, era o comandante de um desses regimentos.

Pelo interior, onde houvesse povoação branca, eram estabelecidos quartéis<sup>103</sup>. Por toda a documentação analisada, fortes, quartéis, armas, munições, cuidados médicos disputam lugar com medidas para conter a deserção o abandono dos postos. As trocas de patentes entre os extratos superiores das milícias eram também devidamente documentadas, em geral atendidas em consequência dos bons serviços prestados. Registre-se também o grande afluxo dos militares de mais altas patentes à corte, como documentam seus constantes pedidos de licença para este fim (APEES, Fundo Governadoria, série Accioly, livros 2 e 3, 1813- 1819 *passim*).

---

<sup>103</sup> No princípio do século, quando deu início à navegação pelo Rio Doce, o governador Silva Pontes estabeleceu os quartéis de Lorena, Regência Augusta, Porto do Sousa e Coutins, hoje, Linhares. Durante a administração de Rubim, foi construído, entre outros, o quartel da Barca, no Baixo Itapemirim. O governador refere-se ainda aos quartéis do Riacho, de Comboios e de Aguiar. Não muito longe da costa, a povoação de Viana, estabelecida por Rubim em 1813, era protegida dos grupos nativos por quatro quartéis (ANRJ, cód. 602, vol. 4, 1816). Na estrada do Rubim, foram instaladas guarnições militares de três em três léguas, contando ao todo oito quartéis. (BNRJ. Governadores do Espírito, v. 1, 28/8/1816).

Nos *sertões*, a resistência ao processo de ocupação branca por parte da população autóctone apavorava aqueles que ali se aventuravam. A construção de quartéis acompanhava a abertura de estradas e a criação de vilas. A presença militar é sempre designada embora, por causa dos ataques contundentes dos nativos, pelo afastamento de suas roças de onde tiravam a subsistência e, certamente, pela dura vida em zonas de fronteira, os homens jovens insistissem em desertar. Assim, *entre portos e sertões*, na expressão de Goularte (2015) os militares são quase onipresentes e seus líderes, figuras de significativa expressão política, bem como os padres, alguns dos quais também militares.

Neste sentido, é preciso pontuar que, na vila do Espírito Santo - a Vila Velha - o convento da Penha, do alto de um rochedo, é a marca da colonização espiritual, abrigando uma comunidade de religiosos bastante respeitada. Na capital, Vitória, as construções sacras pontuavam o cotidiano dos moradores, conforme contabiliza Rubim ao Conde da Barca, em 1816: a igrejas de Nossa Senhora da Vitória, do Colégio dos Jesuítas, da Santa Casa da Misericórdia, os conventos de São Francisco, e de Nossa Senhora do Carmo, além de duas ordens terceiras e mais seis igrejas (ANRJ, cód. 602, v. 4, 1816). Não devemos esquecer que o próprio processo de ocupação da capitania está fortemente relacionado à fundação das missões católicas dos antigos jesuítas e de outras ordens, onde os índios *mansos* eram transformados em *súditos* (MOREIRA, 2017, p. 136-167). Enfim, as lideranças religiosas eram reconhecidas também como lideranças políticas e, em muitos casos, assumiam funções públicas.

Assim, é curioso notar que aqueles beneficentes – negociantes, militares, padres, latifundiários - estarem, no momento, se mostrando muito preocupados com a assistência aos menos favorecidos, essas pessoas já se encontravam presentes na cena capixaba. Alguns deles tinham ativa participação naquela sociedade há anos, pois haviam desempenhado funções públicas e já eram idosos à época da petição. Mas, apesar disso, a Irmandade da Misericórdia passava por situação precária, naqueles inícios do século XIX, por falta de doações (FREIRE & SCHWAB, 1979, p. 39).

Observe-se que a condição da Misericórdia vem à tona justamente durante a permanência da corte no Brasil e após um período de turbulências e atritos entre os mandatários locais e o governador Tovar, imediatamente anterior a Rubim<sup>104</sup>. O reordenamento dos poderes trazido com a corte parece ter tido, sobre aqueles representantes do topo da sociedade capixaba, o efeito de atraí-los para outros lugares de nobilitação possíveis. E estes tenderam a conduzir seus interesses pessoais ao sabor das vicissitudes políticas.

Então, o que teria agregado essas pessoas em torno de um objetivo comum, exatamente naquele momento? Acreditamos que por conta da iniciativa de Rubim de abraçar o projeto de construção do hospital – e, por extensão, outros projetos estimulados pelo poder central - empenhando-se pessoalmente junto aos grupos locais de influência, o governador acaba por se transformar em elo por meio do qual novas redes são tecidas, desta feita a partir de relações informais. Seduzidos pela possibilidade de prestígio e, quiçá, de acesso aos favores do rei, esses setores da elite vão buscar se envolver em iniciativas como aquela. Por outro lado, tentarão compatibilizar essa participação com os seus interesses pessoais, agindo ao sabor das oportunidades. Por sua vez, do ponto de vista do governador, este envolvimento estaria viabilizando a adesão desses sujeitos de influência ao projeto de unidade do Império luso-brasileiro.

Apresentamos os esforços para construção do hospital da Misericórdia, que culminou também na reforma da igreja daquela irmandade, como evento emblemático para pensarmos sobre as estratégias de formação de redes de poder entre as elites, no contexto do final do período colonial. Muito provavelmente, antes daquela ação, que desencadeou uma série de compromissos dos membros do grupo entre si e destes com o governo da capitania (e vice-versa), não havia projetos comuns entre eles ou desejo de tecer sociabilidades pias. A nosso ver, a

---

<sup>104</sup> Braz da Costa Rubim, em suas *Memórias históricas e documentadas*, relata os atritos entre o governador Manoel Tovar e o ouvidor Alberto Antônio Pereira. O governador “escudado na suprema autoridade” e o ouvidor, “na sua independência”, acabaram por dividir a população. Quanto a Tovar, relata que acusava o ouvidor de ser um apoiador dos *franceses*, e que passou a perseguir seus opositores e críticos, arbitrando tratamentos vexatórios contra outras autoridades e sujeitos influentes. (RUBIM, 1861, p. 96 a 99)



participação no financiamento do hospital da Misericórdia e de outras ações ligadas a obras públicas, como sugerido no início da seção, vai além da resolução de problemas comunitários ou urbanos. Ela se inscreve em uma *economia do dom* já conhecida e praticada mas, agora, aprofundada pela proximidade com a corte e a decorrente expectativa do favor de um rei que se avizinha.

A ajuda financeira à Misericórdia agregaria distinção aos diferentes segmentos de uma elite local que não detinham, pelo menos durante a primeira década do século XIX, nenhum consenso sobre os destinos do *paiz* – nem sequer o de separação política. Desta forma, tentavam equilibrar-se em meio a proposta do poder central de construção de um Império unificado sob a monarquia brigantina. Contudo, a realidade concreta se mostrou imprevisível e os ventos que sopraram do *mar português* para a costa americana tenderam a reverter a adesão a essa unificação. Na década seguinte aquela mesma elite, já articulada e representada em esferas de decisão mais amplas, viria a construir estratégias de defesa dos seus interesses como grupo, diante do esfacelamento do projeto imperial luso brasileiro.

#### 4.2.2 Povoações, estradas, quartéis, fronteiras: o domínio do interior

Quando assume o governo do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim recebe também uma agenda político-administrativa cujas tentativas de execução tinham obtido pouco sucesso, ao longo daqueles inícios de século. No cerne dessa agenda, a exploração do vale do Rio Doce e a plena comunicação com as Minas Gerais permaneciam acanhados. Dessas iniciativas dependeriam outros aspectos: a conquista dos sertões, o domínio sobre os povos nativos que ali habitavam, o povoamento de origem europeia, o estímulo à agricultura e ao comércio, a exploração de algum recurso mineral que, porventura, fosse encontrado. Para entendermos melhor esse aspecto, importa que forma foram executados alguns dos projetos pelos governadores que antecederam Rubim, durante o século XIX.

De acordo com Merlo & Scheiner (2019, p. 74-75), de maneira geral, podemos dizer que a coroa portuguesa não demonstrou muito interesse pela Capitania do Espírito Santo até, pelo menos, a segunda metade do século XVIII. As preocupações se limitavam a proteger o litoral contra os corsários e obstaculizar o acesso à região das Minas Gerais, reforçando-se a defesa do território. Ao longo do século, reiteradas proibições quanto à abertura de vias de comunicação com as Gerais, bem como a construção de novas fortificações na sede, foram a tônica das medidas tomadas com relação à capitania (AHU, ACL, CU. *Relatórios*. 06/06/1726; 22/01/1727).

Com crise econômica que se abateu sobre o reino, em consequência da diminuição da produção aurífera e da perda de territórios coloniais na Ásia, aprofundou-se a necessidade de controle e obtenção de rendas sobre os territórios da América portuguesa. Nesse contexto, como vimos, foi gestado o projeto de reconstrução da proeminência da monarquia lusa, por meio da criação de um *novo e poderoso Império*, calcado na união das diversas partes do mundo ultramarino, cujo maior *arquiteto* foi D. Rodrigo de Souza Coutinho. No ano de 1800, Antonio Pires da Silva Pontes, matemático e geógrafo de renome, assumiu o governo da capitania. Sete meses depois, já havia demarcado as fronteiras com a de Minas Gerais (RIHGB, XIX, p. 192-194). Seu governo viria a inaugurar as primeiras iniciativas de uma política de Estado para a exploração da bacia do rio Doce (CAMPOS & DUTRA, 2019, p. 40). Abolindo as restrições legais impostas a esse respeito, a política envolvia o povoamento do interior e o fomento de uma rede mercantil na região. Por meio dessa rede, a produção mineira de gêneros para o abastecimento seria conduzida até os portos capixabas e dali, para a Europa. A abertura de vias de comunicação com as Minas Gerais foi acompanhada de forte militarização da região, com o objetivo de apoiar o fisco e proteger os moradores da localidade dos ataques indígenas. O auto de demarcação previa:

[...] A partir do Porto do Sousa o destacamento e registo da nova província, commmandado por um alferes de linha, um cadete, um cabo e dez soldados de linha, um cabo de pedestres e vinte soldados, uma peça de artilharia de

três, montada em carreta de ferro e municada de pólvora, balla e metralha; o quartel defendido com estacada para proteger de mão comum com o destacamento do posto de regência da barra do Rio-Doce, a comunicação das Minas-Geraes com o Oceano [...] (*Auto de demarcação...*RIHGB, XIX, p. 193-194).

Além do governador, assinaram o Auto nada menos que onze militares, entre mineiros e capixabas. O governador de Minas Gerais foi representado pelo tenente-coronel de milícias de Vila Rica, João Batista dos Santos Araújo. Um desses militares era Francisco Ribeiro Pinto, “capelão graduado capitão”, que figurava também na lista dos beneficentes, analisada anteriormente. Dois deles declaravam-se pai e filho e tinham o mesmo sobrenome do governador, que era nascido em Minas Gerais<sup>105</sup>.

Entretanto, mesmo com todos os esforços de Silva Pontes e o apoio do Conde de Linhares, os planos de exploração da região não lograram o êxito desejado, embora a navegação tivesse, de fato, sido aberta. Era tão grande o medo que a população nutria pelos gentios que “[...] desde a Barra do Rio Doce [...] até a barra do Paraíba do Sul não se entranhão os colonos para o Centro do Sertão (PONTES, 1802). Ou seja, o sertão intermédio da capitania ainda não havia sido dominado. Mesmo assim, estavam demarcados ali espaços propícios para o exercício do poder e para a aquisição de *status*, por meio do comado de tropas e quartéis.

O governador seguinte, Manoel de Albuquerque e Tovar, procurou seguir os mesmos planos de abertura de estradas para os sertões entre as duas capitanias. Promoveu a condução de colonos para a região e reconstruiu o quartel de Coutins que, por conta de violento ataque dos nativos, em 1808, havia sido arrasado. Denominou-o de Linhares, em homenagem ao conde, e contribuiu, desta forma, para resgatar a pequena povoação que se organizava em torno do mesmo. Como já

---

<sup>105</sup> De acordo com o tradicional historiador capixaba, Mario Aristides Freire, à época pairava entre setores da população a desconfiança de que aquela demarcação teria envolvido interesses privados do governador, equivalendo a “[...] uma escritura de doação de mais de oitocentas léguas quadradas de terras pertencentes à Capitania do Espírito Santo, que o respectivo governo fez à sua família [...]” (FREIRE, 2006, p. 129).

adiantamos, a administração de Tovar foi marcada por desavenças entre ele e membros da elite local:

Os constantes conflitos com os indígenas e as disputas políticas entre Tovar e figuras proeminentes de Vitória, entre as quais o Ouvidor Desembargador Alberto Antônio Pereira, o comerciante Pedro Carreira Viseo, e o Tesoureiro dos Ausentes Manuel Fernandes Guimarães e o Padre Manoel de Jesus Pereira, Coadjutor do Vigário, entre outros, contribuíram para o desinteresse e crescente temor em relação ao Rio Doce. (MERLO & SCHEINER, 2019, p. 79)

Interessante notar que, mais uma vez, um dos beneficentes da Misericórdia entre em cena: o Tesoureiro dos Ausentes da capitania, Manuel Fernandes Guimarães, desafeto do governador. De acordo com Teixeira de Oliveira, enquanto tentava equilibrar-se no poder, Tovar tentou dar continuidade ao povoamento da região, atraindo algumas famílias de colonos para a vila de Linhares. Nessa leva, destacou-se João Felipe Calmon que, vindo da vila de Benevente, no vale do Itapemirim, ali se estabeleceu, tornando-se um respeitado proprietário de terras. Detinha a patente de tenente, um dos postos mais altos entre os militares da região e se notabilizando como comandante daquele quartel na luta contra mais uma das investidas dos nativos, em 1815 (OLIVEIRA, 2008, p. 269; DAEMON, 2010, p. 283).

Quando o governador assume, em 1812, encontra uma situação de acanhamento da capitania, conforme descrita com cores pelo escrivão da Junta da Real Fazenda do Espírito Santo, Francisco Manuel da Cunha, já citado anteriormente. Com planos de governo por concluir, Rubim escreve ao Conde de Aguiar, ministro do reino, em março de 1813. Entre outras coisas, informa que, diante do quadro geral de estagnação, precisara agir de maneira diferente dos seus antecessores. Contrariamente às proibições estabelecidas durante o processo de colonização, justificadas pela tentativa de não atrair os índios, Rubim havia permitido a cultura da mandioca, especialmente às margens do rio Doce, para o abastecimento dos povoados e das tropas aquarteladas, pois andava:

[...] persuadido, que onde é desprezada a Agricultura, e não gera o dinheiro a população, e fontes de indústria, e Comércio não podem ter aumento, e que sem abundância de mantimentos tudo cai na languidez, e no ócio, no vício, determinei a todos os Comandantes dos Destacamentos que não só fizessem com toda a atividade a plantação de mandiocas, e que igualmente esta fosse feita pelos soldados, que estivessem de descanso ou folga: igualmente obriguei a todos os habitantes a fazerem a mesma plantação a qual naquele lugar produz com muita rapidez, pois a mandioca de seis meses é mais abundante do que a de dois anos em qualquer outro lugar desta Capitania [...]

(BNRJ, *Governadores do Espírito Santo*, vol I, 03/11/1813)

A partir da falta de um produto fundamental à dieta local, Rubim demonstra uma visão integrada dos problemas a serem enfrentados. Pautado no estímulo à agricultura – fator de fixação dos colonos à terra – e na organização militarizada da vida social, estava ciente de como, no seu tempo, aqueles fatores se encontravam imbricados: povoações, quartéis, estradas, comércio deveriam ser geridos de maneira articulada. A mensagem do governador evidencia ainda o grau de influência que os comandantes de tropas poderiam exercer sobre o cotidiano da população em geral. O retorno à *ordem* e o acrescentamento da monarquia estavam, no Espírito Santo de inícios do XIX, sob a voz de comando dos líderes das tropas e destacamentos. Vale, portanto, observar como os assuntos militares se comportam, dentre os demais temas presentes na correspondência política trocada pelo governador durante o seu mandato. Vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 3** Correspondência entre o governador Francisco Alberto Rubim e os poderes do reino: distribuição por assunto em números absolutos e percentuais

Período	Livro 1 (1812)	Livros 2 e 3 (1813-1819) *	Total por assunto	% por assunto
<b>Economia</b>	01	12	13	6,16%
<b>Comércio; navegação;</b>	02	14	16	7,58%

<b>fiscalidade</b>				
<b>Assuntos militares</b>	02	97	99	46,91%
<b>Justiça e Polícia</b>	0	12	12	5,68%
<b>Governança</b>	06	32	38	18%
<b>Conflitos de jurisdição</b>	01	04	05	2,36%
<b>Privilégios e mercês</b>	04	12	16	7,58%
<b>Cerimonial e doações</b>	0	06	06	2,84%
<b>Assuntos religiosos</b>	0	02	02	0,94%
<b>Indígenas</b>	0	04	04	1,89%
<b>Total geral</b>	16	195	211	100%

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livros1, 2 e 3: Correspondência e Atos do Príncipe Regente (1812-1819).

\*Do livro 3, apenas 63 registros se referem ao governo de Rubim, que deixa o governo da capitania em dezembro de 1819.

Os dados apresentados são representativos do que dissemos anteriormente. Notamos que o contraste entre os assuntos militares e os demais é muito expressivo, sendo também discrepante se comparado ao mesmo item, na Tabela 1. Seguido destes, aparecem os assuntos governativos, que dizem respeito especificamente à organização da rotina administrativa da capitania, por meio do próprio governador ou de ordens régias<sup>106</sup>. Em um contexto de maior controle e interesse do poder central sobre o território capixaba, as diretrizes vindas da corte e as trocas de mensagens entre as autoridades dando conta do funcionamento das engrenagens administrativas, chamam a atenção.

Por detrás da prevalência dos assuntos militares e governativos, temos que considerar a percepção dos contemporâneos de que a presença indígena era o

---

<sup>106</sup> Tome-se como exemplo o Ofício do Marquês de Aguiar, datado de 1814, apontando “[...] a confusão que se acham as sesmarias dessa capitania, por falta de títulos primordiais, medição, e demarcação, e os inconvenientes que disso se seguem em prejuízo da Agricultura, e tranquilidade de seus possuidores [...]”. (APEES, Série Governadoria, Fundo Accioly, Livro 2, 1814).

principal empecilho à colonização da capitania. Neste sentido, a força militar se impunha, tanto para a manutenção dos territórios conquistados, quanto para a garantia do avanço sobre novas frentes de expansão. Segundo Francieli Marinato (2007, P. 21), o papel dos militares na viabilização de políticas indigenistas e na expansão da colonização é tema novo, tendo muito ainda a ser explorado. Neste sentido, e para não fugir aos propósitos deste trabalho, não vamos aprofundá-lo. Contudo, como defende a autora, concordamos que no caso do Espírito Santo, porta de acesso a uma das últimas fronteiras da América lusa, a militarização da capitania está intimamente ligada à resistência dos grupos autóctones (genericamente chamados de *Botocudos*) ao processo de ocupação dos seus territórios (MARINATO, 2007, 48-49).

Apesar de, no período abordado, a política indigenista oficial sofrer uma drástica mudança, sendo declarada guerra ao índio em 1808 (BRASIL, 1891, v, 1, p. 37), na capitania do Espírito Santo os embates entre colonizadores e nativos foram objeto de preocupação desde os primeiros tempos coloniais, tanto no entorno da baía de Vitória quanto no interior. Neste sentido, o avanço pelos sertões dos rios Doce e Itapemirim, – mas especialmente do primeiro - estimulado a partir do processo de autonomização da capitania, na virada do século XIX, levará a um cotidiano marcado pelo medo e pela postura defensiva e armada, representada na organização dos diversos quartéis<sup>107</sup>. Nessa configuração, o papel dos comandantes militares, muitas vezes o único elo de comunicação entre a população e os poderes constituídos, é ressaltado:

A eles era encarregada, também, a manutenção da segurança nos povoados contra os ataques indígenas e a pesada responsabilidade pelas possíveis invasões, destruição e mortes perpetradas pelos “selvagens”

---

<sup>107</sup> Em algumas localidades mais afastadas da vila da Vitória, era comum que os quartéis prestassem outros serviços aos moradores, para além da defesa. De acordo com a mesma autora, a estrutura dessas construções não era tão robusta quanto se poderia imaginar, sendo facilmente destruídas pelo fogo, por exemplo. Mas permaneciam como locais de referência de segurança para a o entorno, constituindo-se ainda em moradia para os soldados e local de armazenamento de alimentos para eles e suas famílias. Alguns tinham roças de mandioca e milho próximas para o abastecimento dessas comunidades. (MARINATO, 2007, p. 51)

contra os colonizadores. Para encorajá-los a arcar com tamanho fardo, impedindo as destruições e invasões e, ainda, aprisionando o maior número possível de índios, ficou estabelecido o prêmio de aumento de soldo proporcional aos “bons serviços prestados” (MARINATO, 2007, p. 42)

Sendo assim, é natural que a distribuição de mercês, assunto que proporcionalmente ocupa o terceiro lugar de prevalência - juntamente com o comércio e o fisco - toque também o universo militar, especialmente no que se refere ao acesso às mais altas posições, conforme encontramos na correspondência analisada<sup>108</sup>. É o que vemos, por exemplo, na carta do Conde de Galvêas ao governador Francisco Alberto Rubim, em que pede que seja confirmado o posto de secretário do Regimento de Infantaria de Milícias a José Ribeiro Pinto, no ano de 1813. Ou o requerimento de Ignácio Pereira Duarte Carneiro que, em 1814, sendo capitão comandante da Segunda Divisão do Sul do Corpo de Pedestres, solicitava o posto de tenente coronel “addido ao Estado Maior do Exercito, em atenção a viagem feita à capitania de Minas Gerais.” Neste caso, por meio do secretário, Marquês de Aguiar, o príncipe regente pedia que fosse informado “sobre a utilidade da viagem e do merecimento do suplicante, para que assim seja dado[...]” (APEES, Série Governadoria, Fundo Accioly, Livro 2, 1813 e 1814, respectivamente).

Da mesma forma, diante de corpos militares oficiais, observa-se também a tendência de enquadramento do mando local e suas milícias. Este é o caso da carta do Conde de Galvêas ao governador Rubim, dando conta de que as nomeações para os empregos de “capitão do mato, ou capitães mores de estrada e assalto e seus alferes e ajudantes” deverão ser feitas pelas câmaras por prazo determinado, sendo possível prorrogá-las quando os solicitantes “mostrarem haver servido bem”. Registre-se a seguinte ressalva: “[...] porem S. A. R. não concedera jamais patentes

---

<sup>108</sup> Importante ressaltar que, na quantificação das mensagens dos três livros analisados, os pedidos envolvendo a ocupação de determinados postos militares em contrapartida aos serviços prestados à monarquia foram tratados na categoria *Privilégios e mercês*. Ao longo da documentação, inúmeras foram as solicitações de trocas de patentes, comuns na rotina militar, figurando, estas sim como *Assuntos militares*. Diferentes, no seu conteúdo, daquele primeiro tipo de correspondência, essas envolvem processos mais simples e meramente burocráticos, muitas vezes sendo concedidas em grupo, por meio de listas nominais.



de confirmação dos ditos empregos, visto que elles não devem considerar se como postos militares; e somente permite, que os nomeados, enquanto os ocuparem, usem de um uniforme privativo, porem sem os distintivos militares, que pertencerião aos postos que tem a denominação [...]” (APEES, Série Governadoria, Fundo Accioly, Livro 2, 1813).

Neste sentido, Francisco Rubim voltou-se para a agenda inconclusa do projeto do novo Império luso-brasileiro para a capitania e pôs em prática, dentre outras, duas medidas significativas: a fundação da vila de Viana e a abertura da Estrada de São Pedro de Alcântara – ou Estrada do Rubim. Apesar de serem ações frequentemente relatadas nos trabalhos de historiadores, cronistas e memorialistas capixabas, evidenciando o ânimo daquele governante em dinamizar aspectos centrais da política imperial - o povoamento e o acesso à capitania de Minas Gerais, a perspectiva dos dois eventos como projetos integrados ainda não foi evidenciada. Por meio do seu estudo, observaremos a tessitura de redes políticas, *a nível local* e *a nível imperial* tendo em vista os planos do poder régio para o interior do Espírito Santo.

No ano de 1816, estabelecida a vila de Viana já há pelo menos três anos e iniciados os trabalhos de abertura da estrada do Rubim, o governador se refere da seguinte forma aos dois projetos:

Em distancia de 4 legoas do Porto de Itacibá, defronte da villa, são os sertões de Santo-Agostinho , em os quaes está situada a povoação de Viana de Ilheos mandados estabelecer em culturas por S. M, cuja povoação se acha o mais brilhante possível: ella é defendida por 4 quartéis guarnecidos com 34 soldados Pedestres commandados por um Alferes, 2 nas suas extremidades para lhe servir de registos, e 2 ao sertão em altos montes a fim de a vigiar, e defender das incursões, e roubos do Gentio: tem Cirurgião-mór para tratar das enfermidades de seus habitantes; igreja com Capelão corado; um moinho d’agua no meio da povoação, commum para todos, e olaria em que se fabrica telha. Seus colonos estão estabelecidos ás bordas do rio Santo-Agostinho. [...] Do interior da mesma segue uma nova estrada que, proximo das nascentes do rio Jucú, corta a estrada do Caxoeiro do rio Santa-Maria a Villa-Rica. [...]

Da mesma povoação se chega á villa da Victoria por duas vias, primeiro embarcado sahindo pelo rio Santo-Agostinho ao de Jucú, e d’este ao do

Espirito-Santo 6 para 7 legoas ; segundo por terra , a pé enchuto, 4 legoas até Itacibá, onde se faz passagem para villa [...]; (BNRJ, Governadores do ES, v. I, p. 209-10)

Francisco Rubim se refere aos dois eventos como projetos articulados. Nos sertões de Santo Agostinho, região relativamente próxima à capital, o assentamento de colonos, protegido por quatro quartéis, serviria de conexão entre o litoral e o interior, rumo a Vila Rica, em Minas Gerais. O governador é claro em afirmar que, do interior da vila de Viana, seguiria a *nova estrada* que levaria àquela localidade. Da mesma povoação, previa-se a comunicação preferencialmente por via fluvial, às vilas da Vitória e do Espírito Santo, núcleos urbanos costeiros à baía de Vitória, sendo possível fazer baldeação na região do porto de Itacibá.

Mesmo não tendo abandonado as tentativas de exploração do vale do Rio Doce, Rubim buscou, em acordo com os planos do poder régio, alternativas para a comunicação com Minas Gerais. Mas o governador sabia, pelas experiências anteriormente realizadas, que era preciso articular o povoamento e a prática da agricultura no entorno dos caminhos abertos, sem os quais, somados ao pouco interesse pelo interior, por parte da população local, novamente a conquista daquele objetivo estaria fadada ao fracasso. A conexão entre a colonização branca na vila de Viana e a abertura da estrada do Rubim se mostrava como saída original para aquele círculo vicioso, ainda que a sugestão do percurso daquela via não fosse nova.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> Parece que o plano de ligar as duas capitanias por meio de uma via de comunicação que partisse do Rio Santa Maria, cortando os sertões intermédios do Espírito Santo em direção a Minas já fora aventado anteriormente. De novo, o escrivão Francisco Manuel da Cunha nos esclarece a respeito: “[...] Se a nova estrada que de Minas Gerais se dirige pela Serra dos Arrepiados, e que, segundo dizem, vai ter à Capitania do Espírito Santo, por esse Rio de Santa Maria se efetuasse, seria esta comunicação de maior vantagem que a navegação do Rio Doce, porque desembocando o dito Rio quase légua e meia distante da Vila, no lugar chamado Lameirão, seriam facilmente exportados os gêneros de Minas, importados diretamente na vila da Vitória [...]”. (CUNHA, 1849, p. 245).

Por intermédio de Paulo Fernandes Viana, no ano de 1813 chegaram ao Espírito Santo trinta casais de açorianos, ação financiada pela Intendência da Polícia:

Por minhas instâncias projectei e consegui, que das ilhas dos Açôres se transportassem cazaes de ilhéos, que viessem augmentar a povoação branca d'este paiz; e vieram com efeito muitos á custa das rendas da intendência [...] e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na capitania do Espírito Santo [...] pelos cuidados do governador, que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigio com esses cazaes a linda povoação de Viana [...].

(VIANA, 1892, p. 378)

Esta foi a primeira experiência de imigração europeia para o Brasil, que envolveu o envio de contingentes também para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Porto Seguro. Conduzidos por Rubim para as margens do rio Santo Agostinho, os açorianos deram origem à vila de Viana, nome escolhido em homenagem ao intendente. Foram-lhes concedidas sesmarias, insumos e uma mesada por dois anos. Naquele mesmo ano, um Decreto do príncipe regente concedia aos ilhéus o privilégio da isenção do serviço militar (OLIVEIRA, 2008, p. 292). Apesar de ser contada entre as medidas de povoamento do interior, cerca de dezoito quilômetros separavam os sertões de Santo Agostinho da vila da Vitória, estando a vila ao alcance do controle do governador. Mesmo ali, tão próximo, a ameaça de represálias dos nativos permanecia constante.

Pela análise da correspondência política, notamos Paulo Fernandes Viana não foi apenas o patrocinador do empreendimento, dividindo os custos com o governador. Durante o ano de 1813, manteve constante comunicação com Francisco Rubim, acompanhando o processo de implantação da vila. Das doze correspondências que mencionam assuntos de Justiça e polícia, cinco são remetidas de Viana para o governador, naquela conjuntura. Com, por exemplo, a carta enviada pelo desembargador aprovando as medidas tomadas pelo governador, a respeito dos ilhéus que tinham ofício e, por isso, não queriam se ocupar da agricultura (APEES, Série Governadoria, Fundo Accioly, Livro 2, 1813).

O estabelecimento da vila de Viana promoveu a notoriedade do governador e abriu uma via de acesso junto ao Paço, por conta da atuação de Paulo Fernandes Viana, intermediando esse relacionamento. Nos relatórios daqueles administradores, torna-se patente a preocupação de ambos em evidenciar a organização do espaço da vila e da rotina dos moradores, na lógica dos novos modelos de *civilidade* implantados, embora a realidade pudesse ser bem diferente para os colonos<sup>110</sup>.

Neste sentido, a abertura de uma via de comunicação que, saindo da foz do Rio Santa Maria e conectando-se àquela povoação, atingisse, por fim, Vila Rica<sup>111</sup>, colocaria Francisco Alberto Rubim outra vez em destaque e, por outro lado, bem próximo a um dos mais ativos representantes daquela elite política de feições militares: Inácio Pereira Duarte Carneiro. Este ator circulou amplamente pela correspondência política analisada. A abertura da estrada do Rubim não foi, na verdade, a primeira oportunidade em que Duarte Carneiro atuava junto ao governador. Quando este permitiu a plantação de mandioca, para se obter farinha, objetivando também o auto sustento das tropas, deixou a cargo de Duarte Carneiro a organização da produção nos destacamentos militares:

[...] há três mezes com o corrente, que a fazenda não da farinha a três destacamentos e já se sustentam de suas plantações, e estes mesmos destacamentos tem dado, por ordem minha, farinha pra vender, para se comprarem fornos, rodas, e mais precisos para cada um deles, e outros que deles precisavam a fim de que nos quartéis desmanchem as mandiocas e as reduzam a farinha, tendo encarregado deste serviço a Ignacio Pereira Duarte Carneiro, tenente da companhia de linha, e comandante interino do corpo de pedestres, official de quem faço muita confiança [...].

(BNRJ, *Governadores do Espírito Santo*, vol I, 03/11/1813)

---

<sup>110</sup> Em visita àquela povoação, no ano de 1816, o príncipe Maximiliano Alexander registrou: “Essa gente [os açorianos], que vive em grande pobreza, queixa-se amargamente de miséria; fizeram-lhe magníficas promessas, que não foram cumpridas [...]” (MAXIMILIANO, 1940, p. 144).

<sup>111</sup> Empreendimento custoso e difícil, a construção da estrada iniciou-se em 1814 e apenas em 1820 teve conclusão, recebendo nesse mesmo ano a primeira boiada em direção ao Espírito Santo. Contudo, sua abertura não chegou a ser motivo para dinamizar o comércio, que dependia então de outros fatores, para além da existência de vias de comunicação.

O aprofundamento de sua participação na abertura da estrada acompanhou suas mudanças de patente. Em 1814, quando se iniciaram os trabalhos, Duarte Carneiro era designado como capitão do Corpo de Pedestres. No mesmo ano, por conta da viagem feita a Minas Gerais, o capitão pede patente de tenente coronel do Exército, o que é confirmado no ano seguinte (APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 2, 1814 e 1815). No entanto, se a sua presença ativa no evento da abertura da via o inseria na perspectiva do projeto de unidade luso, apesar do capital de confiança obtido junto ao governador e dos bons serviços prestados à monarquia, na coordenação daquele evento, Duarte Carneiro desenvolverá em finais da segunda década do XIX, aproximações com setores que tenderão romper com a proposta do Império luso-brasileiro. Neste sentido, destaque-se a amizade do militar com o Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte que, por sinal, tornara-se um grande desafeto de Rubim, com sua escrita política sempre crítica aos atos despóticos do governante (BRASIL, 1970, p. 215-216).

A confiança depositada em Inácio Carneiro pelo governador Rubim e os importantes serviços prestados pelo militar foram a porta de acesso deste à mais alta patente da capitania. Por outro lado, o fato de estar no topo da hierarquia militar na região, ao contrário de agregá-lo ao plano português do *novo Império luso*, possibilitou a Duarte Carneiro obter o reconhecimento das elites locais, setores que nos anos 1820, estarão voltados à proteção dos seus negócios e sobrenomes. Para o militar, por sua vez, abre-se, com as agitações políticas autonomistas, a oportunidade de, como representante daqueles setores militarizados da elite local, pleitear posições no comando da capitania e, quiçá, entre aqueles que decidiriam os destinos da emergente *nação*. Assim, em 1822, sairá nomeado comandante militar da capitania, ao lado dos novos governantes civis eleitos para a Junta Provisória, dentre eles negociantes e proprietários como Monjardim, Ribeiro Pinto, Azambuja Suzano, e outros (DAEMON, 2010, p. 305).

Verificamos até aqui que o Espírito Santo se reposiciona, em meio à execução dos intentos do poder central que envolviam a ocupação do interior da capitania, nos seus limites com Minas Gerais. Por da conquista dos *sertões* planejava-se o

aprofundamento do domínio da monarquia portuguesa em território americano. Percebemos também as questões regionais que envolviam os grupos de poder com atuação no Rio de Janeiro e suas conexões com o Espírito Santo, por meio da ligação institucional entre Campos dos Goitacazes e a capitania. Ao unirmos todos esses elementos, podemos compor um quadro bastante fugaz, que se passa no momento imediatamente anterior ao estudado pelo historiador Rodrigo Goularte (2015). E aqui, não podemos nos esquecer de que o projeto em curso para a América lusa, a partir da segunda metade do XVIII é o da reunião das suas diferentes regiões em torno da unidade da monarquia. Esse projeto exerceria atração sobre aqueles sujeitos enquanto seus interesses comerciais e burocráticos não fossem postos à prova. No interior desse projeto, as autoridades régias deveriam dialogar – com maior ou menor habilidade – com aqueles perfis da elite local.

Assim o hospital, a colônia e a estrada não são apenas exemplos de obras públicas, financiadas ou apoiadas por particulares, mas eventos por meio dos quais Francisco Rubim tentou agregar interesses diversos e dispersos no território. Não contava que esta mesma unidade se esfacelaria a partir do reino, que jurara defender.

## CONCLUSÃO

Este estudo foi motivado pela tentativa de contribuir, de maneira original com a história das elites que estiveram na base de nossa constituição como sociedade e como nação. Entender, a partir da lógica de funcionamento de uma capitania periférica – a única do Centro Sul - as maneiras pelas quais os sujeitos de distinção daquela sociedade agiam, se autorrepresentavam e se reproduziam instigaram a construção de um problema: em que medida os vínculos formais, expresso por meio de redes parentais, que impulsionavam a política no interior do Império português, na lógica corporativa do Antigo Regime, funcionavam também nas periferias mais remotas das regiões tropicais.

Neste sentido, acreditamos ter comprovado, por meio do estudo das redes parentais onde se posicionava Paulo Fernandes Viana e Francisco Alberto Rubim, homens que chegaram ao topo da administração régia na colônia, que estes vínculos familiares, combinados às relações informais, eram responsáveis por ampliar o capital de afeto e confiança dos membros das elites. Assim, como já tínhamos em mente, as redes parentais foram fundamentais para o funcionamento da política do Império português, na lógica de um Antigo Regime tardio: estavam na base dos processos de ascensão e de nobilitação daqueles setores posicionados no centro da configuração política imperial. A inovação aqui apontada é que aquelas redes familiares - que podiam ser constituídas por linhas naturais, rituais ou de afinidade - tendiam a estender suas próprias ramificações até mesmo aos lugares mais remotos do Império luso-brasileiro, o que comprovamos ao verificar a presença de macro tendências políticas, ou da sua lógica de funcionamento, nas micro escalas.

Outro elemento que despontou em meio à análise foram as ações políticas de sujeitos originalmente externos às redes de poder analisadas, ao longo de determinados eventos. Propositamente ou não, tais ações vão também cooperar para moldar as tramas dessas redes, tensionando ou afrouxando suas fibras. Tanto mais quanto esses sujeitos vão se transformando em elos entre aquelas

ramificações locais e as redes de maior densidade, de influência regional e/ou *imperial*. E novamente chamamos a atenção para a força que as casualidades da realidade concreta pode exercer sobre as escolhas dos sujeitos. Essas, de um momento a outro, são capazes de modificar o curso de suas vidas e, conseqüentemente, os arranjos de poder que os enredam.

Observamos que, a despeito da força dessas redes e do empenho em se criar pontos de coesão entre seus nós, a imprevisibilidade do devir histórico muitas vezes atropelou projetos que pareciam fadados ao êxito. Em outras palavras, sobre a existência de acordos e negociações tão bem estruturados, as casualidades inerentes à experiência social podem, simplesmente, implodir com a lógica de cooperação que vinha sendo impressa e gerar, no lugar da coesão pretendida, atitudes de oposição e de desgaste entre os seus nós. Desta forma, após eventos traumáticos como o exílio da corte no Brasil, o efeito das guerras napoleônicas sobre a colônia e o movimento constitucionalista luso, as redes até então constituídas, e fortalecidas em torno de um determinado projeto de unidade entre o reino e suas colônias, nunca mais voltariam a se recompor da mesma forma.

Neste sentido, o modelo de investigação de redes sociais, por meio da reconstrução das trajetórias de vida, utilizando como método a prosopografia, permitiu-nos traçar as similitudes e assimetrias entre as posições ocupadas pelos sujeitos ao longo do tempo, bem como as estratégias e reconfigurações de rotas que foram possíveis aos mesmos, diante da realidade que se lhes apresentava. No cerne de todo o desenvolvimento teórico-metodológico esteve presente a ideia de que os vínculos relacionados ao conceito de família podem alterar a história de uma vida, comprovando-se assim, que, em uma configuração imperial de Antigo Regime tardio, os arranjos familiares são fundamentais para se definir de maneira dinâmica o destino dos personagens, redimensionando o tempo todo o que se entende por central e por periférico, no interior daquele sistema social complexo.

O estudo das trajetórias dos sujeitos escolhidos como atores principais dessa trama de relações – Francisco Alberto Rubim e Paulo Fernandes Viana – permitiu-nos entrar em contato com algumas das credenciais necessárias para se *fazer elite*, a



partir do centro do sistema. Ou seja, para se construir uma trajetória em sua maior parte estável e exitosa, estando-se já posicionado em um ponto privilegiado do sistema. Por sua vez, o estudo da composição dos grupos que reuniam os coadjuvantes nessa configuração, aqueles recortados aqui como uma elite capixaba em formação, levou-nos a demarcar alguns dos mecanismos de seleção social e de nobilitação mais requisitados em uma região de fronteira aberta e de litoral comercialmente ativo. Acreditamos que aqueles mecanismos apenas começam a ser compreendidos em nossa historiografia, pela remissão das histórias de personagens até então desprezados como possíveis participantes de grupos da elite política e econômica colonial: os comandantes militares locais, os padres paroquianos, as mulheres proprietárias etc... Julgamos que, com esse estudo, pelo menos para o caso do Espírito Santo, conseguimos esboçar o problema, mostrando através de recortes de algumas trajetórias o potencial ser explorado por aqueles que se dedicam a entender os processos de mobilidade e de diferenciação social ao longo do tempo. E neste sentido, entre portos, estradas e quartéis, as divisas permanecem abertas.

Ao longo de uma jornada de pesquisa como a que encerrou a produção deste trabalho, os investigadores costumam fazer perguntas não apenas às fontes, mas, amiúde, a si próprios. As histórias que produzimos são, em grande medida, histórias sobre nós mesmos. Neste sentido, uma questão de fundo nos incomodava – e, no campo da pesquisa, temos de admitir que todo incômodo é sempre produtivo -: como é possível a quem não pertence às elites dedicar-se a estudá-las? Que interesse ou relevância social defenderíamos, diante de tamanha contradição? Na carência de poder estaríamos meramente encantados pelo poder?

Ao fim da jornada, concluímos que não. A curiosidade sobre o poder, não como objeto que se possui, mas como relação que se estabelece e continuamente se refaz, é também, em grande medida, uma estratégia de contra hegemonia. Entender os fatores que dão sustentação a determinados grupos, seus aspectos de seleção social e suas estratégias de reprodução ou de reconfiguração no tempo são, também, um exercício de poder. Observar como estes grupos manipulam as

oportunidades, criam estratégias e lidam com as incertezas, construindo oportunidades de sucesso restritas apenas a alguns é algo extremamente pedagógico. Pedagógico e, por que não dizer, *prazeroso*, num certo sentido. Investigar como o próprio trabalho de construção dessas bem urdidadas redes de relacionamento pode, num instante, desmoronar, seja por escolhas feitas pelos sujeitos e grupos nelas envolvidos, seja pela incapacidade daqueles de controlarem as inúmeras variáveis da realidade social, a todo tempo múltipla e contraditória. Neste caso a trama tenderá a se recompor, descartando alguns sujeitos e reabilitando outros.

Mas, enquanto somos produtores de histórias, atuamos, também, como narradores, e é preciso urdir um final para esta aqui. Um final pouco acadêmico talvez, mas não menos emblemático de tudo o que foi exposto. Afinal, a história serve, antes de tudo, para nos divertir, como já dizia um velho combatente pelo passado. Um final que, de certa forma, ilustra e arremata tudo o que concluímos. E, para isso, nada melhor do que voltarmos aos assentos militares de Francisco Rubim. Vamos dar um leve empurrãozinho na linha temporal de nossa análise e saber o que o destino reservou ao nosso capitão.

A julgar pelos registros, durante os anos 1830, Rubim passaria por momentos constrangedores como militar e chefe de família. Conforme afirmamos, os registros dão um salto entre 1822 e 1831. Nesse ano, a coroa mandou investigar a “conduta política, e mais circunstancias” em que se achava o capitão (BCM-AHM, Cx 773, 03/11/1831). De aliado da monarquia a suspeito, Rubim foi colhido pelos ventos liberais e esses o arrastariam, junto aos demais grupos absolutistas, à penúria e ao desprestígio. Em 1832, em Lisboa, solicitou o lugar de Inspetor Real da Cordoaria da Junqueira, justificando que “[...] falto de meios e com huma numerosa família inclusos 9 filhos [...] nas diferentes comissões que tem sido encarregado unicamente se tem desvelado pelo bem do Real Serviço [...]” (BCM-AHM, Cx 773, 28/11/1832). Ao que se depreende, não foi atendido.

Durante um bom período, em nome da extensa família, pleitou o pagamento de soldos que se encontravam atrasados em, pelo menos, seis meses (BCM-AHM, Cx

773, anos 1832 e 1833). Os tempos andavam conturbados no reino de Portugal. As disputas entre miguelistas e monarquistas liberais mobilizaram redes intercontinentais mais amplas, dentre as quais as próprias elites imperiais brasileiras. Nessa conjuntura, Francisco Rubim, identificado ao poder absoluto por sua atuação a serviço de D. João VI, foi acusado de participar das conspirações contra o trono português. Por esse motivo, o capitão foi demitido. Já idosos, ele e sua esposa solicitaram receber a pensão vitalícia para a qual, durante toda uma vida, o militar contribuíra, na perspectiva de uma velhice mais tranquila. Esse pleito será objeto de intenso diálogo entre D. Francisca Antunes Maciel da Costa e as autoridades financeiras militares que, por fim, lhe negam em definitivo o benefício. Em julho de 1842, Francisco Alberto Rubim, comendador da Ordem de Cristo, apresentou um memorial de seus feitos em favor da ordem monárquica tanto no reino como no além-mar, solicitando:

Achando-se o presente com 76 anos de idade, abatido de contínuos padecimentos, com a lisonjeira ideia de ter servido somente com vistas no bem da Patria e gloria Nacional. Por tão justos motivos implora de V. Magde. a graça de ser restituído ao quadro effectivo afim de ser Reformado em Chefe de Divisão visto que a Ley tanto favorece os que tem mais de 40 annos de Serviço [...] (BCM-AHM, Cx 773, 30/07/1842)

Não houve tempo para a reintegração (se é que o pedido seria aceito). Em novembro do mesmo ano, já impossibilitado de fazer a “mostra mensal” no quartel da Marinha, Rubim veio a falecer, sem conseguir resgatar sua posição. Foi sepultado com honras militares, a pedido de um dos seus filhos, tenente do Exército (BCM-AHM, Cx 773,14/11/1842). No Brasil, deixou descendência entre os historiadores capixabas. Sem conseguir se reinserir nas redes políticas portuguesas, Rubim seguiu desacreditado em sua própria nação, em prol da qual empenhara boa parte de sua vida. As redes que o alçaram ao topo e que ajudara a ampliar haviam se reorganizado em torno da monarquia brasileira. O velho militar pairou até a morte

no limbo político entre o Reino de Portugal, o Império luso-brasileiro e o Império do Brasil.

## REFERÊNCIAS

### Fontes manuscritas:

*Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)*

AHU\_ACL\_CU\_004, Cx 2, D. 144

AHU\_ACL\_CU\_005, Cx 132, D. 47

AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 242, D. 16507

AHU\_ACL\_CU\_008, Cx 2, D. 203

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx 182, D. 12670

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx 222, D. 15065

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx 267, D. 17851

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 270, D. 17956

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 40, D. 4107

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 503

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 5033

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 51, D. 5176

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 50, D. 5011

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 167, D. 12399

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 214, D. 14851

AHU\_ACL\_CU\_017, Cx 253, D. 17217

AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx 37, D. 8724-8725

AHU\_ACL\_CU\_035, Cx 19, D. 1512

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa*

ANTT - *Processo de Leitura do bacharel Paulo Fernandes Viana*. Desembargo do Paço, Leitura de bacharéis, letra P, mç. 1, nº 31

ANTT - *Registo de Baptismos*, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Isabel, 1767/1771, 13/04/1768

ANTT - *Registo de Casamentos*, Concelho de Lisboa, Freguesia da Encarnação, 1808/1817, 08/06/1809

ANTT - *Registo de Casamentos*, Concelho de Lisboa, Freguesia da Encarnação, 05/12/1791

ANTT - *Registo Geral das Mercês*, D. João VI, liv. 22, fl. 28 v

*Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES*

APEES, Fundo Governadoria, Série Accioly, Livros 1, 2, 3

*Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro*

BNRJ, Seção de Manuscritos, códice I-29, 13, 22

BNRJ, Seção de Manuscritos, documento II-30, 23, 1

BNRJ, Seção de Manuscritos. Documentos Biográficos – *Antônio Francisco dos Anjos*.

BNRJ, Seção de Manuscritos, cód. I-29, 13, 22

BNRJ. Seção de Manuscritos, *Governadores do Espírito Santo. Correspondência (ativa) com o Ministério do Reino (e Império)*, v. 1.

BNRJ, *Mapa de parte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, descrevendo os Campos dos Goitacazes (século XVIII)*, desenho a tinta ferrogálica, 50 x 55,5.

Disponível em: <  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart525958/cart525958.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525958/cart525958.html) >.

Acesso em: 6 jun. 2018

BNRJ, cód. I- 29,16,13, Coleção Linhares, *Discurso pronunciado pelo Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho perante Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e Domínios Ultramarinos (1798)*. Coleção Linhares, Seção de Manuscritos,

*Fundação Arquivo Nacional – Rio de Janeiro*

ANRJ - Fundo *Polícia da Corte*:

Registro dos Ofícios e Ordens expedidos aos Ministros Criminais e dos Bairros e mais Ministros da Corte e Câmaras, cód. 329, v. 1, 28/01/1811

*Relatório do Governador Francisco Alberto Rubim ao Conde da Barca, Secretário de Estado dos Negócios do Reino*, cód. 602, vol. 4, 1816.

### **Fontes impressas:**

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro de. *Visitas paroquiais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794*. Nilópolis: Shaovan, 2000.

“Auto de demarcação de limites”. In: *RIHGB*, Tomo XIX, p. 193-194. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

AVELAR, Alexandre. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Grafia da vida. Reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e voz, 2012

BAEPENDI, Braz Carneiro Nogueira da Gama, Conde de. “Apontamentos biográficos da Família Braz Carneiro Leão”. In: *RIHGB*, tomo 43, v.61, pt.2, p.365-384, 1880.

BRASIL. “Carta Régia de 02 de dezembro de 1808”. In: \_\_\_\_\_. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891a.

BRASIL, “Carta Régia de 13 de maio de 1808”. In: \_\_\_\_\_. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL, “Carta Régia de 04 de dezembro de 1816”. In: \_\_\_\_\_. *Collecção das Leis do Brazil de 1816*. v 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891b

BRASIL. “Lei de 31 de agosto de 1832”. In: \_\_\_\_\_. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1832*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

CARNEIRO, Marcelino Pinto Duarte. “Derrota de uma viagem feita para o Rio de Janeiro em 1817”. In: VASCONCELOS. J. M. Pereira de. *Jardim Poético*, tomo 1º, págs. 39 a 63. Vitória: Typographia Pedro Antonio d’Azeredo, 1856.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX*. Trecho dos apontamentos das visitas pastorais de D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, correspondente à sua passagem por Vitória durante as visitas que fez ao Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

CUNHA, Francisco Manoel da. “Ofício dirigido ao conde de Linhares sobre a Capitania, hoje Província do Espírito Santo, 1811”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasil*, nº 12, p. 511-518, 1849.

“Decreto de 11 de novembro de 1797”. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 5 jan. 1798.



GAZETA DO RIO DE JANEIRO. *Edições de 23/11/1808 e 27/09/1809*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos (1811-1821)*. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, v. 56, 1934.

MAXIMILIANO (príncipe de Wied Neuwied). *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

PORTUGAL. *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, v. 6, págs. 60-61 (s/d).

PORTUGAL. “Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro”. *Reorganização administrativa de Lisboa*. Diário da República, 1.ª série, n.º 216, 8 nov. 2012.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história até o ano de 1817*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2003.

RUBIM, Braz da Costa. “Provisão de 1º de junho de 1753”. In: \_\_\_\_\_. *Memórias*. Lisboa, p. 90, 1840.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia / USP, 1974.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981.

SILVA, Antonio Delgado da (org./comp.). *Collecção da Legislação Portuguesa*, vols. 3 e 4. (1775-1790). Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

PONTES, Antonio Pires da Silva. “Pré-memória sobre a Capitania do Espírito Santo e objetos do Rio Doce. Vila da Vitória, vinte e cinco de agosto de 1802”. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 36, pp. 493, 1916.

TRINDADE, R (Cônego). *Genealogias da Zona do Carmo*. Título LVII, cap. 4. Estabelecimento Gráfico Gutemberg. Irmãos Pena & C. Ponte Nova, 1943.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1978.

VIANA, Paulo Fernandes. “Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo tempo que a servio o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, tomo 55, v. I, pp. 373-380, 1892.

### **Bibliografia:**

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. 2 vols. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio; Prefeitura do Município, 2010.

ALBADEJO, Pablo Fernández. “La transición política y la instauración del absolutismo”. *Zona aberta*, Madri, n. 30, p. 63-75, 1984.

ALMADA, Vilma P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850- 1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio de. Sobre o papel de Portugal nas etapas preliminares da revolução científica do século XVII. Separata de *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, vol. II, pp. 1173-1222. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, s/d

ALVES, Daiane de Souza. “A Fazenda Imperial: a trajetória política de Manoel Jacinto Nogueira da Gama”. In: *Anais do Encontro de Pós-Graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, v.2, 2018. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=382](https://www.seo.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=382)>. Acesso: 13 jul 2020

AMARAL, Manuel. “As tentativas de reforma do Exército, no interior de um projeto global de reformas da sociedade portuguesa de finais do Antigo Regime”. *A Guerra Peninsular, Perspectivas Multidisciplinares*, v. 2, Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar e Centro de Estudos Anglo-Portugueses, pp. 355-374, 2008.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Ed. Alameda, 2004.

BARRETO FILHO, Mello; LIMA, Hermeto. *História da Polícia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BEDIAGA, Begonha. "Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808-1860". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1131-1157, out-dez, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702007000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 14 jul 2020.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. "As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 18, n. 36, 1998.

\_\_\_\_\_. "Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". *Almanack Braziliense*, São Paulo, USP, n. 02, pp. 21-34, nov. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p21-34>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *Esforços industriais na economia do café: O caso do Espírito Santo – 1889/1930*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

BOURDIEU, Pierre. "L'illusion biographique". *Actes de la recherche en sciences sociales*. v. 62-63, pp.69-72, jun.1986.

BOXER, Charles R. *Portuguese society in the tropics*. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510- 1800. Madison: The University of Wisconsin Press, 1965.

\_\_\_\_\_. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Brasiliana, 1973.

BRASIL. "Dicionário Bibliográfico Brasileiro". *Conselho Federal de Cultura*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 215-6, 1970.

BRIGOLA, João Carlos. *Ciência e política: do Pombalismo ao Liberalismo*: Francisco Simões Margiochi. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

BUSINO, Giovanni. *Élite(s) et élitisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. Disponível em: <  
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k4814762r/f6.item.textelimage> >. Acesso em: 11 nov. 2020.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_; BERNARDO, Thiara. “Uma obra magnânima e real: o governador cientista e a primeira política de exploração da bacia do Rio Doce”. In: NASCIMENTO, Bruno César e OLIVEIRA, Ueber (org.). *Os pensadores do Espírito Santo*, v. 1. Vitória: Milfontes, 2019

\_\_\_\_\_; PANDOLFI, Fernanda Cláudia e BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “Percurso de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte”. *Revista Almanack*, n.º 20. Guarulhos, set./dez, 2018.

[CANDEIAS, António](#). “Modernidade e cultura escrita nos séculos XIX e XX em Portugal. População, economia, legitimação política e educação”. *Educação, sociedade e culturas*, n. 31, pp. 143-196, 2010.

CARDIM, Pedro. “Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime”. *Revista nação e defesa*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, n.º. 87, 1998.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo, 1790-1821*. Vitória: Dissertação (Mestrado em História) – Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

CLAVERO, Bartolomé. Institución política y derecho: acerca del concepto historiográfico de ‘Estado moderno’”. *Revista de estudios políticos*, n. 19, pp. 43-57, 1981.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J.G. de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: FAE, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.

DE VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse estatística*. Vitória: Secretaria Estadual de cultura, 2010.

DEL PRIORE, Mary. *O Mal sobre a Terra*. Rio de Janeiro: Editora Top Books, 2003

DERENZI, Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: Editora Pongeti, 1965.

DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana. “Ciência portuguesa no Iluminismo: os estrangeirados e as comunidades científicas europeias”. In: NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (orgs.). *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento, 2001.

DURAND, Jean-Yves (coord.). *As festas nicolinas em Guimarães: tempo, solenidade e riso (estudo antropológico)*. Guimarães: Concelho Municipal, s/d.

ELIAS Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

ELTON, Elmo. *Poetas do Espírito Santo*. Vitória, UFES, FCAA, PMV, 1982

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

\_\_\_\_\_. *A institucionalização do ensino da náutica em Portugal (1779-1807)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

FLANDRIN, Famílias. *Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FONSECA, Alexandre da. "O Marquês de Nisa no bloqueio de Malta (1798-1799)". *Revista Militar*, Lisboa, n.º 2496, pp 19 – 27, jan. 2010.

FRAGOSO, João Luís. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, séculos XVII: algumas notas de pesquisa". *Revista Tempo*, Niterói, v. 8, n. 15, pp. 11-35, 2003.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Orgão do Ministério da Justiça, 1992.

\_\_\_\_\_; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócio do império português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

\_\_\_\_\_; GOUVÊA (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

\_\_\_\_\_; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo*. Crônicas da vida capixaba no tempo dos mapitães-mores (1532-1822). Vitória: Flor&Cultura; Cultural, ES, 2006.

\_\_\_\_\_. ; SCHWAB, Affonso. *A irmandade e a Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed. Garamond, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira. "As câmaras municipais e o poder local: Vila Rica-um estudo de caso na produção acadêmica de Maria de Fátima Silva Gouvêa". *Tempo*,

v. 14, n. 27, pp. 6-22, 2009. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000200002> >. Acesso em: 25 mar 2018.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993

GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de Oitocentos*. Vitória: UFES, 2008.

\_\_\_\_\_. *Portos e sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América portuguesa (1815-1825)*. 2015. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro". In: JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p 707-752, 2005.

\_\_\_\_\_. "Poder, autoridade e Senado da Câmara do Rio de Janeiro, c. 1780-1820". *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, p. 111-155, 2002.

\_\_\_\_\_. "Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822". *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 297-330, 1998.

\_\_\_\_\_. "Salvador Correia de Sá e Benevides". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro. Editora Objetiva, 2000. p. 518-520.

GREENE, Jack P. et al. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.



GRENDI, Edoardo. "Micro-analyse et histoire sociale". *Écrire l'histoire. Histoire, Littérature, Esthétique*, n. 3, p. 67-80, 1998.

\_\_\_\_\_. "Microanálise e História Social". In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009. p. 19-34.

GUÉRIOS, Paulo Renato. "O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferentes escalas". *Campos – Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011.

HANEMANN, Robert A. *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California, 2005. Disponível em: <[https://wiki.gonzaga.edu/dpls707/images/6/6e/Introduction\\_to\\_Social\\_Network\\_Methods.pdf](https://wiki.gonzaga.edu/dpls707/images/6/6e/Introduction_to_Social_Network_Methods.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2003.

HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

HERMANN, Jacqueline. "Ordens militares". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan: instituições e Poder Político, Portugal, Século XVII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_. *Panorama da história institucional e jurídica de Macau*. Macau: Fundação Macau, 1995.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal: Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993.

KURY, Lorelay. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)". *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, v. 11, pp. 109-29, 2004.

LEBRUN, François; BURGUIÈRE, André. "Las mil y una familias de Europa". In: BURGUIÈRE, André et al. *Historia de la familia*. Tomo 2. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. Rio de Janeiro: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1993.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado monárquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000

LOSADA, Vânia Maria. “Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840)”. *Nuevo Mundo Nuevos Mundos Nuevos*, 31 jan. 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/nuevomundo/60746>>. Acesso em: 04 abr 2018.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. “A reforma da Marinha de guerra no período pombalino (1761-1777): a criação de uma marinha estritamente militar e profissional e as fontes para o seu estudo”. *Navigator*. Subsídios para a História Marítima do Brasil, v. 5, n. 10, pp. 70-82, 2009.

MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARQUES, César. *Dicionário histórico-geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura,

Turismo e Esportes–Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural–Divisão de Editoração, 1993.

MAXWELL, Kenneth. “Condicionalismos da Independência do Brasil”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 335-395. (Nova história da expansão portuguesa, 8).

\_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. “The generation of 1790’s and the idea of luso-brazilian empire”. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

MERLO, Patrícia Maria Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. 2008. 228f. 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. ; SCHEINER, Livia. Passava, em geral, por homem íntegro: Francisco Alberto Rubim e o reposicionamento do Espírito Santo na geopolítica do Império luso-brasileiro. In: NASCIMENTO, Bruno César e OLIVEIRA, Ueber (org.). *Os pensadores do Espírito Santo*, v. 1. Vitória: Milfontes, 2019

MONTEIRO, Miguel Corrêa. *Inácio Monteiro (1724-1812): Um jesuíta português na dispersão*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

\_\_\_\_\_. *Elites e poder. Entre o antigo regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto Sociais de Ciências Humanas da Universidade de Lisboa, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. “Bras da Costa Rubim e a historiografia do Espírito Santo”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 457, pp. 99-107, 2012.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVAL, Maria Fernanda. *Honra, mercê e venalidade: as ordens militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*. Évora: Universidade de Évora, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: APEES, 2008a.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Taborda de. “Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação no âmbito das pesquisas em história da educação”. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 55, pp. 116-133, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303981162.pdf>>. Acesso: 19 out. 2020b.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEREIRA, José António Rodrigues. “A marinha de guerra portuguesa nos finais do século XVIII”. In. *A Guerra Peninsular: Perspectivas Multidisciplinares*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2007. p. 103-119.

PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 04 fev. 2005. Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: 29 out. 2020.

\_\_\_\_\_. PESAVENTO, Fábio & GUIMARÃES, Carlos Gabriel (2013). Contratos e contratadores do Atlântico sul na segunda metade do setecentos. *História*,

*histórias*, v.1, n.1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v1i1.10710>. Acesso em: 21 ago. 2020

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. “Os caminhos das Minas Gerais e os sertões: o sol, a sombra, o vento e os macacos”. In: DIAS, Renato da Silva; ARAÚJO, Jeaneth Xavier de (orgs.). *Representação do sertão: poder, cultura e identidades*. São Paulo: Humanitas, 2013.

PINHEIRO, J. C. “Fernandes. Paulo Fernandes Viana e a Polícia do seu Tempo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 39, v. II, pp. 65-76, 1876.

PIVA, Izabel Maria da Penha e SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. “A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: ação da irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889)”. *Revista Ágora*, Vitória, n. 2, pp. 1-26, 2005.

PORTUGAL. Museu Ethnológico Português. “A Judiaria Velha de Lisboa. Estudo topográfico da antiga Lisboa”. *O archeólogo português*, vol. V, n. 11-12, pp. 305-326, 1899-1900. Disponível em < [http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o\\_arqueologo\\_portugues/serie\\_1/volume\\_5/305\\_judiaria\\_lisboa.pdf](http://patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_5/305_judiaria_lisboa.pdf) >. Acesso: 28 de setembro de 2019.

QUADROS, Eduardo. “A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica”. *Mosaico Revista de História*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 27-40, jan/jun, 2008. Disponível em: < <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/227> >. Acesso em: 18 set 2018.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMINELLI, Ronald. “Os limites da soberania régia: a capitania da Paraíba do Sul entre 1727 e 1730”. *Almanack*, Guarulhos, n. 19, pp. 167-204, ago. 2008a.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008b.

REVEL, Jacques. *A história ao rés-do-chão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RHEINGAZNTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

RUBIM, Braz da Costa. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia de D Luiz dos Santos, 1861.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 18, n. 36, 1998.

SALLES DE OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF/ Ícone, 1999.

SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do império: hierarquização social e estratégias de classe na produção de exclusão (Rio de Janeiro, c.1650c.1750)*. Niterói: UFF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Nívia Pombo Cirne dos. *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013

SCHAUB, Jean-Frédéric. La Península Iberica nei secoli XVI e XVII: la questione dello Stato. *Studi storici*, v.6, n. 1, p. 9-49, 1995.

SCHEINER, Livia M. *Uma questão de projetos: o Senado da Câmara e a Intendência da polícia na gestão do espaço urbano da corte*. Rio de Janeiro, 1808-1821. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sovereignty and society in Colonial Brazil: The High Court of Bahia and its Judges. 1609-1751*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1973.

SHILLS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. "Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 119-142, 2012.

SILVA, Julio Cesar da Costa. *O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo*. 151f. 2016. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. "Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história de ocupação da baixada fluminense". *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, v. 9, n. 21, pp. 123-137, jan./abr 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *O Império luso-brasileiro. 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

SILVEIRA, Patrícia Gomes da. *A metrópole é aqui: redes de abastecimento e o porto do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SOUZA, Françoise Jean de. *Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

STONE, Laurence. "Prosopografia". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: EDUAL, 1996.

TAVARES, Adérito & PINTO, José dos Santos. *Pina Manique. Um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2008.

URICOCHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no séc XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VIEIRA FAZENDA, J. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 89, p. 103-107, 1924.

WASSSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

XAVIER, Angela; HESPANHA, Antonio Manuel. "As redes clientelares". In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal: Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993.